UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANGÉLICA BRITO SILVA

**O ALDEAMENTO JESUÍTICO DE MBOY:
administração temporal (séc. XVII-XVIII)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O ALDEAMENTO JESUÍTICO DE MBOY:
administração temporal (séc. XVII-XVIII)**

Angélica Brito Silva

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Angélica Brito

S586a O Aldeamento Jesuítico de Mboy: administração temporal
(séc. XVII-XVIII) / Angélica Brito Silva; orientadora Maria Lêda Oliveira
Alves da Silva. – São Paulo, 2018.
303 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Aldeamento. 2. Companhia de Jesus. 3. Administração temporal. 4. São Paulo colonial. I. Silva, Maria Lêda Oliveira Alves da, orient. II. Título.

Nome: Angélica Brito Silva

Título: O aldeamento jesuítico de Mboy: administração temporal (séc. XVII-XVIII)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 24/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Professor (a): Maria Lêda Oliveira Alves da Silva

Instituição: FFLCH

Julgamento: Aprovado

Assinatura:_____

Professor (a): Fernando Torres Londoño

Instituição: PUC-SP

Julgamento: Aprovado

Assinatura:_____

Professor (a): Renata Maria de Almeida Martins

Instituição: FAU-USP

Julgamento: Aprovado

Assinatura:_____

Professor (a): Maria Cristina Correia Leandro Pereira

Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Aprovado

Assinatura:_____

Imagem 1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Residência anexa dos Jesuítas, atual Museu de Arte Sacra dos Jesuítas na cidade de Embu das Artes/SP. O prédio e seu acervo foram tombados em 1938 pelo então recém criado *Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN)*, atual IPHAN, e restaurado por essa mesma instituição nos anos subsequentes – 1939-1940. A fotografia retrata o monumento após o restauro empreendido pelo IPHAN.

Fonte: IPHAN-RJ_0605_P.0003-Env.2_F121622.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem sido tão maravilhosos comigo ao longo de toda minha vida, sem vocês não teria chegado até aqui. Também agradeço ao Fábio por sempre estar comigo.

Agradeço minha melhor amiga, Mariana, pela amizade, carinho e generosidade.

Agradeço também minha orientadora e amiga Maria Lêda Oliveira. Muito mais que uma orientadora, você foi um exemplo do que é ser uma grande pesquisadora e intelectual. Obrigada por sempre ter acreditado em mim e pelo incentivo, tão fundamentais para o meu amadurecimento, tanto como pessoa, quanto como profissional.

Agradeço minha amiga Jéssica pelo apoio e incentivo ao longo de todo o processo de redação e fechamento desta dissertação. Obrigada por tudo! Agradeço também aos amigos do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas (MASJ): Ramiro, Eron, Angela, Cida, Francisca, Sérgio, Zé, Odair e Silvaldo, pessoas que diariamente compartilham comigo o amor e cuidado por este lugar tão especial. Agradeço também ao Padre Carlos Alberto Contieri, diretor do museu, pela oportunidade de trabalhar neste local.

Gostaria de agradecer aos membros da banca, Maria Cristina Pereira, Fernando Torres Londoño e Renata Maria de Almeida Martins pelas observações, críticas e apontamentos. Por fim, gostaria de agradecer as diversas pessoas que, ao longo deste percurso, de algum modo, ajudaram ou contribuíram para a realização deste trabalho: minha amiga Vanessa Costa Ribeiro, coordenadora da ação educativa do Museu de Arte Sacra de São Paulo, Valter Gonçalves e Vitor Rocha, ambos da Superintendência do Patrimônio da União, Jair Mongelli Junior, do Arquivo da Cúria, Elzio José da Silva e Márcio Amêndola, ambos do Arquivo do Estado e a professora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Agradeço também ao professor

Carlos Alberto de Moura Zeron e Gustavo Velloso pelas referências, sugestões e pesquisas que tanto me inspiraram e auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade discorrer sobre o processo de formação e desenvolvimento do aldeamento jesuítico de Mboy (séculos XVII-XVIII). A Companhia de Jesus, ao longo de dois séculos de atuação em São Paulo, desenvolveu um complexo sistema de aldeamentos em torno do Colégio de Santo Inácio com o objetivo de expandir e ampliar o empreendimento missionário. No entanto, com o avanço da missão, os jesuítas ficam cada vez mais implicados em atividades de natureza temporal e, portanto, envolvidos diretamente no desenvolvimento de diversificadas fontes de renda visando assim a manutenção e sustentabilidade econômica destes locais. Desta forma, ao passo que há a expansão da fronteira missionária, os jesuítas também alargam suas fronteiras físicas, econômicas e simbólicas ao ocuparem novos espaços e se tornarem, à semelhança dos demais colonos, proprietários. Assim, a partir do surgimento de um aldeamento, o presente estudo propõe uma reflexão acerca dos conflitos, disputas e negociações que giram em torno da formação de um determinado patrimônio, seja ele de natureza econômica, social ou cultural, à exemplo da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário e seu acervo, atualmente preservados no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas em Embu das Artes.

Palavras-chave: aldeamento; Companhia de Jesus; administração temporal; São Paulo colonial.

ABSTRACT

The present work aim to discuss about the process of formation and development of the jesuit mission of Mboy (17th-18th centuries). The Society of Jesus, throughout two centuries of operation in São Paulo, had developed a complex system of reductions around the Colégio de Santo Inácio, aiming to expand the missionary enterprise. However, as their mission grew, the Jesuits got increasingly involved in activities of temporal nature, and therefore directly involved in the development of diverse sources of income, in order to achieve their economical maintenance. Thus, while expanding their missionary frontier, by occupying new territories the Jesuits also expanded their physical, economic and symbolic boundaries, becoming, such as the other colonists, proprietors. That said, through the emergence of a Jesuit settlement, this study proposes a reflection about the conflicts, disputes and negotiations around the formation of a certain heritage, be that of economic, social or cultural nature, as in the old church of Our Lady of the Rosary and its collection, currently preserved in the Museu de Arte Sacra dos Jesuítas in Embu das Artes.

Keywords: Jesuit mission; Society of Jesus; temporal administration; colonial São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Residência anexa dos Jesuítas.....	5
Imagem 2 - Mapa da região oeste de São Paulo: vilas e aldeamentos.....	76
Imagem 3 - Mapa distância entre os aldeamentos Mboy, Itapecerica e Carapicuíba.....	118
Imagem 4 - Mapa locais com ocorrência de ouro.....	167
Imagem 5 - Mapa região de Mboy.....	198
Imagem 6 - Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	215

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1. Mboy: doação, terra e fontes.....	27
1.1. As relações de bens, as fontes e os problemas.....	44
1.2. A doação das terras de Mboy.....	51
CAPÍTULO 2. As disputas por Mboy: padres, índios e colonos.....	75
2.1. Mboy: entre jesuítas e carmelitas.....	88
2.2. Os jesuítas e a posse de Mboy.....	98
CAPÍTULO 3. Terra e trabalho: o espaço do aldeamento.....	120
3.1. O espaço do aldeamento: os aldeamentos do colégio.....	120
3.2. O trabalho.....	142
3.3. Boas terras, excelentes ganhos: disputas e tensões nas terras das Aldeias	171
CAPÍTULO 4. De aldeamento a patrimônio: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário...203	
4.1. A igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	203
4.2. Patrimonialização.....	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.....	243
ANEXOS.....	284

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“[...] nesta Aldeya de Mboy termo da Cidade de Sam Paulo administrada pelos Padres da Companhia da dita Cidade, onde foi vindo o Doutor ouvidor geral da Comarca João de Souza Filgueiras commigo escripto ao diante nomeado, ahy mandou o dito Ministro procedera Inventario de todos os bens, que na dita Aldeya se acharem em execucao das Ordens [...]”¹

No dia 29 de novembro de 1759, o aldeamento de Mboy, subordinado ao Colégio de Santo Inácio da Companhia de Jesus, da cidade de São Paulo, era tomado por funcionários da Coroa com o intuito de destituir os padres jesuítas de seu governo. Encarregados de prender os religiosos, inventariar todo o patrimônio da ordem e confiscar seus bens em benefício do erário régio, os jesuítas viam o seu empreendimento missionário ser desmontado em questão de dias.² De acordo com José Caeiro (XVIII), que coletou relatos coetâneos ao processo de expulsão e supressão da Ordem,

“[...] o Desembargador Salazar, que governava a Província de S. Paulo, tinha enviado, a esta cidade, Alexandre Luís de Sousa, para que cercasse, com tropas, o Colégio e o Seminário que ali tinham os jesuítas, o que se executou no dia 22 de Novembro, já muito entrada a noite. No dia seguinte, o Prefeito da cidade, João de Sousa Felgueiras, acompanhado de soldados, dirigiu-se ao

¹ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 1.

² Os jesuítas foram expulsos no reinado de Dom José I, em 1759, em decorrência de uma série de acusações, dentre elas a de tentativa de regicídio, enriquecimento ilícito e usurpação do poder temporal dos índios no Brasil, entre outros. A campanha de expulsão, e posterior supressão da ordem, foi iniciada pelo primeiro Ministro de Portugal, o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, que enxergava na Companhia de Jesus uma ameaça ao Estado português. Cf. “Lei dada para a proscrição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios” de 3 de Setembro de 1759. In: SILVA, Antonio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 716-718. Sobre o fenômeno do antijesuítismo, Cf. FRANCO, José Eduardo. **O mito dos jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente**. Portugal: Graviva, 2006.

Colégio dos jesuítas e convocou-os para lhes ler as ordens recebidas do Governador.”³

Após a prisão dos padres no colégio, teve início o processo de invasão das fazendas e aldeamentos, dentre eles o de Mboy nosso objeto de estudo. Ainda segundo Caeiro (XVIII),

“Das aldeias de Mboi e Itapecirica encarregou-se o Prefeito da cidade. Ao arrolar vasos sagrados de ouro e prata da igreja, não os tratou com a devida reverência. Dali retirou os padres, José do Vale, Tomás Vilanova e José Castilho, além do irmão Félix Miranda, que levou consigo para a cidade.”⁴

Em dois de dezembro, portanto, o inventário do aldeamento de Mboy era concluído e assim se encerrava, de forma abrupta, a presença da Companhia de Jesus no local. Dentre o patrimônio acumulado pelos padres, eram citadas alfaías, paramentos, móveis, prataria, criações, ferramentas de carpintaria, cantaria, ferraria, entre outros.

Na igreja, por sua vez, era listado um rico acervo composto por: uma imagem de *Nossa Senhora do Rozario com Seu Menino nos braços no Altar mor como padroeira*; duas ditas de *Santo Ignacio, e São Francisco Xavier nos dous nichos do dito Altar mor*; uma de *Sam Miguel no Seu Altar Collateral*; uma de *Santa Anna com a Senhora no mesmo Altar*; uma de *Santa Catharina no outro Altar Collateral*; duas de *Santo Antonio, e San Joaõ pequenas no dito altar*; uma do *Santo Christo na Tribuna*; uma dita na *Sachristia com Santa Maria Madalena ao pe da Crux*; uma dita mais pequena sobre o *sacrário*; uma dita no *Altar collateral tamb[e]m pequena*; uma do *senhor morto debaixo do Altar mor*; uma de *nossa Senhora do Rozario pequena no nicho de frente da Sacristia*; uma da *mesma senhora no nicho do salaõ da caza*; uma de *São Miguel pequena no Almario da sacristia*; *Pres[epio] de*

³ CAEIRO S.J., José. **História da Expulsão da Companhia de Jesus das Províncias Ultramarinas da Assistência de Portugal. (Séc. XVIII).** Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2005, Vol. IV, p. 108.

⁴ Ibidem, p. 110.

*Jezus, Maria, e Joze no dito Almario para o passo do nascimento; e Seis paineis pinturas de Roma na Sacristia.*⁵

A partir do inventário do aldeamento, da quantidade e variedade de objetos elencados, é possível constatar que a Companhia de Jesus constituiu naquele espaço um importante patrimônio, tanto de ordem material quanto cultural, legado às futuras gerações em decorrência do processo de patrimonialização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e seu acervo, ocorrido no século XX, e hoje preservados no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas⁶ na cidade de Embu das Artes. Com o passar dos séculos, portanto, a igreja de Nossa Senhora do Rosário se consolidou enquanto um importante elemento na constituição da paisagem cultural daquela localidade, impregnando de sentido e identidade a sociedade formada em seu entorno.

“Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locais de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.”⁷

⁵ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventário e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Secretaria do Patrimônio da União, Setor de Incorporações, caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 5.

⁶ Em março de 2011 passei a atuar no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas como educadora social responsável pela condução do projeto de educação patrimonial *Descobrimos Embu no Museu* (2007), vencedor da 5ª Edição do Prêmio Darcy Ribeiro (2012) – Ibram/MinC, que consiste na formação de professores da rede pública de ensino e no atendimento de seus alunos em visitas mediadas ao museu. Foi neste período que comecei a ter contato com a história do município de Embu das Artes e com o desafio de se trabalhar com o patrimônio cultural de modo a torná-lo acessível à população. Em maio de 2013 assumi a coordenação do museu, função à qual me dedico até os dias atuais.

⁷ RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 9.

Dessa forma, entendemos a antiga igreja e seu acervo enquanto importantes elementos detentores de significado das interações materiais, sociais, culturais e simbólicas que se deram naquele local. No entanto, consideramos que, para acessar o real sentido das razões possíveis quanto ao surgimento de uma determinada sociedade, com características próprias, se faz antes necessário entender as razões as quais levaram aquele local a se tornar um espaço a ser ocupado e, portanto, as condições sociais que permitiram a criação e surgimento de determinados elementos e símbolos culturais. Assim a grande questão norteadora deste trabalho foi entender as razões que levaram a Companhia de Jesus a se instalar naquela localidade e os processos sociais que se deram em decorrência do estabelecimento dessa missão.

Portanto, ao longo desta pesquisa, buscamos traçar os caminhos e compreender as estratégias utilizadas pelos religiosos para a ocupação e consolidação daquele espaço enquanto um empreendimento missionário que, ao longo dos séculos, propiciou e fomentou a formação de uma sociedade produtora de sentido e significados culturais próprios. A partir de tal perspectiva, utilizamo-nos dos recursos teóricos fornecidos por Michel de Certeau, para quem *estratégia* consiste no cálculo das relações de forças que tornam possível a um sujeito ou instituição manipular e gerenciar de forma racional as relações, seja no campo da política, economia ou intelectual.⁸ Assim, na presente pesquisa, buscamos identificar as etapas, agentes sociais e interesses que tornaram possível a consolidação do aldeamento de Mboy enquanto um território de atuação da Companhia de Jesus e as estratégias agenciadas e operadas por esta instituição para alcançar e concretizar seus objetivos.

É de amplo conhecimento que, com a expulsão dos jesuítas em 1759, a documentação dos colégios foi confiscada e, posteriormente, dispersada. Dessa forma, um dos desafios iniciais desta pesquisa foi pensar de que maneira a documentação jesuítica, em especial a de

⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 45.

natureza administrativa, a qual nos permitiria traçar o processo de formação daquilo que se conformaria enquanto o aldeamento de Mboy - como títulos de propriedades, processos, testamentos, cartas de doação - teria dado entrada nos arquivos.

A dispersão dos arquivos e a dificuldade de se traçar o histórico das aldeias e fazendas jesuíticas já eram observadas no próprio século XVIII. Em 1766, por exemplo, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, ao narrar ao Conde de Oeiras o estado das aldeias pertencentes aos jesuítas, reclamava da ausência de documentos sobre as propriedades em São Paulo, o que dificultava seu governo e o gerenciamento delas. Desde março daquele ano, era ele o encarregado pela administração dos bens jesuíticos existentes na Capitania, o que ficava comprometido pois *“Todos estes papeis e documentos forão levados para o Rio de Janeiro, e estando no Cartório da Junta que administra estes bens, e nesta Capitania não há traslado por onde me possa governar.”*⁹ Em 1769, em correspondência com a *Junta do Sequestro Jesuítico*, reclamava mais uma vez o fato de não ter acesso aos documentos.¹⁰

Assim, após a expulsão dos inacianos, no momento do confisco, toda a documentação considerada relevante, de caráter administrativo, como títulos e certidões de propriedades, foi encaminhada ao Rio de Janeiro para a Junta da Real Fazenda.¹¹ Não conseguimos confirmar se D. Luís conseguiu, em algum momento, trazer essa documentação novamente para São Paulo, seja por meio de traslados, ou o próprio arquivo físico. No entanto, em carta

⁹ 1766, Dezembro, 21. Carta de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Oeyras. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo**. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). 1765-1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, Vol. 73, p. 202.

¹⁰ 1769, janeiro, 29. Carta de D. Luís A. de S. B. Mourão ao Conde Vice-rei Presidente, e mais senhores ministros da Junta da Real Fazenda do Confisco Jesuítico do Rio de Janeiro. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo**. Correspondencia do Capitão-General D. Luis Antonio de Souza Botelho. 1767-1770. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, Vol. 19, p. 252-256.

¹¹ CAMARGO, Angélica Ricci. **Juntas da Real Fazenda**. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4304>> . Acesso em: Junho de 2017.

endereçada ao Conde de Cunha, ao relatar sobre o modo pelo qual se daria a administração dos bens jesuíticos, ele menciona,

“[...] verá Vossa Excelência as dificuldades que se oferecem para continuar a administração dos bens que forão dos Padres da Companhia, eu os faço governar pela **junta da Fazenda**, e pela mesma forma que se administra hum Morgado; tenho nomeado os feitores em todas as fazendas, e hum Intendente que governa a todas, e da contas na junta, para todos elles fiz seu Regimento para se governarem, tão bem nomey Thezoueiros para arecadarem e venderem os frutos que produzissem as ditas Fazendas; [...]”¹²

A Junta da Fazenda, inicialmente localizada em Santos, em 1766, foi transferida para São Paulo por D. Luís, coexistindo com a Provedoria da Fazenda até o ano de 1775, quando foi extinta.¹³ Há fortes indícios para crermos que, em um dado momento, devido à administração do patrimônio dos extintos jesuítas ser realizada pela Junta da Fazenda em São Paulo, parte da documentação, original ou cópia, precisou retornar do Rio de Janeiro. E tal hipótese se pauta pelo fato de termos encontrado documentos, ao longo desta pesquisa, localizados em um departamento do Ministério da Fazenda de São Paulo, no setor de Próprios Nacionais da *Superintendência do Patrimônio da União* (SPU), setor que ainda na atualidade se dedica à administração do patrimônio do governo brasileiro, sobretudo de bens confiscados.

Naquele departamento da burocracia do Estado, ainda em plena atividade nos dias atuais, existiam documentos como inventários, cartas de doação, processos, entre outros, de

¹² 1766. Carta de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Cunha. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo**. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). 1765-1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, Vol. 73, p. 25. Grifo nosso.

¹³ Juntas da Real Fazenda. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letraj_juntasreal.htm>. Acesso em junho de 2017.

diversas propriedades da Companhia de Jesus, dentre elas: o aldeamento de Mboy, as fazendas de Araçariguama, Santana e Cubatão. Um conjunto documental que dialogava diretamente com as “*Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*”(1762)¹⁴, até então principal fonte de conhecimento sobre a história do aldeamento de Mboy, e utilizada por grande parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema.

Azevedo Marques em seus *Apontamentos* (1879), por exemplo, quando abordava alguma propriedade da Companhia de Jesus, geralmente mencionava a consulta do *Cartorio da Tesouraria da Fazenda de São Paulo, maço 4º de próprios nacionais, papéis apreendidos aos extinctos jesuítas* e nestes casos, novamente, podemos observar certa semelhança com os documentos encontrados junto à SPU, que administra *os próprios nacionais*, do ponto de vista da natureza e tipologia das fontes.

Como mencionamos anteriormente, acreditamos que a documentação requerida pelo Morgado de Mateus, em decorrência da necessidade de se administrar os bens jesuíticos, de algum modo acabou retornando à São Paulo, ficando preservada na Tesouraria da Fazenda e, com o passar dos anos, passou por novas dispersões.

Em 1912, o diretor do Arquivo Nacional, solicitava a entrega e envio de toda a documentação antiga, existente no Ministério da Fazenda de São Paulo, para que fosse incorporada ao seu acervo.¹⁵ Atendendo à solicitação, foi orientado aos diversos departamentos da instituição que encaminhassem o material requerido, dentre eles, *todos os*

¹⁴ 1762. *Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 337-378.

¹⁵ 1912, setembro, 2. Ordem para o envio dos documentos das sesmarias de terras e correspondência oficial, existentes nessa Delegacia ao Arquivo Nacional. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, Pasta 1.

*papéis antigos existentes no cartório [da Tesouraria] dessa Delegacia.*¹⁶ Em decorrência desse processo, parte da documentação que pertenceu às propriedades jesuíticas foram incorporadas ao Arquivo Nacional, junto ao Fundo EG – Junta da Fazenda da Província de São Paulo, enquanto a outra parte permaneceu no Estado de São Paulo.

Desta feita, acreditamos que uma das grandes contribuições que trouxemos ao estudo dos aldeamentos da Companhia de Jesus em São Paulo, em particular o de Mboy, tenha sido a utilização de fontes - de certa forma até então desconhecidas ou não utilizadas - no sentido da compreensão do processo de formação e ocupação de um determinado território, entendido aqui enquanto um espaço delimitado por fronteiras, sejam elas de natureza física, simbólica, cultural ou política. Portanto, buscamos evitar a prática, ainda muito presente nas histórias locais, que costumam estar mais preocupadas na institucionalização desses espaços a partir da ênfase e consolidação de marcos históricos, como datas e personalidades, incorrendo muitas vezes na não problematização dos sentidos e etapas necessários para a constituição daquele território enquanto um espaço social.¹⁷ Assim, buscamos a todo instante demonstrar ao leitor que a constituição desses espaços ocorreu de forma lenta, gradual e a partir de complexas relações sociais, geralmente permeadas por disputas. Por essas razões, organizamos a presente dissertação em quatro capítulos.

O primeiro capítulo intitulado *Mboy: doação, terra e fontes*, realiza um balanço historiográfico sobre aquilo que se sabia acerca da história do aldeamento de Mboy. A partir dos principais estudos escritos sobre o tema, tentamos mostrar ao leitor as fontes até então conhecidas e a maneira como elas eram utilizadas para a construção de narrativas sobre a

¹⁶ 1912, agosto, 29. Ordem para envio dos papéis antigos existentes no cartório da Tesouraria para o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, Pasta 1.

¹⁷ Aqui nos referimos, em particular, ao trabalho realizado por Moacyr Faria de Jordão que propõe o entendimento da história do aldeamento de Mboy a partir de grandes personagens e acontecimentos, sem realizar o devido aparato crítico e problematização do contexto histórico em curso. Cf. JORDÃO, Moacyr de Faria. **O Embu na história de São Paulo**. Publicação Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Embu. 2ª edição revista e aumentada. 1964.

origem do aldeamento. Nesse sentido, buscamos demonstrar, a partir do material até então utilizado, o modo pelo qual era requisitado e os principais problemas e questões não discutidos ou problematizados. Assim, refizemos o percurso tradicional sobre o histórico de Mboy e, à luz de novas fontes e de uma contextualização mais ampla, acerca das disputas e do processo histórico em curso, buscamos trazer uma nova compreensão sobre a maneira como a Companhia de Jesus tornou-se proprietária de terras na região de Mboy.

O segundo capítulo *As disputas por Mboy: padres, índios e colonos* buscamos demonstrar ao leitor que a instalação desse aldeamento não se deu de forma rápida e instantânea, exigindo um grande esforço, por parte dos jesuítas, para garantir a propriedade daquelas terras e a posse sobre a mão de obra ameríndia, que viria a ser empregada nesse espaço para a produção de víveres e rendas ao Colégio de Santo Inácio em São Paulo. E aqui, de modo mais específico, é possível observarmos as estratégias utilizadas pelos agentes históricos em questão, tomando como guia o conceito estruturado por Michel de Certeau, como citamos anteriormente. Dessa forma, a partir dos conflitos com colonos e a Ordem religiosa de Nossa Senhora do Carmo, demonstramos ao leitor as táticas e estratégias empregadas por estes atores sociais que negociavam conforme as conveniências para garantir, do ponto de vista social, econômico e político, a sobrevivência de seu grupo dentro da sociedade colonial. Nesse sentido, julgamos pertinente pontuar a nossa dificuldade ao longo de todo este trabalho, de encontrar dados mais sólidos acerca dos grupos indígenas presentes no aldeamento, e que também estavam inseridos nesses processos de disputa, conflito, negociação e sobrevivência do grupo.

Dessa forma, será possível observar no terceiro capítulo, que buscamos demonstrar ao máximo ao leitor a relevância dos índios do aldeamento enquanto uma grande força propulsora para a ampliação e desenvolvimento econômico do local integrado a outros espaços como o Colégio de Santo Inácio, Carapicuíba e Itapecerica, mas pouco ou nada

aparece na documentação sobre a existência de figuras de liderança, disputas internas, ações de colaboração ou dissensão. Há breves indícios da existência dessas situações, observáveis sobretudo no terceiro capítulo, porém, infelizmente, não tivemos condições de aprofundar e explicitar estes aspectos, por não termos conseguido evidências mais concretas. Nesse sentido, concordamos com Jim Sharpe para quem, apesar de importante e muito sedutora a ideia de uma história sobre as classes não privilegiadas - uma história vista “de baixo” - há questões que dificilmente um historiador, que trabalha com períodos históricos mais remotos, conseguirá alcançar. Quanto mais remoto o período, temos a diminuição da variedade de fontes à nossa disposição, o que acaba por limitar e dificultar o acesso a respeito daquelas classes que, sobretudo no caso paulista, eram oprimidas. Assim, apesar de se tratar de algo necessário, há certos limites nem sempre possíveis de transpor.¹⁸

O terceiro capítulo *Terra e trabalho: o espaço do aldeamento*, demonstra a significação dos aldeamentos para a Companhia de Jesus enquanto o sentido e finalidade do empreendimento missionário. Dessa forma, os aldeamentos serão peças chave para a sustentação da missão, articulados a um complexo sistema de territórios cuja centralidade residia nos colégios.

Assim, abordamos no capítulo a organização dos aldeamentos no entorno do Colégio de Santo Inácio, o cotidiano do trabalho indígena - elemento fundamental para a manutenção dos missionários e de suas atividades - e, por fim, o valor da terra e as disputas por esses espaços no processo de consolidação das elites locais e de uma economia produtora que visava sempre a expansão de suas fronteiras, sejam elas simbólicas, econômicas ou políticas. Gostaríamos de destacar que compreendemos elite em um sentido mais amplo, como propõe Antônio Manuel Hespanha, para quem todos os grupos sociais, em alguma medida, são tendencialmente “elite” em decorrência das múltiplas possibilidades da interação social e do

¹⁸ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. Peter Burke (Org.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, 39-62.

exercício do poder em diferentes níveis, instâncias e intensidades. Portanto julgamos pertinente entender como esses grupos sociais interagem no microssistema social, e de que maneira essas interações provocam adaptações e interferências no poder de atuação de cada um, ou seja, a maneira como se dão as acomodações desses agentes que brigam por mais espaço e mais poder de influência.¹⁹

Por fim, o último capítulo *De aldeamento a patrimônio: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário* aborda, mesmo que de forma breve, a consolidação do aldeamento de Mboy a partir da construção da igreja, ação que permitiu a ressignificação daquele espaço enquanto um ato de “fundação” e sua apropriação, seja pelas comunidades existentes à época de sua construção (XVIII), ou pela sociedade formada ao longo dos séculos em seu entorno, e que participou do processo de patrimonialização no século XX.

Portanto, a partir da paisagem, enquanto um elemento produzido culturalmente pelo homem, buscamos demonstrar as inúmeras camadas de significação que permeiam aquele espaço, e os processos de apropriação e ressignificação necessários na construção de um sentido e identidade para a localidade. Assim, buscamos nesse capítulo entender os *regimes de historicidade*²⁰ e as cadeias operatórias que permitiram a preservação daquele objeto, alçado a patrimônio nacional em 1938, em decorrência de seu tombamento pelo então recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Obviamente, muitos elementos não puderam ser recuperados ao longo da pesquisa, com um aparato crítico que concedesse esclarecimento, por exemplo, sobre autoria de objetos, datação de peças, etc. No entanto, antes de realizarmos tal exercício, considerávamos

¹⁹ HESPANHA, António Manuel. *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 69-74.

²⁰ Segundo Hartog, regime de historicidade poderia se compreender de duas formas. Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma concepção mais ampla, serviria para designar a modalidade de consciência que uma determinada comunidade humana detém de si própria. Essa noção nos forneceria instrumentos para comparar tipos de histórias diferentes, mas também para iluminar diferentes modos de relação e experiência com o tempo, seja no passado ou no presente. HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006, p. 263.

extremamente problemático discutir um patrimônio cultural, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e seu acervo, sem antes compreendermos a história construída nesse espaço e sobre esse espaço ao longo do tempo. Desse modo, fazia-se necessário um duplo movimento, o de entender a história que permitiu a existência daquele local e a maneira como as pessoas se relacionaram com aquele espaço, ao longo dos séculos, permitindo assim a preservação daquele monumento e a construção de novas narrativas, ou seja, o estabelecimento de novas relações com o tempo e a memória.²¹

Essa pesquisa, portanto, buscou a todo instante demonstrar os processos e agentes históricos que deram a base inicial para que naquela localidade – Mboy – se constituísse um patrimônio de natureza cultural. Por isso foi necessário nela, buscar compreender como as terras foram parar nas mãos da Companhia de Jesus, como os religiosos conseguiram ampliar o aldeamento, os motivos para a ampliação, o uso da mão de obra indígena no local, o patrimônio que fora constituído ao longo do tempo, bem como as estratégias para a manutenção e as relações com os outros agentes sociais, a exemplo dos colonos. Questões, até então, sem respostas em relação ao aldeamento de Mboy, mas necessárias para permitir o avanço na compreensão da formação daquele patrimônio, que na voz do escritor Mário de Andrade: *prevalecia sobre quaisquer outros monumentos paulista*.²²

²¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

²² ANDRADE, Mário de. Boas notícias, 1ª quinzena de julho de 1939. In: **Será o Benedito! – Artigos publicados no Suplemento em Rotogravura de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: EDUC; Giordano; Ag. Estado, 1992, p. 42.

CAPÍTULO 1

MBOY: DOAÇÃO, TERRA E FONTES

A história do aldeamento de Mboy foi objeto de estudo e interesse de diversos pesquisadores. Para que o leitor compreenda o estado da arte em relação ao tema, bem como os avanços que esta pesquisa buscou trazer, apresentaremos de forma sucinta os mais importantes trabalhos já escritos sobre a localidade e aquilo que até então se sabia a seu respeito.

O primeiro trabalho que gostaríamos de destacar é a produção historiográfica de Moacyr Faria de Jordão, escritor local, que participou de forma ativa no processo de emancipação da cidade de Embu das Artes, ocorrido em 1959, e no desenvolvimento do potencial turístico e cultural do município nos anos seguintes. Jordão se dedicou à construção de uma narrativa histórica a respeito do recém emancipado município, com o objetivo de legitimar a sua ascensão e autonomia. O autor tornou-se o maior porta voz em defesa de uma suposta antiguidade e superioridade de Embu, sobretudo em detrimento à cidade vizinha de Itapecerica da Serra, à qual havia estado subordinada desde 1880.¹

Em seus estudos, tentava equiparar a pequena cidade à metrópole de São Paulo, colocando-a dentro de uma cronologia que remeteria sua origem para o século XVI. Sua obra teve ampla aceitação junto aos diversos setores da sociedade embuense, sobretudo aqueles

¹ Em seu livro, sempre que possível, menospreza Itapecerica da Serra, como na citação a seguir “... para M. de Oliveira só na nomenclatura das aldeias antigas de S. Paulo é que aparece a de Itapecerica, sem que alguma outra circunstância a faça conhecida no primitivo aldeamento dos indígenas. Parece que diz sendo tão circunscrita em território e diminuta em pessoal, era mais antes um acessório da de Embu [...]”. Cf. JORDÃO, Moacyr de Faria. **O Embu na história de São Paulo**. Publicação Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Embu. 2ª edição revista e aumentada. 1964, p. 83.

ligados à política, turismo e cultura. Assim, nasceu uma série de livros cujas publicações foram patrocinadas pela prefeitura do recém-emancipado município.²

A pesquisa de Moacyr Jordão, apesar de não seguir padrões acadêmicos ao demonstrar-se parcial e nitidamente comprometido com a criação de uma memória e cultura, que a valoriza excessivamente em detrimento de uma história mais factível, foi reeditada várias vezes e, ainda na atualidade, é referência e ponto de partida para qualquer indivíduo que se interesse pela história da cidade ou do monumento Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Apesar do valor que a obra de Jordão possui, pelo esforço e dados ali reunidos, para que avancemos no debate, observações se fazem necessárias visando à superação de questões que ainda persistem e influenciam a atual historiografia.³ Assim sendo, nossa principal crítica ao trabalho do autor, deve-se ao fato de ele defender que o aldeamento de Mboy teria sua origem no desdobramento de um empreendimento jesuítico anterior, o de Maniçoba, ação missionária criada pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1553, a 35 léguas de Piratininga (São Paulo). Deste modo, para o autor, a fundação de Mboy era compreendida como uma continuidade de Maniçoba, ocorrendo quase que simultaneamente à fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga em 1554.

² O primeiro trabalho deste autor foi publicado em 1960 “O Embu na história de São Paulo”, que contou com uma 2ª edição revista e ampliada em 1964. Também escreveu os livros “O Embu de ontem e de hoje” (1968), “Embu: terra das artes e berço de tradições” (1972; 2ª edição 2004).

³ A partir da produção bibliográfica deste autor, será criado um mito de fundação para a cidade, discurso que se materializaria por meio de uma emenda de nº 12/2006 à lei orgânica da cidade de Embu das Artes, passando a integrar o calendário oficial da cidade, a comemoração da Fundação da Aldeia de M’Boy, que teria ocorrido em 18 de julho de 1554. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-embu-das-artes-sp>>. Acesso em maio de 2017.

Com o fracasso do aldeamento, os índios teriam sido trazidos para mais próximo de São Paulo e, sem evidências documentais, o autor afirma que eles foram colocados em um local chamado Bohi, um dos inúmeros modos de grafar o que seria a então região de Mboy.⁴ No entanto tal inferência não possui, até o momento, nenhum esteio documental que a fundamente. De acordo com Sérgio Buarque,

“Não é certamente das mais antigas essa aldeia, que só vimos mencionadas em documentos do século XVII. Na preciosa coleção dos Inventários e Testamentos, publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo, achamos pela primeira vez referência aos “campos de Boy” em um documento de 1615.”⁵

Durante o século XVI, os jesuítas realmente criaram diversos núcleos ao redor de Piratininga, na tentativa de fixar os indígenas das primeiras missões, cujas aldeias tinham caráter flutuante. Tais concentrações, naquele momento, eram muito incipientes e os missionários em pouquíssimo número. Estamos falando de um contexto histórico extremamente instável: os jesuítas haviam acabado de chegar a São Vicente (1553) e, no ano seguinte, estavam no processo de implantação de um colégio, no planalto de Piratininga, que serviria de base para a missão.

⁴ A região de Mboy compreende o perímetro por onde corre o rio Mboy-mirim, que percorre os atuais municípios de Embu das Artes, Itapeverica da Serra e São Paulo. Durante a pesquisa, o registro mais antigo que localizamos, em que o topônimo Mboy aparece, é o inventário de Martin Rodrigues Tenório, sogro do fundidor de ferro Cornélio Arzão, que possuía datas de terra na região antes de 1612. Cf. 1612. Inventário de Martin Rodrigues. In: **Inventários e testamentos**. Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, Vol.2, p.3-76. É importante destacar que, passando a região de Santo Amaro e Itapeverica da Serra, existe a cidade de Embu-Guaçu (Mboy-Guaçu), dessa forma, eventualmente, Mboy poderia designar uma área bem maior, compreendendo os dois rios existentes na região: Mboy-Guaçu e Mboy-Mirim.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capelas Antigas de São Paulo. **Revista do SPHAN**. Rio de Janeiro, 1941, nº 5, p. 113.

Nesse primeiro momento, de acordo com Serafim Leite, os inacianos criam alguns núcleos, muitos deles de existência efêmera, como a aldeia de Maniçoba, que durou pouquíssimo tempo, a aldeia denominada Mairanhaia à qual há uma vaga referência, e as aldeias de Geribatiba e Ibirapuera que, provavelmente por serem mais próximas ao planalto de Piratininga, tiveram continuidade.⁶ Em referência à Maniçoba, Pasquale Petrone afirma:

“[...] sua duração foi curta e já em 1554, em carta de São Vicente, de fins de março, Anchieta referia-se à *aldeia* lembrando que ‘Soubemos também agora que os Índios quase todos caíram em grave doença e a maior parte morreu na Aldeia de Maniçoba, e expulsaram os Irmãos da Companhia ocupados em ensinar os infieis a doutrina de Cristo’.”⁷

Com estes excertos queremos reforçar que, mesmo que parte destes índios tenham sobrevivido e (talvez) tenham sido trazidos ao planalto pelos jesuítas, nada garante que eles tenham sido colocados na região de Mboy, e esse mesmo núcleo indígena tenha desenvolvido uma noção de identidade e formado uma comunidade coesa que se manteria agregada ao longo dos séculos XVI e XVII, período em que teria se iniciado de fato o processo de formação desse aldeamento.

Ainda tentando comprovar sua linha de argumentação, Jordão cita outro documento que comprovaria a antiguidade do aldeamento, mas cuja interpretação é desprovida de qualquer contextualização dos diversos processos históricos que ali estão implícitos e seriam necessários para sua análise. Cita, por exemplo, a vereação da Câmara de 1611 na qual é

⁶ LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, Tomo I, p. 301-302.

⁷ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 111.

mencionada a necessidade de se separar alguns grupos indígenas, em decorrência de um conflito ocorrido no período entre jesuítas e colonos. Diz ele que:

“[...] da Ata da Câmara da Vila de S. Paulo, do ajuntamento de 15 de agosto de 1611, em que o povo dizia *‘que com o gentio Carijó estavam moradores índios dos nossos aqui naturais, os quais são da aldeia dos Reis Magos’*, requerendo que *‘os apartasse cada um em sua aldeia e que os padres se entendessem somente com os carijós que eles desceram e não com os carijós que vieram antes dos padres irem ao sertão’*, **tivemos a certeza de que essa Aldeia dos Reis Magos referida se tratava da própria Aldeia de M’Boy**. Em primeiro lugar, porque não havia Aldeia dos Reis Magos nas imediações de Piratininga; a única que se fundara com essa denominação localizava-se na Capitania do Espírito Santo. Em segundo, porque **a designação da Aldeia de M’Boy por esse nome se prendia à semelhança da sua igreja com o templo religioso da referida Aldeia da Capitania vizinha**, fato que podemos hoje explicar, combinando a tradição oral corrente no Embu, com a existência de uma antiga ‘sinagoga’ nas imediações [...]. Eis, **portanto, a ‘sinagoga’ que nada mais era senão a torre da antiga igreja do Embu que, por sua semelhança com a igreja da Aldeia dos Reis Magos do Espírito Santo**, era aqui também designada pelo mesmo nome, como se viu na aludida Ata.”⁸

A afirmação de Jordão de que o aldeamento existia em 1611 com um “apelido” de Reis Magos⁹, em decorrência da semelhança entre as igrejas dos dois aldeamentos, por si só é inviável. A inauguração e, conseqüentemente, conclusão da igreja dos Reis Magos situada no

⁸ JORDÃO, Moacyr de Faria. **O Embu na história de São Paulo**. Publicação Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Embu. 2ª edição revista e aumentada, 1964, p. 28-29 e 55. Grifo nosso.

⁹ De acordo com Serafim Leite, a aldeia dos Reis Magos já existiria em 1580, no entanto, somente no catálogo de 1598 ela aparece como residência fixa. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portuguesa; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938, Tomo I, p. 243.

atual estado do Espírito Santo ocorreu apenas em 1615¹⁰, já a construção da igreja de Mboy foi iniciada somente no final de 1690, como se verá mais adiante. Ou seja, a semelhança atribuída a partir da referida torre, em 1611, é bastante equivocada. No entanto, é provável que a confusão ou aproximação feita por Jordão tenha ocorrido devido à outra vereação, datada de 3 de agosto de 1611, na qual era dito que *não se levassem os índios das aldeias da vila e de seus termos para o mar, nem para boigy miry, nem para outra vila fora desta*.¹¹

É igualmente possível que o autor tenha entendido que o topônimo *boigy miry* fosse uma referência à região de Mboy e, portanto, um indício da existência do aldeamento já naquela altura. Como veremos ao longo desta dissertação, a região de Mboy foi ocupada por colonos desde o início do século XVII e, muito provavelmente, desde essa época já existiria na região reduções indígenas organizadas por esses colonos. No entanto, o aldeamento de Mboy foi um empreendimento jesuítico, cuja formação e desenvolvimento possui características e processos próprios. Dessa forma, as atas da câmara citadas por Jordão referem-se na verdade às disputas e brigas relacionadas ao processo de formação de outro aldeamento, o de Barueri, algo que ao longo desta dissertação, teremos a oportunidade de observar.¹²

¹⁰ De acordo com Serafim Leite, em 1610 o padre João Martins conseguiu uma sesmaria para os índios, na paragem de Iapara, o que possibilitou a transferência da aldeia de sítio e, conseqüentemente, a construção de uma nova igreja. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugal, 1945, Tomo VI, p. 159-160.

¹¹ 1611, agosto, 3. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1596-1622**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Dupra& C., 1915, Vol. II, p. 295.

¹² De acordo com o pesquisador Pasquale Petrone, pelo contexto em que aparecem nas Actas da Câmara, é mais provável que estivessem se referindo ao núcleo de Barueri e, como veremos ao longo desta dissertação, os jesuítas estavam à época disputando com os colonos o seu controle. Cf. PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 116, nota de rodapé 63. De acordo com Serafim Leite, em 1609 o padre Afonso Gago, levando como companheiro o padre João de Almeida, realizaram

Por se tratar de uma obra cujo enfoque era o surgimento do aldeamento de Mboy, com várias edições e de fácil acesso, os livros de Jordão tornaram-se uma verdadeira referência para o estudo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e do aldeamento indígena que um dia ali existiu, o que, do nosso ponto de vista, tem prejudicado a compreensão e análise desse monumento, que tem sido objeto de estudo e interesse de vários pesquisadores nas mais diversas áreas da academia.

Recentemente, outros pesquisadores dedicaram-se à pesquisa sobre a formação do Embu, mas muito pouco se avançou. Citamos como exemplo a dissertação de mestrado de Ivan Martins, cujo objetivo era justamente compreender e analisar a origem colonial da região. Infelizmente, acabou por realizar uma síntese do trabalho de Jordão, sem trabalhar com novas fontes, sem questionar as interpretações do autor, ou trazer novos elementos que pudessem nos ajudar a avançar na compreensão desse processo histórico.¹³

Com a exceção de Jordão, os demais ensaios dedicados à história de Mboy, os quais consideramos verdadeiros clássicos para sua compreensão, acreditam que sua formação tenha ocorrido somente no século XVII. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, em seu artigo *Capelas Antigas de São Paulo*, a partir da biografia do padre Belchior de Pontes (1752) e das “Relações de bens apreendidos” (1762), afirma que as terras onde foi erguida a primeira

uma missão junto aos Carijós, de onde teriam trazido mais de 1.500 índios, que em parte teriam sido colocados na aldeia dos *Maromirins*. Para o historiador, é com a vinda destes índios que se inicia este aldeamento. Desta sorte, a briga mencionada por Jordão refere-se na verdade à disputa entre padres e colonos sobre a administração desse aldeamento e pela distribuição dessa mão de obra. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia. Vol. 6, p. 233.

¹³ MARTINS, Ivan Barbosa. **A formação do Embu no período colonial: Intersecção entre a ação evangelizadora dos jesuítas no âmbito da política colonial e as decorrências simbólicas e culturais do encontro de missionários e indígenas**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: PUC/SP, 2007.

Embu teria pertencido ao casal Fernão Dias e sua mulher, Catarina Camacho, que, por meio de uma escritura realizada junto ao tabelião Simão Borges, aos 24 de janeiro de 1624, teriam doado todos os bens ao Colégio de Santo Inácio da Companhia de Jesus. A motivação seria o filho Francisco de Moraes, ingresso na ordem em 1621. A doação foi objeto de dúvidas e demandas, sendo, entretanto, confirmada por meio do testamento de Catarina, de 1655, aprovado em 1668.¹⁴

Holanda ainda aborda a transferência da aldeia de local, a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, ações que teriam sido realizadas pelo padre Belchior de Pontes. De acordo com o autor,

“A data dessa mudança pode ser fixada aproximadamente em fins do século XVII ou princípio do seguinte. Em todo o caso, depois de 1698, como vimos ao se tratar de Carapicuíba, a transferência dos índios dessa aldeia para ItapeERICA ocorreu por aquele ano e se o padre Belchior, como informa seu biógrafo, assistiu em Carapicuíba antes de ir para Embú.”¹⁵

O autor finaliza o artigo mencionando o altar e as imagens da igreja - sempre a partir da biografia do Padre Pontes (1752) - e a mudança da administração do aldeamento com a expulsão dos jesuítas (1759), que passou a ser realizada por padres seculares, aparecendo como pároco da aldeia, em 1777, o padre Inácio Rodrigues Barbosa.¹⁶

Dentre os autores que discorreram sobre a história do Embu, Serafim Leite tem importante destaque ao trazer dados e informações, até então inéditas, extraídas de arquivos

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capelas Antigas de São Paulo. **Revista do SPHAN**. Rio de Janeiro, 1941, nº5, p. 113-114.

¹⁵ Ibidem, p. 114.

¹⁶ Ibidem, p. 115.

consultados no exterior. Sua obra, no que diz respeito ao surgimento do aldeamento, segue a mesma linha de Holanda, considerando-a a partir da doação de Fernão Dias. De acordo com Leite, já em 1689 a aldeia do Embu aparece na documentação do ARSI¹⁷ ao ser mencionada pelo Padre Diogo Machado, ao relatar sobre as aldeias de São Paulo, citando a de N. S. do Rosário (Mboy) e N. S. dos Prazeres (Itapecerica), que juntas teriam mais de 900 almas “[...] às quais assistiam, ora numa, ora noutra, dois Religiosos.”¹⁸

Em 1693, Embu aparece na documentação jesuítica como aldeia de visita, o que ocorria somente aos domingos.¹⁹ Em 1757, ainda de acordo com Leite, Embu teria 261 indígenas.²⁰ No entanto suas contribuições não se limitam a isso, ele nos trouxe novas e importantes informações em relação à construção do complexo igreja e residência. Segundo ele,

“Alguns anos mais tarde, o P. Domingos Machado ergueu pequena Residência ao lado, no estilo das casas da Companhia, com o seu pátio interno. Domingos Machado [...] aparece superior de Embu em 1720 e em 1748. [...]. Ora a aprovação do livro do P. Manuel da Fonseca tem a data, em Lisboa, de 1751. O triênio de 1748 a 1751 indicaria a construção da Residência de Embu, a não ser que se prefira aquele primeiro período de 1720 e não se exclui a hipótese de o P. Domingos Machado ter sido superior de Embu mais alguma vez, nesse longo prazo de 28 anos. É período de mingua nos Catálogos. Também em nenhum dos existentes vem o P. Belchior de Pontes como superior de Embu, o que fixaria a data da construção da Igreja. Em todos os que existem, só em dois seguidos, 1692 e

¹⁷ Archivum Romanum Societatis Iesu. Trata-se do arquivo geral da Companhia de Jesus localizado na cidade de Roma na Itália.

¹⁸ Essa informação o autor extraiu de: ARSI, Bras. 3(2), Fl. 270v. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 357.

¹⁹ Essa informação o autor extraiu de: ARSI, Bras. 9, Fl. 380. Cf. LEITE, Serafim. *Ibidem*, p. 359.

²⁰ LEITE, Serafim. *Ibidem*, p. 361.

1694, aparece Belchior de Pontes como Superior, mas de Carapicuíba. Em todo o caso, a Ânuia de 1735 traz uma indicação precisa, a saber que se fêz de novo a *Capela-mor e a Capela colateral*, obra na verdade, bem esculpida, e artisticamente dourada. A esta data era Superior da Aldeia de Embu o P. José de Moura [...].”²¹

Por fim, o autor conclui o texto fazendo referência ao tombamento (1938) e restauro (1939-1940) realizados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN.

Outro pesquisador que também escreveu a respeito da história do aldeamento foi Leonardo Arroyo no capítulo *Nossa Senhora do Rosário do Embu (O Mboy das Lendas)*, publicado em seu livro *Igrejas de São Paulo*.²² Na obra, o autor faz um percurso semelhante ao de Sérgio Buarque. Traz um breve histórico sobre a origem e significado do topônimo Mboy, menciona a primeira vez em que o nome do rio surge na documentação, o que teria ocorrido no inventário de João de Sant’Anna (1612), em uma “*escriptura da terça parte de uma legua de terras que lhe vendeu Martim Rodrigues dos mattos de Bohi*,” indicando já no início do XVII a existência de outros colonos na região, dentre eles o Capitão Álvaro Luiz do Valle, Gonçalo Fernandes Góes e Mathias de Oliveira.²³ Ainda para este autor, a aldeia teria tido origem a partir da fazenda de Fernão Dias doada aos jesuítas em 1624. De acordo com Arroyo, a primeira referência feita à igreja de Nossa Senhora do Rosário só aparece em 1668, no testamento da doadora, sublinhando

²¹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Lisboa: Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 359-360.

²² ARROYO, Leonardo. *Nossa Senhora do Rosário do Embu (O Mboy das Lendas)*. In: **Igrejas de São Paulo**. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

²³ *Ibidem*, p. 132.

“Por ocasião da primeira doação de Fernão Dias Pais e Catarina Camacho, era bem possível que já existisse a igreja na fazenda, época aliás, que parece determinar a entrada do filho do casal para o Colégio dos jesuítas, onde se ordenaria [...]. Vê se, portanto, quão antiga é a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embu, nascida da piedosa devoção de Catarina [...]”²⁴

No excerto, o autor, apesar de conhecer e inclusive citar que a atual igreja teria sido construída pelo padre Pontes, parece confundir aqui sua datação. É importante destacar que a devoção mariana à Nossa Senhora do Rosário, na região de Mboy, é antiga, no entanto o atual templo, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, aparece em um segundo momento na história da localidade. Tal “confusão” também ocorre em relação à decoração e às imagens do templo. Arroyo, tomando como base a biografia do padre Belchior de Pontes (1752), interpreta que teria sido ele o responsável por confeccioná-las, informações que não procedem. De acordo a biografia, o padre Belchior de Pontes teria construído a igreja de

“[...] Nossa Senhora do Rozario, **colocando** nella huma formozza Imagem, [...]. Vê-se hoje este Templo ornado de hum formoso retabolo de talha primorozamente lavrado, e ja dourado: nem lhe faltaõ preciosos ornamentos, com que se celebre o Santo Sacrificio da Missa; porque **ainda que naquelles tempos não pode o Padre** [Pontes] **orná-lo**, não faltaraõ com tudo sucessores, os quaes levados da devoçaõ, que tinhaõ á Senhora, fizeraõ todo o possivel, para que naquelle ainda que pequeno palacio estivesse com a decencia, que se lhe devia como a Rainha.”²⁵

²⁴ ARROYO, Leonardo. Nossa Senhora do Rosário do Embu (O Mboy das Lendas). In: **Igrejas de São Paulo**. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p. 133.

²⁵ Colocar não é o mesmo que confeccionar. Também fica claro no texto que o padre Pontes não foi o responsável pela decoração da igreja. Cf. FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de**

A respeito da mudança que ocasionou na construção da nova igreja, Arroyo entende que a aldeia, quando transmitida aos cuidados do padre Belchior, estaria em decadência e essa seria a razão de sua transferência de local. Ele atribui a mudança a 1698, tomando como base a hipótese de Sergio Buarque de Holanda.²⁶ O autor ainda menciona, sem problematizar, duas vereações da Câmara nas quais o aldeamento de Mboy é citado. Em 1678, o motivo teria sido a retirada de índios pertencentes às aldeia régias que estariam ilegalmente junto aos jesuítas, nas aldeias de Carapicuíba e Bohi. A segunda vereação, na qual aparece uma referência ao aldeamento ocorre em 1695, sobre a proibição, por parte dos colonos, de alugar índios da aldeia de Bohi.²⁷

Em relação à construção do templo e da residência, por ter tido acesso ao texto de Serafim Leite, o autor incorpora estes dados, realizando as mesmas datações propostas pelo historiador jesuíta. Uma outra contribuição trazida por Arroyo são as informações extraídas do livro tombo da igreja de Nossa Senhora do Rosário. A partir das anotações de uma visita pastoral de 1909, redigida pelo então Arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arroyo traz uma relação dos religiosos que teriam atuado na igreja. Seriam eles os padres José do Vale (1755), Tomaz Vilanova (1759) e o padre José de Castilho (também em 1759), considerado o último jesuíta a atuar no local. Depois, teríamos o início de uma série de sacerdotes seculares a partir do padre Inácio Rodrigues Barbosa, padre José Joaquim da Silva (1795-1807), José Jacinto Pereira (1808), André Joaquim da Silva Macaré (1816-1823),

Pontes SJ. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 142. Grifo nosso.

²⁶ ARROYO, Leonardo. Nossa Senhora do Rosário do Embu (O Mboy das Lendas). In: **Igrejas de São Paulo.** Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p. 135.

²⁷ Ibidem, p. 133-134.

Alexandre Gomes de Azevedo (1824-1827), Rafael Antonio de Barros, (1825) e novamente o padre José [sic] Joaquim da Silva Macaré²⁸ (1828-1843).²⁹

Arroyo, a partir do relato de D. Duarte (1909), atribui parte do acervo da igreja ao padre diocesano André Joaquim da Silva Macaré - peças que hoje integram o acervo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas. Por fim, faz um histórico sobre a situação político-administrativo da cidade ao longo do século XIX, concluindo o capítulo dissertando a respeito da administração da igreja realizada, na ocasião, pela Fundação Maria Auxiliadora já no século XX.

Por fim, o último trabalho que gostaríamos de abordar neste breve balanço é o de Joaquim Gil Pinheiro, *Memórias de Mboy: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar*.³⁰ O autor possuiu, na primeira década do século XX, um chalé no povoado de Mboy e, impressionado com os costumes ditos da “roça”, de uma população simples, caipira, resolveu narrar a história da localidade. Infelizmente, o autor não cita todas as fontes que utiliza. No entanto, traz algumas transcrições de documentos, sobretudo de acontecimentos referentes ao século XIX, dados sobre a população, o estado da igreja e do convento. Mas a grande contribuição deste trabalho está em seu caráter etnográfico, ao registrar as tradições e os

²⁸ No livro tombo não está escrito José Joaquim da Silva Macaré. O correto é André Joaquim da Silva Macaré, padre que atuou em dois períodos na igreja de Nossa Senhora do Rosário.

²⁹ ARROYO, Leonardo. Nossa Senhora do Rosário do Embu (O Mboy das Lendas). In: **Igrejas de São Paulo**. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954, p. 138.

³⁰ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910. 1ª edição. A obra contou com uma segunda edição que sofreu alguns acréscimos e supressões **Os costumes da Roça ou Memorias de Mboy: etnographicas, historicas e etymologicas**. São Paulo: Empreza Graphica Moderna, 1911.

últimos vestígios do legado indígena e jesuíta, ainda observáveis no povoado no início do século XX, tanto do ponto vista material quanto imaterial.

Apesar das afirmações, interpretações e análises feitas por Gil Pinheiro serem curiosas e algumas carecerem de provas documentais, por ele ter realizado um trabalho etnográfico, partimos do pressuposto que observou, coletou relatos, experiências e viu os últimos vestígios de antigas casas e estruturas do povoado. Sendo assim, para nós é possível que, em alguma medida, ele traga dados passíveis de serem considerados, ou ao menos, de uma maneira de recuperar a síntese que esses antigos moradores produziram, ao longo do tempo, acerca de sua própria história.

Sobre a formação do aldeamento, Pinheiro também o entende como uma consequência da doação realizada aos jesuítas, pese propor uma análise a partir do que teria motivado Fernão Dias a se instalar na localidade. Para ele, Fernão teria sido administrador geral das aldeias do padroado real e sua família seria proprietária de uma grande extensão de terras na região dos Pinheiros, “*com seis leguas de extensão, que passava alem das terras de Mboy.*”³¹ Por este motivo, para melhor vigiar as aldeias de Itapecerica e Carapicuíba, teria se estabelecido no meio do caminho, nas terras de seu pai, dando início aí a sua fazenda chamada Mboy, em decorrência do rio de mesmo nome que cortava o local. Ou como referiu

“[...] construindo perto della a casa de taipa, assente na encosta de um monte, vulgarmente chamado Synagoga [...], para sua residencia, de seus escravos e aggregados, pois que os pinheiros que o padre Manoel da Fonseca³² nos fala em seu livro [...] - foram plantados por aquelle por se acharem symetricamente alinhados, dos quaes ainda existem alguns, na tapéra onde

³¹ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar.** Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. 1ª edição. São Paulo. Agosto de 1910, p. 25.

³² Refere-se ao autor da biografia sobre o padre Belchior de Pontes, de 1752.

até ha poucos annos se encontravam vestigios das paredes de taipa da referida casa.”³³

Apesar de não concordarmos que Fernão teria se instalado nas terras do pai com o objetivo de vigiar as aldeias de Carapicuíba e Itapecerica, consideramos importante os dados trazidos a respeito da sede da fazenda e a referência feita à lagoa que ficava entre a igreja e a suposta antiga sede. Na análise de Pinheiro,

“O maior característico de que ali houve uma fazenda é a grande represa de agua da ribeira de Mboy, para a força motora de engenhos de canna de assucar, farinha, monjolos, criação de aves aquaticas, peixes, etc. Esta represa ou tanque, [...] supponho ser feito por gente de Fernando Dias Paes Leme, por estar quasi em frente à tapera onde esteve a casa ou séde de sua fazenda [...]”.³⁴

Do ponto de vista da estrutura dessas fazendas do período colonial, era de extrema importância o acesso e proximidade à água para tornar possível a realização de benfeitorias, e o desenvolvimento de moinhos e engenhos. Infelizmente, a lagoa em questão foi aterrada na década de 1980, antes que fosse possível a realização de um trabalho arqueológico. No entanto a indicação feita, no início do século passado, de que a referida lagoa não era natural, é um forte indício a respeito da finalidade econômica daquela propriedade, independentemente se sua construção fora realizada no século XVII ou na centúria seguinte. De qualquer modo, temos informações da existência de moinhos entre o aldeamento de Mboy e Itapecerica, algo que reforça a teoria de que a escolha daquela localidade, próxima a rios,

³³ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do logar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. 1ª edição. São Paulo. Agosto de 1910, p. 25-26.

³⁴ Ibidem, p. 26.

tanto para fundação do aldeamento, quanto para sede da fazenda do casal, fora planejada visando ao uso produtivo da terra.

Para a escolha do local onde seria construída a nova igreja, Pinheiro traz uma teoria também curiosa. Segundo o autor, o padre Pontes, visando atender bem aos seus paroquianos, resolveu construir a igreja em frente à casa onde residia, a uns duzentos metros de distância na mesma fazenda, pois ali começaram a se juntar outras pessoas, como agregados e escravos. Para Pinheiro, o padre Pontes não teria mudado, de fato, a aldeia de local, apenas teria construído uma nova igreja, ampla e digna para seus membros, bem próxima ao antigo sítio.³⁵

*

Os trabalhos aqui mencionados foram, de fato, aqueles que nos serviram de ponto de partida para o presente estudo, ou que nos lançou para as primeiras indagações e inquietações a respeito das razões que levaram ao surgimento do aldeamento e de que modo aquele espaço, ao longo dos séculos, foi se constituindo em um lugar de memória e referência cultural, inclusive institucionalizadas.

A partir das fontes documentais citadas, das hipóteses levantadas, do percurso utilizado por cada autor para construir sua narrativa, foi possível observar o modo pelo qual a documentação foi usada para estruturar tais trabalhos. Dentro deste processo, nos identificamos com os pressupostos de Certeau, para quem, em histórias

³⁵ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. 1ª edição. São Paulo. Agosto de 1910, p. 29.

“[...] tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto proposto *a priori*. Ele forma a ‘coleção’. Constitui as coisas em um “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard; ele as exila da prática para estabelecê-las como objetos ‘abstratos’ de um saber. Longe de aceitar os ‘dados’, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que os destinam a um reemprego coerente.”³⁶

Dessa forma, após a leitura da bibliografia básica, o passo seguinte foi compreender quais haviam sido as principais fontes históricas reunidas e utilizadas para a construção das narrativas acerca do aldeamento. Nesse ponto, chegamos às “*Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*”³⁷, documento que, com exceção de Joaquim Gil Pinheiro - que parece não o ter consultado, foi utilizado por todos os pesquisadores que se dedicaram ao tema. É neste documento em que temos a narrativa da história do aldeamento de Mboy, servindo de base para a construção da atual interpretação sobre o seu surgimento e implantação.

³⁶ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 69.

³⁷ O documento foi publicado pela primeira vez no Jornal Correio Paulistano em 1866, posteriormente, foi publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, em 1915. Cf. 1762. *Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 337-378.

Depois, tendo os marcos e referenciais estabelecidos pelas “*Relações de bens...*”, fomos aos arquivos onde *copiamos, transcrevemos, fotografamos*, a fim de constituir a nossa própria *coleção* a respeito de Mboy, buscando sempre preencher ao máximo, as lacunas do nosso objeto de estudo, para melhor compreendê-lo e analisá-lo. Deste modo, convidamos o leitor a percorrer conosco o caminho que trilhamos até chegar aqui, como forma de demonstrar de onde partimos e do local sobre o qual falamos, pois acreditamos que somente assim, haverá uma compreensão das perguntas feitas e das respostas alcançadas na construção dessa dissertação.³⁸

1.1. As relações de bens, as fontes e os problemas

Como mencionamos anteriormente, grande parte dos autores dedicados ao estudo do aldeamento de Mboy, usaram como principal fonte primária o documento “*Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*” em 1762.

Como consequência da expulsão dos inacianos em 1759, foi realizado em seguida o confisco do patrimônio da ordem, processo que culminou na concentração e produção de uma série de documentos, cujo principal intuito era relatar, de forma detalhada ao rei Dom José e seu Ministro, o Conde de Oeiras, o patrimônio acumulado pelos jesuítas ao longo de mais de

³⁸ “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: [...]. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.” Cf. CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 47.

dois séculos de missionação.³⁹ É dentro desse contexto maior que as “*Relações de bens...*” foram produzidas.

Em abril de 1762, o Conde de Bobadella, dando cumprimento às ordens do rei, solicita a produção de duas relações a respeito dos bens confiscados aos jesuítas atuantes em São Paulo.⁴⁰ A primeira relação deveria informar os bens e privilégios concedidos pela Coroa e que para ela voltariam por direito de reversão como mercês, fundos de terras e outras coisas semelhantes. A segunda consistia,

“[...] nos bens de Rays, que se acharem gravados com capellas de Missas, suffragios, obras pias e outras de semelhante natureza; Declarandosse na dita Rellação 1º os nomes do Instetuidores; 2º os titulos pelos quaes dispozerão; 3º as obras pias que ordenarão; 4º os bens e rendas que deixarão para cumprimento de suas dispoziçoens; 5º o que annualmente rendem, certa ou incertamente todos e cada hum dos bens sujeitos á capellas ou as dispozições de que se tratar; e ultimamente 6º o que cada hua destas capellas, ou Instetuições, fica livre para os respectivos Administradores, ou falta para o cumprimento dos legados.”⁴¹

Em resposta à ordem, o escrivão Manoel da Costa Couto, juntamente com o Desembargador da cidade do Rio de Janeiro informaram,

³⁹ Para saber mais, recomendamos a leitura do trabalho do pesquisador Fabrício Lyrio Santos que dá enfoque ao processo ocorrido no Estado da Bahia. Cf. SANTOS, Fabrício Lyrio. **Te Deum Laudamus: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758- 1763)**. Dissertação de Mestrado. Salvador/BA: UFBA, 2002.

⁴⁰ A solicitação do rei foi feita por meio de carta datada de 17/10/1761. Cf. 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 341.

⁴¹ Ibidem, p. 339-340.

“[...] entramos a **rever os Cartorios dos ditos Collegios que se achão em poder** dele Dezembargador Juis Commisario examinamos todos os titulos, documentos, livros, e papeis, e delles não podemos descobrir nem achamos titullo algum a respeito de bens que sahisses da Real Coroa, como Mercês de ordinarias, tenças de dinheiro, ou de fundos de terra, e outras semelhantes; nem achamos noticia, que os referidos Collegios, que forão dos Padres Jezuitas possuissem alguns dos referidos bens. E por esta forma vai satisfeito a primeira parte da carta retro [...].”⁴²

Satisfeita a primeira exigência da Coroa, dar-se-ia início à elaboração da segunda relação que, a partir de uma considerável massa documental, pertencente ao antigo cartório dos colégios de Santos e São Paulo, o escrivão e o desembargador iniciam o relato. Nas “*Relações...*” temos a descrição de como os jesuítas adquiriram alguns bens em São Paulo, como a fazenda de Araçariguama, terras na região de Sorocaba, Guarany, Anhembi, Cubatão e as aldeias de Carapicuíba e Mboy. Note-se que outras fazendas e aldeias não são mencionadas no documento, como é o caso de Itapecerica, São José e a Fazenda de Santana. Isso se deve, muito provavelmente, pelo fato de estes bens não estarem atrelados a obras pias como capelas e outros tipos de obrigações.

É nesse documento que encontraremos a descrição de como o aldeamento de Mboy surgiu. A partir dele tomamos conhecimento que, em 24 de janeiro de 1624, Fernão Dias Pais Leme e Catarina Camacho fizeram doação de seus bens aos religiosos do Colégio de Santo Inácio da Companhia de Jesus

⁴² 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 340-341. Grifo nosso.

“[...] com a condição seguinte – Porque tudo dão e doão livremente a esta caza de S. Ignácio⁴³ sem ser necessária mais alguma outra doação que esta de presente fazem e só em suas vidas reservão cada um delles para si os uzos, e frutos que de toda esta fazenda lhes cabe prorata⁴⁴ e por quanto elles ditos Doadores Fernam Dias e a dita sua mulher Catherina Camacha tem muitos Índios da terra que descerão do sertão e por outras vias adquirirão e os tem e reconhecem a todos por livres e sem embargo disso se sentem com escrúpulo de conciencia pelo modo com que os deterão e tratarão por descargo de suas almas e conciencias e satisfação de que aos ditos Índios livres tem feito elles ambos em expecial fazem logo livre e irrevogável doação entrevivos de todos elles a dita caza de S. Ignácio e querem que os Relligiosos della os possuão logo e tomem posse delles [...]”⁴⁵

O casal, por desencargo de suas almas, entrega aos cuidados dos religiosos os “muitos índios da terra que descerão do sertão”.⁴⁶ No século XVIII, o historiador e genealogista Pedro Taques assim se referiu ao assunto

⁴³ Segundo Serafim Leite, na época a residência de Piratininga não era mais denominada como Casa de São Paulo, mas sim Casa de Santo Inácio. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 320.

⁴⁴ *Pro rata* é um termo jurídico de origem latina. É uma divisão realizada de acordo com uma proporção determinada. Trata-se de algo proporcionalmente estabelecido ou conforme a própria palavra indica, rateado. Neste sentido, o indivíduo deverá receber ou pagar determinado valor proporcionalmente.

⁴⁵ 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 368.

⁴⁶ John Manuel Monteiro diz que “Fernão Dias e Catarina Camacho legaram sua propriedade Nossa Senhora do Rosário e em torno de **seiscentos Carijós capturados no Sul**.” Apesar de precisar o número de 600 indígenas, o autor traz como referência apenas a publicação da Coleção de Documentos Interessantes (vol. 44), onde não há dados sobre a quantidade, muito menos a etnia dos índios, portanto, até o presente momento, não se sabe, ao certo, a etnia dos grupos indígenas que teriam sido aldeados em Mboy. No entanto, no século XVII, grande parte das expedições empreendidas, tanto por colonos, quanto por missionários, visavam os grupos indígenas pertencentes à matriz guarani no Sul do Brasil. Ainda de acordo com John Monteiro, “Do Chaco até o Atlântico, das capitanias do Sul até o rio da Prata, a presença guarani abrangia, no século XVI uma imensa área que hoje

“[...] Foi Fernão Dias potentado pelo domínio, que teve em um grande número de índios, que fez baixar do sertão com o poder das suas armas; e fundou a populosa aldêa chamada Imbohû, que, depois, por escritura de doação entre marido e mulher, cederam aos padres jesuítas do colégio de São Paulo [...].”⁴⁷

Para além da doação dos indígenas, feita de forma imediata, é mencionado que após a morte do casal todo seu patrimônio deveria ser repassado aos inacianos, reservando-se apenas, aos ditos doadores, o seu uso em vida. Segundo o documento, depois da doação e da posse dos bens realizadas pelos jesuítas, o casal teria feito testamento em 1651, no qual beneficiava os religiosos da ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo, deixando para eles uma légua de terras, um curral de gado, entre outras coisas que não são especificadas. Nesse momento, Fernão Dias teria instituído sua esposa como sua legítima herdeira.⁴⁸

Com a morte de Fernão, ainda em vida de sua esposa, essa doação teria gerado conflitos entre os padres jesuítas e carmelitas, questão solucionada somente em 08 de

inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes dos países vizinhos. Contudo, apesar do quadro sugerido pelas primeiras fontes escritas, os Guarani - conhecidos na época como Carijó ou Cario - não ocupavam esta vasta região de modo homogêneo ou exclusivo. A maior parte dos grupos locais encontrava-se nas florestas [...], ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná-Paraguai.” Cf. MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a História do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII. In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 476-477. Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 142-143. Grifo nosso.

⁴⁷ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA; Martins Editora, 1953, tomo III, p. 53.

⁴⁸ 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 369.

fevereiro de 1663 por meio de um acordo em que os inacianos pagariam aos padres do Carmo um curral de gado, com setenta cabeças e um escravo da Guiné, para que esses desistissem da demanda e dúvidas existentes sobre o assunto.⁴⁹ Ainda segundo a relação, Catarina Camacho, após a morte do marido, teria feito novo testamento, em 1655, no qual nomeava como herdeiro o reitor do colégio de Santo Inácio. Ele teria sido aprovado somente em 27 de julho de 1668 e dizia

“[...] na sua fazenda de Bohy tinha hua Igreja da Virgem do Rozario muito bem aparamentada pedia e rogava a seos herdeiros a conservem e augmentem solemnizando o seo dia quanto for possível. Declarou mais que o curral que tinha na dita fazenda hé da Virgem do Rozario, procedido de sete novilhos que lhe deo de esmola para a limpeza do seo altar e para o sustento dos Relligiozos asistentes na fazenda e para a festa da Snr^a. se dar a gente duas ou três rezes.”⁵⁰

Como condição para a efetivação da doação, ficava estipulado aos religiosos o atendimento de algumas obrigações para com a doadora, dentre elas: a conservação da igreja existente na fazenda⁵¹; a manutenção da festa de Nossa Senhora do Rosário; e de uma capela

⁴⁹ 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 369.

⁵⁰ Ibidem, p. 370.

⁵¹ Segundo o padre Manuel da Fonseca, o padre Belchior de Pontes é quem teria construído a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sendo o responsável por mudar de local a aldeia deixada pela doadora. É mais provável que no testamento trate-se de uma capela particular. Cf. FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro, 1932, p. 141-143.

dedicada ao Santo Crucifixo⁵² na igreja do colégio, local onde deveria ser enterrada.⁵³ Para além da doação dos índios, o documento também fala a respeito das terras da aldeia:

“Consta dos Títulos desta Aldeia compor-se esta de hua legoa de terras que foi da dita Doadora e mais novecentas braças místicas as assima as quaes trocarão por outras da mesma Doadora cituadas na paragem da Aldeia dos Pinheiros, achasse mais ter hua cismaria de duas legoas de terra e hua quadra na paragem onde chamão o monte Ibituruçu. Tem mais pertencente a esta doação hua, morada de cazas citas na cidade de S. Paullo.”⁵⁴

A partir dos fatos mencionados nas “*Relações de bens...*”, começamos a questionar dois importantes aspectos. O primeiro referia-se aos documentos que teriam sido utilizados para construir o relato; o segundo seria a existência de conflitos ao longo do processo de doação, deduzida a partir das menções feitas em relação às disputas entre as duas ordens religiosas, e pelo fato do doador, Fernão Dias, ter decidido incluir os carmelitas como beneficiários de seu espólio.

⁵² Pedro Taques, ao se referir ao legado, afirma que “Depois de deixaram herdeiro dos seus bens ao mesmo colégio, com a pensão de uma festa anual à imagem de Nossa Senhora do Desterro, colocada em um altar, fundado na igreja de mesmo colégio e estabeleceram jazigo para serem sepultados nele, como assim se verificou.” Cf. LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA; Martins Editora, 1953, Vol. 3, p. 53.

⁵³ Serafim Leite, em seu livro, cita um epitáfio latino, ao qual atribui ao túmulo da doadora, que dizia “Catarina, repousas aqui, para abraçares os pés de Cristo. Morreste ou vives? Onde é a tua verdadeira VIDA?”. Infelizmente, o autor não cita de onde extraiu tal excerto e até o momento não localizamos tal testemunho. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Vol. 6, nota de rodapé 6, p. 359.

⁵⁴ 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 370.

Chamava também atenção a inexistência nos demais trabalhos dedicados ao estudo do aldeamento de Mboy, a problematização de sua implantação, sobretudo a partir da perspectiva do exílio dos jesuítas da Capitania de São Vicente, entre os anos de 1640 e 1653, o que, cronologicamente, interferiria diretamente na administração de Mboy.

Sendo assim, foi a partir desses primeiros elementos e indagações que passamos a buscar compreender todas as etapas e atores sociais envolvidos no (longo) processo de implantação do aldeamento, o que nos impulsionou a realizar a pesquisa e o levantamento de novas fontes.

Assim buscamos, desde então, preencher algumas lacunas dessa história, visando ao entendimento do efetivo processo de ocupação da região de Mboy e a relevância dessa localidade dentro de uma estrutura maior, a de uma rede de aldeamentos da Companhia de Jesus em São Paulo. Dessa feita, julgamos que, antes de qualquer tentativa de compreensão do patrimônio material, hoje preservado no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, em Embu das Artes, é necessário entender as razões que levaram os padres a ali se instalarem, permanecerem e constituírem as bases materiais que possibilitariam, ao longo do tempo, produzir e também acumular um patrimônio de natureza artística e cultural formador de uma identidade naquele local.

1.2. A doação das terras de Mboy

No dia 24 de janeiro de 1624, Fernão Dias Paes Leme e sua esposa, Catarina Camacho, comunicaram na presença do tabelião Simão Borges Cerqueira o desejo, em prol de

suas almas, de doar toda sua fazenda⁵⁵ aos padres da Companhia de Jesus, representada na ocasião pelo superior da casa de Santo Inácio⁵⁶, o padre Francisco de Lemos⁵⁷. Antes de dar prosseguimento à matéria da doação, os benfeitores deixavam claro que,

“[...] elle dito fernam dias tem de prezemte maj e auo que são herdeiros seus forçados e ella dita caterina camacha ter maj viua e hu filho seu legitimo chamado Francisco de Moraes⁵⁸ religioso da companhia de jesus que tambem sam seus forçados herdeiros na forma que dispoem o d[irei]to pelo que declaravão tanto declaraõ ambos uniformemente q[u]e não pretendem por esta doassaõ entre vivos de [seus] bens prejudicar as legitimas de seus legitimis erdeiros mas so disporem de suas terssas i am declaram // que em caso que os ditos seus [h]erdeiros todos ou alguns deles faleçaõ ficand[o] elles ditos fernam dias e a dita sua molher a caterina camacha vivos todo o

⁵⁵ Termo empregado para designar todo o patrimônio que uma pessoa pode ter, incluindo bens de raiz, terras, quintais, riquezas, dinheiro e cabedais. Cf. Raphael Bluteau. **Vocabulario Portuguez & Latino**. 1728, Vol. 4, p. 48.

⁵⁶ De acordo com Serafim Leite, no século XVII a residência de Piratininga deixou de assim ser denominada, sendo renomeada Casa de Santo Inácio. Segundo o autor, a mudança de orago ocorreu por volta de 1611 e a referência aparece em uma carta *Ânua*, que diz o seguinte “A razão [da mudança] foi porque, chamando-se S. Paulo a própria Vila, e indo os moradores erguer a *nova* Igreja de S. Paulo [Matriz], pediu o Prelado e pareceu bem ao P. Provincial que a nossa Igreja e Casa, até aqui ilustrada com o nome de S. Paulo, se consagrasse agora a *Santo Inácio*, e assim ficasse também a *nova* Igreja, logo que se erigisse, pelo antigo costume que quando se ergue Igreja nova se consagre a nome novo. E assim poderiam ter os moradores mais fundadas esperanças de que, lançado na Vila o nome de Santo Inácio, também o teriam mais propício no céu, eles e a própria Vila.” Cf. *Litterae Brasiliae Provinciae Anni MDCXI, jussu P. Provincialis Henrici Gomes, pelo P. Francisco Fernandes*, Bras. 8, F.125v, apud LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália. Vol. 6, p. 394.

⁵⁷ De acordo com Serafim Leite, o padre Francisco de Lemos em 1628 era o Superior da Aldeia de Barueri, vindo a falecer naquele mesmo ano. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália, Vol. 6, p. 233.

⁵⁸ O padre Francisco de Moraes ingressou na Companhia de Jesus em 1621 na Bahia como estudante. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 319-320.

que por este respeito e lhes ficar de sua fazenda que ao presente tem ou ao diante tiverem querem que seja compreendido nesta doação [...].”⁵⁹

O termo de 1624 dizia que todos os bens existentes do casal, ou aqueles que viessem a possuir um dia, seriam compreendidos na doação. No entanto, em decorrência da existência de herdeiros legítimos foi necessário especificar que, naquele momento, tratava-se de apenas um terço dos bens, pois os doadores possuíam herdeiros forçados, ou seja, herdeiros legítimos que por força das leis de herança não se podiam excluir, preterir ou prejudicar.⁶⁰

Segundo as Ordenações Filipinas, mesmo os testadores não citando no documento a existência de herdeiros legítimos, a mesma somente é válida quando dispõe unicamente da terça parte. A *terça*, como o próprio nome já indica, consiste em um terço dos bens móveis, imóveis e outros direitos que o testador possui no momento de sua morte.⁶¹ Caso esta orientação não seja seguida, é necessário justificar o porquê de estar privando um dos familiares, e as razões precisam estar de acordo com as prescrições do código. Desse modo, a legislação tenta assegurar que a instituição de legatários não prejudique o patrimônio de uma família, ainda mais na ausência de seu provedor.

Na situação aqui em questão, a doação compreende apenas a terça parte dos testadores. No entanto, se por algum motivo os herdeiros legítimos morressem antes do casal, todo o patrimônio seria encaminhado aos padres jesuítas. À época, os herdeiros legítimos da

⁵⁹ 1624, fevereiro, 5. *Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, pasta Aldeamento 5, Fl. 1-1v.

⁶⁰ **Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por nadado d’El-Rey D. Philippe I.** 14^a Ed. segundo a primeira de 1603, e a nona de Coimbra de 1824. Com notas de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870, p. 911-912.

⁶¹ *Ibidem*, p. 912.

parte de Fernão Dias eram sua mãe, Lucrécia Leme, que viria a falecer somente em 1645⁶² e sua avó Leonor Leme, que veio a falecer em 1633.⁶³ Da parte de Catarina, ela afirma ter como herdeiros sua mãe, Paula Camacho⁶⁴ e seu filho o padre Francisco de Moraes. Logo, com exceção dos demais, o padre Francisco de Moraes possuía uma expectativa de vida bem maior, tornando-se assim o herdeiro mais provável. No entanto, por ter ingressado na Companhia de Jesus, ele próprio enquanto indivíduo, não poderia receber os bens de sua mãe tendo em vista as orientações das *Constituições da Companhia de Jesus*⁶⁵, nas quais ficava estabelecido aos que pretendiam entrar na Ordem que

“[...] antes de começar a viver sob a obediência em uma das suas residências ou colégios, devem distribuir todos os bens materiais que possuem, renunciar e dispor de todos os que esperem vir a ter. Em primeiro lugar, liquidando dívidas e satisfazendo obrigações, se as tiverem; e, neste caso, seja o mais depressa possível. E se não as têm, **apliquem os bens em obras boas e santas** [...]. Essa distribuição hão de fazê-la conforme a sua devoção

⁶² 1645. Inventário de Lucrecia Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 14, p. 313-343.

⁶³ 1633. Inventário de Leonor Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p. 5-19.

⁶⁴ Segundo Pedro Taques “[...] Catharina Camacho, filha de João Maciel e de sua mulher Paula Camacho, cujo casal veio da vila da do Minho para São Paulo com filhos e filhas; e foi essa família uma das primeiras que povoou a vila de São Paulo. Cf. LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA; Martins Editora, 1953, Vol. 3, p. 53.

⁶⁵ As *Constituições da Companhia de Jesus*, redigida por Santo Inácio de Loyola em 1554, trata-se do documento que dá forma ao corpo institucional da ordem. “[...] as *Constituições* não são regras estáticas, mas dinâmicas, descrevendo a aquisição de uma identidade e não a identidade em si mesma. Agir da maneira não é fazer a mesma coisa, muito pelo contrário. Definindo um estilo, uma maneira de proceder, as *Constituições* designam uma liberdade de agir a cada um, liberdade que idealmente todo jesuíta incorporado à identidade da Companhia saberá delimitar em fronteiras aceitáveis pela instituição.” CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 69.

pessoal, pondo de parte toda a esperança de tornar jamais a reaver esses bens.”⁶⁶

Tendo em vista tal contexto, é compreensível a interpretação realizada pela historiografia sobre a doação. Muitos acreditam que o casal Fernão e Catarina realizaram a doação motivados pelo ingresso do filho na Ordem. Serafim Leite, inclusive, atribui ao filho do casal um papel proeminente no processo de doação. Para ele, a “Casa de Piratininga” por muito tempo não funcionou como colégio canonicamente instituído, embora esse fosse o projeto do padre Manuel da Nóbrega quando a fundou.⁶⁷ Desse modo, a doação teria sido fundamental para sua instituição. Nas palavras do historiador, para “a ‘Casa’ ser ‘Colégio’ da Companhia requeriam-se bens fundados e suficientes, e é desse mesmo ano de 1624, a doação que o pai do Ir. Morais lhe fez das terras de Mboi (Embu). [...]. No catálogo de 1631, já São Paulo aparece ‘Colégio começado’ [...]”.⁶⁸

A distinção entre colégio e casa referia-se sobretudo ao caráter econômico. Os colégios podiam possuir bens próprios, enquanto as casas deveriam ser sustentadas por esmolas ou rendimentos, empregados exclusivamente para a formação e sustento dos escolásticos. Nos colégios, havia estudos secundários tanto para leigos, quanto para jesuítas,

⁶⁶ **Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação.** São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 50. Grifo nosso.

⁶⁷ Do ponto de vista da estrutura institucional da Companhia de Jesus, é importante observar que no século XVI havia apenas três colégios: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. As demais localidades, como São Paulo, Espírito Santo e as aldeias espalhadas ao longo da costa, eram dependentes destes. Assim, o colégio de São Paulo, cuja existência foi efêmera no século XVI, dependia do Colégio do Rio de Janeiro, servindo de moradia a poucos padres e irmãos, que ministravam aulas elementares à população local e, quando possível, realizavam a catequese dos índios nas fazendas, engenhos e aldeias próximas. Assim, ao longo do século XVI teremos em São Paulo apenas uma residência, a Casa de Piratininga.

⁶⁸ LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 319-320.

enquanto nas casas apenas estudos elementares para os de fora, sobretudo voltados para a catequese.⁶⁹

Nos primeiros anos de missionação no planalto, do ponto de vista jurídico, a Casa de Piratininga, durante certo tempo, esteve na condição de Colégio de Meninos, uma espécie de orfanato, e nesse caso, os bens pertenciam aos internos, apesar da administração ser realizada pelos religiosos.⁷⁰ O intuito do padre Manuel da Nóbrega, de instituir canonicamente um Colégio em São Paulo, foi alcançado durante um curto período de tempo no século XVI, alternando com o Colégio de São Vicente, ora existindo um, ora o outro. Em 1567, o visitador Inácio de Azevedo ordenou que o Colégio do sul tivesse sua sede no Rio de Janeiro, ficando São Paulo sem colégio até meados do século XVII.⁷¹

De acordo com Leite, em 1624, Francisco de Moraes estaria em São Paulo e teria, de certo modo, influenciado em tal decisão. Entretanto, na *Carta de Doação* redigida à época, ele não aparece entre as testemunhas, nem é dito que a doação visava à dotação para instituição do colégio, o que deveria ter sido mencionado caso esse fosse o principal objetivo. Na doação, também não é feita qualquer tipo de menção à localização das terras, nem que estas seriam na região de Mboy.⁷²

⁶⁹ LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Tomo I, 1938, p. 109.

⁷⁰ Ibidem, p. 297.

⁷¹ Ibidem, p. 301.

⁷² O título de “fundador” do Colégio de São Paulo foi consagrado à Amador Bueno da Veiga no século XVIII, em decorrência de uma dotação realizada pelo benfeitor de 20.000 cruzados. Em 1706, ele recebeu uma “carta de irmandade” em agradecimento. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugalia, 1945, Tomo VI, p. 395-396. De acordo com o pesquisador Raimundo Moreira, as cartas de irmandade eram uma espécie de estratégia utilizada pelos padres jesuítas como uma forma de agraciar os grandes benfeitores da missão. Tratava-se de uma das inúmeras estratégias dos inicianos para angariar o apoio e proteção social e política na sociedade colonial. Cf. NEVES

A dotação para a instituição de um colégio era um ato solene de grande importância, sendo inclusive prescrito nas *Constituições*. No capítulo sobre a *Memória dos fundadores e benfeitores dos colégios*, Santo Inácio define a forma como a Companhia de Jesus deveria, em memória de seus benfeitores, retribuir e demonstrar sua eterna gratidão. Recomendava, dessa maneira, que a ordem deveria corresponder à bondade e generosidade dos benfeitores e, nesse sentido, semanalmente, deveriam ser ditas, de forma perpétua, missa nos colégios em sua homenagem. Além disso, todos os sacerdotes que viessem a residir no colégio ficavam eternamente obrigados a celebrar, todos os meses, uma missa em sua memória.⁷³

Outro ponto levantado por Leite, que merece atenção, seria sobre a paternidade do padre Moraes até então atribuída a Fernão Dias. Como já vimos no termo de doação, o doador afirmava possuir apenas dois herdeiros legítimos - sua mãe e avó - enquanto Catarina reconhecia ter um filho. De maneira geral, a historiografia sempre relatou que o padre Francisco de Moraes era filho de Fernão, por isso a motivação de ajudar e beneficiar os inacianos. No entanto os dados levantados remetem para uma informação diversa. Em 1651, por exemplo, no testamento do casal era dito que,

“[...] sendo *Nosso Senhor* servido levarme desta vida primeiro *que* minha mulher Catherina Camacha lhe deixo toda minha fazenda e remaneçente de minha terça e se lhe entregue tudo *que* esta he minha vontade porque **naõ tenho erdeiro ninhú forçado** declarando e pedindo lhe se de comprimento como tenho ordenado [...]. E eu Catherina camacha sendo *Deus* servido levar-me primeiro deixo minha terça a meu marido Fernam Dias leme

NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 21.

⁷³ **Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 118.

porque o mais que me pertences **ficara a meu filho** o Padre Francisco de Moraes Religiozo da companhia de IESU como **meu legitimo erdeiro**.”⁷⁴

Como já apontamos anteriormente, para que um filho fosse deserdado, era necessário explicitar os motivos, os quais deveriam estar de acordo com as *Ordenações*. Tal ato seria aceito apenas em casos nos quais os filhos fossem violentos com os pais; se os constrangessem em praça pública; se os acusassem de algum crime; se atentassem contra sua vida; entre outros atos de natureza semelhante.⁷⁵ Como vimos, Catarina, em nenhum momento, titubeia em sua decisão, assim como seu esposo não justifica o motivo de estar deserdando o filho.⁷⁶

A possibilidade de Fernão ser padrasto do padre Francisco de Moraes reaparece em outro relato, em um processo datado de 1699, onde uma testemunha chamada João Machado Leme afirmava conhecer “[...] sempre o Padre Francisco de Moraes que des tem por posuidor das terras tendo nellas toda a casta de lavouras e moinho [...]. E dizia [ele Francisco] estar nas capueras de seu **padrasto** Fernão dias [...]”⁷⁷.

⁷⁴ 1653. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 2v. Grifo nosso.

⁷⁵ **Ordenações do Senhor Rey D. Manuel**. Livro IV. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, MDCCLXXXVII. p. 184-188.

⁷⁶ À época, para se ter um exemplo, era previsto pelas *Ordenações* que até mesmo os filhos naturais da terra, se reconhecidos no testamento, podiam herdar como herdeiros legítimos. Cf. **História de São Paulo Colonial**. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.)... [et al.]. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 63-64.

⁷⁷ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3. Grifo nosso.

Como se pode averiguar, Catarina deve ter enviuvado, trazendo para seu segundo casamento um filho.⁷⁸ Desta forma, acreditamos que a doação aos jesuítas, não se justifica apenas na chave de interpretação de que o casal teria doado seus bens, motivados pelo ingresso do filho à Ordem. Consideramos ser necessário colocar outros elementos em perspectiva para compreender a real motivação da família Pais Leme em empreender a doação de índios e terras à Companhia de Jesus.

Voltando à doação, no documento de 1624, é reforçado que enquanto os doadores permanecessem vivos, caberia a eles os usos e frutos do patrimônio acumulado, e somente após suas mortes, e as de seus herdeiros, os jesuítas poderiam tomar posse. Já em relação aos índios, a posse deveria ser imediata, ou como era referido

“[...] elles ditos fernam dias e a dita sua molher caterina camacha tem *muitos* jndios da terra que deseraõ do serto e per outras vias adqueriraõ e os tem e reconhesem a todos por livres e sem embargo disto se semtem com escrupulo de comsiencia pelo modo com que os desseraõ e trataraõ por descargo de suas almas e comsiencias e satisfação do que aos ditos jndios livres tem feito elles ambos e espessial fazem logo livres e irrevocavel doação emtre vivos de todos elles a dita caza de santo ignaço e querem que os religiosos della os possuão logo e tome pose delles o que fazem como dito he por descarguo de suas comsiencias por imtenderem que em nenhuma outra parte seraõ tambem tratados nem seraõ taõ acomodado o remedio corporal e espiritual de suas almas que he o premsi[pal] fim por que vieraõ do serto e tambem por imtenderem que os mesmos jndios isso querem e dezejaõ o que a si declaraõ a fim que em nenhum tempo seus [erdei]ros ou pessoa outra alguma possa

⁷⁸ Até o presente momento, não localizamos informações a respeito de quem teria sido esse suposto primeiro marido. O certo é que o padre Moraes nasceu em 1601, e Fernão e Catarina já estavam casados em 1605, pois ela é citada no inventário do sogro. Cf. 1605. Inventário de Fernando Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 1, p. 394-444.

pretender *direito* [n]os ditos jndios por na realidade da verdade em *direito* o não podem ter por serem elles todos livres como dito he e declaraõ mais por fim e remate desta [...].”⁷⁹

Para compreendermos a doação dos indígenas, e a repetição de termos como “*liberdade, livres, vontade, desejo*”, que aparecem com força no excerto, é preciso entender o que levou os doadores a buscar justificar a quantidade de indígenas sob seu domínio e a finalidade dos descimentos⁸⁰ realizados por Fernão Dias Pais Leme.

Fernão e Catarina, no termo de doação feito aos jesuítas, alegavam ter a sua disposição uma grande quantidade de índios trazidos do sertão e adquiridos por outras vias. Para aliviar suas consciências, justificaram que o real intento sempre foi a conversão dos índios e, por esse motivo, o entregavam ao Colégio de Santo Inácio, visando assim livrá-los de qualquer tipo de culpa.

À época da doação, Fernão Dias Pais Leme era capitão e procurador dos índios do aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Barueri⁸¹, um aldeamento do padroado régio, ou

⁷⁹ 1624, fevereiro, 5. *Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, pasta Aldeamento 5, Fl. 1v.

⁸⁰ “Descimento: transporte dos índios capturados no sertão pelos preadores de escravos, em direção ao litoral, para sedentarizá-lo nas implantações coloniais (cidades, engenhos de açúcar). A mesma palavra é empregada para as expedições empreendidas pelos missionários jesuítas, que conduzem os índios em direção aos aldeamentos, às fazendas e aos colégios jesuíticos.” ZERON, Carlos Alberto da Moura. **Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Século XVI e XVII)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 81.

⁸¹ Segundo Serafim Leite, na documentação da Companhia de Jesus, esse aldeamento aparece com diferentes denominações, às vezes em referência à possível etnia do grupo de moradores originais Marueri, ora em referência ao orago da aldeia N. S. da Escada ou da Apresentação: “Nossa Senhora da Escada e Apresentação de N. Senhora são denominações da mesma invocação (forma popular e forma litúrgica). Cf. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugal. Vol. 6, p. 233.

seja, um espaço concebido para a fixação, sedentarização e conversão das populações indígenas.⁸² Promovido pelo Governador das Minas e Capitanias do Sul Dom Francisco de Sousa⁸³, a criação do aldeamento de Barueri integrava um projeto maior, o de desenvolvimento econômico da Capitania de São Vicente a partir da extração de metais preciosos e da produção agrícola na região.

Os aldeamentos eram fundamentais para o projeto do governador, pois a efetividade de seu plano dependia de um número abundante de trabalhadores e, conseqüentemente, para aplicá-lo, era necessário dispor de grandes reservas de mão de obra, disponíveis nestes espaços. Assim, em poucos anos, Barueri se consolidou enquanto o maior e mais importante aldeamento do planalto paulista, tornando-se num recorrente ponto de disputa entre religiosos, colonos e representantes da Coroa. Assim sendo, parece ficar esclarecido que o aldeamento de

⁸² Os aldeamentos indígenas tiveram origem no século XVI como uma estratégia formulada pela Coroa portuguesa com o auxílio da Companhia de Jesus, visando a conversão dos povos nativos e a colonização da terra. Assim, em março de 1549, chega à Bahia Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil, acompanhado por funcionários da corte e por aqueles que justamente se dedicariam à evangelização dos índios: os religiosos da Companhia de Jesus, liderados pelo padre jesuíta Manuel da Nóbrega. O governador trazia consigo o que se considera o primeiro texto normativo estabelecido pela Coroa portuguesa no que toca à administração colonial: o *Regimento de Tomé de Sousa* (1548), que estabelecia as regras que regulariam as relações entre Coroa, colonos e índios. Enquanto representante da igreja, em decorrência da instituição do padroado régio, uma das justificativas expressas pelo rei no *regimento*, para se povoar a terra, seria o compromisso com a conversão dos povos nativos à fé católica. Deste modo, é importante frisar que, apesar do protagonismo da Companhia de Jesus no desenvolvimento e aplicação de um sistema de aldeamentos, seu embrião já estava presente no documento trazido pelo governador, onde aparecia de forma explícita, a recomendação do monarca para que os indígenas convertidos fossem aldeados, e que estas aldeais ficassem próximas “[...] das povoações das ditas Capitanias, para que conversem com os ditos Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé.” 1548, dezembro, 17. Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil. Cota: Lisboa, AHU, código 112. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf.

Acesso em julho de 2017.

⁸³ Dom Francisco de Souza foi governador das Minas e Capitanias do Sul de 1606 a 1611, ano de seu falecimento. Também foi governador geral do Brasil entre 1591 e 1602.

Barueri se tratava de um local importante e estratégico do qual, nosso personagem principal, Fernão Dias Pais Leme, era o capitão dos índios.⁸⁴

A instituição de capitães leigos nos aldeamentos do padroado real ocorreu com a promulgação da lei indigenista de 1611. A partir da nova legislação a administração temporal propriamente dita foi entregue aos capitães, cuja nomeação deveria ser feita pelo Governador. Aqueles que pretendessem o cargo, deveriam ser íntegros, de caráter, casados, abastados, e não poderia tirar qualquer tipo de vantagem pessoal, fazer parte ou integrar algum grupo de interesse. O mandato poderia durar até três anos e o capitão, além de administrar a aldeia, deveria realizar novas expedições rumo ao sertão, visando assim trazer novos grupos indígenas para o aldeamento. Deveria ensiná-los a trabalhar e garantir o fornecimento de trabalhadores hábeis para os demais colonos. Assim, segundo Georg Thomas,

“Sua primeira tarefa consistiria na administração e no ensino. Deveria instruir os índios no cultivo da terra e ensinar-lhes a usar ferramentas e outros instrumentos [...]. Além disso, deveria colocar à disposição do Governador ou da autoridade correspondente da capitania os índios do seu povoado que fossem necessários para eventuais trabalhos ‘a serviço do Rei’, quer dizer, como tropas auxiliares, em caso de guerra, ou como mão-de-obra em trabalhos públicos. Os plantadores [...] que precisassem de mão-de-obra índia poderiam procurar com o capitão repartição dos habitantes da aldeia, que poderiam ser empregados de acordo com as condições até então em

⁸⁴ De acordo com Monteiro: “Foi com este intuito que o mesmo d. Francisco patrocinou o estabelecimento de Barueri, situado a oeste da vila de São Paulo, relativamente próximo às recém-descobertas minas de Jaraguá e Voturuna. Inicialmente, ao que parece, concedeu-se aos jesuítas a incumbência de administrar os sacramentos aos residentes, predominantemente Carijó e Guaianá, reservado-se à Coroa o controle sobre a distribuição da mão-de-obra. Mas estas estipulações nunca foram claramente delimitadas e, por conseguinte, Barueri tornou-se objeto de conflito permanente entre interesses particulares, municipais, eclesiásticos e da Coroa.” Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 103.

vigor. [...] ao capitão corresponderia uma segunda tarefa: seria juiz nos casos controversos que os habitantes das aldeias tivessem entre si ou com pessoas fora dos povoados. A sua jurisdição estender-se-ia a multas de até dez cruzados ou a trinta dias de prisão [...].”⁸⁵

Fernão Dias Pais Leme evidentemente se encontrava dentro de tais parâmetros, o de um indivíduo de grande prestígio social e cabedais, tendo em vista a função que exercia em São Paulo. Em 1617, de acordo com o historiador Affonso Taunay, Fernão era reconduzido ao cargo de capitão, ao que auferimos a possibilidade de ele ter atuado na função em mais de uma ocasião, entre os anos de 1611 e 1617, tendo em vista a duração máxima no cargo de três anos.⁸⁶ Observe também que cabia a ele a repartição dos índios do maior aldeamento de São Paulo e a defesa dos interesses e direitos deles, ao somar ao cargo a atribuição de procurador⁸⁷.

Meses antes da doação aos jesuítas, Fernão realizou uma entrada no sertão a qual a câmara se opôs. Os conselheiros da Câmara, em seção de 2 de setembro de 1623, relatavam ter notícia que o capitão dos índios, Fernão Dias, pretendia ir ao sertão, e queria levar consigo

⁸⁵ THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981, p. 155-156.

⁸⁶ TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Typ. Ideal, 1924, Tomo I, p. 279.

⁸⁷ “Dada a evidente tendência dos colonizadores a desrespeitar as condições de utilização da mão-de-obra aldeada, um procurador dos índios é nomeado já em assento de 1566. Mencionado sempre como alguém encarregado de requerer a justiça por quem não a pode requerer por si, deve ser, e alguns documentos dizem-no expressamente, alguém que não possua nenhuma espécie de interesse a ser protegido, para que isso não interfira em seu julgamento. O procurador dos índios é mencionado no Alvará de 26/7/1596, na Lei de 9/4/1655 e no Regimento das Missões de 1686.” PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: O princípio da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 121.

alguns moradores, algo prejudicial para o povo devido ao número reduzido de homens que se encontravam na vila.⁸⁸ Em decorrência de tal proibição, no dia 16 de setembro do mesmo ano, era afixado quartel em local público proibindo a entrada e “[...] *que nenhuma pessoa de qualquer calidade e condição que seja va ao sertão nem a isso de conselho favor nem ajuda com pena de quem o contrario fizer pagar duzentos cruzados [...]*.”⁸⁹

No ano seguinte, aos 20 dias do mês de janeiro de 1624, portanto quatro dias antes da doação dos índios aos jesuítas, o procurador do conselho Lionel Furtado, denunciava a conduta do capitão Fernão Dias, e exigia da Câmara que, até então *não queria tomar seu requerimento e dar comprimento a lei de sua magestade sobre a liberdade dos índios*, o fizesse. Ele pedia para se

“[...] dar comprimento a lei de sua magestade sobre a liberdade dos índios e *que mandassem fazer prátiqua aos índios da aldeã de marueri que novamente tinham desido do sertão de como **erão livres e libertos** conforme a dita lei e mandassem **fazer eventario dos índios da dita aldeã assim dos novamente desidos como dos moradores da dita aldeia** porquanto era*

⁸⁸ 1623, setembro, 2. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 50.

⁸⁹ 1623, setembro, 16. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 53. O historiador Affonso Taunay chama a atenção ao fato dos camaristas de São Paulo, nas Actas da Câmara, buscarem repetidamente frear o movimento sertanista. No entanto, segundo o autor “Parece-nos comtudo que os diversos termos das actas em que se procura cohibir a expansão sertanista são insinceros, quiçá para armar a effeito perante os ouvidores e as demais autoridades da capitania ou do Estado, quando a S. Paulo viessem em correição ou em visita, afim de que restassem documentos da supposta boa vontade com que a Camara procurava obedecer ás injuncções das cartas regias. A socapa favorecia o conselho taes entradas em que tomavam parte os personagens de maior destaque da villa. Nem havia juiz ou vereador que nellas não achasse directa ou indirectamente interessado.” TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Typ. Ideal, 1924, Tomo I, p. 162.

enformado *que* se despejava a aldeã e se alheava os índios *sem* o capitão dos ditos índios dar razão delles [...].”⁹⁰

Na denúncia ficava exposto que Fernão Dias *despejava a aldeia e alheava os índios*, sugerindo seu beneficiamento pessoal na administração. Sendo assim, não haveria o controle sobre quais índios já pertenceriam ao aldeamento de Barueri, a quantidade daqueles que estavam com outros moradores, e quais teriam sido recentemente descidos, em decorrência da última entrada realizada em 1623. Lembrando que a estratégia dos descimentos consistia no convencimento de grupos indígenas no sertão, para que passassem a residir nos aldeamentos da Coroa, próximos aos núcleos coloniais, visando assim sua evangelização, o fornecimento de mão de obra e a proteção das vilas. De acordo com as recomendações previstas na legislação da época, essas ações deveriam ocorrer por meio da persuasão, sem qualquer tipo de violência, e as entradas poderiam ser realizadas por missionários, ou por grupos liderados por estes, como sugeria, aliás, o padre Manoel da Nóbrega, autor do *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556).⁹¹

⁹⁰ 1624, janeiro, 20. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & Cª, Vol. III, 1915, p. 77. Grifo nosso.

⁹¹ O padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) foi o responsável por formular o projeto de conversão dos indígenas, a partir de sua fixação nos aldeamentos, local privilegiado para o constante policiamento e controle dos costumes dos nativos. A formulação de tais ideias aparecem no *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, redigido em 1556, que versava justamente sobre os desafios e dificuldades da conversão dos povos nativos. A partir do diálogo, Nóbrega expressa que a conversão só seria possível por meio da sujeição, que deveria ser moderada, impondo um comportamento civil aos índios, transformando seus costumes. O projeto se concretiza a partir do apoio de Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil que chega à Bahia em 1557, estabelecendo oficialmente o regime dos *aldeamentos*. O *Diálogo* é uma espécie de proposta de reforma dos métodos de evangelização tendo em vista a chegada do novo governador, permitindo aos jesuítas, para além de uma educação religiosa, aplicar uma educação civil aos índios. Nóbrega, não defendia a evangelização pela força, no entanto, os índios seriam convertidos ao se submeterem aos padres, por medo da ação das autoridades coloniais. Segundo EISENBERG (2000, p. 90) “A sutileza na concepção dessa reforma é que ela possibilita a Nóbrega argumentar que o medo

Na prática, sabe-se dos muitos abusos ocorridos neste processo, existindo entradas ilegais, geralmente acompanhadas por ações violentas.⁹² E, com a lei de 10 de setembro de 1611, os jesuítas perderam a exclusividade na realização destas entradas, assim como a administração temporal dos aldeamentos passaram a ser realizadas, do ponto de vista legal, pelos colonos.⁹³ Assim sendo, quando os indígenas chegavam à vila, eles eram encaminhados para as aldeias da Coroa, e a partir daquele instante, ficavam à disposição dos moradores. De

servil somente entra como modo de *preparar* as almas dos índios para receber a fé cristã, e não como instrumento direto de conversão. Restava aos índios a liberdade de escolher que caminho tomar. Nóbrega estava consciente da linha tênue que separa *força* e *persuasão*.” É desta forma que o Governador Mem de Sá, com o auxílio de Nóbrega, elaboram um plano para a criação e gestão das aldeias do padroado real cuja orientação se estendeu ao longo dos séculos XVI e XVII. Cf. EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000; Cf. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

⁹² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: O princípio da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII), In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 118.

⁹³ Gostaríamos de pontuar ao leitor que a Coroa, buscando conciliar as tensões entre jesuítas e colonos, em diversos momentos promulgou leis e decretos buscando a conciliação entre as partes, ora beneficiando um, ora outro. Antes da lei de 1611, que prejudicou a Companhia de Jesus de maneira direta em relação à matéria, existiram outros decretos que permitiram aos jesuítas intermediar e se envolver, cada vez mais, nas questões da administração temporal. Em 1587, por exemplo, o rei concedeu aos jesuítas a exclusividade da gestão da rede de aldeamentos da Coroa, que já se encontrava implantada ao longo de toda a costa brasileira, tornando os religiosos intermediários obrigatórios para o acesso aos índios aldeados. No entanto, aos colonos ainda era possível realizar descimentos, e manter indígenas livres em suas fazendas e engenhos, desde que realizassem sua doutrinação. Já o decreto de 1596, concedeu aos inácianos o poder de intermediar a relação de trabalho entre índios e colonos. Os indígenas não poderiam mais ser mantidos nas propriedades dos portugueses, por períodos que excedessem dois meses, sendo obrigatório o pagamento de salário, que seria cobrado pelos religiosos. O documento também conferiu aos inácianos a exclusividade de realizar os descimentos, visando assim o aumento e a manutenção dos aldeamentos. Cf. ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009, p. 47-49.

acordo com Beatriz Perrone, a repartição da mão de obra deveria ocorrer de forma a não atrapalhar o desenvolvimento do aldeamento, sendo obrigatória a permanência de parte do contingente no local, visando assim seu sustento para garantir a sobrevivência do grupo.⁹⁴ De acordo com a autora, apesar da obrigatoriedade do pagamento de salários, e a fixação de um tempo máximo de serviço, na documentação abundam casos de infração, por parte dos moradores, às normas de repartição e utilização, coexistindo assim um total desrespeito à liberdade dos índios e às diversas legislações que, ao longo do período, foram criadas visando sua regulação.⁹⁵

Ainda em prosseguimento à denúncia feita na Câmara, em 1624 contra Fernão Dias, era dito que de acordo com a lei de sua majestade, o capitão dos índios deveria

⁹⁴ “Em alguns momentos estabelece-se uma repartição da ‘terça parte’: um terço permanece na aldeia, um terço serve à Coroa (guerra, descimentos), o restante é repartido entre os moradores (Provisão Régia de 1/4/1680; Carta Régia de 21/4/1702; Ordem Régia de 12/10/1718). Noutros momentos é a metade do contingente das aldeias que deve ser repartida pelos moradores, sempre para trabalho remunerado e temporário (Regimento das Missões, de 1686; Diretório de 1757; Direção de 1759). O tempo de serviço é igualmente regulamentado de modo que os índios ‘de repartição’ pudessem cuidar de seu próprio sustento nas roças das aldeias [...]” PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios Livres e Índios Escravos: O princípio da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*, In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 120.

⁹⁵ Existiram três grandes e importantes leis que legaram liberdade absoluta e irrestrita aos índios promulgadas nos anos de 1609, 1680 e 1755 que, logo em seguida, foram revogadas por meio de pressões ou acordos locais, voltando a coexistir a liberdade parcial, acompanhada por algumas modalidades de cativeiro. Nos períodos em que estas leis não estavam em vigor, a escravidão indígena só era “legal” se o indígena fosse capturado em um contexto de guerra. Para tal, a guerra precisava ser “justa”, ou seja, primeiro deveria ocorrer a ofensa/injustiça, por parte do adversário e os colonos, em resposta à ofensa, por uma necessidade de defesa, poderiam contra-atacar promovendo a guerra. No entanto, somente o rei e, eventualmente o governador, poderiam declará-la. Sobre a legislação indigenista, Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios Livres e Índios Escravos: O princípio da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. Cf. THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

obrigatoriamente residir junto à aldeia, e *quando não quizesse morar de asiento se prove-se outro*. Pelo teor da vereação, Fernão Dias não residiria em Barueri e não estaria empenhado na conservação e aumento dela, tendo em vista a dispersão dos índios por outras fazendas. Mas as acusações não pararam por aí.

“[...] e no dia mês e ano atrás declarado apresentada *em camara* o dito capitão dos índios fernão dias huma provizão do *senhor governador geral* diogo de Mendonça furtado *em* que de novo **provia ao dito fernão dias de capitão e procurador dos índios** e que *porquanto* era contra o bem cumum deste povo **huma pessoa servir os ditos dous cargos** juntamente e também os índios resebião disso detrimento e requeria a suas mercês mandasem chamar ao dito fernão dias escolhesse *hum* dos ditos cargos [...] e sendo feita a dita pergunta [...] respondeu que avia anos que estava de posse de servir os dous cargos e *contudo* seria o *que* mandase o ouvidor geral [...] e visto o dito fernão dias não querer escolher *hum* dos ditos cargos requeria a suas mercês [...] *que* somente servise *hum* cargo ate se avizar ao dito *senhor governador geral* [...] e que escolhendo o de capitão assistise na aldeã *com* sua caza e família de asiento e dese *por hum* rol *por* elle asinado os índios e índias pequenos e grandes assim os que estavam na aldeã como os *que* estavam fora della nomeando os lugares aonde e *com que* e outrosim **dese também rol da gente que novamente desera do sertão pera assim nunca poderem ser alheados e os ditos índios poderem gozar de sua liberdade o que compriria o dito fernão dias e termo de quinze dias com pena de seis mil reis** aplicados peras obras do conselho e acuzador [...].”⁹⁶

Segundo a acusação, Fernão não estava sendo claro em relação à quantidade de índios que havia no aldeamento, sendo assim exigido que prestasse contas confeccionando um

⁹⁶ 1624, janeiro, 20. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 78-79. Grifo nosso.

inventário deles. Ao longo de muitos anos ele atuou como procurador⁹⁷ dos índios e a partir de determinado momento, passou a acumular a função com o cargo de capitão. Enquanto capitão e procurador, ele detinha a administração e distribuição dessa mão de obra junto aos demais moradores, assim como era o responsável pela cobrança do pagamento dos serviços e das denúncias sobre o desrespeito à legislação. De acordo com Taunay, em 1617

“[...] registava a Camara a provisão pela qual o Loco Tenente Gonçalo Correia de Sá reconduzia a Fernão Dias no cargo de Capitão dos índios, fazendo-lhe elevados elogios. ‘Prestara muitos serviços, era muito zeloso da paz e liberdade dos índios, do serviço de Sua Magestade. Não se achava outra pessoa de mais força e nem que mais pretendesse a liberdade dos pelles vermelhas. Defendia Fernão Dias os seus procurados em tudo cumprindo leis de Sua Magestade. Assim ninguém o desacatasse nem pretendesse sem sua ordem entrar nas aldeias, sob pena de quinhentos cruzados de multa!’.”⁹⁸

Temos conhecimento de pelos menos quatro ocasiões, entre 1619 e 1623, em que o capitão denunciou outros moradores de terem retirado índios das aldeias do padroado real, sem seu consentimento, o que nas suas palavras *era contra o bem comum do povo e de sua magestade*.⁹⁹ Nestes momentos, Fernão não se eximia de exigir a cobrança de multas e até mesmo a prisão de alguns indivíduos. No que diz respeito ao ano de 1624, a documentação indica a existência de uma disputa em relação à distribuição dos indígenas das aldeias da

⁹⁷ Fernão também aparece como procurador dos índios entre os anos de 1636 e 1638. Cf. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1640-1652. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol. V, 1915, p. 300 e 402.

⁹⁸ TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tomo I. São Paulo: Typ. Ideal, 1924, p. 279.

⁹⁹ Conferir as seguintes vereações: 1/11/1619, 3/10/1620, 15/10/1622 e 14/01/1623, In: **Actas da Câmara**, vol. 2, p. 416, 450, 486 e Vol. 3, p. 15.

Coroa. De acordo com Taunay, Manuel João Branco¹⁰⁰, administrador geral das minas de São Paulo, em 13 de janeiro reclamava junto à Câmara a falta de apoio desta instituição para o cumprimento de suas tarefas e cargo.

Manuel João havia sido nomeado pelo Governador Geral, por meio de carta patente, *superintendente dos índios* das aldeias da Capitania e, no entanto, a Câmara não o auxiliava no exercício de seu ofício, sobretudo em relação à resistência dos índios e dos demais moradores, em obedecê-lo.¹⁰¹ Caberia aos moradores pagarem os quintos ao rei e entregar ao superintendente os índios necessários para o beneficiamento das minas de ouro. É nesse contexto que o vereador Lionel Furtado acusou os colegas da Câmara de não cumprirem as últimas leis do rei, sendo a aldeia de Barueri repleta de índios recém descidos e ilegalmente conservados, na ignorância de sua liberdade.¹⁰²

¹⁰⁰ De acordo com Pedro Taques, Manuel João Branco era casado com a irmã de Fernão Dias Pais Leme: “Maria Leme, casou com Manoel João Branco, natural da vila de Setubal, donde se passou com seus irmãos. [...]. Este Manoel João Branco, no ano de 1624, foi administrador geral das minas de São Paulo, provido por Diogo Mendonça Furtado, governador geral do Estado do Brasil [...]. Adquiriu um grande cabedal extraído das minas de ouro de São Paulo [...]. In: LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA; Martins Editora, 1953, vol. 3, p. 53-54. No entanto, alguns autores divergem do genealogista, em relação à nacionalidade de Manoel João Branco, também conhecido na época como Manoel João Morales. Segundo Franco, ele era espanhol e veio ao Brasil com “[...] d. Francisco de Sousa, sétimo governador-geral do Brasil, em 1591, para pesquisa de minas de prata, de que se dizia perito. Acompanhou Gabriel Soares de Sousa, na sua mal-aventurada bandeira e depois veio a São Paulo, em 1595, a fim de trabalhar na fábrica de ferro. Esteve assim no Araçoiaba e outros lugares, tendo-se fixado nessa capitania e dela dando um informe secreto à Espanha em 1636.” FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 256.

¹⁰¹ TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tomo I. São Paulo: Typ. Ideal, 1924, p. 294.

¹⁰² Idem, p. 295.

Fica evidente que Lionel Furtado não deveria estar assim tão preocupado com o bem estar dos indígenas e com a proteção de suas liberdades. O que fica latente na discussão é a carência de mão de obra e a forma como tal deveria ser distribuída entre os requerentes. Desta feita, o cargo de capitão dos índios era estratégico, tratando-se de uma posição social e política altamente relevante, que deveria agradar a muitos grupos, mas também causar incômodo a outros, que se sentiam prejudicados com a maneira de proceder do capitão no exercício de suas funções.

Neste ponto retomamos a questão da doação de 1624, e vislumbramos duas possibilidades para a motivação de Fernão Dias em empreendê-la. A primeira consistiria em uma estratégia para se eximir de qualquer tipo de acusação em relação à entrada do sertão, que foi ilegal, do ponto de vista da proibição da Câmara. Assim o capitão que de acordo com a lei detinha autorização para a realização de entradas, justificava que a “real” motivação teria sido a conversão dos índios, por isso a entrega aos jesuítas, cientes do caso, e que o apoiavam.

A segunda hipótese que vislumbramos seria a tentativa, por parte de Fernão, de ao entregar aos inacianos a administração dos indígenas recém descidos, eles ficariam separados daqueles originários da aldeia de Barueri e, de forma indireta, poderiam permanecer à disposição da família do bandeirante. As vereações seguintes não deixam claro que fim tomou a situação de Fernão, mas sabemos de sua permanência no cargo, como capitão dos índios, mas deixando de ser o procurador como ordenou Manuel João Branco e este, continuou exigindo, por parte dos colonos, a prestação de contas com apresentação de listas dos aldeados.

Apesar do fim permanecer um tanto nebuloso, tais acontecimentos colocam sob nova perspectiva o *termo de doação* de 1624, sobretudo em relação à linguagem e justificativas empregadas no texto: os doadores sentiam-se com escrúpulos de consciência em relação ao

modo pelo qual trataram os índios, por isso reafirmavam a *liberdade* dos mesmos, que *em nenhum tempo seus [erdei]ros ou pessoa outra alguma poderia pretender direito [n]os ditos jndios por na realidade da verdade em direito o não podem ter por serem elles todos livres*.¹⁰³

O termo foi assinado pelos doadores e testemunhas¹⁰⁴ no dia primeiro de fevereiro de 1624, e é seguido por um *auto de posse*¹⁰⁵ no qual o padre Francisco de Lemos, no dia cinco daquele mesmo mês, recebia e aceitava tudo. Segundo o documento, o casal dizia que

“[...] *querem e sam contentes que os reverendos padres posuaõ logo todo o comteudo nesta doassaõ e por ser v[ertu]de do que dito he elles aviam por emposado ao [dito reverendo] padre superior francisco de lemos de toda sua fazenda de que as [?] fas mensaõ e por ella se declara assi [bens] moveis como de rais e assi dos jndios e indias machos e femeas filhos e filhas grandes e pequenos machos e femeas de qualquer// sorte validade e condissaõ que seiam e que deste dia e ora e ano e mes elles doadores disseraõ que de tudo se aviaõ por dezempossados e abriaõ mãõ de tudo e tudo trespassavaõ e aviam por empossado no dito reverendo padre superior em nome dos religiosos da dita caza de santo Ignacio que de prezente asistem e aos diante digo e aos que ao diante aestirem e de tudo elles doadores abriam [maõ] e tudo largavaõ toda a pose e senhorio e dominio autual e geral que em tudo tinhaõ e tudo trespassavaõ no dito padre superior de oje ate fim do mundo na forma da dita doassaõ e que de oje em*

¹⁰³ 1624, fevereiro, 5. *Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, pasta Aldeamento 5, Fl. 1v.

¹⁰⁴ As testemunhas da doação foram: Pedro Dias, que assinou pela cunhada Catarina, Bras Esteves e Aleixo Leme, ambos tios do doador.

¹⁰⁵ O auto de posse foi assinado pelas seguintes testemunhas: Simão Borges o moço que assinou por Catarina, Francisco Dias, João Lobo do Mando, para além do Tabelião Simão Borges Cerqueira.

diante tudo corresse por [conta] e risco dos ditos reverendos padres da companhia de jesus [...].”¹⁰⁶

Como podemos ver, foi selada a doação com os religiosos. Apesar disso, pelo *auto de posse* surgem algumas dúvidas. No auto, é dito que todo o patrimônio da família estava sendo doado naquela ocasião: bens móveis, de raiz e os índios. O texto era enfático ao dizer que, a partir daquele momento e instante, a família se via por desempossada de tudo e ficava por conta e risco dos religiosos a administração desse patrimônio. No entanto, no *termo de doação* acordado dias antes, o casal mencionava estarem protegidos pelo direito de usufruir de seus bens até suas mortes, tratando-se a doação, naquele momento, de apenas um terço dos bens, preservando assim os direitos dos herdeiros: a posse imediata referia-se apenas aos índios.

É curioso o teor e os termos utilizados no *auto de posse*, pois não fica claro se havia certo exagero no “estilo” do documento, para reforçar que aquela família estava atrelando aos religiosos todo seu patrimônio, mantendo-se as condições, ou se de fato houve uma doação imediata de tudo. Se ocorreu um exagero no estilo, e a posse imediata incluía apenas os índios, para onde estes teriam sido levados? Teriam permanecido na fazenda do casal? Foram para algum aldeamento? Ou para o Colégio? São inúmeras as perguntas, ainda sem respostas satisfatórias.

O certo é que, pela documentação consultada, o *termo de doação* e o *auto de posse* dariam margem para o surgimento de conflitos entre Fernão Dias Pais Leme e a Companhia de Jesus, hipótese reforçada a partir da “*Relação de bens...*”, onde já havíamos chamado a

¹⁰⁶ 1624, fevereiro, 5. *Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, pasta Aldeamento 5, Fl. 2v-3. Grifo nosso.

atenção para indícios da existência de algo conflituoso, sobretudo devido ao benefício concedido por Fernão aos carmelitas em 1651, quebrando assim a exclusividade proposta em 1624 aos inacianos.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Serafim confunde essa informação ao dizer que em 1663 era feito o testamento. Cf. LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 319-320.

CAPÍTULO 2

AS DISPUTAS POR MBOY: PADRES, ÍNDIOS E COLONOS

Como vimos anteriormente, o bandeirante e capitão dos índios Fernão Dias Pais Leme, após uma entrada no sertão (1623) de onde teria trazido um grande contingente de índios, realizou em 1624 uma doação aos padres do colégio de Santo Inácio que consistia na entrega dos ameríndios e na promessa de, no futuro, após sua morte, entregar todo seu patrimônio aos religiosos, dentre bens móveis e imóveis. Há, no entanto, fortes elementos para crer que a real motivação do capitão Fernão Dias consistia, na verdade, em uma manobra para se eximir de eventuais culpas pela entrada no sertão e para se proteger das acusações que vinha sofrendo sobre a má administração do aldeamento régio de Barueri. De acordo com seus opositores, o capitão não prestava contas sobre a localização e quantidade dos índios, que andavam espalhados por muitas fazendas.

Assim, como uma forma de justificar seus atos e, talvez, demonstrar seu total desapego em relação à matéria, o capitão entregou os índios aos padres da Companhia de Jesus. Os jesuítas, obviamente, aceitaram a doação e chegaram a tomar posse dos índios. No entanto, não está claro a forma como a Companhia de Jesus conduziu a situação e para onde esses indígenas teriam sido levados. É importante lembrar que, neste período, os jesuítas já eram proprietários de uma fazenda na região, doada por Afonso Sardinha (1615), que daria origem ao aldeamento jesuítico de Carapicuíba. Na doação, além de terras, os padres receberam igualmente um grande número de índios, tendo em vista que, à semelhança de Fernão Dias, Sardinha se tratava de um dos homens mais ricos do planalto.¹

¹ 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 360.

REGIÃO OESTE DE SÃO PAULO: VILAS E ALDEAMENTOS

Imagem 2 - Mapa da região oeste de São Paulo: vilas e aldeamentos

Os índios descidos por Fernão, poderiam ter sido alocados em Carapicuíba, ou permanecido na fazenda do doador, por exemplo. No entanto, gostaríamos de chamar a atenção do leitor para a complexidade da questão. À época, os jesuítas eram os responsáveis pelo atendimento espiritual dos índios do aldeamento régio de Barueri e, ao receberem os indígenas trazidos por Fernão, estariam implicados em sua administração temporal. Logo, qual seria a manobra jurídica idealizada pelo capitão ao entregar aos padres a administração temporal dos índios que pertenceriam ao aldeamento régio no qual ambos atuavam? De antemão, imaginamos que deveria ser muito confuso e, portanto, questão passível de briga e discussão entre os demais colonos, sobre quem detinha de fato a jurisdição temporal daqueles índios, que deveriam estar no aldeamento régio à disposição dos demais moradores.

Com a doação, Fernão entregara aos jesuítas a administração temporal dos índios, algo que contrariava o direito conquistado pelos moradores com a lei de 1611.² De certo, sabemos

² A lei de 1611 se tratava de uma conquista dos colonos frente aos jesuítas, por terem conseguido derrubar a lei de 30 de julho de 1609 que declarava a liberdade irrestrita dos indígenas. Esta lei colocava no mesmo patamar índios conversos e pagãos, os aldeados e os que viviam livremente, considerando todos livres, conforme seu direito e nascimento natural. A partir deste instante, qualquer escravização seria condenada. A legislação atingia também a questão do trabalho forçado dos índios. Se estes não estivessem de acordo, não poderiam ser obrigados a trabalhar, e se concordassem, deveriam receber pelo trabalho executado. Também os jesuítas, se viessem a utilizar o trabalho dos índios, assim como os demais, deveriam pagar pelos serviços. No entanto, a influência da Companhia de Jesus foi mantida e ampliada por esta lei, com a manutenção da administração das aldeias e o exclusivismo na realização das entradas no sertão por meio dos *descimentos*. Em decorrência da promulgação da lei de 1609, os jesuítas foram ameaçados de expulsão em São Paulo, Bahia e Maranhão, obrigando os religiosos a recuarem ao protagonismo atribuído pela nova legislação, contrariando a orientação da Coroa. Com o fracasso da lei de 1609, e a recusa por parte dos colonos em segui-la, temos já em 1611 a promulgação de uma nova legislação, só que desta vez totalmente oposta a antecessora. A nova lei autorizava mais uma vez a escravidão, a prática dos resgates dos índios de corda e retirou dos jesuítas o papel de administradores no temporal, sendo substituídos por capitães leigos, que também passam a atuar como juízes nos assuntos de interesse dos índios aldeados. A partir da lei de 1611, os inácianos também perdem o exclusivismo da administração espiritual das aldeias, confiadas a partir de então a clérigos seculares. Caso os padres diocesanos não falassem a língua indígena, poderiam ser substituídos por padres regulares, como é o caso dos jesuítas, mas ficando sob a vigilância direta do bispo. Cf. CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006, p.

que o aldeamento de Barueri era ponto de disputas frequentes entre os padres e colonos no período, e que o próprio Fernão Dias se arrependeu da doação e promessa feita em 1624, informação esta que se encontra numa cópia do distrato da doação, na qual Fernão Dias Pais Leme cancelava todas as promessas feitas aos padres da Companhia de Jesus.³ A partir do *treslado*, sabemos que em 25 de março de 1632, Fernão e sua esposa, perante um tabelião e testemunhas⁴, disseram ter realizado em 1624 uma doação aos padres da Companhia de Jesus da vila de São Paulo, mas que ela não poderia se concretizar, pois

“[...] *que* havia como da dita doação constava a qual escritura elles marido e molher não podiam fazer por não desfrandar a seus erdeiros e serem erdeiros forçados *que* são condiçoins *que* se não premirtem em escrituras. Secundariamente os ditos **padres uzaram com elles de ingratidão notoria e manifesta por quanto em sua vida elles doador[es] os querem trazer em demandas illicitas e usurpar-lhe sua fazenda** como sua claramente que os tem mandado sitar *para* apr[e]zentação de hum libelo **para lhes tirar suas terras de que estão de pose** por [escri]turas e cartas de datas, e compras, e posse Real e autual ha muitos annos. [A]lem diço fazem petiçoins de força contra elles dizendo que lhes tom[?] // seus índios chamando-lhes de inimigos [d]o collegio não sendo assim pellas [q]uais Rezoins [e]lles doadores reclamaõ e am por reclamada e destrutada a dita doação como de

343-346. Cf. ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009, p. 55-58. Cf. THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981, p. 148-150.

³ Os *treslados* foram feitos pelo tabelião Manoel Soeiro Ramires em 18/06/1653. Cf. 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de distrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl.1. Agradecemos à nossa amiga Vanessa Costa Ribeiro, coordenadora da ação educativa do Museu de Arte Sacra de São Paulo, que nos informou a respeito da existência deste documento.

⁴ Assinaram como testemunhas do distrato: Gaspar Gomes, que assinou por Catarina, Simão Borges Cerqueira - o velho, Simão Borges - o moço, e o tabelião Ambrozio Pereira.

efeito pello teor desta publica escritura a am por Reclamada e quebrada e destrutada e frustada *para que* de hoie em diante a dita escritura de doação não tenha força nem húa nem vigo[r] em iuizo nem fora della e da mesma maneira **aviam por quebrada a posse que os ditos padres pella dita escritura foraõ tomar** porque por esta aviam tudo por nem hú e nullo e de nemhum vigor por ser tudo feito com clauzulas cemdo fraude de erdeiros forçados *que* elles tem [...].”⁵

Como é possível observar ocorre uma cisão entre os inacianos e o casal em 1632, dado extremamente relevante, haja vista que tal informação não constava nas “*Relações de bens...*”. Segundo o distrato, a escritura de 1624 não podia ser executada, pois infringia o direito legal de seus herdeiros legítimos. No entanto, este não era o único motivo. De acordo com o relato, os jesuítas não estavam respeitando os limites impostos e agiam com ingratidão notória, realizando inclusive demandas judiciais e difamatórias para tomar suas terras. Como o próprio excerto demonstra “[...] aviam por quebrada **a posse** que os ditos padres pella dita escritura **forão tomar** [...].” Provavelmente, havia ocorrido uma tentativa de tomada das terras do casal, o que foi barrado. Não obstante, os jesuítas também tentavam tirar-lhes os índios, acusando Fernão e Catarina de serem inimigos do colégio. Segundo os doadores, a tentativa de posse era fraudulenta, pois infringia as cláusulas preestabelecidas e, por esta razão, pediam a anulação da doação de 1624. No entanto, é importante ressaltar que, como vimos, o *auto de posse* abria margem para interpretações como esta.

A pedido do casal, o tabelião foi notificar o reitor do colégio a respeito do distrato e, segundo consta, o padre Francisco Ferreira teria dito que “[...] se elles doadores achavaõ por

⁵ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 1-1v. Grifo nosso.

onde a podesem desfazer a desfizesem.”⁶ Com a “indiferença” do religioso, o documento termina reforçando que em hipótese alguma a doação de 1624 deveria voltar a ter valor legal. No entanto, até o presente momento, não estão totalmente esclarecidos os motivos que provocaram os desgastes entre a família e os religiosos. Lembrando, igualmente, que o filho de Catarina, na ocasião, já era um padre jesuíta e justamente um dos herdeiros legítimos. Apesar disso, é possível inferir ao menos dois aspectos importantes que parecem ter sido fundamentais para a quebra da relação: a posse da terra e dos indígenas.

Sabe-se que, nesse período, os jesuítas tiveram muitos conflitos com os moradores da região em decorrência da ocupação de terras e o uso da mão de obra dos índios do aldeamento régio de Barueri. De acordo com o historiador John Monteiro,

“[...] Barueri situava-se em meio a uma das principais zonas de produção de trigo, próximo aos bairros de Cotia, Quitaúna e Carapicuíba, bem como à vila de Santana de Parnaíba. Por volta de 1630, os jesuítas já se haviam estabelecido enquanto principais proprietários de terras no distrito, controlando uma proporção desmedida da força de trabalho indígena. Além de seu acesso preferencial aos índios dos aldeamentos, que somavam em torno de 1500 apenas em Barueri, o Colégio de São Paulo, tendo recebido como herança duas grandes propriedades na região, contava também com concentrações consideráveis de cativos indígenas. O primeiro legado, datado de 1615, constava da doação, feito por Afonso Sardinha e sua mulher [...]. No segundo, de 1624, Fernão Dias [...] legaram sua propriedade Nossa Senhora do Rosário e em torno de seiscentos Carijó capturados no Sul.”⁷

⁶ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 1v.

⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 142-143.

Apesar de não concordarmos que os jesuítas já estivessem de posse das terras de Fernão na ocasião, como propõe John Monteiro, é bem provável que o objetivo dos religiosos fosse esse, o que acabou gerando o atrito. É importante ressaltar que a região era ocupada por muitos familiares do bandeirante e, tendo em vista o aumento da animosidade em relação aos padres, é possível que a situação tenha provocado a ruptura. Afinal, na vereação de 22 de maio de 1632, ou seja, apenas dois meses após o distrato, Manoel João Branco, que já atuava efetivamente como o novo capitão e procurador dos índios de Barueri, se dirigiu à Câmara em nome dos indígenas e moradores vizinhos das terras de Carapicuíba, registrando

“[...] foi dito que eles estavam de pose avia muitos anos nas ditas teras lavrando e aproveitando-as por cartas de datas e compras e por lisensas de que lhas pode dar pagando o disimo a deos e acudindo a todas as mais obriguasois e ora era vindo a sua notisia que o conservador guaspar de britto dos **padres da comp^a os queria a todos escomungar porque lavravão nas ditas teras disendo os dittos padres que erão suas** sendo que huas são dos dittos moradores e as outras dos indios de que manael joão branquo era defensor sem seren sitados diante da justisa pelo que requerião a eles dittos ofisiaes da camara pela obriguasão que tem de acudir ao bem com e defensa da jurdisão real lhes acudisem este cauzi [...]”.⁸

Os jesuítas representavam não apenas um empecilho ao acesso à mão de obra indígena, mas também às melhores terras. Assim, o problema consistia também no fato dos jesuítas representarem uma grande força na economia paulista enquanto produtores e proprietários. De acordo com os colonos, os padres abusavam de seu controle sobre os aldeamentos, aproveitando e mesmo aforando terrenos indígenas para benefício do Colégio. Assim, os colonos passaram a demandar com insistência contra os religiosos, denunciando

⁸ 1632, maio, 22. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 121-122.

que eles detinham índios fugidos de outras fazendas, escondendo-os em suas propriedades, para além de proibir os moradores de plantarem nas terras da região de Cotia e Carapicuíba.⁹

Ao longo do ano de 1633, a Câmara realizou várias vereações nas quais os moradores manifestaram seu descontentamento com a presença dos jesuítas nas aldeias do padroado real e, em particular, em relação a Barueri, pedindo a expulsão dos padres dessas localidades. Na vereação de 21 de agosto de 1633, por exemplo, Fernão Dias aparece como um dos requerentes, assinando o documento.¹⁰

O pesquisador Raimundo Moreira das Neves Neto, ao analisar a atuação da Companhia de Jesus no Grão-Pará e Maranhão, observa situações muito semelhantes a essas, sobretudo quando a matéria envolve a defesa do patrimônio da instituição. De acordo com o autor,

“[...] as relações entre jesuítas e a sociedade colonial eram bem complexas, assinaladas por jogos de interesses bem definidos que por vezes eram os mesmos, mas que em outras oportunidades não se coadunavam, gerando embaraços à Ordem. Desta feita, não podemos simplesmente colocar os padres num dos opostos (na defesa de seu patrimônio), e num outro, os colonos (enquanto opositores e concorrentes das atividades temporais dos jesuítas). Nem mesmo a grave questão sobre a jurisdição da mão de obra indígena, o que implica força de trabalho para quase todas as atividades desenvolvidas no estado do Maranhão colonial, é capaz de fechar de modo cristalino dois grupos contrários. Em todas essas questões padres e colonos negociavam entre si conforme as conveniências.”¹¹

⁹ Monteiro, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 143.

¹⁰ 1633, agosto, 21. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 174-175.

¹¹ NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 54-55.

Infelizmente, não temos maiores informações sobre o relacionamento entre Fernão Dias e a Companhia de Jesus após o distrato de 1632. No entanto, temos fortes indícios para crer que as brigas e disputas envolvendo os aldeamentos régios, em especial Barueri, por atingirem diretamente ao grupo social do qual Fernão Dias Pais Leme fazia parte, contribuíram para o desgaste da relação entre a ordem e o bandeirante.

Desde o início do século XVII, os paulistas vinham entrando em atrito com os padres da Companhia de Jesus em decorrência da disputa sobre o controle da distribuição da mão de obra indígena. Em 1598, por exemplo, os moradores de São Paulo já realizavam representações na Câmara, contra os religiosos, alegando dificuldades na hora de alugar os serviços dos índios. Os padres estariam dificultando o acesso aos trabalhadores, intermediando as negociações, enquanto os colonos desejavam combinar diretamente com os índios o valor da jornada de trabalho.¹²

Para além dos incômodos gerados pela intermediação jesuíta, o modelo implantado em Barueri por D. Francisco de Souza rapidamente mostrou-se falido em decorrência da grande demanda por mão de obra, que não conseguia ser suprida na mesma velocidade. Após a morte de D. Francisco, à medida que se dava o desenvolvimento da Capitania, os colonos passaram a se apropriar de forma direta dos índios trazidos do sertão, recusando-se a entregá-los aos aldeamentos.¹³ Desta feita, compreendemos o que estaria por trás das acusações contra Fernão Dias em 1624 e o que implicava a um colono entregar aos inacianos, de certa forma, a administração temporal de um número considerável de indígenas, cujo destino deveria ter sido o aldeamento régio ficando assim a disposição de todos.

No século XVIII, o historiador paulista Pedro Taques, abordou essas tensões entre os jesuítas e colonos, ocorridas no início do século XVII. De acordo com Taques, os moradores

¹² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 45.

¹³ *Ibidem*, p. 103.

em resposta à intromissão da Companhia de Jesus que, segundo eles, vinha aos poucos *arrogando a si o governo temporal de todo o gentio*, em 15 de agosto de 1611, realizaram perante o conselho da Câmara uma reclamação contra os religiosos, exigindo que se colocassem capitães nas aldeias “[...] porque é tanto o dominio que elles [padres] têm no sobredito gentio, que não consentem que um branco pouse nas aldêas [...]”.¹⁴ Em 10 de junho de 1612, temos outra situação onde novamente, por meio de um ajuntamento de moradores na câmara, há uma representação contra os inacianos pois,

“[...] depois do Sr. governador lhes ter dado a dita licença iam ás aldêas, e não achavam indios, nem queriam ir com elles, e quando iam não cumpriam o termo da obrigação do aluguel, e com as pagas na mão se tornavam para a aldêa, deixando aos moradores [...] e que isto causava não terem os indios nas aldêas capitão nem justiça que os obrigasse [...]”.¹⁵

Os moradores também reclamavam que os padres se recusavam a alugar os índios para a prestação dos serviços solicitados, e diziam ser os verdadeiros administradores no temporal e espiritual, inflando os índios a serem cada vez mais indolentes, desobedientes, recusando-se a trabalhar, reconhecendo exclusivamente os inacianos como seus senhores.¹⁶

Outro ponto levantado pelos colonos, dizia respeito à autoridade dos padres em relação à administração temporal das aldeias, alegando desconhecer quem os teria dado tal permissão. Para os paulistas, por não a reconhecerem “[...] lhes parecia justo que recordassem sua antiga posse e bom governo, pondo capitães nas aldêas, como costumavam fazer, e dando

¹⁴ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **A expulsão dos jesuítas do Collegio de S. Paulo**. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo; Rio de Janeiro: Cayeiras, p. 179.

¹⁵ Ibidem, p. 175.

¹⁶ TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Tomo I. São Paulo: Typ. Ideal, 1924, p. 267-268.

ordem para que os ditos gentios sirvissem por sua paga e aluguel aos moradores [...].”¹⁷ Nessa representação de 1612, dentre os moradores que assinaram a petição, encontrava-se exatamente Fernão Dias Pais Leme, um dos futuros capitães do aldeamento de Barueri, e portanto, antes mesmo da doação de 1624, o doador já havia se colocado contra os jesuítas, visando assim a defesa dos interesses do grupo do qual fazia parte.¹⁸

Assim, ao longo das três primeiras décadas do século XVII, temos o acirramento das disputas entre padres e colonos, e o aumento do clima de animosidade entre as partes. Segundo John Monteiro, a situação dos religiosos, sobretudo no aldeamento de Barueri, era muito delicada, pois havia dúvidas sobre a autoridade dos jesuítas no local que, com exceção dos demais aldeamentos, havia sido fundado por D. Francisco. Os moradores questionavam se a administração realmente cabia à Companhia de Jesus, ou se havia, nesse sentido, uma usurpação do poder, o qual poderia pertencer à câmara ou aos herdeiros do governador.¹⁹ Segundo Georg Thomas, em ao menos três ocasiões os colonos tentaram expulsar os jesuítas de Barueri (1616, 1628 e 1633)²⁰, objetivo alcançado em 1633, quando conseguiram finalmente expulsar os padres, abrindo assim um precedente cujo processo se completaria em 1640 com a expulsão dos religiosos da capitania de São Vicente. Assim, o período de 1612 a 1633 foi permeado por pequenos incidentes que já prenunciavam o desfecho.

Em agosto de 1629, o morador Antonio Teixeira, por exemplo, denunciava à Câmara a desobediência dos índios da aldeia de Barueri, atribuindo o mal comportamento aos jesuítas.

¹⁷ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Op. cit., p. 176.

¹⁸ Acreditamos se tratar aqui de Fernão Dias Paes Leme, futuro capitão da aldeia de Barueri, proprietário das terras que dariam origem ao aldeamento de Mboy. O sobrinho Fernão Dias, homônimo deste, em 1612 tinha apenas quatro anos de idade. Cf. 1633. Inventário de Pedro Dias, In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9.

¹⁹ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 144.

²⁰ THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981, p. 160.

Na ocasião, o capitão dos índios Manuel João Branco foi chamado para fazer com que os referidos lhe obedecessem.²¹ Em 1630, os índios de Barueri estariam se revoltando contra os colonos.²² Em 1632, os moradores de Quaraquacuba (seria Carapicuíba?), juntamente com o capitão Manuel João Branco, acusavam aos índios e jesuítas de tentarem impedir o uso da terra na região, sendo que eles teriam cartas de data e autorizações antigas.²³ Na vereação de 18 de julho daquele mesmo ano, Sebastião Ramos alegava que os padres queriam roubar suas terras de Cuty (Cotia) e Carapicuíba. Por fim, na sessão de 12 de março de 1633, um morador acusou os inacianos de terem recebido, em sua aldeia, índios fugidos de sua propriedade.²⁴

É dentro desse contexto de acusações contra os jesuítas, que ocorre o distrato da doação do espólio da família de Fernão Dias Pais Leme. Em 25 de março de 1632, o doador justificou o distrato acusando os padres de forma muito semelhante aos demais colonos. Nas palavras de Fernão, os padres estariam realizando demandas, tentando usurpar seus índios e terras, da qual possuía documentos que comprovavam e atestavam sua posse.²⁵ Assim, Fernão demonstrou publicamente sua posição em favor do grupo social do qual fazia parte, revogando a doação. A essa altura, ele já não era mais o capitão dos índios, e a situação dos

²¹ 1629, agosto, 5. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 32-33.

²² 1630, julho, 6. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 61.

²³ 1632, maio, 22. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 121-122.

²⁴ TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Typ. Ideal, Tomo 2, 1925, p. 202-207.

²⁵ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 1-1v.

jesuítas era por demais delicada, não sendo mais a Companhia de Jesus um aliado interessante para o bandeirante.²⁶

Como pudemos observar nas acusações de modo geral, para além da questão da mão de obra indígena, grande parte dos contrários alegavam um grande interesse dos jesuítas, em ter acesso e controle às terras, portanto, a necessidade de se protegerem nesta matéria. Nesta perspectiva, concordamos com o pesquisador John Monteiro para quem, para além da questão reiteradamente alegada pelos colonos, de que os jesuítas estariam impedindo o acesso à mão de obra do aldeamento, a presença dos padres naquela região, onde se concentravam as maiores propriedades produtoras do período, a Companhia de Jesus representava uma ameaça e barreira ao avanço da empresa colonial, ao disputarem entre si aquele espaço.

Como observamos nos exemplos citados, as reclamações, para além do acesso à mão de obra indígena, abrangiam também questões sobre o uso e acesso à terra, seja dos aldeamentos, dos padres ou dos colonos.²⁷ Essa região era ponto frequente de disputas por se tratar de um local estratégico para a empresa colonial. Ali, havia a maior concentração de mão de obra ameríndia e de terras propícias para o cultivo de trigo, mas não só, uma vez que era igualmente estratégico como caminho de abertura de fronteiras para expedições.

A introdução do trigo em São Paulo ocorreu na primeira década do século XVII, a partir do incentivo do governador D. Francisco de Sousa que, para além da exploração de minérios, desejava desenvolver em paralelo uma agricultura comercial. Com o passar dos anos, São Paulo se tornou um importante polo de produção e exportação de média distância

²⁶ As idas e vindas do relacionamento entre Fernão Dias e a Companhia de Jesus demonstram de forma clara como os diversos agentes sociais se relacionam por meio de ações estratégicas. Segundo Certeau, estratégia consiste no cálculo dessas relações, ou seja, as alianças se dão conforme as possibilidades de ganho e o cálculo de suas vantagens e desvantagens dentro de um determinado contexto, seja social, econômico ou político. Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

²⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 142.

do produto, chegando a abastecer outras regiões da colônia, questões que ao longo deste trabalho iremos aprofundar. Desta forma, é importante ter claro a relevância e necessidade de se controlar o acesso à terra e mão de obra ameríndia.

Voltando às brigas envolvendo o aldeamento régio de Barueri, em 1633 os colonos conseguiram finalmente expulsar os jesuítas e, na ocasião, numa das vereações, aparece o nome de Fernão Dias assinando em apoio à decisão do conselho.²⁸ Como observamos, Fernão Dias Pais Leme mudou de ideia e cancelou a doação de seus bens aos padres da Companhia de Jesus, e quando próximo de sua morte em 1651, não cogitou voltar a beneficiá-los, colocando entre seus herdeiros os padres da ordem de Nossa Senhora do Carmo. Desta forma, Fernão rompeu com os inacianos, a partir do instante que os interesses de ambos não mais se coadunavam. No entanto, no final das contas, os jesuítas conseguiram reverter a situação e tomaram posse das propriedades do bandeirante, instituindo em suas terras o aldeamento de Mboy. Assim, a seguir, apresentaremos os elementos que garantiram aos padres voltar a disputa.

2.1. Mboy: entre jesuítas e carmelitas

A partir das “Relações de bens...” já tínhamos informações a respeito da existência de um testamento de Fernão Dias cujos beneficiados eram os padres carmelitas, algo que teria gerado conflitos entre estes e os padres da Companhia de Jesus exigindo a realização de um acordo entre as partes, intermediado por Catarina Camacho. Localizamos um documento datado de junho de 1653 no qual o padre Francisco de Souza, prior do Convento de Nossa

²⁸ Acreditamos que este indivíduo se trate do marido de Catarina Camacho. No entanto, apesar de parecer mais improvável, também é possível que se trate de seu sobrinho de mesmo nome, que à época já teria 25 anos. Cf. 1633, agosto, 21. Vereação. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639**. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 174-175.

Senhora do Carmo, da vila de São Paulo, solicitou “[...] para bem de sua justiça [...]” o traslado de um testamento (1651) e o distrato de uma doação (1632), ambos feitos por Fernão Dias Pais Leme, onde nitidamente os padres da Companhia de Jesus saíam prejudicados na matéria.²⁹

Gostaríamos de chamar a atenção para a data do pedido do traslado. Os jesuítas estavam exilados da Capitania de São Vicente desde 1640 e só conseguiram retornar ao planalto em 1653, após mais de um ano de negociações.³⁰ Somente no dia 14 de maio é assinado um acordo com a Câmara de São Vicente no qual é permitido seu retorno.³¹ Na ocasião, o padre Francisco de Moraes, filho de Catarina Camacho, também retorna à Casa de Piratininga.³² É curioso que, logo após o retorno dos jesuítas, os carmelitas solicitem a cópia de documentos prejudiciais aos inacianos em relação à doação de 1624.

Em 1653, quando o prior do convento de Nossa Senhora do Carmo, Francisco de Souza, solicitou o traslado do *distrato*, ele também fez a cópia de um testamento.³³ Segundo o documento, o casal teria dito que quando chegasse a hora seriam enterrados no convento do

²⁹ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl.1.

³⁰ Em 1640, os jesuítas foram expulsos pelos moradores da Capitania de São Vicente, que se amotinaram contra a promulgação do Breve papal trazido pelo padre Dias Taño. O documento foi obtido em resposta aos constantes ataques realizados pelos paulistas, às missões da região do Guairá e Tape, cujo auge ocorreu entre 1628-1638. O Breve *Comissum Nobis* de 1639, reforçava a bula papal de 1537 na qual era declarada mais uma vez a liberdade incondicional dos índios da América, e a condenação daqueles que o infringissem. Os representantes das câmaras municipais da capitania de São Vicente reuniram-se para discutir o assunto e, sob forte pressão dos principais moradores da vila de São Paulo, determinaram a expulsão incondicional dos padres, o confisco de suas propriedades e a transferência da administração dos aldeamentos para o poder público. Cf. RUIZ, Rafael. **São Paulo na monarquia hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2004.

³¹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, vol. 6, p. 286.

³² LEITE, Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 326.

³³ A data de confecção do testamento é de 3 de julho de 1651.

Carmo, em São Paulo, vestidos com o hábito desta religião. Dando prosseguimento o casal declarava,

“[...] por nossas mortes de ambos cem descargo de nossas consciências todo o gentio da terra de que nos servimos, aos quais sempre tratamos como libertos, pollos avermos tirados da suas terras e trazidos de varias parage[ns] // queremos e somos contentes fiquem agregados ao Convento de Nossa Senhora do Carmo desta Villa de Sam Paulo e particularmente pidimos aos Religiozos do dito convento asim aos *que* assistem as prezente como aos que ao diante vierem se emcarreguem de toda esta gente acodindo lhe em tudo no temporal e espiritual *para que* nesta conformidade os conservem a todos e não [?] quem os divirta por ser esta nossa ultima vontade e como tal nossos testamenteiros sem duvida nem contradição alguma faraõ entregua desta gente aos sobre ditos Religiosos.”³⁴

Segundo Alcântara Machado, para além da questão econômica, os testamentos faziam parte de uma demonstração pública de fé. Desde as pessoas abonadas, até os indivíduos mais simples, sentiam-se na obrigação de legar algo à igreja.³⁵ De acordo com o autor,

“Quem dispunha dos bens sem contemplar a Igreja se arriscava à denegação dos sacramentos e à recusa de sepultura sagrada. Na falta de testamento, os herdeiros tinham de pagar à autoridade eclesiástica uma quota proporcional ao valor do espólio, porque bem podia ser que, por esquecimento ou ignorância, o morto houvesse defraudado a paróquia em algum dízimo ou oblação [...]”³⁶

³⁴ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, fl. 2-2v.

³⁵ MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 200.

³⁶ *Ibid.*, p. 199.

Atrelado ao papel social e espiritual que havia em beneficiar à Igreja, nota-se certa concorrência entre as ordens religiosas em angariar e fidelizar benfeitores. O poder de agremiação, a uma paróquia ou mosteiro, influenciaria diretamente no recebimento de investimentos, legados e doações para a manutenção da missão, o que muitas vezes provocou brigas dentro do seio da própria igreja entre seus membros, e será exatamente o que vai acontecer nesse caso entre jesuítas e carmelitas. Para garantir o bom atendimento dos índios deixados aos carmelitas, o casal também incluiu na doação parte de suas terras:

“Ordenamos *que* das nossas terras *que* possuímos em *Moi* de *que* temos cartas dos donatarios queremos se entregue húa Legoa aos religiosos do Convento de Nossa *Senhora* do Carmo desta Villa de Sam Paulo *para* que nella possam com ternar [os] sobre ditos indios e tratar de seus commodos, e lhes pedimos fação na dita terra huma igreja donde mais comodamente os possa, apasentar com espiritual.”³⁷

Apesar de possuírem muitas terras, eles deixavam apenas uma légua para tal fim. Lembramos o *termo de doação*, de 1624, onde não era informado o tamanho, nem a localização das terras compreendidas na doação. Será, nesse excerto, que aparecerá, pela primeira vez na documentação relacionada à doação, a localização das terras sitas na paragem *Moi*, termo que acreditamos se tratar de uma das inúmeras grafias de Mboy. Como os leitores já devem ter observado ao longo deste trabalho, a grafia deste topônimo aparece de formas variadas. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o termo foi grafado de inúmeras maneiras e prevaleceu a forma Mboy, mais utilizada pelos jesuítas, mas que só consolidaria assim na segunda metade do século XVIII, ou como assinalou

³⁷ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, fl. 2v.

“Boy, Bohi, Bohu, Emboi, Alboy (!), Embohu, Mboy. Aí estão alguns poucos exemplos da variedade das grafias usadas a princípio para designação dessa localidade. As vezes em um mesmo documento deparamos o nome da aldeia jesuítica registrado sob duas ou mais formas discrepantes.”³⁸

A partir do testamento de 1651, também tomamos conhecimento do desejo do casal para a construção de uma igreja no local. No texto, não é indicado qual seria o seu orago, no entanto, no mesmo documento o casal ordena que se dê “[...] de nossa fazenda des mil Reis de esmola a confraria de nossa *Senhora* do Rozario, e lhe deixamos as cazas em *que* vivemos nesta villa de *que* [?] lhe temos feita escritura, e húa e outra couza se entregara a dita confraria ao depois de nossas mortes.”³⁹ Nele fica claro que já havia, por parte do casal, a devoção à Nossa Senhora do Rosário, manifestando já naquele momento o desejo de legar recursos financeiros ao seu culto. Nesse documento de 1651, depois dos carmelitas, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário é a segunda instituição a ser mais beneficiada, demonstrando que já havia à época, uma devoção à esta representação Mariana.

O testamento que beneficiava a ordem do Carmo foi redigido por Paschoal Leite, sobrinho de Fernão, pois na ocasião ele não conseguia escrever. O documento data de 03 de julho de 1651 e sua aprovação é feita no mesmo dia pelo tabelião Domingos Rodriguez Maciel que diz ter sido chamado à sua casa, para recebê-lo, e na ocasião encontrou o testador acamado e muito doente. Provavelmente, foi essa situação que o impediu de escrever de próprio punho seu testamento, exigindo sua confecção o mais rápido possível. Acreditamos que Fernão Dias faleceu naquele mesmo ano.

³⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capelas Antigas de São Paulo**. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro, 1941, nº 5, p. 113.

³⁹ 1653, junho, 30. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Brasil, São Paulo, Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, fl. 2.

Ao que tudo indica as terras e índios iriam beneficiar aos padres carmelitas, que inclusive sabiam da existência da primeira doação, do distrato e do novo testamento. Se a doação aos carmelitas estava certa, como e porque os jesuítas retornaram à disputa? Para tentar responder a tal questão, retoma-se a análise das “*Relações de Bens...*”, nas quais consta a informação de que teria sido a própria mãe do padre Moraes a responsável por beneficiar os inacianos. Segundo as “*Relações de Bens...*” Catarina em 1655, logo após o falecimento do marido, refez seu testamento. Na nova versão, tornou a beneficiar os inacianos, fato que certamente acirrou os ânimos entre os envolvidos.

No entanto, se Fernão veio a falecer em 1651, e os carmelitas estavam compreendidos como legatários no testamento, Catarina não poderia descumprir sua vontade e deixar de entregar o que lhes pertencia por direito. Logo surgem duas possibilidades: primeiro, os carmelitas chegam a receber tanto as terras de Mboy, quanto os índios; segundo, Catarina posterga o cumprimento do testamento, criando algum tipo de dificuldade na entrega do patrimônio, pois seu esposo a declarou como herdeira, incluindo a remanescente de sua terça.

Ao longo deste trabalho, já havíamos mencionado que os testadores só poderiam dispor, para a instituição de legatários, de apenas um terço de seus bens. Neste caso, Fernão dividiu a sua terça entre Catarina e os Carmelitas. A situação era agravada pois, segundo as Ordenações Manuelinas, na ausência do marido, a mulher ficava de posse de todo o patrimônio da família e podia dispor dele da maneira que quisesse, ou seja,

"[...] se alguus dos herdeiros, ou leguatrios, ou qualquer outro filhar posse dalgua cousa da dita herança depois da morte do dito marido sem consentimento da dita molher, ella se pode chamar esbulhada, e ser-lhe-ha restituída, cá pois tanto que o casamento he consumado por copula, a molher he feita meeira em todos os bens que ham ambos, [...], que por morte do

marido fosse prouido a ella dalguu remedio acerca da dita posse convem a saber, que ficasse ella em posse e cabeça de casal."⁴⁰

No período, devido à preocupação de se garantir o sustento da mulher e dos filhos, as transações realizadas pelos homens que envolvessem vendas, doações, sobretudo de bens de raiz, precisavam da autorização da esposa. É por esta razão que Catarina sempre aparece na documentação assinando em comum acordo com o marido, por se tratar de uma exigência legal para aferir a transação. Apesar da legislação, tanto Manuelina quanto Filipina, dizerem que a mulher deveria se manifestar quando não estivesse de acordo, isso dificilmente deveria acontecer na prática. Portanto, é possível compreender porque Catarina aparece juntamente com o marido em todos os termos, avalizando sua vontade, ao mesmo tempo em que buscava beneficiar ao filho e, conseqüentemente, à Companhia de Jesus.

Outro elemento que devemos ter em mente é a obrigação que os testadores tinham de cumprir a vontade do falecido. Sendo Catarina também herdeira, ela poderia, se assim quisesse, questionar a doação aos carmelitas caso ela ultrapassasse o valor da terça parte. No entanto, cabia também a ela cumprir a vontade do marido. Como se registrava na legislação:

"E por evitar que os maridos nom dem os bens moveis ou dinheiro em perjuizo de suas molheres, Mandamos, que se os ditos maridos derem i fazerem doaçam em suas vidas dalguus bens moveis, ou dinheiros a algua pessoas, sem consentimento de suas molheres, que o que assi derem se desconte, quando o matrimonio antre elles for separado, na parte e quinham do dito seu marido, ou se seus herdeiros. Porem o que dito he nom haverá lugar nas doações remuneratorias, ou de esmolas que o marido fez; porque as poderá fazer dos ditos bens moveis ou dinheiros sem

⁴⁰ **Ordenações do Senhor Rey D. Manuel.** Livro IV. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, MDCCLXXXVII, p. 23-24.

consentimento de sua mulher; salvo se forem imensas, porque em tam lhe ficará seu derecho resguardado a dita molher, se o teuer pera as desfazer.”⁴¹

Assim, para que os herdeiros legítimos não fossem prejudicados, a quantia necessária para garantir a sua parte seria retirada da doação aos eventuais legatários - da terça parte – quando a herança fosse insuficiente.⁴² No entanto,

"[...] E se aquelle que fez a dita doaçam em sendo casado se veo a finar com testamento, em o qual mandou destrebuir sua terça em todo ou em parte, sem reuoguar a dita doaçam, seram os ditos seus herdeiros lidimos primeiramente entregues de sua lidima, auendo respeito aos bens que o finado deu em sua vida, e tambem aos que ficaram por sua morte, em tal guisa que a doaçam seja contada com a herança, assi principal como terça, e reputada assi como leguado, porque na vida nunca valeo, e por morte foi confirmada.”⁴³

Como podemos verificar, a própria legislação era muito confusa e poderia abrir margem para questionamentos tanto por parte de Catarina, quanto por parte dos Carmelitas que se tornaram os legatários. É importante observar que, em julho de 1662, Catarina solicitou uma carta de confirmação das terras que possuía. O acordo com os religiosos do Carmo ocorreu em fevereiro de 1663, o que talvez nos indicaria uma preocupação, por parte da doadora, em confirmar sua posse sobre o patrimônio da família.⁴⁴ Apesar da possibilidade de ter existido algum tipo de resistência, por parte da esposa de Fernão Dias, para a entrega do espólio aos Carmelitas, acreditamos que outro fator, também preponderante para provocar e

⁴¹ **Ordenações do Senhor Rey D. Manuel.** Livro IV. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, MDCCLXXXVII, p. 23.

⁴² Ibidem, p. 30.

⁴³ Ibid., p. 29.

⁴⁴ 1672, julho, 7. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu AntonioRapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, caixa 3, Sítio Mutinga.

fomentar a disputa entre as duas ordens, tenha sido o fato de ambas terem que dividir o mesmo espaço.

Segundo relatos da época, o padre Moraes, ainda em vida da mãe, teria feito o uso de sua propriedade, permitindo que ali os jesuítas missionassem e produzissem na terra realizando todo o tipo de lavoura.⁴⁵ Com o testamento, os carmelitas haviam adquirido uma légua de terras na propriedade, ficando o restante da fazenda aos inacianos, após a morte de Catarina e do padre Moraes. Assim, tanto os carmelitas, quanto os jesuítas, ao fazerem uso da propriedade, representavam cada um uma barreira, impossibilitando assim a expansão dos negócios das ordens, obrigando Catarina Camacho a intervir na situação, ao elaborar um acordo visando à cessão de brigas entre as partes, como aliás se assinalou nas *Relações*:

“[...] e movendo-se demandas sobre esta doação e testamento entre estes Padres inda em vida da dita Catherina Camacha e por morte do dito Fernam Dias vierão estas acompor-se por outra escriptura pela qual os ditos Padres do Collegio derão aos Padres do Carmo hum curral de gado vacum de setenta cabeças com seo vaqueiro escravo de Guiné e cem mil reis em dinheiro como tudo consta da dita escriptura de conserto na qual entrevevio a dita Catherina Camacha e feita aos 8 de fevereiro de 1663.”⁴⁶

Segundo John Monteiro, os carmelitas estavam muito envolvidos no financiamento de expedições para o apresamento de índios por dependerem dessa mão-de-obra para a manutenção do convento e de suas fazendas:

⁴⁵ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, aldeamento pasta 3.

⁴⁶ 1762. *Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil*. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 369.

“Em 1648, por exemplo, rezava um contrato que: ‘Vista a limitação dos bens deste convento, e que o remédio d’ele depende do serviço dos índios, dos quais o convento vai tendo grande falta, o que, visto lhe parecia que convinha mandar alguns moços ao sertão arrimados a um homem branco, pagando-se-lhes todos os gastos e aviamentos necessários’. **Igualmente, em 1662, os carmelitas determinaram que, ‘como por falta de gente que tinham as fazendas, nos importava mandar ao sertão oito moços em companhia do capitão Jose Ortiz de Camargo, para que com o favor de Nossa Senhora pudessem trazer alguma gente, pois sem ela se acabariam totalmente, não só as fazendas, mas o convento...’.**”⁴⁷

Em um momento de carência de mão de obra, porque os carmelitas abririam mão de uma fazenda provida de tantos braços, em troca de dinheiro, gado e um único escravo negro? Para responder a essa questão é preciso colocar em perspectiva os elementos apontados anteriormente. Acreditamos que o fato do jesuíta Francisco de Moraes ser o herdeiro legítimo de Catarina, contribuiu de forma determinante para que os carmelitas aceitassem o acordo. Caso contrário, corriam o risco de arrastar um processo por um longo período, acabariam não recebendo nada, para além de terem de dividir o espaço e fazer fronteira com os inacianos, lembrando que parte daquele patrimônio seria do padre Moraes após a morte da mãe.

Como vimos, o processo era por demais delicado, sendo Catarina a herdeira principal de Fernão, incluindo a remanescente de sua terça, logo os Carmelitas, apesar de herdeiros da terça parte do bandeirante, estavam em uma situação muito frágil, correndo inclusive o risco de perderem tudo, tendo em vista o empenho de Catarina e de seu filho, o padre Moraes, em beneficiar a Companhia de Jesus na matéria. Por estas razões, atribuímos à Catarina Camacho e seu filho as ações preponderantes que garantiram aos jesuítas a propriedade de Mboy.

A contragosto de Fernão, Catarina sempre se empenhou em beneficiar o filho que, conseqüentemente, tinha a obrigação de entregar todo seu patrimônio em benefício de boas

⁴⁷ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 88. Grifo nosso.

obras pias, como recomendava Santo Inácio de Loyola nas *Constituições*. Desta forma, mãe e filho foram cruciais ao projeto da Companhia de Jesus, ao oferecerem e garantirem as bases materiais para o surgimento de um novo empreendimento missionário, o aldeamento de Mboy.

2.2. Os jesuítas e a posse de Mboy

A partir dos dados até agora apresentados, o leitor pode observar que a implantação do aldeamento de Mboy, enquanto uma obra da Companhia de Jesus, não ocorreu de forma rápida e instantânea. Ainda não sabemos precisar quando exatamente o espólio da família de Fernão Dias passou a fazer parte dos bens do colégio de Santo Inácio. No entanto, há fortes indícios dos jesuítas terem feito, ainda em vida da doadora Catarina Camacho, o uso de sua propriedade. É possível perceber, por meio de um processo judicial de 1699, que várias testemunhas são categóricas ao afirmar ter o Padre Francisco de Moraes assistido nas referidas terras, e sempre logrou, sem impedimento ou dúvida alguma a este respeito, ainda em vida de sua mãe. Segundo o Capitão Jorge Morera, de 73 anos na ocasião do processo,

“[...] dise elle testemunha que sabia **que fernão dias morara nesas terras donde teve lavouras e que por morte do defunto dito fernão dias entrara a lograr o Padre Francisco de Moraes** Religiozo da Companhia de Jesus e que sabia que os ditos padres estiveram logrando a dita parage mansa e pacificamente sem contradisão de pessoa alguma [...]”⁴⁸

Segundo a testemunha, desde o falecimento de Fernão Dias, o padre Francisco de Moraes já vinha fazendo uso das terras, conseqüentemente, os demais religiosos da ordem

⁴⁸ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, aldeamento pasta 3, Fl. 6. Grifo nosso.

utilizavam a propriedade. De acordo com Serafim Leite, os últimos 27 anos de vida do padre Francisco foram no Colégio de sua terra natal. Segundo o historiador,

“No Colégio de São Paulo, Francisco de Moraes ocupou sempre o ofício de confessor e diretor espiritual. Entremeadado com outros: em 1659, consultor, cargo que ocupou muitos anos, assim como também o de admonitor do Reitor (1667-1677). Três vezes, vice-reitor: em 1662, em 1667 e ainda em 1677. O catálogo de 1670 trá-lo ‘pregador’, menção que se não repete, e outra, sempre repetida, e foi o sinal positivo da sua vocação: ‘Dá-se com empenho à conversão dos índios’ (‘insistit Indorum conversioni’).”⁴⁹

De acordo com os catálogos da Companhia, apesar de se ocupar com outros cargos e funções, sempre aparece em destaque a atuação do padre Moraes na conversão dos indígenas, sobretudo no período em que esteve em São Paulo. E, como já vimos, a atitude de entregar à ordem a gestão de sua herança fazia parte de uma orientação da própria instituição, como bem apontou Leite,

“O Jesuíta, cada qual, *pessoalmente*, não podia possuir nada, nem de-facto, possuía. Ao professar, mesmo que não fôssem votos solenes, desfazia-se livremente dos bens que tivesse; abdicava dos que pudesse vir a ter; e não dispunha dos bens próprios dos Colégios, senão em obediência às Constituições, a cuja guarda se comprometeu com a máxima liberdade.”⁵⁰

Na inquirição das testemunhas do processo de 1699, há outro relato importante, do padre João Gonçalves da Costa, de 36 anos, o qual afirmava ter estado na fazenda de Mboy por volta de 1671: “[...] em vida do *padre* Francisco de Moraes e **de sua Mai** o levou o dito

⁴⁹ LEITE, Serafim. **Novas páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 327.

⁵⁰ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugal; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Tomo I, 1938, p. 109-110.

*Padre para a fazenda de Boi sendo de oito ou nove annos de idade elle dito testemunha [...]”.*⁵¹ A partir de tal testemunho, podemos inferir que por volta de 1671, Catarina Camacha ainda estaria viva, e que João Gonçalves, quando criança, visitou a fazenda de Mboy acompanhada pelos religiosos. É possível imaginar que na época o garoto em questão era um estudante do colégio, ficando assim evidente ter os padres já assistido no local, ao menos na década de 1670, e o faziam ainda em vida da doadora.

Apesar de todos estes elementos a respeito do uso das terras, ainda em vida da mãe do padre Morais, é preciso destacar que uma coisa é fazer o uso indireto de bens pertencentes a outras pessoas, e outra muito diferente é ter de fato a posse e o poder para administrá-los e dispô-los da melhor forma que convém à missão da Ordem.

Acreditamos que somente após a morte de Catarina Camacha, possivelmente ocorrido entre 1671 e 1672, os jesuítas conseguiram tomar posse legal e definitiva da herança, mesmo que antes disso já estivessem atuando no local, usufruindo de parte dos bens. Tal hipótese é reforçada devido a uma série de documentos produzidos entre 1672 e 1673, indicadores da gestão das propriedades pertencentes a Fernão Dias, por parte do reitor do colégio, o padre Lourenço Craveiro.

Note-se que na ocasião, o padre Francisco de Morais ainda estava vivo, mas não foi ele quem fez cópias de certidões, escrituras, nem trocas de terras. Como mandavam as *Constituições*, cabia ao reitor a gestão dos bens temporais incorporados ao patrimônio de um colégio. Este reitor deveria ter talento apropriado ao ofício ou como nela se registrava:

“Esse assumirá a responsabilidade da conservação e administração dos bens temporais, olhará pelas necessidades tanto do edifício como dos escolásticos que residem nos colégios ou se preparam para neles ir viver, bem como dos que tratam os assuntos dos mesmos, mas residem fora deles. O Reitor deve

⁵¹ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, aldeamento pasta 3, Fl. 6v. Grifo nosso.

estar ao corrente de tudo para de tudo dar conta, quando lhe for mandado, a pessoa indicada pelo Geral.”⁵²

O primeiro documento data de 4 de junho de 1672. Trata-se de um pedido de excomunhão⁵³ solicitado pelo padre Lourenço Craveiro. Segundo o reitor, alguns papéis de extrema importância para o patrimônio do Colégio, que estavam no cartório do escrivão Domingos Machado, haviam desaparecido. Por isso, pedia a expedição de uma ordem de excomunhão para que aparecesse quem estava sonogando a documentação. Os papéis os quais o padre desejava encontrar eram: 1) uma carta de sesmaria de terras de Mboy e Itapecerica; 2) outra carta de confirmação e posse de Mboy; 3) uma certidão do capitão Fernão Dias Paes; 4) uma sentença em favor do colégio pelo capitão Castanho Taques; 5) uma verba do testamento de Brás Leme.⁵⁴

Em julho daquele mesmo ano, o padre Craveiro solicitou um traslado de uma carta de data de terras de Mboy, solicitação feita por Catarina Camacha, em 04 de julho de 1662⁵⁵, e

⁵² **Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação.** São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 122.

⁵³ De acordo com as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* “Quando as partes quizerem alcançar carta de excommunhão, para lhes serem descubertas algumas cousas perdidas, ou sonogadas, farão petição por escripto, ou a Nós, ou ao nosso Provisor, declarando as coisas perdidas, ou sonogadas; e antes de se lhes passar a carta, justificarão, ao menos por juramento, tres cousas; a primeira, que as cousas valem mais que um marco de prata; a segunda, que não tem prova para o pedirem em Juizo; a terceira, que não tem outro meio por onde possão alcançar satisfação; e justificadas as ditas tres cousas, se passará a carta de excommunhão pedida pelas partes: e declaramos, que a carta não Vale, nem obriga em caso, que as cousas que faltão valerem menos do que a parte informou, e jurou.” In: **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707.** São Paulo: Tipographia 2 de Dezembro, 1853, Livro Quinto, Título XLVI, § 1087. Depois elas deveriam ser divulgadas pelos párocos que, recebendo alguma informação ou pista, deveriam inquirir as testemunhas até encontrar aquilo que havia sido roubado, escondido ou desaparecido. Cf. os parágrafos § 1088, 1089, 1091.

⁵⁴ Ao final do documento, há a indicação de que os papéis foram encontrados e haviam sido sonogados por Antônio de Siqueira e João Vidal. Cf. 1673, abril, 16. *Pedido de excomunhão* feito pelo Padre Lourenço Craveiro em junho de 1672 para localizar documentos. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, caixa 3, Sítio Mutinga.

⁵⁵ 1672, julho, 27. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga.

no mês de outubro, o reitor Lourenço Craveiro pede a João Fernandez Saavedra que lhe passe uma certidão na qual confirma, em 1641, quando era juiz ordinário da Vila de São Paulo, ter dado posse a Fernão Dias de umas terras em “inbohi”, o que também é concedido.⁵⁶ Por fim, em janeiro de 1673, o padre Craveiro fez outra solicitação na qual pediu a cópia de um trecho do testamento de um senhor chamado Brás Leme, em que é mencionado o tamanho de suas terras em Itapecerica.⁵⁷

O levantamento da documentação cartorial, realizada pelo padre Craveiro, era de extrema importância para garantir tanto os direitos do colégio, quanto para legitimar sua administração e posse. De acordo com Serafim Leite, com o passar do tempo, devido ao aumento dos legados, heranças, doações e concessões de terras, surgiu a necessidade de manter-se organizada a documentação das propriedades da Companhia de Jesus, sendo necessário inclusive uma orientação por parte da ordem, sobre o modo como ela deveria ocorrer: “[...] em 1586, mandou o P. Visitador Cristóvão de Gouveia a feitura de <<tombos das nossas terras, para que conste em todo o tempo as que são do Colégio e se aproveitem>>.” Sendo assim, a requisição e organização de tal material indica, já na ausência da doadora, ser a Companhia de Jesus sua legítima herdeira, cabendo aos religiosos organizar os títulos de sua propriedade visando a gestão.⁵⁸

Desta forma, podemos inferir que o aldeamento de Mboy surgiu após a segunda metade do século XVII, cuja constituição, enquanto espaço de missão, deu-se de forma gradual como já apontamos. Em 1624, como pudemos observar, ocorreu apenas a posse dos

⁵⁶ 1672, outubro, 28. *Solicitação de certidão* feita pelo Padre Lourenço Craveiro a respeito de uma confirmação de posse de terras feitas a Fernão Dias em 1641 por João Fernandez Saavedra. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 5.

⁵⁷ 1673, janeiro, 4. *Solicitação de Treslado*, a pedido do padre Lourenço Craveiro, de trecho do testamento de Brás Leme sobre uma carta de data de terras que possuía na paragem chamada de Itapecerica. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3.

⁵⁸ LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Tomo I, 1938, p. 151.

índios, algo gerador de conflitos em 1632, provocando o arrependimento do doador e o distrato do benefício concedido aos jesuítas. Após a morte de Fernão Dias, em 1651, e com o retorno do padre Moraes, em 1653, os jesuítas passaram a usufruir da fazenda de Catarina Camacho, situada em Mboy, o que também ocorreu com certa instabilidade, tendo em vista a presença dos Carmelitas pois, ao contrário da Companhia de Jesus, tratavam-se dos verdadeiros legatários da terça parte do espólio do bandeirante. Será somente entre 1668 e 1672, ou seja, após o falecimento da doadora, que os inacianos passarão, de fato, a ser proprietários do ponto de vista legal daquela fazenda.

No entanto, antes de darmos prosseguimento à análise do modo como se deu a atuação da Companhia de Jesus naquela fazenda, a qual acabou por se tornar um aldeamento, precisamos definir e esclarecer de que espaço e propriedade estamos falando. Fernão Dias Pais Leme teria adquirido essas terras em 22 de novembro de 1607 em uma data de terras na qual ele, o irmão Pedro Dias e o tio Braz Esteves⁵⁹ recebiam os

“[...] mattos maninhos e capoeiras que estão nas cabeceiras das terras que tem Affonso Sardinha⁶⁰ [...] sobejos das terras que foram de Domingos Luiz Grou de [...] partindo de Carapucuiba até a ba[...]a de Jeroba⁶¹ [...] visto o que allegavam e isto não sendo dadas a outrem [...].”⁶²

⁵⁹ Braz Esteves Leme era filho de Leonor Leme e Braz Esteves, portanto, tio de Fernão e Pedro Dias. Cf. **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 10, p. 327-348.

⁶⁰ Afonso Sardinha e sua esposa fizeram doação de todos seus bens à Capela de Nossa Senhora da Graça, que ficava no colégio de São Paulo em 1615, deixando os jesuítas responsáveis pelo legado. Eles deixaram bens de raiz, índios, escravos da Guiné e terras na paragem de Carapicuiba, o que teria propiciado posteriormente a origem do aldeamento de mesmo nome. Cf. **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 360-363.

⁶¹ Provavelmente trata-se do termo Jeribatiba, antigo nome do atual Rio Pinheiros.

⁶² **Sesmarias**. Documentos do Archivo do Estado de São Paulo. Publicação Oficial do Archivo do Estado de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, vol. I, p. 42-44.

De acordo com a petição, eles alegavam serem casados, terem filhos e não possuírem terras para suas roças e gados. No período, devido à abundância de terras, as concessões costumavam ser muito grandes e mal delimitadas. Segundo Alcântara Machado, nos inventários e testamentos é comum elas aparecerem com baixo valor monetário. Entretanto o autor observa que,

“[...] não se deve confiar demais nos algorismos. O que vale a terra é na realidade muito mais do que as avaliações traduzem. [...]. Do latifúndio é que parte a determinação dos valores sociais; nêle é que se traçam as esferas de influência; é êle que classifica e desclassifica os homens; sem êle não há poder efetivo, autoridade real, prestígio estável. [...] os que não possuem sesmarias ou não conseguem adquirir terras se acham como que deslocados no meio da sociedade em que vivem. O lucro não é o único incentivo às explorações agrícolas. O que se procura antes de tudo é a situação social que decorre da posse de um latifúndio, as regalias que dêle provêm, a força, o prestígio, a respeitabilidade.”⁶³

É importante observar haver no início da colonização uma grande abundância de terras, isso permitiu, durante muitas décadas, a concessão de cartas de datas e sesmarias, com tamanhos bem maiores do que aqueles prescritos pela legislação portuguesa e praticados no reino.⁶⁴ Apesar disso no Brasil, conforme ocorre o aumento de concessões e a ocupação de novos espaços, as fronteiras das propriedades vão se tornando cada vez mais próximas, tornando-se comuns brigas e conflitos entre proprietários. Os desentendimentos surgem em decorrência da imprecisão das divisas e limites no ato da concessão, para além de uma

⁶³ MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 35.

⁶⁴ A concessão de terras estava condicionada ao seu aproveitamento em prazo determinado, ou seja, o solicitante deveria obrigatoriamente tornar a terra produtiva, correndo inclusive o risco de perder a propriedade caso não cumprisse a orientação régia. De acordo com Ferlini, sobre o tamanho das concessões “Não se impôs aqui, inicialmente, a restrição da extensão, dada a abundância relativa de terras nos primeiros tempos, mas a cláusula de aproveitamento, quando invocada em litígio, mostrava sua força.” FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 230.

tendência, com o tempo, das melhores porções se concentrarem nas mãos de alguns poucos indivíduos, geralmente membros de famílias importantes, ou de instituições como as ordens religiosas.

Outro importante fator que precisamos ter em mente, para compreendermos a solicitação realizada por Fernão, seria a necessidade da aquisição de grandes extensões de terras para o desenvolvimento da agricultura em São Paulo. Como já demonstrou a historiografia⁶⁵, os apresamentos de grupos indígenas realizados pelos bandeirantes, para além do intuito de fornecer mão de obra para o Nordeste açucareiro, visava o provimento de braços para o desenvolvimento da agricultura que abastecia não somente a Capitania de São Vicente, mas também supria e complementava outras regiões. Desta forma, Fernão Dias Pais Leme, enquanto um *homem bom da vila*, filho de colonizadores e detentor de uma considerável força de trabalho indígena, precisava de uma grande propriedade para empregar essa mão de obra, estabelecendo-se tanto econômica, quanto socialmente.

Na carta de data de 1607, não é especificado o tamanho da terra a ser repartida entre os três requerentes. Pelos limites apontados, podemos deduzir tratar-se de uma extensa faixa de terra compreendendo desde a região de Carapicuíba até as margens do rio Pinheiros. Como vimos, as terras solicitadas faziam divisa com a propriedade de Afonso Sardinha, doador delas e dos índios que dariam origem, posteriormente, ao aldeamento jesuítico de Carapicuíba.

A partir de nossos levantamentos, temos fortes indícios para crer que essas terras solicitadas por Fernão, corresponderiam à região onde atualmente existem os municípios de Cotia, Embu das Artes e Itapecerica da Serra. Conforme o inventário do irmão de Fernão,

⁶⁵ Sobre a produção agrícola em São Paulo, sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos: VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016 e MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Pedro Dias, falecido em 1633, ele possuía "Meia legua de terra por uma carta pelo rio da Cuty arriba nas cabeceiras das terras dos índios."⁶⁶

Em relação a Braz Esteves Leme, tio de Fernão e Pedro Dias, em seu inventário de 1636 não há referência alguma a suas terras, no entanto, temos conhecimento que seus irmãos teriam, por meio de um litígio, herdado seu espólio.⁶⁷ O inventário de sua irmã Lucrecia Leme confirma a informação quando Maria Leite, viúva do defunto Pedro Dias citado anteriormente, sentiu-se lesada por uma troca que ocorreu entre os irmãos Pedro Leme e Lucrecia, sua sogra, em relação às

"[...] **partilhas da fazenda que ficou do defunto Braz Esteves Leme** entre Lucrecia Leme já defunta sogra della dita e Pedro Leme o velho como herdeiros da dita fazenda, fizera seu cunhado Luiz Dias Leme em nome da dita sua mãe uma troca com o dito Pedro Leme **de umas terras que ficaram do dito Braz Esteves no oiteiros de São Vicente, por outras que também herdaram do dito defunto na paragem onde elle vivia**, sem ter o dito Luiz Dias Leme inteira informação da quantidade **da dita terra da Cutia** por não saber dos titulos e lhe dizerem eram campos de poucos prestimo, sendo que á dita sua mãe cabia meia legua das ditas terras e as que lhe dava em troco da dita meia legua em São Vicente não serem mais de quarenta braças pouco mais ou menos de terra safada e cultivada no que recebiam os ditos orfão seus filhos grande.... e defraudo de sua fazenda pela grande desigualdade pelo que requeria e protestava a elle dito juiz houvesse a dita troca por

⁶⁶ 1633. Inventário de Pedro Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p. 66.

⁶⁷ "[...] não casou, porém teve 14 filhos bastardos, havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra, a que no Brasil se diz mamelucos. Foi muito abastado de bens, com grosso cabedal de dinheiro amoedado, do muito ouro que extraiu no tempo da grandeza da serra de Jaraguá, cujas minas foram descobertas por Affonso Sardinha em 1597. Faleceu Braz Esteves abintestado no sertão de Jaraguá. O juízo de órfãos procedeu a inventário dos seus bens por partilhas dos 14 filhos mamelucos, os quais não devendo ser herdeiros pela nobre qualidade de seu pai, foram excluídos da herança por sentença proferida a favor dos irmãos de Braz Esteves, que então se achavam vivos Pedro Leme e Lucrecia Leme [...]". LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" LTDA; Martins Editora, 1953, p. 50.

nenhuma por digo com restituição dos orfãos e mais herdeiros [...] e que ficasse o dito Pero Leme o velho herdando sua direita parte assim em as de São Vicente commo nas desta dita villa [...]."⁶⁸

Braz Esteves tinha ainda dois outros irmãos, Aleixo Leme⁶⁹ e Matheus Leme⁷⁰, ambos falecidos antes de 1633. É possível que seus herdeiros também tenham recebido a parte que lhes cabia no espólio do tio Braz Esteves. Há inclusive referências de que outros familiares teriam recebido bens na região, como é o caso observado no inventário de Aleixo Leme⁷¹, seu sobrinho, que diz o seguinte:

“Estando mais neste Inventário sento e tantas brasas de terras nos limites da **Cotia**, ou outro nome que a dita paragem tenha, que concederão ao defunto em **hûa dada em que Pedro Leme** tem sua parte e outros erdeiros aonde

⁶⁸ 1645. Inventário de Lucrecia Leme, mãe de Fernão Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 14, pág. 328-329. Grifo nosso.

⁶⁹ “Paulista, filho de Brás Esteves Leme [...] e de sua mulher Leonor Leme, foi casado com Inês Dias e exerceu cargos de confiança na vila de São Paulo. Tomou parte nas bandeiras de Nicolau Barreto, em 1602, ao Guairá e na de Sebastião Preto, em 1623, na região dos índios abueus. Faleceu em São Paulo, em 1629, deixando geração.” In: FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 206.

⁷⁰ “Paulista, filho de Brás Esteves e de sua mulher Leonor Leme, portugueses, foi sertanista que tomou parte na bandeira de Antônio Raposo Tavares ao Guairá, em 1628 e exerceu cargos de confiança na vila de São Paulo. Foi casado com Antônia de Chaves e enviuvado, casou-se segunda vez com Antônia Gago. Faleceu em 1633, tendo deixado geração.” FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 213. Cf. Inventário de Matheus Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p. 109-171.

⁷¹ 1646. Inventário de Aleixo Leme. In: **Inventários e testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1946, Vol.33, p. 88-95. Pedro Taques o traz como primo de primeiro grau de Fernão Dias Paes Leme. Cf. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA.; Martins Editora, 1953, tomo III, p. 45.

cabe ao defunto as ditas sento e tantas braças ou o que se achar a verdade [...].”⁷²

No excerto, há a indicação de que nos limites de Cotia havia terras as quais faziam divisa com as de Pedro Leme. Estas se tratariam de uma herança que teria sido dividida entre vários outros herdeiros. Apesar disso, também não excluimos a possibilidade de que os irmãos de Braz Esteves Leme também tenham adquirido cartas de datas na região, tendo em vista seu valor e localização estratégicos.⁷³

Em 1671, Aleixo Leme dos Reis, filho de Pero Leme⁷⁴, alegava em seu testamento possuir dentre outros bens “[...] mil braças de terra mattos maninhos na paragem chamada Tapisseruca com uma legua de sertão, partindo com meus irmãos.”⁷⁵ O mesmo ocorre com Aleixo Leme que teria recebido

“Sem braças de terras nos matos de Carapicuíba numa ditha de seu pai Aleixo Leme, que lhe coube de sua heransa por morte do dito pai conforme aos mais erdeiros todos em sua avaliação a quem por ellas mais der.”⁷⁶

Por fim, em janeiro de 1673, o padre jesuíta Lourenço Craveiro, reitor do Colégio de Santo Inácio e, portanto, o responsável por proteger e administrar o patrimônio da instituição,

⁷² 1646. Inventário de Aleixo Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1946, Vol. 33, p. 94-95.

⁷³ Como vimos anteriormente, a região concentrou parte das propriedades produtoras de trigo, sendo inclusive Pedro Dias e seus descendentes um dos grandes produtores do gênero. Cf. VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 134-135.

⁷⁴ LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA.; Martins Editora, 1953, tomo III, p. 12 e 37.

⁷⁵ 1671. Inventário de Aleixo Leme dos Reis. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.18, p. 226.

⁷⁶ 1646. Inventário de Aleixo Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1946, Vol. 33, p. 91.

solicita a cópia de um trecho do testamento de um indivíduo chamado Brás Leme⁷⁷, ou seja, um possível membro da família, em que era dito ter o defunto “[...] outra carta de data de terras na paragem chamada tapeseriqua de huma legua em quadra [...].”⁷⁸ Desse modo, fica evidente que muitos membros da família Leme se instalaram na região que abrange o que hoje se compreendem os municípios de Cotia, Embu das Artes, Itapecerica da Serra e Carapicuíba.

Para nós, um dos grandes desafios desta pesquisa tem sido justamente compreender a ocupação da região, e os limites dessas propriedades em relação às terras que viriam a compor os aldeamentos da Companhia de Jesus de *Mboy, Itapecerica e Carapicuíba*. No entanto, apesar de muitas vezes as cartas de datas serem imprecisas e os topônimos frequentemente alterados ou confundidos pelos novos ocupantes, acreditamos ser possível traçar ao menos um histórico do processo de ocupação daquela região, e dos atores sociais que gravitavam no entorno daqueles aldeamentos, e foi, por isso, que intentamos realizar esse exercício.

Voltando ao casal Fernão e Catarina, a aquisição de sua propriedade, que ficaria na região entre Mboy e Itapecerica, ocorreu em 1607. No ano de 1641, Fernão teria solicitado ao então juiz ordinário, o capitão João Fernandez Saavedra, a *posse* destas terras.

“Sertefico eu o cappitam Joao *Fernandez* saavedra em com he verdade que sendo iuis ordinario na villa de Sam paullo na era de seiscentos e corenta e hum a requerimento do cappitam fernão dias leme lhe fui a dar posse com o escrivão fernão rodrigues de Cordova [...] e por ir anoutesendo para chegar a

⁷⁷ Não sabemos de qual Braz Leme se trata. Sabemos apenas que Braz Esteves Leme, tio de Fernão Dias Pais Leme, doador das terras de Mboy, morreu sem testamento, por isso o descartamos. Aleixo Leme, seu irmão, teve um filho com este nome que se casou com Isabel de Freitas. Pero Dias também teve um filho com este nome, que se casou com Margarida Bicudo. Cf. LEME, Pedro. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA.; Martins Editora, 1953, tomo III.

⁷⁸ 1673, janeiro, 4. *Solicitação de Treslado*, a pedido do padre Lourenço Craveiro, de trecho do testamento de Brás Leme sobre uma carta de data de terras que possuía na paragem chamada de Itapecerica. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3.

inbohi e aver de tornar pera sam paullo no mesmo dia na parage de hum ribeiro por nome aguarahé disse ao tavaliao [?] **me te[?] hum ramo e terra nas mãos e que de ahi o avia por emposado das ditas terras a coal po[sse] lhe foi dada [...]**.”⁷⁹

O tabelião *meteu um ramo e terra nas mãos e a partir daquele momento o havia por empossado...* enquanto um ato público, a posse de uma determinada terra estava impregnada de elementos simbólicos. Ao relatar, narrar, descrever, teatralizar o ato de posse, todo o gestual ritualístico legitimava a ação, tornando possível o estabelecimento e criação do espaço⁸⁰. De acordo com a pesquisadora Eunícia Fernandes, a respeito da ritualística que permeava os atos de posse

“O escrivão ou responsável pela legalização mete terra, plantas e pedras nas mãos do futuro dono que passeia sobre o solo à espera de que seja feita alguma contestação. Sem contradições de ninguém e com a terra nas mãos, a posse está efetuada. [...] Aqui, a petição e o despacho não são suficientes, as palavras devem ser lavradas também em gestos. A *experiência* do rito materializa o verbo.”⁸¹

Em 1662, por sua vez, Catarina Camacha solicita a Antonio Rapozo da Silveira, procurador e representante do donatário da Capitania de São Vicente, o Marquês de Cascais, uma *confirmação* de posse, acompanhada de sua carta de data, pois havia mais de vinte e cinco anos que cultivava e lavrava na paragem chama Mobig e, em decorrência da morte do marido, não havia ficado em seu poder nenhum documento que confirmasse sua propriedade.

⁷⁹ 1672, outubro, 28. *Solicitação de certidão* feita pelo Padre Lourenço Craveiro a respeito de uma confirmação de posse de terras feitas a Fernão Dias em 1641 por João Fernandez Saavedra. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 5. Grifo nosso.

⁸⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 191-197.

⁸¹ FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015, p. 109.

À época, os colonos que recebiam sesmarias deveriam dentro de um prazo legal, aproveitá-las e registrá-las nos livros da Provedoria. Somente após tal registro, atendendo todas as disposições de aproveitamento e beneficiamento, é que o colono adquiria de fato a propriedade da terra.⁸² Por isso, ao solicitar a *confirmação* da posse de suas terras, Catarina Camacho reforça na petição que sempre havia lavrado e cultivado no local, beneficiando-o há mais de vinte e cinco anos.

“Diz caterina Camacha moradora na villa de Sam paulo que seu marido que deos tem fernaõ dias e ella **lavarão e cultivarão as terras sitas nas paraiem chamada Mobig** avera tempo **m[ai]s de vinte e sinco annos [...]**. E por que ella suplicante não sabe per que titolo as posohia com o dito seu marido per não [a]parecerem papéis nem em cuio poder os deixou, e ora lhe he nesario comfirmacão com pose com carta do sismeiro ou quem seu poder tiver para com mais clareza e dereito comtinuar suas lavouras.”⁸³

De acordo com a petição, ela dizia lavar na região havia mais de vinte e cinco anos, o que nos indicaria uma ocupação da terra por volta do ano de 1637, período próximo, por exemplo, da partilha do espólio de Braz Esteves Leme. A data também está próxima do pedido de posse de Mboy, que seu marido teria feito à Saavedra em 1641.

Os atos de *posse* e *confirmação* são situações em que podemos observar a existência de uma necessidade de se constituir e formalizar o espaço. Tal ato, parte do relato oral, e

⁸² “O procedimento [de registro das datas] permitia à autoridade saber que as terras estavam desocupadas, a fim de assegurar os direitos de terceiros. Nos pedidos, em geral, constava o despacho ao escrivão da Fazenda para informar ‘pelos livros de data se as terras que os suplicantes fazem menção já estão dadas’. Uma sistemática frequente era o colono começar ocupando simplesmente a terra, realizar melhoramentos, iniciar o aproveitamento e só então solicitar a data. Procedimento perigoso, pois outros poderiam, nesse intervalo, solicitar a mesma área, advindo problemas.” FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 235.

⁸³ 1672, julho, 27. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga. Grifo nosso.

exige sua materialização por meio do registro escrito, sob o selo de uma autoridade. Deste modo, temos a definição das fronteiras, legitimando a ocupação do local, processos e dinâmicas para o qual Certeau já havia chamado a atenção ao falar das “operações de demarcação” ou dos “contratos narrativos” que,

“[...] são compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e ‘bricolados’ num todo único. Neste sentido, esclarecem a formação dos mitos, como têm também a função de fundar e articular espaços. Constituem, conservada nos fundos dos cartórios, uma imensa literatura de viagens, isto é, de ações organizadoras de áreas sociais e culturais mais ou menos extensas. Mas essa literatura representa apenas uma parte ínfima (aquela que se escreve em pontos litigiosos) da narração oral que não cessa, trabalho interminável, de compor espaços, verificar, confrontar e deslocar suas fronteiras.”⁸⁴

Para se fundar um espaço, é necessário primeiro delimitá-lo, defini-lo em relação ao outro a partir de uma narrativa. Para tal, Catarina descreve os limites de sua propriedade, estabelecendo suas fronteiras em relação aos vizinhos confrontantes, dois membros da família Leme. As terras seriam:

“[...] hua legoa em coadra comesando das cabeceiras e data das terras de aleixo leme e pedro leme que deos haia⁸⁵, e hua legoa que lhe foi dada para ambos **a coal terra peco comecara de huã capoeira alta chamada Jgbiturucaja onde tem seu marco e deviza que he huã Crus, de pao, onde termina a data dos ditos dous jrmanos defuntos aleixo leme e pedro leme que he huã legoa e dese marco corre a legoa que peço para o Rio chamado bojgia ate chegar as terras de taijceciriça para o que pede a Vossa merçe lhe faça merçe em nome do senhor Marques donatário desta**

⁸⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 190.

⁸⁵ Ou seja, já defuntos na ocasião.

Capitania de lhe dar a dita legoa de terra que pede para confirmação de sua posse [...]”⁸⁶

A partir do excerto, entendemos que sua propriedade, ou parte dela, partiam do Monte Ibituruçu, correndo para o Rio Mboy até chegar à região de Itapecerica. Com a morte da doadora, ocorrida entre os anos de 1668 e 1672, como já dito anteriormente, vislumbramos um novo momento em relação à propriedade de Mboy, e também de Itapecerica que, aos poucos, irão se constituir enquanto espaços de missão: os aldeamentos de *Nossa Senhora do Rosário* e *Nossa Senhora dos Prazeres* cuja histórias, como veremos, estavam intimamente conectadas.

O aldeamento de Itapecerica, também conhecido pelo seu orago *Nossa Senhora dos Prazeres*, até então tinha sua história de origem desconhecida. Segundo Dora Shellard,

“O aldeamento [de Itapecerica] foi organizado pelos jesuítas no século XVII, possivelmente por volta do ano de 1689, em terras que se abriam para o sertão. Porém, poucas fontes restam que contam a sua história, particularmente dos seus primeiros setenta anos, período da administração jesuítica. Não se encontram documentos dando conta da origem de suas terras ou da data oficial de sua fundação.”⁸⁷

⁸⁶ 1672, julho, 27. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga. Grifo nosso.

⁸⁷ A historiadora Dora Shellard possui uma excelente pesquisa sobre a história do aldeamento de Itapecerica. Segundo a autora, a historiografia itapecericana desenvolveu trabalhos que buscaram dar conta da história local, dos quais ela destaca o coronel Tenório de Brito, que atribuiu a fundação de Itapecerica por volta de 1562, junto com a aldeia de São Miguel para proteger São Paulo de ataques de índios. Ela reforça que a afirmação do coronel é feita a partir de deduções e não com base em uma documentação histórica. Ela também dá destaque aos trabalhos dos professores José Silveira da Motta e Carlos Alberto Abdo, que contaram com o apoio e auxílio do também pesquisador e professor Dimas Cavalheiro Diniz. Estes últimos, ao contrário do coronel, atribuem à Itapecerica um surgimento posterior que teria ocorrido por volta de 1689, com o qual Shellard concorda. Cf. CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, p. 19-21 e 38.

A afirmação quanto ao aldeamento já existir em 1689, deve-se ao padre Diogo Machado o qual, dando conta das aldeias do Colégio em São Paulo, relatou à época que na de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora dos Prazeres, juntas, teriam mais de 900 almas.⁸⁸ Mas, ao longo de nossa pesquisa, nos deparamos com diversos elementos indicativos que Itapecerica teve origem a partir de um desdobramento dos aldeamentos de Mboy (do ponto de vista do território) e Carapicuíba (da transladação de parte de sua população).

De acordo com a documentação levantada a respeito do aldeamento de Mboy, tomamos conhecimento que as terras doadas pela família de Fernão Dias compreendiam também a região de Itapecerica. Ora, durante um processo movido pelos padres do Colégio de Santo Inácio, em 1699, para provar que as terras de Itapecerica pertenciam ao colégio, os religiosos fizeram um levantamento de testemunhas depoentes a seu favor. Nesse processo, foram ouvidas sete testemunhas, as quais afirmaram se tratar de terras pertencentes ao colégio. Todas as testemunhas foram categóricas ao afirmar serem as terras do padre Francisco de Moraes, que as havia herdado de Fernão Dias e Catarina Camacho. De acordo com a testemunha Pedro de Lima Pereira,

“[...] dise elle testemunha que sabe serem as terras de jtapesirica dos padres da *Companhia* de Jezu por quanto a melhor de trinta annos que sabe assistiu o *Padre Francisco* de morais que des haja nas ditas terras de jtapesirica lavrando-as e cultivando-as sempre de paz pasifica sem contradição // de pesoa alguma e que elle testemunha assistindo algumas vezes em vida do dito *Padre Francisco* de Moraes na dita fazenda de jtapesirica ouvira dizer ao dito *Padre* varias vezes que aquellas terras as ouvera por eransa de seus Pais e que pertensiam a este colejo da villa de Sam Paulo [...]”⁸⁹

⁸⁸ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 357.

⁸⁹ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, Fl. 7-7v.

A hipótese de parte das terras de Itapecerica fazerem parte do espólio de Fernão Dias é ratificado por meio do documento de 1662, no qual Catarina Camacha solicitava a confirmação de posse de suas terras que se tratavam de

“[...] hua legoa em coadra comesando das cabeceiras e data das terras de aleixo leme e pedro leme que deos haia, e hua legoa que lhe foi dada para ambos a coal terra peco comecara de huã capoeira alta chamada Jgbiturucaja onde tem seu marquo e deviza que he huã Crus, de pao, onde termina a data dos ditos dous jrmanos defuntos aleixo leme e pedro leme que he huã legoa e dese marquo corre a legoa que peço para o Rio chamado bojgia ate chegar as terras de taijceciriça para o que pede a Vossa merçe lhe faça merçe em nome do *senhor* Marques donatário desta Capitania de lhe dar a dita legoa de terra que pede para comfirmção de sua posse [...]”⁹⁰

A partir da citação acima é possível perceber que sua propriedade, ou parte das terras partiam do Rio Mboy até a região de Itapecerica, abrangendo também um local chamado Monte Ibituruçu. Em 1769, quando D. Luís Antônio de Sousa decreta a medição das terras dos aldeamentos de São Paulo⁹¹, na medição é dito pertencerem as terras do Monte Ibituruçu à aldeia de Itapecerica “[...] *que* se diz tinham por sismaria os Padres Jezuitas a doada por huma Catherina Camaxa ja defunta [...]”⁹²

⁹⁰ 1672, julho, 27. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sitio Mutinga, Fl. 4.

⁹¹ 1768, outubro, 26. Portaria para se medirem as Aldeas desta Capitania para saberem as terras que lhes pertencem. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. Offícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionários da Capitania 1765-1771. São Paulo: Typografia do globo, 1940, Vol. 65, 229.

⁹² 1769. *Auto de Medição e demarcação* das terras da aldeia de Itapecerica. Acompanha "Auto de de medição das terras de huturuçu pertences a Aldea". Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30,24,028 nº002 / MS – 553 (25) D 45.

No final do século XVII, Itapecerica também teria sido escolhida para receber parte dos índios da aldeia de Carapicuíba, cujas terras, devido ao esgotamento, não produziam mais a quantidade necessária para o sustento de sua população. Assim, os superiores do colégio acharam por bem distribuir os índios entre as aldeias de Itapecerica e São José. Acredita-se que essa redistribuição tenha ocorrido por volta de 1690, período quando o padre Belchior de Pontes era superior de Carapicuíba, e teria se mostrado contrário ao abandono desta aldeia. De acordo com seu biógrafo a respeito do assunto

“... foy necessario mudá-la para terras virgens, e cubertas de mattos, onde houvesse commodidade, para que os Indios, que ja eraõ muitos, pudessem ter abundancia de mantimentos com que se sustentassem. Não pareceo bem ao Padre Pontes esta mudança, e he tradição entre os mesmos Indios que elle dissera que não havia de deixar de ser Aldêa Carapicuyba. **O tempo tem mostrado que foy vaticinio; porque alguns dos Indios mudados para Itapycryca nunca deixaraõ o lugar, em que se tinhaõ criado:** e por mais diligencias que fizeraõ os Religiosos, para que vivessem juntos, chegando a derrubar-lhes as casas, que tinhaõ em Carapicuyba, nunca o puderão conseguir; porque elles assistindo nas Aldêas, que lhes assignalaraõ, nos dias em que eraõ buscados, vinhaõ nos outros fazer as suas lavours na sua amada Carapicuyba, sendo taõ tenazes no seu propozito, que foy necessario condescender com elles; e tem multiplicado de sorte, que já se lhes fez Igreja dedicada a S. Joaõ Baptista, aonde de tempos em tempos tem Missionario, que os doutrine, diga Missa, desobrigue da Quaresma, e acuda tambem a festejar cada anno o Santo seu Padroeiro.”⁹³

A construção da igreja de São João Batista em Carapicuíba só teria sido iniciada em 1736, e a mudança dos índios de aldeia teria sido algo impactante para a rotina do colégio, pois mesmo após muitos anos, ainda era lembrado pelos superiores, como é o caso do padre

⁹³ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 121. Grifo nosso.

Victorianno da Cunha que em 1756, relembando a transferência dos índios, relatou que “[...] atentas as circunstancias do estado, em que a muitos annos se acha a Aldeia de Carapicuíba que deixou Affonso Sardinha, por haver sido desmembrada dos muitos Indios de que **pela mayor parte se formavão as duas Aldeias de Itapecerica, e São Jozé [...]**.”⁹⁴ Ainda segundo o documento, os descendentes dos escravos legítimos da doação de Afonso Sardinha, também teriam sido realocados, neste caso enviados para outra propriedade da Companhia de Jesus, a fazenda de Santa Ana.⁹⁵

Ainda no processo de invasão das terras de Itapecerica de 1699, o sargento-mor Manoel Bueno da Fonseca mencionava saber que, há pouco tempo, os padres haviam retirado daquele local o resto da gente e passado para Paraíba, o que reforça a tese de parte dos índios da região terem sido realocados no aldeamento de São José⁹⁶, entre 1690 e 1699.

Por fim, se partirmos dos relatos das testemunhas, podemos inferir que o aldeamento de Itapecerica teria se desenvolvido junto ao de Mboy, tendo inclusive o padre Moraes assistido no local. Sendo assim, ele já existiria por volta de 1672, inclusive com um oratório, onde os padres diziam missa.⁹⁷ Logo, a partir deste instante, o processo histórico de formação desses dois aldeamentos passam a integrar um sistema e lógica maiores, o de espaços de missão e de desenvolvimento econômico do Colégio de Santo Inácio. Desta forma, os reitores e procuradores da Companhia de Jesus irão, de diversas maneiras, buscar o aumento e a defesa do patrimônio inaciano por meio de pedidos de sesmarias, doações de fiéis, compras,

⁹⁴ 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 365.

⁹⁵ Ibidem, p. 364 e 367.

⁹⁶ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl.8.

⁹⁷ Ibidem, fl. 6v.

vendas, trocas de terras, e a moção de litígios sempre que alguma propriedade ou privilégio estivesse sob ameaça.⁹⁸

DISTÂNCIA ENTRE OS ALDEAMENTOS DE MBOY, ITAPECERICA E CARAPICUÍBA

Imagem 3 - Mapa distância entre os aldeamentos Mboy, Itapecerica e Carapicuíba.

⁹⁸ NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 23.

A partir de tais dados e elementos, acreditamos que a compreensão da fundação do aldeamento de Mboy e a consolidação daquele local enquanto espaço de missão, só seja possível a partir do entendimento das diversas etapas necessárias para que ali surgisse um empreendimento, sempre tendo em vista o contexto que a Companhia de Jesus vivia no período. Desta forma, qualquer tentativa de definir ou estabelecer uma data, sem levar em consideração as dinâmicas e disputas envolvidas durante o processo, perde seu sentido e relevância em nossa opinião. Assim, nos próximos capítulos, vamos discutir de que maneira a Companhia de Jesus constituiu uma rede de aldeamentos e o papel ocupado por Mboy dentro deste sistema maior.

CAPÍTULO 3

TERRA E TRABALHO: O ESPAÇO DO ALDEAMENTO

3.1. O espaço do aldeamento: os aldeamentos do colégio

Quando iniciamos essa pesquisa, nosso principal objetivo era compreender o surgimento do aldeamento de Mboy e o modo pelo qual ocorreu seu desenvolvimento. No entanto, para além de uma perspectiva exclusivamente local, desejávamos entender o lugar e função dessa aldeia, dentro de uma estrutura maior, a do Colégio de Santo Inácio em São Paulo. Desse modo, nos perguntávamos qual seria o real significado para a Companhia de Jesus em criar, estabelecer e ampliar uma rede de aldeamentos?

De acordo com a historiadora Eunícia Fernandes, o estabelecimento de uma rede de aldeamentos possibilitava aos jesuítas a ampliação do alcance de suas ações potencializando-as, ao garantir o alargamento de suas fronteiras, criando assim novos espaços de interação e influência junto aos demais atores sociais na colônia.¹

Assim, dentro da estrutura criada e estabelecida pelos inacianos, os colégios atuavam como núcleos centralizadores existentes para viabilizar o encontro entre padres e índios. No

¹ “A proposta de uma rede ou de redes entrecruzadas visa enfatizar uma simultaneidade de articulações e uma dimensão espacializante de atuação da Companhia de Jesus, o que vai decorrer em uma territorialização. Simultaneamente, subsidia uma interpretação sobre os significados dos colégios e aldeamentos na lógica colonial, bem como sobre suas inter-relações. Na pragmática geral da Ordem, criar colégios tem uma centralidade, mas no espaço americano a ideia de rede amplia esse significado, apresentando-o como pilar para o movimento que conduz os jesuítas à alteridade indígena e assumindo o papel de núcleo dos *instrumentos de ação*. O aldeamento, em tal leitura, deve ser compreendido como *instrumento-fim* do empreendimento, pois a estrutura jesuítica que se ergue na colônia é estabelecida em função do indígena, e essa forma de organização se apresenta como modelo hegemônico de contato com os índios, apropriado inclusive por outras ordens religiosas. Como dito anteriormente, o aldeamento *se torna* o motivo da estrutura, da qual o colégio é o nexo.” FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015, p. 71.

entanto, apesar da centralidade estar no colégio, eram os aldeamentos *o sentido e a finalidade da missão*, aquilo que justificava a presença dos missionários em solo brasileiro. No que diz respeito ao trabalho dos jesuítas em São Paulo, poderíamos dividi-lo em dois importantes momentos. Um primeiro, junto às aldeias do padroado real; e um segundo, junto às aldeias próprias, tendo como corte temporal a expulsão sofrida pelos padres da Capitania de São Vicente em 1640.²

Em decorrência da expulsão que perdurou até 1653, quando os jesuítas retornam à capitania, a ordem parece se encontrar muito enfraquecida em relação ao poder de interferência na política indigenista local, com a perda da administração temporal e espiritual dos aldeamentos do padroado régio. No entanto, enquanto por um lado há perdas, por outro acontece uma reorientação do modo de atuação dos religiosos, cujo foco passa a se centrar, sobretudo no desenvolvimento dos aldeamentos próprios, dentre eles Mboy nosso objeto de estudo.

Antes da expulsão de 1640, os jesuítas constituíram em São Paulo apenas um aldeamento próprio, o de Carapicuíba (1615), a partir da doação de índios e terras realizado

² Em São Paulo, as primeiras missões realizadas pelos jesuítas foram junto às aldeias preexistentes. Temos o caso da aldeia do líder indígena Tibiriçá, que ficaria na região de instalação do colégio de Piratininga, a aldeia de Jurubatuba, chefiada por Caiubi, próximo de onde atualmente seria a região de Santo Amaro e Uraraí, aldeia liderada por Piquerobi a qual, posteriormente, daria origem ao aldeamento de São Miguel. A partir de 1560, com a mudança dos moradores de Santo André da Borda do Campo para Piratininga, ocasionando assim na fundação da vila de São Paulo, são instituídos os aldeamentos régios de São Miguel, Nossa Senhora dos Pinheiros e, alguns anos depois, por volta de 1580, o de Nossa Senhora da Conceição, através da introdução de um grupo de “guarulhos”, enquanto um desdobramento de uma missão realizada pelos religiosos. No início do século XVII, ocorre o surgimento do aldeamento de N. Senhora da Escada de Barueri. Para maiores informações sobre esse processo, conferir: PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 109. Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 21-22 e 43. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugal. Vol. 1, p. 305 e Vol. 6, p. 230-233 e 241.

por Afonso Sardinha e sua esposa Maria Gonsalvez.³ O local, mesmo com a expulsão de 1640, foi preservado como propriedade do colégio.⁴ No entanto, em relação aos demais aldeamentos, acreditamos que seu estabelecimento tenham ocorrido somente após o retorno da ordem a São Paulo. Assim, pouco tempo após o exílio, os inacianos conseguem retomar Carapicuíba e abrir novos espaços de missão, como foi o caso de Mboy, Itapecerica, Itaquaquecetuba e São José, sendo os dois primeiros já abordados ao longo do presente trabalho.

O aldeamento jesuítico de Itaquaquecetuba, por exemplo, chegou às mãos da Companhia de Jesus por meio da doação do padre secular João Álvares.⁵ Este padre teria

³ Os doadores instituíram na igreja do colégio uma Capela dedicada à Nossa Senhora da Graça e, por meio de testamento, legaram suas propriedades à referida capela “[...] porquanto não tinham herdeiros forçados nem naturaes nem de legitimo matrimonio havendo sessenta e tantos anos que estão casados [...]” Assim deixavam para seu ornato, as terras sitas na paragem de Carapicuíba, uma sesmaria de terras em *Ybatataathe o Embuapava*, prataria, escravos de Guiné e da terra, casas, gados e índios forros.” Cf. 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho &Comp., 1915, vol. 44, p. 360.

⁴ Com receio de que a Companhia de Jesus viesse a ser lesada, em decorrência da ausência dos religiosos, o reitor Nicolau Botelho instituiu o então vigário da vila, o padre Manuel Nunes, ex-jesuíta, como seu procurador. Assim, durante todo o período do exílio, os bens dos padres foram administrados pelo padre Nunes, que ficou responsável por atuar em favor e defender a instituição. Com o falecimento do padre Nunes em 1644, o cargo de procurador teria sido repassado para outros moradores. Em agosto de 1650, por exemplo, aparece nas Actas da Câmara o morador Domingos da Rocha, um dos procuradores instituídos com a morte do religioso, sendo notificado pela câmara, pois deveria mandar, no prazo de quinze dias, os *índios da aldeã de caypucuiba que He dos padres da companhia*, para comparecer à vila com o objetivo de murar e de consertar a igreja do colégio, que estava abandonada e sendo vandalizada. Cf. 1650, agosto, 6. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo**. 1640-1652. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 434-435. Cf. 1644. Inventário do Padre Manuel Nunes. In: **Inventários e testamentos**. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, vol. 28. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 254.

⁵ De acordo com Gabriel Frade, o padre João Álvares nasceu por volta de 1570, e deve ter sido ordenado padre secular entre 1594 e 1599. No início do século XVII já participava de bandeiras e em 1610 teria adquirido terras em Itaquaquecetuba por meio de sesmaria. Em 1622 teria participado da construção da capela dedicada a São Miguel Arcanjo, na aldeia de mesmo nome que receberia em 1623 os índios aldeados oriundos de

construído, por volta de 1624, uma capela dedicada à Nossa Senhora da Ajuda e, por sua morte, legou à Companhia de Jesus os índios por ele trazidos do sertão.⁶ O padre João teria inclusive participado e financiado inúmeras expedições, dentre elas, ironicamente, as que atacaram as missões jesuíticas do Paraguai.⁷

Este aldeamento, cujo início foi empreendido como uma fazenda particular, por sua proximidade cronológica e territorial com a aldeia do padroado régio de São Miguel, muitas vezes tiveram suas histórias sobrepostas. Em 25 de junho de 1674, o padre Lourenço Craveiro solicitou ao padre Francisco de Moraes, filho de Catarina Camacho, uma certidão a respeito

Itaquaquecetuba. Em 1624, Álvares teria erguido uma capela dedicada ao orago de Nossa Senhora da Ajuda nas suas terras, em Itaquaquecetuba. Há informações que em 1628 ele teria sido novamente nomeado vigário em São Paulo e que ainda estaria vivo por volta de 1640. Cf. FRADE, Gabriel. A aldeia da capela: Elementos para a história do aldeamento jesuítico de Itaquaquecetuba-SP. **Antigos aldeamentos jesuíticos: a companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas**. Gabriel Frade (Organizador). São Paulo: Edições Loyola, 2016, p. 144-145.

⁶ Nos catálogos da Companhia de Jesus, segundo Serafim Leite, o aldeamento de Itaquaquecetuba aparece inicialmente nomeado pelo orago *Nossa Senhora da Ajuda* e, a certa altura, é substituída pela nome de *Aldeia da Capela*. De acordo com o historiador, “*Capela*, termo jurídico, para designar a situação legal dos seus Índios, que não eram escravos, foram deixados aos Padres da Companhia, para os administrarem e catequizarem *em sua liberdade* ficando, porém, ‘encapelados’, isto é, a serviço da mesma Igreja”. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 363-364.

⁷ De acordo com Gabriel Frade “[...] o Pe. João Álvares, dentro das dificuldades econômicas vigentes na São Paulo colonial, buscava seu sustento através do comércio e o uso de escravos. Essas notícias acerca da atividade econômica do Pe. João Álvares são interessantes na medida em que corroboram a informação de que mais tarde, a título de reparação, o padre deixaria sua propriedade de Itaquaquecetuba para os Jesuítas. Talvez para aquietar a consciência, como era usual na época.” (FRADE, 2016, p. 147-148). Como já pudemos observar, a tentativa de reparar o mal perpetrado contra índios, igreja e Coroa, devido ao descumprimento das bulas e leis, foi uma prática recorrente dos testadores do período. Ao legarem às ordens religiosas seu espólio, os doadores tentavam justificar e aliviar suas consciências, mas também perpetuar suas memórias enquanto bons e fiéis vassalos do Estado e Igreja, tentando assim reconstruir uma boa imagem de si. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 362. FRADE, Gabriel. A aldeia da capela: Elementos para a história do aldeamento jesuítico de Itaquaquecetuba-SP. In: **Antigos aldeamentos jesuíticos: a companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas**. Gabriel Frade (Organizador) [etal.]. São Paulo: Edições Loyola, 2016, p. 147-148.

dos índios das aldeias do Colégio e, em particular, sobre os de Itaquauecetuba e o sítio onde ficava a capela de Nossa Senhora da Ajuda, que havia sido do Padre João Alvares.

Em resposta à solicitação do superior, o padre Moraes teria dito que, há mais ou menos 57 anos atrás, os índios de São Miguel estavam na Aldeia de Itaquauecetuba, que é a mesma paragem onde naquele momento se podia observar a capela do padre João Álvares, legada ao Colégio por sua morte e,

“[...] por assim ordenar Sua Majestade, da qual Aldeia de Itaquauecetuba, por mandado do Capitão e procurador dos índios Fernão Dias Leme [padrasto do padre Moraes], que Deus tem, fui eu, sendo ainda secular, no ano de 1620, pouco mais ou menos, buscar alguns dêles para acompanharem ao Governador Martim de Sá na jornada que então fêz à ilha de Santa Catarina; e tornando eu a esta terra na era de 1624, sendo já religioso, os achei já mudados para a Aldeia de São Miguel, onde hoje estão [...]”⁸

A partir da fala do padre Moraes, temos indícios que ele, antes de sua ordenação, teria auxiliado o padrasto em suas atividades. Apesar de não conseguirmos aprofundar a questão neste momento, não descartamos a possibilidade do padre Moraes, à semelhança do que fazia o padre Alvares, ter participado de campanhas de apresamento de índios antes de sua ordenação. Talvez esse seja inclusive um dos motivos para o padre, durante toda sua vida missionária, ter sido destacado especialmente para o desenvolvimento de trabalhos junto aos índios, bem como participado de campanhas de descimentos promovidas pela própria Companhia de Jesus.⁹ O próprio Padre Manuel da Fonseca (1752), ao falar da doação de Mboy dizia que

⁸ LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 338.

⁹ Segundo Serafim Leite, em 1628 o padre Francisco de Moraes teria participado de uma missão aos carijós, de onde trouxeram 400 indígenas que foram levados para o Rio de Janeiro onde permaneceu. Tentou fazer novamente essa missão em 1631, mas teria sido impedido devido a invasão holandesa na qual teria lutado. Em

“[...] doou [Catarina] ao Collegio de S. Paulo, lembrada talvez que tinha nelle a seu filho o Padre Francisco de Moraes; o qual ainda que pela sua profissão não podia herdar Indios como sujeitos, os podia herdar como livres, para que gastando entre elles alguns annos os administrasse como Parocho, e dirigisse como Missionario; pois não teria menor zelo em doutrinar os ja convertidos, do que teve em converter a muitos que trouxe do Certão dos Patos.”¹⁰

Também gostaríamos de destacar a data do pedido da certidão solicitado pelo reitor Craveiro: 1674. Como vimos anteriormente, é dessa época que o padre se dedica à gestão e organização da documentação que atesta a posse dos jesuítas sobre a propriedade de Mboy e Itapecerica. Repare, como no texto, os dois religiosos se preocupam em traçar e definir o processo de formação de cada um dos aldeamentos (São Miguel e Itaquaquecetuba), assim como o processo de migração e transferência dos índios de uma localidade à outra. Também note-se a complexidade existente na relação entre índios que são igualmente mantidos em aldeias do padroado, assim como em propriedades de particulares, fazendo com que Itaquaquecetuba seja um caso muito próximo ao de Mboy.

Voltando ao processo de formação dos aldeamentos próprios do colégio, a respeito de São José, que daria posteriormente origem à cidade de mesmo nome¹¹, de acordo com Serafim Leite, seu início foi a partir de uma fazenda de gado da Companhia de Jesus. Quando se extinguiu a produção, para que as terras não ficassem devolutas, os religiosos teriam erigido a

1635 já estaria de volta ao Rio de Janeiro e teria realizado outra missão aos carijós, o que repete em 1639. Cf. LEITE, Serafim. **Novas páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 320-322.

¹⁰ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 142.

¹¹ A ereção do aldeamento de S. José à vila teria ocorrido no governo do Morgado de Mateus. Cf. 1766. Auto de ereção da Aldeia de São José a Vila. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão 1766-1768. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, vol. 23, 398-415.

aldeia, *num plano elevado, na margem direita do Rio Paraíba do Sul*.¹² Ergueu-se uma igreja, cuja invocação era *Nossa Senhora do Destêrro*, no entanto prevaleceu no nome a invocação de São José existindo a aldeia já por volta de 1686.¹³ Lembramos que parte dos índios empregados na fundação de São José eram, como vimos anteriormente, oriundos dos aldeamentos de Itapecerica e Carapicuíba transmigrados pelos padres jesuítas, visando assim ocupar o terreno que se encontrava vazio, portanto ameaçado de ser invadido ou considerado como terras devolutas.¹⁴

Com o retorno ao planalto em 1653, os jesuítas pareciam estar muito mais cautelosos e hábeis no que diz respeito à gestão dos conflitos com os paulistas. No entanto, mesmo conseguindo reverter situações e ameaças pontuais, garantindo assim a sobrevivência e manutenção da ordem, as décadas subsequentes foram marcadas pelo assédio dos paulistas, desejosos de tomar a administração dos índios agremiados pelo colégio, por meio da doação de particulares e da realização pelos próprios missionários de missões volantes.

Assim, na segunda metade do século XVII, o grande desafio encontrado pelos padres foi justamente se defender das investidas realizadas pelos moradores contra os índios dos aldeamentos do colégio. Em 1661, apenas oito anos após o retorno, por ocasião da passagem de Salvador Correia de Sá pela vila de São Paulo, os padres expuseram a situação do assédio e

¹² LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 367.

¹³ De acordo com Leite, “A fundação da *Aldeia de S. José*, no lugar actual, pelo Ir. Manuel de Leão, deve andar à roda do ano de 1680. Em 1692 chamava-se *Residência de Paraíba do Sul*, dependente do Colégio de S. Paulo, e em 1696 *Residência de São José*. Indicava-se, na primeira denominação, a topografia; na segunda, o orago; [...]”. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 368.

¹⁴ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Secretaria do Patrimônio da União, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl. 8. Cf. 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 364-365 e 367.

interferência dos paulistas ao antigo benfeitor, buscando o seu apoio na obtenção de uma provisão que lhes garantisse a administração destes índios. Na ocasião, o reitor Manuel Pedroso denunciava

“Que o dito seu collegio tem **uma fazenda; e nella algum gentio; da terra de que tem administração;** e de que se ajuda; em suas lavouras; como costumam; **os mais vizinhos; desta villa** e porquanto: **muitos moradores com menos respeito; ao decoro que se deve; aos religiosos; sem ordem delles inquietam aos ditos índios; de seu serviço contractando com os taes; affim de lhes levarem cargas; ao mar; como se fossem dos que sua majestade tem em suas aldeias para se servirem; [...].**”¹⁵

Aqui o reitor é bem claro ao indicar que à época o colégio tinha uma fazenda (seria Carapicuíba?), e que os vizinhos, sem autorização dos religiosos, contratavam os índios, o que não era aceitável, tendo em vista que estes não eram iguais àqueles pertencentes aos aldeamentos de sua majestade, cuja utilização era comum aos demais moradores. Assim, dando prosseguimento à acusação, o reitor do colégio diz que,

“[...] por seu estipendio; a republica donde resulta ao dito collegio; **nas levas que faz de suas drogas, grande detrimento; alugando... por dinheiro índios de fora; á falta dos seus; e // outrossim ser-lhe em grande prejuízo; da boa administração de sua fazenda por os ditos índios; muitas vezes; se deixarem ficar largo tempo na villa de Santos e mais logares marítimos;** pelo que pede a vossa senhoria que atento ao que se pede; lhe faça mercê sob as penas que fôr servido; pelo modo que melhor lhe parecer; mandar pôr remédio; a esta violência que se lhe faz e receberão mercê”.¹⁶

¹⁵ TAUNAY, Affonso de E. **Historia Seiscentista da Vila de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, Tomo III, p. 26-27. Grifo nosso.

¹⁶ Ibidem. Grifo nosso.

Os índios, ao se dedicarem aos serviços dos demais colonos, acabavam por prejudicar o colégio, o que era um grande estipêndio, tendo em vista o custo arcado pelos jesuítas ao ter que alugar índios de terceiros para a realização das mesmas tarefas. À época, temos elementos para crer que as fazendas e aldeamentos não tinham um padre de maneira fixa e contínua, funcionando apenas enquanto aldeias de visitas, algo que só mudaria no final do século XVII. É provável, por isso mesmo, que seria muito fácil para os colonos entrarem em contato com os índios e contratarem os seus serviços diretamente.

Como ficou exposto no excerto citado acima, as aldeias do colégio sofreram, em diversos momentos, com a interferência e investidas dos paulistas, sobretudo devido ao elevado número de indivíduos à disposição do colégio. Assim, os paulistas acompanhavam a retomada dos jesuítas em São Paulo e não poupavam críticas aos padres sempre que possível. Em 18 de julho de 1676, por exemplo, os oficiais da Câmara, ao relatarem o estado dos aldeamentos do padroado real, acusavam os jesuítas de possuírem índios em suas fazendas, e que estes não contribuíam nem colaboravam com o serviço de sua majestade, mantendo o serviço dos indígenas para benefício e sustento exclusivo do colégio.

“[...] os padres da companhia d’esta villa tem tido notaveis combates sobre **muitos indios, que os ditos padres têm em suas fazendas** retidos, e casados, com suas familias; porque os ditos padres não querem que o gentio d’este Brasil (total remedio dos vassalos de Vossa Alteza) sejam obrigados, nem tão pouco sejam de Vossa Alteza, senão que **absolutamente sirvam a elles padres**, o que é muito em prejuizo d’esta capitania. [...] sendo que elles têm o melhor de **setecentos seus domesticos**, e mal podem acudir tres sacerdotes que ha n’este collegio (nunca tem mais) ao de fóra, pois **em quatro** fazendas que tem, mal se acham para suas necessidades um em cada aldêa [...].”¹⁷

¹⁷ Carta da conta que deram os officiaes da camara de S. Paulo, em 18 de Julho de 1676, sobre o estado em que se achavam as aldêas do padroado. In: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **A expulsão dos Jesuítas do**

A essa altura, nas palavras dos acusadores, os padres já estariam de posse de pelo menos quatro estabelecimentos que juntos somavam mais de 700 almas. Ou seja, em 1676 os padres estariam atuando provavelmente nos aldeamentos de Carapicuíba, Mboy, Itapecerica e Itaquaquecetuba, concentrando nesses locais um número considerável de trabalhadores. Esses números deveriam ser motivo de escândalo para os paulistas, tendo em vista que, diferentemente dos índios do padroado, cuja força de trabalho deveria ser dividida com todos os moradores e na prestação de serviços públicos à Coroa, os padres do colégio, que não deveriam ser mais que dez indivíduos na ocasião, detinham sob sua administração direta um contingente considerável, além de se recusarem a compartilhar com os demais seus serviços.¹⁸

Em 1695, em uma sessão da Câmara, há indícios de que o problema do aluguel de índios, sem autorização prévia dos religiosos, ainda permanecia. No documento há uma ordem para “[...] que ninguém alugue Índios das Aldeas de MBoy com pena de seis mil Reis [...]”.¹⁹ A proibição, apesar de não explicitar o motivo, muito provavelmente estava dentro do mesmo contexto e lógica das disputas anteriores, sobretudo tendo em vista que, à época Mboy já se tratava de um aldeamento consolidado.

Em 1689, Mboy e Itapecerica juntas teriam mais de 900 almas²⁰, assim, se 700 índios repartidos em quatro aldeias já causava escândalo, imagine 900 almas em apenas duas, sobretudo se levamos em consideração a situação extrema na qual se encontram os quatro

Collegio de S. Paulo. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo; Rio de Janeiro: Cayeiras, p. 206-208. Grifo nosso.

¹⁸ Para esse ano, não temos catálogos da Companhia. No catálogo de 1670 é informado que no colégio de Santo Inácio havia em sete religiosos. Em 1683 havia nove. Cf. ARSI, BRAS. 5(2), Fl. 38v, 66-66v.

¹⁹ 1695, Janeiro, 19. Proibição aos moradores de alugarem os serviços dos índios da aldeia de Mboy. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1679-1700)**. Publicação oficial do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, Vol VII, 467-468.

²⁰ Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Lisboa: Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 357.

aldeamentos reais de São Paulo no final do século XVII. Estes aldeamentos, que haviam atingido uma população de cerca de 14 mil índios em 1640, quando os jesuítas foram expulsos da capitania, foram paulatinamente sendo esvaziados, chegando São Miguel na última década daquele século a ter apenas 58 índios, Barueri 17 indivíduos, e Pinheiros 16.²¹ Logo, era compreensível a disputa por mão de obra na última década do século XVII.

Nos anos subsequentes, o clima de suspeita e tensão em relação aos inacianos permanece. Em 1677, por exemplo, os paulistas tomaram conhecimento de um boato que o governador do Rio de Janeiro, Mathias da Cunha, vinha libertando os índios do Brasil e suspeitavam que os jesuítas estavam por traz de suas ações. Assim, no dia 24 de junho os padres sofrem uma ameaça de expulsão.²² O procurador do conselho, Braz Rodrigues de Arzão²³, comunicava ao então reitor do colégio, na ocasião o Padre Francisco de Moraes, que

²¹ ZERON, Carlos. Da farsa à tragédia: A guerra das facções que pôs fim às esperanças de Antônio Vieira por um Quinto Império e transformou o modo de atuação dos jesuítas do Brasil. In: **Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014)**. Carla Galdeano; Larissa Maia Artoni; Silvia Maria Azevedo (orgs.). São Paulo: Loyola, 2014, 182-183.

²² TAUNAY, Affonso de E. **Historia Seiscentista da Vila de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, Tomo III, p. 19.

²³ “Paulista, filho do flamengo Cornélio de Arzão e de sua mulher Elvira Rodrigues, casou-se com Maria Egipcíaca Domingues, filha de Pero Domingues, o velho, tendo deixado gerações. Foi sertanista dos mais notáveis de São Paulo. Em 1651, esteve no extremo sul brasileiro, em bandeira escravagista, com Domingos Barbosa Calheiros. Com êsse mesmo chefe foi à Bahia em 1658, sofrendo a expedição um revés entre os índios paiaíás e regressando a São Paulo tôda destroçada, em 1660. Em 20 de julho de 1671, de retôrno à Bahia, teve êle patente de capitão-mor da leva de Estêvão Ribeiro Baião Parente, que ali se achava a fim de combater os maracás. Agiu essa bandeira de modo destruidor, levando os índios referidos para além da serra e matas do Orobó, distinguindo-se na ocasião os sertanistas Manuel Vieira Sarmento, Manuel Inojosa e outros. Em dezembro de 1674, retornava Brás Rodrigues de Arzão para São Paulo, com cartas elogiosas do govêrno-geral, que logo, a 20 de março de 1675, o incumbia de pesquisas de ouro nas capitanias do sul. A seguir foi mandado, com o pôsto de capitão-mor, na leva do mestre de campo Jôrge Soares de Macedo, com patente de 15 de janeiro de 1679, a fim de tomar parte nas diligências da fundação da Colônia do Sacramento, cujo principal chefe era o governador do Rio de Janeiro, d. Manuel Lôbo. Em meados de 1680, estava êle novamente em São Paulo, espaço dos desastres então havidos com a tropa de Macedo, naqueles longes sulinos. Exerceu no govêrno dessa vila cargos de confiança, inclusive o de adminstrador das minas e superintendente das aldeias reais de índios. Faleceu nessa

a câmara havia deliberado pela expulsão dos religiosos, por suspeitarem que a notícia sobre a alforria dos índios no Rio de Janeiro, havia chegado a São Paulo por intermédio deles, ao que os religiosos disseram “[...] que não sabiam de cousa alguma sobre a presente matéria e quanto em si podiam, promettiam de em nenhum tempo falar nem tratarem da liberdade do dito gentio”.²⁴ Após o incidente, o governador se pronunciou dizendo que as informações sobre a alforria era notícia falsa e os paulistas não deveriam se agitar por tal matéria.

Em 1678, a ação da Câmara já foi mais efetiva, obrigando os jesuítas a colaborarem com o serviço de sua majestade. Em uma vereação de 30 de novembro, o Tenente General Jorge Soares Macedo comunicou que sua majestade o havia incumbido de realizar o descobrimento das Minas de prata da repartição Sul, por isso alguns moradores e índios das aldeias do padroado deveriam acompanhá-lo. De acordo com Taunay, o real intento da expedição era a conquista e o estabelecimento da Colônia do Sacramento.²⁵ Assim, a Câmara solicita que todos os índios das aldeias do padroado régio, dispersos pelas propriedades de moradores ou pessoas eclesiásticas fossem reconduzidos.

Em 27 de dezembro de 1678, por meio desta ordem, os oficiais da Câmara justificaram a “invasão” dos aldeamentos próprios do Colégio (Carapicuíba e Mboy), visando assim a retirada dos índios supostamente oriundos das aldeias reais e que estariam nas propriedades dos jesuítas.²⁶ Enfatizava-se:

localidade a 12 de julho de 1692.” FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 38.

²⁴ TAUNAY, Affonso de E. **Historia Seiscentista da Vila de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, Tomo III, p. 17-18.

²⁵ Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 358. Cf. TAUNAY, Affonso de E. **Historia Seiscentista da Vila de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, Tomo III, p. 19.

²⁶ Vereações 30/11 e 16/12/1678. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1653-1678)**. Publicação official do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, Vol VI, 485-487.

“[...] em como he verdade que foi esta camera emcorporada com o Thenente general Jorge soares de Macedo as fazendas e sitios dos Padres da Companhia do colegio desta Villa a saber a Aldea de Bohi, e a Aldea de carapucuhiba de onde com grande zello **tiraram todos os indios. e indias que nas ditas fazendas estavam que pertencem as Aldeas do Principe** nosso senhor o qual numero de Indios e Indias com suas familias consta dos rois que se fizerão das entregas que toda esta gente ficou apozentada na Aldea de Marueri como tambem na mesma Aldea se vam apozentando o mais indios e indias com suas famiilias que se tirão e comduzem do poder de todos os moradores particulares que as tem o que tudo de vai comtinuando com toda a deligencia posivel para reduzir as Aldeas do dito senhor os Indios e Indias pera delles se valer o Thenente general Jorge soares de Macedo pera o acompanharem na deligencia que S.A. lhe hordena de que de tudo mandarão fazer este asento [...]. Com declaração que fi//carão ainda duas familias de Indios em poder dos Reverendos Padres da companhia na Aldea de Bohi a saber o cazal do tapanham miguel cazado com huma negra que se a de aberigoar ser Indias ou não que depende de muitos mulatos e mulatas e, outro cazal e com a mesma duvida de outro cazal que he prosapia que chamão de Domingos tinga de que de tudo mandarão fazer esta daclaracão os oficiais da camera [...].”²⁷

Desta forma, os paulistas deixavam exposto que também os padres da Companhia mantinham em suas fazendas índios do padroado real, forçando assim os jesuítas a colaborarem em uma expedição patrocinada pela Coroa, do mesmo modo como os demais colonos agiam. Segundo Serafim Leite, os índios de Itapecerica também teriam atuado nesta expedição, havendo inclusive um relato a este respeito. De acordo com o autor

“Os índios de Itapicirica prestavam serviços de caráter nacional, como, por exemplo, na fundação da Colônia do Sacramento, os que acompanhavam os dois Padres Jesuítas, que se acharam nessa histórica expedição. Entre os

²⁷ 1678, dezembro, 27. Termo de vereação de retirada de todos os índios da Aldeia de Mboy e Carapicuíba. In: **Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1653-1678)**. Publicação official do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, Vol VI, 491-492. Grifo nosso.

prisioneiros dos Espanhóis, está o índio Miguel da Silva, natural da Aldeia dos Prazeres, de S. Paulo, da jurisdição dos Religiosos da Companhia, casado, e <<ladino em língua espanhola e portuguesa>>.”²⁸

Como podemos observar, tanto Mboy quanto Itapecerica já deviam à altura estar consolidadas, servindo inclusive em expedições de tal natureza. No entanto a origem dos índios provocava acusações por parte dos paulistas, sugerindo que também os jesuítas, à semelhança de seus vizinhos, mantinham índios dos aldeamentos reais em suas fazendas. Em 1722, já em outra situação do ponto de vista jurídico, a denúncia voltará a aparecer, dessa vez pelas letras do Frei Sebastião dos Anjos, superior do aldeamento régio de Barueri. Afirmava, nesse ano, que muitos índios da aldeia estavam fugidos e sabia que alguns estavam nas minas e outros com particulares. Dentre os particulares, o frei denuncia que muitos índios se encontravam nas fazendas dos padres da Companhia de Jesus.

“Vai a lista *que* pude fazer dos indios desta aldeia **que estão pelas aldeas dos padres da Companhia**; não vai a meu gosto como dezejava por *quanto* nesta Aldeia não tenho *quem* conhessa a todos *quantos* por ellas estão. E assim so vão em a lista os *que* tem parentes nesta aldeia, e por parentes os conhecem. E inda si pela poca comonicação *que* tem huns com outros; não tem verdadeiro conhecimento dos filhos *que* vão havendo. E asi so vão açentados os *que* tive deles notiça certa desendentes por parte materna. E para com maior serteza querendo fazer esta lista dos *que* se não tem deles conhecimento mandava chamar hua india açistente em hua dessa aldeas, obri//gada a esta, por ser ela de maior familia, e mais parentella; cuja **me mandou por resposta que o religioso que a governa por nem hum modo a deichava vir, e que bem conheçia ela ser desta aldeia, e o mais que nesa estavam, cuja he a de Bohy por se compor desta a maior parte da gente. Mas o religioso que lá aciste dizia de nenhua sorte as havia deixar vir por quanto em tãos não, ficaria quem lhes trabalhaçe, atemorizando**

²⁸ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 358.

com promessas de castigos. Esta he a resposta *que* me mandou a india.”²⁹

O religioso relatava dificuldade em reaver os índios que estariam em sua maioria no aldeamento de Mboy (Bohy), impedidos de regressarem a Barueri. Segundo o frei, o superior do aldeamento de Mboy teria inclusive realizado ameaças de castigos, visando assim impedir o retorno de parte deles. É possível notar que, mesmo já em meados do século XVIII, ainda era confusa a questão do pertencimento dos indígenas a um ou outro aldeamento, resvalando em dúvidas e acusações entre as partes, pois do mesmo modo que havia disputas e campanhas difamatórias entre padres e colonos, o mesmo acontecia entre as ordens religiosas.³⁰

O Frei Sebastião conseguiu relacionar “com certeza” os seguintes índios de Barueri, segundo ele, mantidos de forma arbitrária pelos jesuítas em suas aldeias próprias. Na aldeia de Itapecerica, estariam os índios Andre Teixeira, Anna de Brito, Miguel Gonsalvez filho, Veronica Gonsalvez filha, Izabel de Brito, João de Brito *filho*, Natária de Brito *filha*, Sebastiana de Brito *filha*, mais hum *filho que* não sei o nome, Urssula de Brito, com dous filhos, Maria de Brito, Marta de Brito, esta com hum filho, ou dous, Simão de Azevedo, Ignácio Pedrozo. Em Carapicuíba, estariam Gonsalo da Costa, Anna da Costa, Cosme filho, Matheus filho, Chaviel filho, Christovão filho, e Silvestre. Em Mboy estariam Bernardo, Luzia, Antonio filho, Simão filho, Maria filha, Izabel, João filho, Antonio filho, Joana filha, Luzia filha, Benta com 5 filhos, Urssula com seus filhos cazados e solteiros, Gabriel, Manoel

²⁹ 1722, abril, 12. Lista de índios da aldeia de Barueri elaborada pelo Frei Sebastião dos Anjos. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, maço 2,1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 86-87. Grifo nosso.

³⁰ Exemplo disso foi a própria expulsão dos jesuítas, entre 1640 e 1653, quando franciscanos e carmelitas apoiaram os paulistas, auxiliando inclusive na criação de uma campanha difamatória contra a Companhia de Jesus. Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugal, 1945, Tomo VI, p. 269-270.

sobrinho por parte materna, Pascoal, Apolinario, Simão.³¹ Assim, O religioso relatava a dificuldade de reaver cerca de quarenta e um indivíduos, reclamando às autoridades a situação. Mais uma vez ficava exposto que os jesuítas, à semelhança dos paulistas, mantinham índios das aldeias do padroado real, em suas fazendas e aldeamentos próprios.

Em 12 de março de 1722, ou seja, um mês antes da reclamação do Frei Sebastião, os jesuítas também tiveram que realizar um inventário dos índios dos aldeamentos do Colégio, a pedido do Governador da Capitania Dom Rodrigo César de Menezes. Obviamente, o reitor Rafael Machado não indicou, nem comunicou na lista, que parte dos índios pertenceriam na verdade às aldeias da Coroa. Pelo contrário, o reitor se empenha em traçar um histórico do modo como os jesuítas tornaram-se os responsáveis pela administração dos ameríndios, demonstrando claramente haver uma diferença entre índios dos aldeamentos reais e índios dos aldeamentos próprios do colégio. Segundo o reitor,

“Foi a *Vossa Excellencia* servido ordenar aos *padres Suplicantes* das aldeas subordinadas a este *Collegio de São Paulo*, fizessem hua lista exacta de toda a gente que a ellas pertence, com distinção de suas idades, estados, dos *que* andão fogidos, e em *que* lugares: E *porque* seria fazer duvidoza a obediencia dos Religiozos da *Companhia* se o Reitor deste *Collegio* não fosse o *que*, puzesse em execução o *que Vossa Excellencia* ordena, dando nisto exemplo a seos subditos, eu por me achar com essa occupação tomei o cuidado de *que* se fizessem as Listas com a distinção sobre dita. **E porque ao serviço de Deus, e de sua Magestade e boa administração dos mesmos indios, he conveniente dar a *Vossa Excellencia* plena informação destas aldeas, sou obrigado a manifestar *que* das aldeas *que* actualmente administramos, nenhuma hé das *que* se chamão nesta terra aldeas de Sua Magestade, por *que* estas sendo antigamente de gente inumeravel, fundadas pelos Religiozos da *Companhia*, fomos obrigados adimitilas de nosso governo,**

³¹ 1722 (provável). Lista de índios da aldeia de Barueri que se encontram nas aldeias da Companhia (Itapecerica, Mboy e Carapicuíba). In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, maio 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 88-89.

cançados de as não podermos defender dos injustos cativeiros de homens poderosos; faltando nesse tempo ao temor do Rey e do mesmo Deus.”³²

O reitor deixa claro ao governo que os índios, administrados pelos jesuítas, não têm qualquer tipo de relação com aqueles do padroado real. No relato, o reitor aproveita o ensejo para relembrar, devido aos constantes ataques de homens poderosos, terem sido obrigados a deixar aquele serviço, o qual faziam em nome de Deus e do Rei. Em relação aos aldeamentos próprios,

“Pelo que as aldeas que actualmente administramos são índios que servindo aos brancos como cativos, ao modo da terra, os ditos brancos por descargo de sua consciencia deixarão com suas terras encapellados, para serem administrados como forros, sem injustiça. Entre os taes índios ficarão muitos mulatos, filhos de negras d'Angola, que por terem servido bem a seos senhores ficarão forros. São quatro estas aldeas: a de menos numero que hé a capella de Nossa Senhora d'Ajuda contratarão com os Reitores deste Collegio, plantar o mantimento de que nos sustentamos, e são nossos colonos, a quem pagamos o seu jornal. Dos de Mboy, e Ytapicirica, nos servimos para as conduções dos generos que se conduzem do mar, pagando lhe tambe o seo trabalho, e faltando nos esta conveniencia não nos podemos conservar nem sustentar.”³³

Os índios dos aldeamentos próprios chegaram aos padres enquanto forros, livres, por intermédio da doação de seus senhores que devido a escrúpulos de consciência legaram ao colégio sua administração temporal e espiritual. O religioso afirma existir apenas quatro aldeias, sendo a de menor número Itaquaquecetuba. À época, como já mencionamos, Carapicuíba estava “extinta”, restando apenas Mboy, Itapecerica e, apesar de não mencionada

³² 1722, março, 12. Carta do Reitor Rafael Machado, para o governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes sobre a lista de índios das aldeias do Colégio. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, março 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 42-43. Grifo nosso.

³³ Ibidem. Grifo nosso.

aqui, São José. No relato, fica patente que, sem o trabalho dos índios, o qual consistia no trabalho agrícola e na condução de gêneros entre o litoral e o planalto, o colégio não teria condições de se sustentar. Observe-se demonstrar o reitor que os índios, eram tratados como “colonos” e recebiam pelos serviços prestados. Ainda dando prosseguimento, o reitor diz,

“Destes índios, andão bastantes fogidos, *que* vão notados nas listas os de *que* se lembrão os *Padres Superiores*. Nem podemos saber o lugar a onde andão, **pella extenção das minas geraes**, por onde ordinariamente morrem sem sacramentos, **sem que valha deligencia alguma nossa para evitar tal perda**. Esperamos agora no zelo de *Vossa Excellencia* a do muito *que* attende ao serviço de *Deus*, e de sua *Magestade*, **nos sejam restituídos os de *que* avizaremos, tanto *que* soubermos o lugar a onde estão**. E dezejamos *que* cresça o numero delles *para* termos mais *que* empregar no serviço de sua *Magestade*, e de *Vossa Excelencia* cuja pessoa, e governo *Deus* queira prosperar.”³⁴

Vários índios estavam fugidos, não tendo como o religioso prestar conta deles. Afirmava, ainda, que muitos deviam ter morrido nas Minas Gerais, para onde teriam sido encaminhados. Isto é um ponto relevante, pois, como se sabe, os jesuítas não tiveram permissão para ali atuar, muito menos minerar, logo, se índios foram encaminhados para essas localidades, devem ter ido acompanhando alguma expedição, seja por meio de parceria entre os padres com outros colonos para a extração de minérios, ou mediante o aluguel do serviço dos mesmos índios, mediante o pagamento da jornada de seu trabalho.

Localizamos apenas a listagem referente ao aldeamento de Mboy, faltando assim ao menos Itapecerica, que como vimos era bem próxima à localidade. No inventário, produzido pelo padre Machado, ele relata ter no aldeamento, no ano de 1722, 376 indivíduos, destes 22

³⁴ 1722, março, 12. Carta do Reitor Rafael Machado, para o governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes sobre a lista de índios das aldeias do Colégio. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, maio 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 42-43.

estariam ausentes por motivo de fuga, sendo dezoito homens e quatro mulheres, ou seja, aqueles que estariam pelas Minas e por lá faleceram, não existindo informações acerca de seu paradeiro. Do total de habitantes da aldeia, noventa e seis são homens em idade adulta, ou seja, aptos ao trabalho. Desse universo, duzentos e oitenta pessoas do aldeamento eram mulheres e crianças de ambos os sexos. É curioso observar que o religioso, no inventário, não se dá ao trabalho de indicar a idade das mulheres.³⁵

*

Como foi possível observar até aqui, a Companhia de Jesus, após o retorno a São Paulo foi, aos poucos, retomando suas atividades de missionação, ao passo que também remontava o empreendimento do ponto de vista econômico. Apesar dos conflitos com os paulistas, como vimos ter continuado, os jesuítas, após o retorno, estavam mais hábeis no cálculo das relações e, de forma estratégica, foram se consolidando enquanto uma instituição importante do ponto de vista econômico na região, mas evitando colidir, diretamente, com os paulistas. Em grande parte, isso ocorre devido à reorientação da missão da ordem, a partir das mudanças perpetradas pelo provincial Alexandre de Gusmão no final do século XVII, responsável por selar um acordo com os paulistas que colocaria fim às brigas e ameaças de expulsão em São Paulo.

Em 1º de abril de 1680, o padre Antônio Vieira conseguiu junto ao rei a promulgação de uma nova lei sobre a liberdade indígena, na qual se declarava, mais uma vez, a liberdade incondicional dos índios, sendo condenada a escravidão, mesmo em casos de guerras justas. O texto ainda ordenava que todos os índios fossem entregues aos padres da Companhia de Jesus,

³⁵ 1722 (Provável). Lista dos índios da Aldeia de Mboy. Cota: Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem 228, maço 2, pasta 1.

que deteriam a administração temporal e espiritual, ficando incumbidos de criar novas aldeias e missões no interior do país.³⁶

Com a promulgação da nova lei, novamente, os jesuítas foram ameaçados pelos colonos, só que dessa vez ocorreu uma divisão entre os padres em relação ao posicionamento que a Companhia de Jesus deveria adotar na aplicação da legislação. Diferentemente do que ocorreu à época do padre Manuel da Nóbrega, quando havia uma maior coesão em relação ao projeto missionário, que imprimia à Companhia de Jesus no Brasil certa identidade, nesse momento temos uma fratura no seio da ordem: parte dos missionários propõem o abandono da missão em São Paulo, em 1684, enquanto outra facção opta por negociar com os paulistas.³⁷

Em 1684, o padre Alexandre de Gusmão contrário à proposta de se abandonar o colégio de São Paulo³⁸, e que fazia oposição ao padre Antônio Vieira, torna-se Provincial dos jesuítas no Brasil e autoriza a realização de um acordo com os moradores. O acordo conta com a participação do jesuíta flamengo Jacob Roland, a quem é atribuída a redação do texto *Apologia pro paulistis*³⁹, documento subsidiário, teológica e juridicamente, dos seus termos.⁴⁰

³⁶ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 310.

³⁷ ZERON, Carlos. Da farsa à tragédia: A guerra das facções que pôs fim às esperanças de Antônio Vieira por um Quinto Império e transformou o modo de atuação dos jesuítas do Brasil. In: **Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014)**. Carla Galdeano; Larissa Maia Artoni; Silvia Maria Azevedo (orgs.). São Paulo: Loyola, 2014, p. 168.

³⁸ LEITE, Serafim. Op. cit., p. 318.

³⁹ De acordo com Rafael Ruiz, a *Apologia* surge em um contexto no qual um grupo de jesuítas se detém sobre a questão da culpabilidade ou não dos paulistas pelo descumprimento das antigas leis que condenavam o cativo indígena, e a possibilidade de se levar a cabo a execução da pena de excomunhão que havia contra eles. Estava em questão se os paulistas podiam agir de acordo com o seu costume imemorial ou se deveriam obedecer à lei proibitiva da prática do cativo. A conclusão a que chega Roland, um jesuíta, é que os paulistas nunca estiveram obrigados pela lei, pois o costume prevalecia sobre a lei, se esta não estivesse em desacordo com o direito natural e divino. Roland também lembrou a seus companheiros que as antigas leis definidoras da liberdade dos índios não haviam sido registradas pelas Câmaras das vilas da capitania de São Vicente, condição mínima necessária para que tivessem validade. Os paulistas, “descendentes” daqueles que se recusaram a registrá-las, estariam em situação de “ignorância”, logo culpá-los por crimes cometidos por seus antecessores, seria injusto. Por fim,

O acordo entre os jesuítas, ligados ao partido do padre Alexandre de Gusmão, com os paulistas, foi negociado entre 1684 e 1694. Com a Companhia de Jesus abrindo mão de seus poderes, a Coroa acata o ajustamento local, indo mais uma vez contra o seu próprio parecer que havia, em 1680, declarado a liberdade irrestrita das populações ameríndias, provocando uma inflexão, um retrocesso sobre a situação desses povos. Em decorrência desse ajustamento, em 1696 a Coroa promulga uma nova lei chamada *Administrações do Sul*, em que entregava definitivamente aos moradores a gestão dos aldeamentos reais e instituiu legalmente a *administração particular*, autorizando a manutenção de indígenas nas casas dos colonos, permitindo o uso privado de sua força de trabalho.⁴¹

Dessa forma, institui-se legalmente o sistema de administração particular dos índios, o que na realidade em pouco ou nada diferia do sistema escravista disfarçado que desde o século XVI já vinha sendo praticado. A Carta Régia de 1696, portanto, apenas legalizava e legitimava aquilo que já vinha sendo praticado, estabelecendo normas para regular essa *administração*.

Foi então concedido aos paulistas e seus descendentes a administração daqueles que haviam sido trazidos do sertão e que já estavam a seu serviço, sob algumas condições: os administrados deveriam viver em aldeamentos da Coroa; os índios trabalhariam uma semana para si, e outra para seus administradores e, neste caso, deveriam ser pagos pelos serviços; quando fossem ao sertão, os moradores poderiam levar até metade dos índios dos

ambos os textos teriam caducado após o período de 40 anos, devido ao tempo decorrido desde a promulgação das leis de 1609 e 1639. Cf. RUIZ, Rafael. **São Paulo na monarquia hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull) 2004, p. 187-188.

⁴⁰ ZERON, Carlos. Da farsa à tragédia: A guerra das facções que pôs fim às esperanças de Antônio Vieira por um Quinto Império e transformou o modo de atuação dos jesuítas do Brasil. In: **Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014)**. Carla Galdeano; Larissa Maia Artoni; Silvia Maria Azevedo (orgs.). São Paulo: Loyola, 2014, p. 177.

⁴¹ ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009, p. 119.

aldeamentos, não podendo durar mais de quatro meses essa ausência, entre outras regras. Na prática, os índios continuaram sendo tratados como escravos, sendo inclusive arrolados em testamentos, repartidos entre os herdeiros após a morte do administrador.⁴²

Com a perda definitiva da administração dos aldeamentos do padroado Real e ao abrir mão do envolvimento na política indigenista local, a Companhia de Jesus iniciou um novo capítulo em sua história. Segundo o historiador Carlos Zeron, apesar de ter ocorrido por meio de “vias tortas”, ao renunciarem ao exercício do poder indireto, instaurado no passado pelo padre Nóbrega, os jesuítas conseguiram recentrar espiritualmente a Província do Brasil. Ao abdicar desse poder, eles perderam muito de sua força política, mas não a econômica. Pelo contrário, passaram a aplicar nas fazendas e aldeias próprias, os preceitos de uma *economia cristã*, ideias formuladas por João Antônio Andreoni e Jorge Benci, jesuítas que estiveram inclusive por trás do acordo entre inacianos e paulistas no colégio de São Paulo. Eles são os autores de obras

“[...] que buscaram conciliar a piedade cristã com a eficiência econômica e regular as relações privadas entre colonos e escravos (indígenas ou africanos), bem como entre os colonos e os índios “administrados”, oriundos daqueles aldeamentos que haviam sido entregues à administração dos particulares pela lei de 1696.”⁴³

A partir da reorientação da Província do Brasil, a missão jesuíta passa para um novo estágio, momento em que seus colégios, fazendas e aldeamentos se consolidam enquanto importantes empresas do ponto de vista econômico, garantindo a manutenção da estrutura da ordem. Foi de resto também, o que parece ter acontecido com o aldeamento de Mboy, onde é

⁴² PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 86.

⁴³ ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009, p. 144-145.

possível perceber uma tentativa constante de ampliação de fronteiras e o emprego dos ameríndios em atividades laborais visando a manutenção e sustentação do colégio.

Assim, ao passo que os jesuítas alargam suas fronteiras, e a missão vai se consolidando, temos não só a expansão da ação missionária, mas o desenvolvimento econômico desses espaços. Mais uma vez, a figura do ameríndio estará presente enquanto um elemento fundamental para compreendermos a estrutura do colégio, cujos aldeamentos tornarão possível sua manutenção a partir do fruto do trabalho indígena. Acreditamos que ao final do século XVII, sobretudo após o acordo entre jesuítas e paulistas, há um novo contexto em que a questão do trabalho desses indígenas adquire outra configuração, questão que iremos discutir adiante.

3.2. O trabalho

No Brasil, para possibilitar a sustentação do empreendimento missionário, a Companhia de Jesus estabeleceu um verdadeiro sistema visando o autofinanciamento da missão, que se alimentava através de diversificadas fontes: I) obtenção de privilégios junto à Coroa, como esmolas, dotações régias, isenção de impostos ou licença para os cobrar; II) aquisição de imóveis e terras, recebidos por meio de doações, trocas, compras, heranças, podendo ser arrendados ou alugados; III) comércio, tanto no âmbito local, quanto com outras regiões da colônia; IV) desenvolvimento de um sistema de crédito e empréstimo, no interior da ordem e junto ao mundo exterior.⁴⁴

De acordo com Raimundo Moreira, edificar colégios tratava-se de peça chave na composição desse sistema, ao permitir aos jesuítas a possibilidade de deter e administrar bens

⁴⁴ ZERON, Carlos Alberto de M. Ribeiro. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009, p. 11-12.

temporais em favor da ordem. Assim, a construção de um colégio estava intimamente articulada com a possibilidade do desenvolvimento de atividades temporais e comerciais, para além do trabalho de conversão e educação de índios e colonos.⁴⁵ Portanto a questão do financiamento e sustentação do empreendimento missionário está, de forma complexa, diretamente relacionada ao trabalho missionário de evangelização.

Segundo a pesquisadora Eunícia Fernandes, o colégio existia para abrigar e desenvolver a ordem, a fazenda para a manutenção dos religiosos e o aldeamento seria o local do contato com o indígena, motivo de toda a estruturação da missão e, apesar de concordarmos em parte com a autora, não pensamos os aldeamentos apenas enquanto espaços de missão.⁴⁶ Para nós estes locais, de forma articulada, funcionavam de maneira orgânica dentro da lógica da gestão dos bens temporais dos colégios, por disporem de forma abundante do maior tesouro possível na época: a mão de obra e, no caso paulista, de matriz indígena.

Os aldeamentos próprios da Companhia de Jesus em São Paulo, dentre eles Mboy nosso objeto de estudo, não ficaram alheios às práticas desenvolvidas pelos inacianos. Como se verá ao longo do capítulo, esses espaços, para além da evangelização, tiveram papel de extrema importância na produção de gêneros comercializáveis e na prestação de serviços, por meio do aluguel da mão de obra indígena e o estabelecimento de contratos entre padres e colonos.

Em 1700, o Visitador Luiz Vicencio Mamiani, acompanhando o Padre Provincial Francisco de Matos em visita ao Colégio de São Paulo, redigiu um *Memorial* sobre o governo temporal dos aldeamentos na região. Ao observar o cotidiano da administração das aldeias, produziu um texto com o objetivo de que fosse examinado na consulta da Província e

⁴⁵ NEVES NETO, Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiá: Paco Editorial, 2013, p. 24.

⁴⁶ FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015, p. 68.

apresentado ao Padre Geral. No *Memorial*, Mamiani relata que o governo e estado temporal do Colégio de São Paulo sempre ofereceu matéria de escrúpulos pela utilização do serviço indígena, de onde se tirava toda sua renda e sustentação. Tal prática, em diversos momentos, foi condenada pela própria Companhia de Jesus, e era matéria de escândalo e acusação por parte dos paulistas. Na visão do Visitador, da forma como vinha ocorrendo a sustentação do colégio, por meio da utilização quase exclusivamente de mão de obra indígena, era ato ilícito e matéria de pecado mortal: o serviço era pessoal, quotidiano, coacto e involuntário.⁴⁷

O serviço dos índios seria pessoal e quotidiano, pois acontecia todos os dias, exceto aos sábados, domingos e dias santos, tratamento concedido igualmente àqueles considerados escravos legítimos. Era coacto e involuntário, pois os índios não serviam por vontade própria, pelo contrário, desejavam antes sua liberdade e alforria (algo que teoricamente já o eram), sendo, inclusive, castigados ou repreendidos se faltassem ao serviço. Manter a sustentação do Colégio, calcada exclusivamente no serviço destes era, portanto, ilegítimo na avaliação do Visitador.⁴⁸ Ora, nessa ocasião, a renda do Colégio consistia em lavouras, panos de algodão e rendimentos que se tiravam de oficinas de ferreiros, caldeireiros, tecelões e curtidores, tudo realizado *com suor e trabalho dos índios da nossa administração*, assistidos em cinco aldeias,

⁴⁷ LUIGI VICENZO MAMIANI DELLA ROVERE. Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos para se propor e examinar na consulta da Província e para se apresentar ao N.R.P. Geral (1701). Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Fondo Gesuitico, Colleg., 1588, busta 203/12, fl. 36-41v. In: ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. Economia cristã e religiosa política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vincenzo Mamiani. In: **História Unisinos** 19(2):120-137, Maio/Agosto 2015, p. 132.

⁴⁸ “[...] o serviço ilícito é o serviço quotidiano, porque ainda que alguns tenham por lícito o serviço pessoal coacto dos Índios, ou a título de Administradores ou Párocos, por serem obrigados os Índios a pagar ou alguns tributos, ou a cômgrua de sustentação de seu pároco, e se não têm com que pagar isso, podem ser obrigados a pagar com o serviço pessoal [...]. E de fato a título dessa obrigação nas nossas Aldeias do Brasil costumamos sem escrúpulos obrigar os Índios a alguns serviços, contudo o serviço não pode ser maior do que é obrigação, e não sendo obrigados os Índios do Colégio de S. Paulo, senão a sustentarem os seus párocos, com um companheiro, e para isso basta o serviço de poucos dias, não podem ser obrigados ao serviço quotidiano necessário para o sustento de todo um Colégio.” Ibidem, p. 133.

“[...] de Carapicuíba, e agora Tapiçirica, Mboy, Capela, Sitio e Paraíba. Os Índios lavram a terra, roçam, plantam, limpam e colhem os frutos para o Colégio. Os Índios servem de oficiais na ferreria, caldeiraria, teares e curtume, exceto uns cinco, ou seis oficiais escravos legítimos. As Índias fiam ordinariamente algodão, fora os que servem de cozinheiros, curraleiros, carapinas, pedreiros, etc.”⁴⁹

É relevante lembrar que, em 1700, os jesuítas estariam de posse de pelo menos cinco aldeamentos próprios. Pela fala de Mamiani, temos a impressão de que desses Carapicuíba seria o de funcionamento mais antigo em comparação aos demais. Ao observar os meios de sustentação do colégio, Mamiani nos mostra como em poucas décadas após o retorno ao planalto (1653), os inacianos já haviam conseguido restabelecer uma estrutura organizada e produtiva tendo em vista a sustentação da obra missionária.

Também chama nossa atenção a quantidade de unidades produtivas (cinco aldeamentos), sem contar as fazendas já existentes à época⁵⁰, e a diversidade de ofícios mecânicos desenvolvidos pelos indígenas nesses locais. Sobre o modo como se organizava o dia a dia das aldeias, o Visitador nos diz que,

“O Padre ou Irmão, que corre com as Fazendas, ajunta pela manhã todos os dias, exceto os sábados, domingos, e dias santos, os Índios capazes de trabalho, e os **oficiais** vão trabalhar nas suas **oficinas**, e os **outros** vão para o **mato**, ou para a **roça**, ou para **outro serviço** do Colégio em que se ocupam os oficiais todo o dia, e os outros até uma hora, ou duas depois do meio dia, e muitas vezes todo o dia, e as **Índias** têm a sua **tarefa de algodão para fiar** e dar todos os dias; e os que faltam a esse serviço, ou se castigam, ou se

⁴⁹ 1700. Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo, de Luigi Vincenzo Mamiani. In: **História Unisinos** 19(2):120-137, Maio/Agosto 2015, p. 132.

⁵⁰ Para além dos aldeamentos, os jesuítas constituíram importantes fazendas na região, dentre elas destacamos Araçariguama, Santana e Cubatão. Sobre a história de cada um desses empreendimentos, sugerimos a leitura de LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 370-372, 374-377, 365-367 respectivamente.

repreendem, e finalmente não estão na liberdade deles o faltar a esse serviço cotidiano.”⁵¹

Para além dos índios que trabalhavam na lavoura, que plantavam, roçavam e colhiam, existiam aqueles que atuavam como oficiais mecânicos na ferraria, caldeiraria, teares, curtume, carapinas (carpinteiros e marceneiros) e pedreiros. Ter sob sua disposição uma diversidade de ofícios mecânicos, garantia uma situação confortável e a independência dos inacianos perante a sociedade local. Como observou Gustavo Velloso,

"[...] no que se refere aos campos de Piratininga, o que se verifica no século XVII é uma sociedade cujas relações de trabalho se centravam, de fato, na relação dos proprietários com os seus escravos lavradores. Não obstante, **para que a economia agrícola progredisse e se reproduzisse, fez-se antes necessário estruturar uma cadeia produtiva capaz de subsidiar a plantação e o processamento dos gêneros alimentícios (com matérias primas, ferramentas e equipamentos de trabalho rural, vestuário e moradia para a população, por exemplo)**, garantindo aos sitiantes os mais elementares meios de produção rural.”⁵²

Assim, para o bom desenvolvimento da agricultura, visando o abastecimento interno ou sua comercialização, era fundamental deter, para além da força de trabalho humana, outros insumos como equipamentos, ferramentas e mão de obra especializada. Nessa perspectiva, grandes proprietários, como será o caso da Companhia de Jesus, tinham à sua disposição um complexo e bem estruturado sistema de produção incluindo, para além de lavradores, oficiais

⁵¹ 1700. Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo, de Luigi Vincenzo Mamiani. In: **História Unisinos**19(2):120-137, Maio/Agosto 2015, p.132. Grifo nosso.

⁵² VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 85. Grifo nosso.

mecânicos.⁵³ Note-se sobre isso que, no inventário do aldeamento de Mboy, realizado em 1759 em decorrência da expulsão dos jesuítas, há a menção da existência de equipamentos que dentro de uma unidade produtiva seriam utilizados por oficiais mecânicos, ou seja, um indicativo da existência do desenvolvimento de trabalhos correlatos a esses ofícios na aldeia.⁵⁴ Na seção de “Trastes dos Padres Superiores, e commum da Aldeya”⁵⁵, foram arrolados objetos utilizados nas áreas da ferraria, carpintaria, cantaria (construção) e tecelagem.⁵⁶

Relacionados ao ofício de carpintaria haveria: *hum martello meão; huã serrinha de mão; huã serra braçal grande; huã dita mais pequena; duas verrumas*⁵⁷ *caixares; huã plaina;*

⁵³ Em São Paulo, ao longo do século XVII, observa-se a coexistência e complementaridade entre os oficiais especializados, homens brancos e livres detentores das técnicas, e os executores do trabalho mais pesado, nesses casos formados pela força de trabalho de escravos indígenas, comumente organizados e instruídos pelos oficiais para operarem como índios de ganho. Cf. VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 89.

⁵⁴ Infelizmente, até o presente momento, não localizamos para o mesmo período nenhum inventário correspondente aos aldeamentos de Itapecerica e Carapicuíba o que seria de imenso auxílio para um estudo comparativo entre os três locais.

⁵⁵ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 9v-10v.

⁵⁶ Antes de iniciarmos a análise tendo como parâmetro e ponto de partida esse inventário, gostaríamos apenas de destacar que temos consciência dos limites e eventuais “falhas” do documento. Dizemos isso em decorrência do contexto no qual ele foi produzido: o processo de expulsão da Companhia de Jesus no Brasil. Dessa forma, apesar do documento nos dar muitos indícios e dados valiosos, é possível que nem tudo tenha sido contabilizado e que parte do espólio possa ter inclusive sido desviado. No inventário, sentimos falta, em particular, de menções a objetos de ouro e de ferramentas agrícolas, elementos que, de acordo com o contexto e os demais dados levantados nesta pesquisa, deveriam estar presentes. Dessa forma, acreditamos que, para além da possibilidade do processo de confecção do inventário ter sido relapso, também é plausível que parte do espólio, aquele que já se encontrava em poder dos índios, não tenha sido contabilizado, registrando-se somente o que estava de fato em poder dos padres no momento da prisão. Outra possibilidade que também não descartamos, é o desvio e roubo do patrimônio do aldeamento por parte de colonos e até mesmo por oficiais da Coroa. Por fim, também não descartamos que os próprios padres e índios tenham escondido parte do patrimônio, antes do confisco.

⁵⁷ Instrumento para fazer furos na madeira. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/verruma>>. Acesso novembro 2017.

tres Fermões; hua Goyva⁵⁸ chata; nove machos grandes e pequenos; tres ditas fêmeas. Ao ofício de cantaria, teríamos: huã colher de pedreiro; tres armas de fazer telha ferro com formas de pão; hum Picao⁵⁹ de ferro; dous pinceis de cayar; dous taypares grandes, e hum pequeno com seus aviamentos; tres ditos grandes de recolher.

A quantidade de itens ligados à carpintaria e construção, como as serras, os taipais e as formas de fazer telha, nos indicaria, de antemão, a existência de oficiais mecânicos ligados à prestação de serviços como carpinteiros e pedreiros, conhecimentos e habilidades complementares na construção de edifícios e estruturas. O emprego dessa mão de obra especializada poderia atender tanto às demandas internas do aldeamento, quanto externas por meio da prestação de serviços junto a algum colono ou até mesmo em obras públicas. Em 1734, por exemplo, o padre Jozé de Moura, à época superior do aldeamento de Mboy, prestou serviços à câmara municipal de São Paulo, construindo uma grande ponte sobre o Rio Tietê, no lugar da antiga ponte de Nossa Senhora do Guará que ameaçava desabar.

O religioso orçou a obra no valor de trezentos mil réis, algo que impressionou aos camaristas, devido à qualidade do empreendimento, feito em menos de três meses, em canela preta, pregaria forte e resistente, devendo custar bem mais. Tal fato não passou despercebido. Os camaristas chegam à conclusão que somente o padre Moura poderia realizar a obra por aquele preço, por justamente não ter custo com o pagamento de jornais aos índios, os executores do serviço: “[...] preço dos trezentos mil *reis* por não pagar Jornais aos Indios com

⁵⁸ Instrumento de escultores e carpinteiros. É um ferro talhado em redondo, que corta côncavo. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/goiva>> . Acesso novembro 2017.

⁵⁹ Picão seria um instrumento de canteiro, fino em suas extremidades. Canteiro, por sua vez, é o pedreiro que lavra pedras, trabalha com cantaria. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em:<<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/canteiro>><<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/pica%C3%B5>>. Acesso novembro 2017.

q a fabricou [...]”.⁶⁰ Muito provavelmente, esses índios eram oriundos dos aldeamentos da Companhia de Jesus e, porque não dizer, do próprio aldeamento de Mboy de quem o padre era o superior na época.⁶¹

Para além da prestação de serviços externos, a existência de oficiais mecânicos e equipamentos em Mboy, por si só, se justifica tendo em vista o projeto de mudança de local do aldeamento. No início do século XVIII, o padre Belchior de Pontes, o superior na época, decidiu mudar de local a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, resultando assim na construção de um novo templo, na residência dos padres, em moradias para os índios, e na estruturação do local enquanto unidade produtiva, com a construção de espaços para armazenamento de gêneros e equipamentos. Como nos relata a biografia do Padre Belchior de Pontes (1752), o religioso teria sido o responsável por orientar os trabalhos de construção da igreja, hoje Museu de Arte Sacra dos Jesuítas. De acordo com seu biógrafo,

“Cuidando tanto dos outros, só de si cuidou pouco; porque mandando **fabricar casas para os Índios**, não cuidou em fabricar casa para si, e para os Missionarios seus successores. Soube porem que em tempos futuros se havião de fabricar, e não deixou de conhecer o sujeito, que estava destinado por Deos para esta obra; porque, acabando a Igreja, disse aos Índios que algum tempo depois levantaria as casas hum Padre filho da terra. Passarão-se alguns anos, e sendo Superior o Padre Domingos Machado, natural de São Paulo, **as mandou fazer**, atendendo ao grande incommodo, que padeciao os Missionarios com a falta de casas em que commodamente pudessem viver. Causou isto admiração aos mesmos Índios; porque vendo **hum dos que**

⁶⁰ Serafim Leite interpreta o mesmo documento de forma diferente: “Dirigiu os trabalhos o P. José de Moura, para a Câmara, com a subvenção ou contrato de 300\$000 réis, para as despesas e salários. José de Moura era Superior da Aldeia de Mboi, e na construção da ponte, trabalharam os Índios, sob a direcção dos Padres e Irmãos da Companhia. **Os Índios recebiam o mesmo salário que os Índios dos moradores e geralmente mais.** Obra que pelo módico preço favoreceu o bem público, e era admirável para o tempo.” LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugália. Vol. 6, p. 411. Grifo nosso.

⁶¹ **Actas da Camara da Cidade de S. Paulo (1730-1736)**. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1915. Vol. X, p. 361-363, 377, 385-387.

tinhão servido ao P. Pontes **na fabrica da Igreja** que o novo Superior se mudava para as casas ja capazes de se habitar, brotou nestas palavras: *Dizem que não he Santo o Pay Pontes, quando eu estou vendo ser verdade o que elle disse;* e continuando nas suas admirações contou ao Superior esta profecia.”⁶²

É bastante provável, partindo da citação acima, que alguns índios realmente realizavam trabalhos mecânicos, além de outros serviços. Para além de espaços dedicados para a vida comum e para os ofícios religiosos, também era necessário a construção de locais voltados para o trabalho. Dessa forma, sabemos da existência em Mboy de prédios anexos à propriedade utilizados para o armazenamento e manufatura de produtos. No inventário de 1759, é mencionado, por exemplo, a existência de um paiol, utilizado para armazenar gêneros produzidos na aldeia, composto por quatro casas, sendo uma delas construção recente (nova).⁶³

Outro documento, de 1769, relata que os jesuítas possuíam, em local afastado do núcleo da aldeia, na região chamada Caputera, um paiol, casas e plantações.⁶⁴ Dessa forma, visando o bom aproveitamento das terras do aldeamento, que costumavam ser extensas, os administradores criavam espaços ao longo da propriedade para o armazenamento de equipamentos e produtos, visando assim facilitar sua gestão exigindo a construção e constante manutenção desses locais.

⁶² Fonseca SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 143. Grifo nosso.

⁶³ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sitio Mutinga, Fl. 11.

⁶⁴ 1769. *Termos de medisão* das terras da Aldea de Nosa Senhora do Rozario de Mboy Como Se declara pelo disCurSo dela. Acompanha “Termo de medisão de outra sorte de terras citas na paragem chamada Capuhera...”. Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28 nº 3 / MS – 553 (25) D 46, Fl. 3.

Ferramentas como martelos, serras, plainas, formões, goivas eram importantes para a confecção de estruturas de madeiras como vigas, ripas e tábuas, elementos necessários para a construção de telhados, assoalho e escadas, por exemplo. Para além do emprego na carpintaria, esses equipamentos também poderiam ser aproveitados em trabalhos mais delicados, como a ornamentação, entalhes e mobiliário. Desse período, temos alguns objetos expostos no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, que poderiam ter sido confeccionados no próprio aldeamento, como o altar-mor, os altares colaterais e o arcaz presente na sacristia da igreja de Nossa Senhora do Rosário.⁶⁵

De acordo com Serafim Leite, a decoração da igreja deve ter ocorrido antes de 1735, tal informação ele extraiu de uma carta Ânua onde é dito “que se fêz a *Capela-mor e a Capela colateral*, obra na verdade bem esculpida, e artisticamente dourada”⁶⁶. À época, o superior do aldeamento de Mboy era justamente o padre Jozé de Moura, o mesmo que dirigiu a construção da grande ponte sobre o rio Tietê.⁶⁷

A partir de informações extraídas da documentação, há elementos para crer que o padre Moura tenha atuado, para além da construção de edifícios e estruturas, na produção, orientação ou, ao menos, no comércio de obras sacras, como imagens. Há inclusive uma carta, de 1733, em que uma pessoa agradece ao padre Moura pelas imagens religiosas confeccionadas por seu irmão.⁶⁸ Lembramos que o irmão do padre Moura, o também padre

⁶⁵ Para maiores informações a respeito dos antigos móveis da igreja de Nossa Senhora do Rosário, e do atual preservado no Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, sugerimos a seguinte leitura: BITENCOURT, Eron Matheus. **Cotidiano e mobiliário no aldeamento de Mboy**. São Paulo: Pateo do Collegio, 2017. (Série Encontro Temático).

⁶⁶ “In Mboeunsi Pago tum majus tum etiam collateral e sacellum de novo erectum, opus quidem sculptile perpolitum, affabreque inauratum”. Carta de Francisco de Lima, Baía, 20 de Dezembro de 1735, Bras. 10(2), 364, **apud** LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 360.

⁶⁷ ARSI, BRAS. 6, Fólios 169v, 194v, 246v, 385.

⁶⁸ Reforça nossa tese o fato da carta ter sido localizada junto ao acervo da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, preservada no arquivo da Cúria de São Paulo. Há indícios para crer que o padre Moura, nesse

João de Moura Gavião, foi o intermediário da obra da ponte sobre o rio Tietê. Logo, os dois parecem ser duas pessoas chave, para a compreensão de pelo menos parte do atual acervo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas.⁶⁹

Voltando ao inventário de 1759, para além dos instrumentos de cantaria e carpintaria, há no documento a indicação da existência de equipamentos ligados a outros ofícios, dentre eles a tecelagem: *tres teares de panos com seus aviamentos; hum thear de Redes; hum Descarossador*. A presença de teares também se trata de um importante indicativo a respeito do plantio de algodão e manufatura de tecido no local. Como o próprio Mamiani (1700) trouxe em seu relato, grande parte da renda do colégio tirava-se da produção do algodão tecido pelas índias. Logo a produção não se destinava simplesmente aos agentes do aldeamento, mas também estava voltada para o comércio, mesmo que no momento não seja possível sabermos o volume destas trocas. De acordo com o pesquisador Gustavo Velloso,

“A lavoura algodoeira, que chegou a competir com a do trigo em valor comercial, inclusive durante a época de maior prosperidade deste, foi a primeira atividade responsável pela edificação de um complexo econômico organizando de maneira estreita os laços entre o trabalho das roças (plantação, cultivo e colheita do algodão), aquele realizado nos espaços de processamento do produto agrícola (limpeza e descaroçamento) e os serviços de fiação e tecelagem realizados no âmbito doméstico, geralmente por

aldeamento, tenha desenvolvido ministérios ligados à arte. Cf. 1733. *Carta* de Francisco da Silva ao Padre José de Moura agradecendo as esculturas que o irmão do padre fez. Cota: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Pasta de Documentos Avulsos Embu (SP) Nossa Senhora do Rosário, Fl. 1.

⁶⁹ Devido ao curto tempo do mestrado, não foi possível nos aprofundarmos em uma análise mais detida e minuciosa a respeito do processo de formação do acervo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas e os possíveis artesãos e artífices envolvidos na constituição de seu acervo. No entanto temos fortes indícios para crer que Padre Moura desempenhou papel de relevo nesse processo. Dessa forma, pretendemos futuramente dar continuidade a esta pesquisa, mas com enfoque no processo de constituição do acervo artístico e cultural da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

mulheres, fazedoras por excelência dos panos de algodão para vestir a população local e/ou para se vender no mercado colonial.”⁷⁰

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, nos inventários paulistas, de modo geral, os teares de rede não aparecem de forma clara antes de 1729. Quanto aos de tecer pano, estes já existiriam em São Paulo desde o século XVI.⁷¹ No entanto, Holanda chama atenção ao indicar que a manufatura do tecido ficaria a cargo de grandes produtores. Estes, por sua vez, recebiam o produto ainda em estado bruto dos pequenos produtores, ficando encarregados de tratar a matéria prima, fazendo a limpeza do algodão, a carda, a fiação e, por fim, a tecelagem, processo demorado, fastigioso e fatigante, requerendo para além de maquinário, mão de obra abundante para se dedicar ao ofício.⁷² Não por acaso, há uma relação direta entre produção algodoeira, latifúndio e mão de obra indígena em abundância, elementos que apenas atestam a relevância do papel econômico desempenhado pelas aldeias organizadas pelos padres, a exemplo de Mboy.

Mboy, assim como outras, possuía um importante papel nas redes comerciais da capitania, ou pelo menos é o que se descortina ao observarmos com atenção as fontes. Nas “Relações de bens....” (1762), já era dito pelos oficiais da Coroa que “[...] o mayor rendimento que ella tem hé o muito algodão que plantão e depois de o fiarem as Indias o tecião e dele fazião varias pessas de pano todos que os ditos Padres Supperiores da mesma Aldeia vendião para suprir as despesas della [...].”⁷³

⁷⁰ VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 136.

⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 211-212.

⁷² Ibidem, p. 215.

⁷³ Sérgio Buarque demonstra que a Companhia de Jesus dedicou especial atenção à questão da tecelagem, citando inclusive o sucesso alcançado pelo Colégio do Maranhão que, em 1661, teria 24 fiandeiras com seus teares que produziam de forma abundante. No entanto, em relação ao colégio de Santo Inácio “[...] não consta que os padres de São Paulo tivessem levado a tanto, nesse setor sua atividade e seu espírito de iniciativa. Nos inventários dos

Serafim Leite vai além, afirmando em seu texto que “As terras de Embu não se prestavam a grandes pastagens. O principal cultivo consistia em mandioca, algum trigo, legumes e algodão, que se tecia na própria Aldeia e o pano se exportava para o Rio e Baía.”⁷⁴ No próprio inventário da aldeia (1759), há a indicação da existência do material ainda em estado bruto. Na ocasião, haveria no paiol dos padres “huã canastra com novelos de fio de algodão, que peção nove libras e huã quarta; Em huã das despensas algodão em caroço, que peza nove arrobas e quatro libras; huã puia inteira de algodão grosso”.⁷⁵ No período, uma arroba equivalia a 14,6 quilogramas, logo haveria no aldeamento 132 quilos do produto em estado bruto. De acordo com Buarque de Holanda, duas arrobas de algodão com sementes davam meia do produto limpo.⁷⁶

Aparentemente à época, na vizinha Carapicuíba, também se plantava algodão.⁷⁷ Em Itapeverica não deveria ser diferente, pois em 1766, ou seja, apenas sete anos após a expulsão dos jesuítas, há uma ordem para o diretor da aldeia recolher os teares dispersos, pois haveria tecelões na localidade que poderiam se dedicar a essa indústria.⁷⁸ Dessa forma, de fato parece ter havido nos três aldeamentos vizinhos o plantio de algodão e a produção de tecido que,

bens tomados aos jesuítas dessa capitania, há escassas referências a aparelhos de fiação e tecelagem. E a pequena quantidade de fios e panos de algodão que neles se assinalam não leva a acreditar que a fabricação desses produtos fosse, nas propriedades da Companhia, muito mais considerável do que o era em certas casas particulares de São Paulo e especialmente nos ‘sítios da roça’.” Pela documentação compulsada, temos que discordar do autor. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 227-228.

⁷⁴ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugália, 1945, Tomo VI, p. 361. Grifo nosso.

⁷⁵ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeia de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 11.

⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 212.

⁷⁷ 1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequência da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 366 e 371.

⁷⁸ 1766, junho, 12. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p.83.

como vimos, era significativa, tendo em vista a comercialização realizada pelos religiosos que vendiam os produtos abastecendo o mercado colonial.

Nos catálogos da Companhia de Jesus, inclusive, encontramos informações sobre uma de suas rendas que consistia em panos de algodão. Em 1694, no valor de 300 escudos romanos, produziam Carapicuíba e São José panos de algodão.⁷⁹ Em 1701, aparece a mesma renda de 300 escudos romanos, no entanto, a produção se concentraria em Mboy e São José, lembrando que Carapicuíba deixou de ser aldeia na virada do século XVII para o XVIII, devido às terras do aldeamento estarem cansadas.⁸⁰

Do ponto de vista social do trabalho, a associação entre o indígena e a tecelagem também não se tratava de algo aleatório. No Brasil, desde os primeiros anos da colonização, os índios foram encarregados de desenvolver o ofício. De acordo com Sérgio Buarque, a tecelagem era um dos ofícios mecânicos de menor prestígio dentro da sociedade portuguesa, logo, no contexto colonial, tais tarefas seriam repassadas aos povos nativos. A essa característica soma-se o fato dos panos de algodão serem destinados para a vestimenta dos escravos e índios administrados, dessa forma a manufatura caberia a eles próprios.⁸¹

Em São Paulo, durante o período colonial, para além do algodão, os principais gêneros alimentícios produzidos foram a mandioca, o milho, o feijão, a cana de açúcar e o trigo. De acordo com Gustavo Velloso, a mandioca era um gênero alimentício fundamental, mas sem relevância do ponto de vista mercantil. O feijão e o milho, por outro lado, apesar de utilizados

⁷⁹ “Farinam ex mandioca, triticum, legumina, et **Bombacium** percipit ex duabus Residentijs; **Carapicuibensi** videlicet, et Paraybensi.” ARSI, 1694, BRAS.5(2), Fl. 142v. Grifo nosso.

⁸⁰ “Farinam ex Madioca, Legumina et **Bombacimem** percipit ex duabus Residentiis **Emboinguensi**, et Paraibe Australis.” ARSI, 1701, Fl. 29v. Grifo nosso.

⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 217.

mais para a subsistência, poderiam vir a ser comercializados. Já a cana, o trigo e o algodão eram gêneros prioritariamente comerciais.⁸²

No contexto do aldeamento de Mboy, acreditamos ser o cultivo do algodão a principal atividade produtiva desenvolvida, sobretudo ao longo do século XVIII. Antes disso, há fortes indícios para crer que, no século XVII, o gênero produzido visando o comércio tenha sido o trigo. Dessa forma, mais uma vez, vislumbramos indícios da integração dos aldeamentos jesuíticos a uma rede comercial maior.

Vale a pena lembrar que a introdução do cultivo do trigo em São Paulo teria ocorrido na primeira década do século XVII, a partir do incentivo do governador D. Francisco de Sousa que, para além do intuito da exploração de minérios, desejava desenvolver uma produção agrícola, tendo em vista sua comercialização. Ao longo desse século, São Paulo se tornou um importante polo de produção e exportação de média distância do produto, abastecendo outras regiões da colônia.

De acordo com John Monteiro, a produção do trigo em São Paulo começou a generalizar-se por volta de 1620. Rapidamente, passou a se concentrar em três áreas que logo se tornariam importantes zonas produtoras. Essas regiões mais abastadas tiveram início a partir de grandes sesmarias concedidas ainda na primeira metade do século XVII, sendo posteriormente subdivididas entre os herdeiros dos primeiros colonos, ocorrendo assim a concentração de grandes propriedades e das melhores porções de terras nas mãos de poucas famílias.

As áreas onde ocorreram essa maior concentração de riqueza, terras e índios, foram as zonas rurais de Santana de Parnaíba, a oeste de São Paulo; de Cotia, ao sul de Parnaíba; e a

⁸² VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 55.

região denominada Juqueri, banhada pelo rio de mesmo nome. Dentre as grandes famílias produtoras do período, John Monteiro destacou a Pedroso de Barros e Arzão.⁸³

Fernão Dias Pais Leme era irmão de Luzia Leme, casada com Pedro Vaz de Barros, casal que deu origem à família Pedroso de Barros. Pedro Dias, seu irmão, também deu origem a uma importante família produtora de trigo, que se destacou igualmente na participação e promoção de bandeiras, visando o apresamento de índios para trabalhar na sua produção e na procura por metais preciosos.

Gostaríamos de relembrar ao leitor que Pedro Dias também foi um dos beneficiados pela carta de datas de terras de 1607, onde Fernão Dias também adquiriu a propriedade que daria origem a sua fazenda em Mboy. Já a família Arzão, como mais adiante veremos, possuía uma propriedade que fazia divisa com as terras dos aldeamentos de Mboy e Itapecerica.

A hipótese sobre a produção de trigo em Mboy e Itapecerica, já havia sido inclusive indicada por Alcântara Machado, cuja análise de dados levantados a partir da série de inventários e testamentos apontava para a existência do cultivo de trigo nas fazendas da região.⁸⁴ Consequentemente, os aldeamentos de Mboy, Itapecerica e Carapicuíba estariam cercados por importantes produtores de trigo, existindo elementos para crer que, também nos aldeamentos da Companhia de Jesus, teria ocorrido a produção do gênero. Desse modo, ao passo que há o aumento da triticultura, ocorre o crescimento do número de expedições de apresamento indígena e, claro, dos conflitos entre a Companhia de Jesus e os colonos disputando pelas melhores porções de terra e mão de obra para este tipo de produção.⁸⁵

⁸³ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.114.

⁸⁴ MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 54.

⁸⁵ De acordo com Gustavo Velloso “[...] a partir do momento em que a produção comercial do trigo tomara conta do ‘sentido’ dos esforços econômicos dos mais poderosos senhores locais, transformando a produção alimentícia em atividade suplementar àquela, ainda que invariavelmente indispensável. Em suma, não é coincidência, em primeiro lugar, o fato de que as décadas de maior concentração de escravos indígenas nas grandes propriedades paulistas (décadas de 1630 a 1660) correspondam ao período de maior recorrência de propriedades triticultoras no

É nesse contexto de expansão da triticultura em São Paulo, que ocorre o acirramento entre jesuítas e colonos em decorrência de disputas por terras e mão de obra na região, ocasionando, dentre outras consequências, na expulsão dos jesuítas do aldeamento de Barueri (1633) e no distrato da doação de Fernão Dias Pais Leme (1632), membro e detentor de laços de parentesco com as mais importantes famílias produtoras do período, como já vimos, e que faziam fronteira com as terras dos jesuítas.

Outro elemento importante para a produção do trigo, era o processamento do grão tendo em vista a obtenção da farinha. Para tal, era fundamental o acesso a equipamentos para a moagem do produto. Um elemento diferenciador entre pequenos e grandes produtores residia justamente na sua capacidade de acesso a moinhos para o beneficiamento do cereal, fator que incidia diretamente na valorização da propriedade. No entanto, a construção de moinhos dependia da autorização do donatário da Capitania, que delegava às câmaras municipais a tarefa, a qual por sua vez distribuíam entre os requerentes os respectivos direitos para a instalação. Logo, não era qualquer indivíduo que alcançava o privilégio de possuir em sua propriedade uma estrutura como moinho, benefício com o qual os inacianos de São Paulo também contavam.⁸⁶

Em 1640, em decorrência da expulsão do Colégio de São Paulo, os jesuítas instituíram enquanto seu procurador o vigário da vila, o padre Manuel Nunes, para, na ausência dos religiosos, cuidar dos interesses e propriedades da Companhia de Jesus. De acordo com o documento, ele podia administrar e reparar “[...] asin curais como fazendas **moinhos** vinhas e

planalto. Em segundo lugar, foi a plantação de trigo que então ocupou os sítios e fazendas de maiores dimensões, pertencentes aos proprietários de maiores cabedais, sendo nítido que o volume médio do cereal, registrado nos espólios, também apresentaram nesse tempo os seus mais altos índices [...]” Cf. VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 124.

⁸⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 119-121.

mais bens do collegio[...].”⁸⁷ Dessa forma, tomamos conhecimento que, mesmo antes da expulsão de 1640, o colégio já possuiria moinhos e, provavelmente, plantações de trigo. Infelizmente não temos informações sobre a localização exata desse moinho, no entanto é pertinente observar que à época os inacianos já estavam de posse do aldeamento de Carapicuíba, situado entre as regiões produtoras, a saber, Cotia e Santana de Parnaíba, e no Catálogo da Companhia de Jesus de 1694 é mencionada a existência de trigo na localidade.⁸⁸

O fato de os jesuítas terem à sua disposição esse tipo de tecnologia é um importante dado, pois, como vimos, o trigo era um produto extremamente comercial. Possuir moinhos permitia também, de modo semelhante como era feito com o algodão, o estabelecimento de contratos com produtores menores que entregavam ao proprietário mais abastado, detentor do moinho, a matéria prima para ser beneficiada por este. Além de contrair relações comerciais com os pequenos produtores de trigo, tornava possível a integração no comércio de abastecimento local de curta e média distância.

A menção da existência de moinhos, em propriedades inacianas, volta a aparecer no processo de 1699, movido pelos jesuítas contra Antonio Rodrigues de Arzão, que na ocasião teria invadido as terras do aldeamento de Itapequerica. Mais uma vez, abundam referências que conectam o local à triticultura como acima foi discutido. Nesse momento, uma das testemunhas declarou que “[...] querendo Maria Masiel dona viuva em algum tempo semear trigo na dita terra [de Itapequerica] pediu lisensa ao dito Padre [Francisco de Moraes] e com sua lisensa se fes a seara [...]”⁸⁹ Cinco testemunhas também declararam saber da existência de moinhos no aldeamento de Itapequerica, e uma delas menciona haver, além do moinho, uma moenda no local.

⁸⁷ **Actas da Camara da Villa de S. Paulo.** 1640-1652. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 42.

⁸⁸ ARSI, 1694, BRAS.5(2), Fl. 142v.

⁸⁹ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, Fl. 7v.

Dessa forma, acreditamos que ao longo do século XVII, nas terras que compreendiam o aldeamento de Mboy e Itapecerica, os padres tenham desenvolvido uma agricultura comercial cujo principal gênero foi o trigo. No entanto há elementos para crer, tendo em vista o contexto social no qual o doador Fernão Dias estava inserido, na existência, naquelas terras, da produção do gênero antes mesmo da instalação dos padres, estrutura que os religiosos devem ter aproveitado e expandido, tirando disso um bom proveito.⁹⁰

O plantio, colheita e processamento do trigo e algodão aconteciam em períodos específicos do ano. Portanto, durante as entressafras, os indígenas acabavam por se dedicar a outras tarefas, sendo assim incorporados a uma nova lógica em relação aos tempos do trabalho. O pesquisador Gustavo Velloso realizou uma extensa análise sobre o assunto e, dentro dessa perspectiva, destaca a importância do trigo no processo do estabelecimento de um regime de trabalho compulsório em São Paulo.

“Nessas condições, isto é, dada a diferença entre as épocas propícias à germinação do trigo (meses frios e secos, destacadamente em julho e agosto) e à dos outros produtos (meses quentes e chuvosos, sobretudo de novembro a março), a produção triticultora pode ter sido a maior responsável pela ocupação completar dos indígenas submetidos ao trabalho compulsório durante as épocas de eventual ‘ociosidade’ na lavoura dos demais gêneros,

⁹⁰ Aqui destacamos a observação feita por Joaquim Gil Pinheiro que, em sua obra, já havia indicado a proximidade da lagoa à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tratava-se na verdade de um lago artificial utilizado para a força motora de engenhos e moinhos “O maior característico de que ali houve uma fazenda, é a grande represa de agua da ribeira de Mboy, para a força motora de engenhos de canna de assucar, farinha, monjolos, criação de aves aquaticas, peixes, etc. Esta represa ou tanque, [...] supponho ser feito por gente de Fernando Dias Paes Leme, por estar quasi em frente á tapera onde esteve a casa ou séde de sua fazenda...”. Hoje o local é conhecido como Praça da Lagoa, em decorrência de um aterramento sofrido na década de 1980. Cf. Pinheiro, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910, 1ª edição, p. 26.

assegurando, dessa forma, a estabilidade possível ao regime de trabalho compulsório no interior da Capitania de São Vicente.”⁹¹

Assim, teriam coexistido no aldeamento de Mboy outros tipos de plantio. Ao lado de uma agricultura comercial, em que o algodão e o trigo tiveram papel de destaque, também haveria no aldeamento de Mboy uma agricultura voltada para a subsistência da população. Para além de uma questão de sobrevivência, o engajamento do ameríndio na lavoura de outros gêneros permitia, do ponto de vista do colono, mantê-lo ocupado, portanto produtivo o ano inteiro. De forma mais evidente, temos a indicação da existência do cultivo de milho e mandioca o qual, como vimos, tratava-se de gêneros básicos e fundamentais para a alimentação e subsistência cotidiana da população. É importante lembrar que, no momento da expulsão dos jesuítas, em 1759, havia uma casa onde se achavam 600 mãos⁹² de milho novo, e em outra o restante do milho do ano anterior.⁹³ Também foram inventariados utensílios utilizados na produção de farinha de mandioca “huã roda de mandioca; Huã preença da dita; hum forno de cobre de torrar farinha [...]; quatro gamellas de pao [para o] mesmo ministerio.”⁹⁴

Por fim, ao lado da agricultura, havia também no aldeamento a criação de animais. Em 1759, no momento da expulsão, em Mboy foram inventariados dezesseis cavalos, sete cabras, três bodes, cinco cabritos, três “cayzados”, duas porcas, dois galos, sete galinhas, nove frangos, cinco patos, quatro pombas e duas vacas, com suas crias, que pertenceriam à Nossa

⁹¹ VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 124.

⁹² Trata-se de uma medida muito variável, sendo impossível precisar a quantidade. Essa medida correspondia ao número de espigas de milho que cabiam em uma mão. Como cada indivíduo possuía uma mão com tamanho diferente, não existia um padrão, não sendo possível saber ao certo o quanto valia.

⁹³ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sitio Mutinga, Fl. 11.

⁹⁴ *Ibidem*, Fl. 9v-10.

Senhora do Rosário.⁹⁵ Desses, com exceção dos cavalos e gado, os demais deveriam ser empregados para a subsistência local. Animais como cavalos e bois, seriam utilizados em outras atividades, como transporte, carregamento de mercadorias e a tração animal nas plantações. Especialmente em relação aos bovinos, a carne também poderia ser vendida, como uma forma de gerar renda, mas também havia o couro, como indicado por Mamiani, em 1700, ao dizer que dentre as oficinas que geravam rendas ao colégio, havia a do beneficiamento do couro feita pelos oficiais curtidores.⁹⁶

Sabemos a partir dos *catálogos* da Companhia de Jesus, anos antes da expulsão de 1759, da existência nos aldeamentos de um rebanho bem maior. Mais precisamente em 1743, em Mboy haveria quarenta cabeças de gado e vinte de cavalos; em Itapecerica haveria quarenta cabeças de gado na ocasião.⁹⁷ Em 1739, teria em Mboy trinta e duas cabeças de gado e trinta e cinco de equinos; em Itapecerica haveria trinta e três cabeças de gado e trinta de cabras.⁹⁸ Como podemos ver, os números eram bem superiores àqueles registrados no momento da expulsão, isso indicaria a diminuição do rebanho, por parte dos jesuítas, em decorrência de venda ou mudança de ramo de atividade, ou mais um indício da imprecisão, falta de critério ou desvio do patrimônio no momento da elaboração do inventário dos bens incorporados ao Fisco real, por parte dos oficiais da Coroa.

Voltando para a questão do desenvolvimento da agricultura, sobretudo comercial, era fundamental o acesso a equipamentos e instrumentos agrícolas. Outro ofício mecânico importante, portanto complementar ao seu desenvolvimento, era a ferraria. Eram os ferreiros

⁹⁵ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 10v.

⁹⁶ 1700. Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo, de Luigi Vincenzo Mamiani. In: **História Unisinos**19(2):120-137, Maio/Agosto 2015, p.132.

⁹⁷ No aldeamento da Capella (Itaquaquecetuba) 40 cabeças de vaca e 2 equinos. Em São José seriam 30 vacas e 30 cavalos. Cf. ARSI, 1743, BRAS. 6, Fl. 338v.

⁹⁸ No aldeamento da Capella (Itaquaquecetuba) haveria 52 cabeças de vaca e 24 equinos. Em São José haveria 21 cabeças de gado e 3 equinos. Cf. ARSI, 1739, BRAS. 6, Fl. 279v.

os responsáveis pela manufatura de peças de ferros, dentre elas os equipamentos agrícolas como foices, enxadas e machados. Tais equipamentos permitiam uma maior agilidade no processo de limpeza da roça, plantio e colheita, otimizando assim tempo e força de trabalho.

De acordo com Gustavo Velloso, a força de trabalho indígena, ao longo do século XVII, foi a base da realização das atividades minerais e metalúrgicas em São Paulo. Os índios atuaram tanto nas fábricas de ferro, realizando a extração do minério, quanto nas tendas de ferreiros, locais onde a moldagem acontecia.⁹⁹ Assim, era comum grandes proprietários ensinarem o ofício a alguns índios que trabalhariam produzindo utensílios para a sua unidade produtiva, mas também para terceiros, existindo inclusive algumas tendas nas regiões rurais para abastecer essas fazendas.

Com a Companhia de Jesus, mais uma vez, não seria diferente. Como vimos no início do capítulo, Mamiani (1700) relata que parte dos rendimentos auferidos no Colégio de São Paulo advinham das oficinas de ferreiros. No aldeamento de Mboy, por exemplo, sabemos, no momento da expulsão (1759), da existência de: *hum folle novo de bomba grande; hum torno grande; hum dito pequeno de maõ; hum malho*¹⁰⁰; *huã safra*¹⁰¹; *dous martellos; huã lima; duas tenazes*¹⁰². Logo seria possível dentro do próprio aldeamento a produção de peças e

⁹⁹ VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 98.

¹⁰⁰ Um tipo de martelo utilizado pelo ferreiro junto à bigorna, quando se desejava dar forma a algum objetos. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/malho>>. Acesso novembro 2017.

¹⁰¹ Instrumento de ferreiro, bigorna. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/safra>>. Acesso novembro 2017.

¹⁰² Instrumento de ferro, de uso de vários oficiais, usado para arrancar coisas. Há tenazes para arrancar pregos e tirar brasas. Os ourives, que trabalham com ouro, possuem uma diversidade de tenazes. Há um tipo de tenaz de ponta, que “pega com as pontas”. Há tenaz que pega com extremos chatos. Tenaz de tornilho para apertar com parafuso. In: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ...**

utensílios para a agricultura, voltada para uso interno ou para venda a terceiros.

Oficiais práticos como ferreiros, para além da atuação junto às tendas, produzindo artefatos domésticos e utensílios para agricultura, era uma mão de obra muito especializada sendo também requisitada e necessária para as atividades de mineração. O emprego da mão de obra indígena em atividades minerais foi muito recorrente em São Paulo, existindo inclusive a hipótese, à semelhança de outros grandes proprietários, que os jesuítas também teriam desenvolvido atividades correlatas em suas propriedades.

Recentemente pesquisadores tem resgatado antigas referências sobre a atividade mineradora em São Paulo, questão que passou de certa forma despercebida pela historiografia, tendo em vista a particularidade do modo como a atividade se deu na região. Dessa forma, o pesquisador Nestor Goulart afirma ter existido no Brasil dois ciclos de mineração. O primeiro teria ocorrido na Repartição Sul, região que compreendia os estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, de 1593 até 1697. O segundo ciclo seria o das Gerais, Mato Grosso e Goiás, cujo surgimento acabou por ofuscar a produção da Repartição Sul, em decorrência do aumento das expedições e migrações para essas novas regiões.¹⁰³ No entanto, como destaca o autor, mesmo com a diminuição da exploração de minérios, sobretudo o ouro, como consequência do descobrimento em outras localidades, haverá na região sul a manutenção da atividade, cujo desenvolvimento e extração será diferente das demais.

Os primeiros descobrimentos de ouro em São Paulo teriam ocorrido nos seus arredores: morro do Jaraguá, na serra da Cantareira; próximo ao aldeamento de Guarulhos; e no morro do Voturuna, entre Santana de Parnaíba e Araçariguama.¹⁰⁴ A mineração teria

Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/tenaz>>. Acesso novembro 2017.

¹⁰³ REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 29.

¹⁰⁴ Observe que Afonso Sardinha, doador de terras e índios que dariam origem ao aldeamento de Carapicuíba, foi o responsável por descobrir as minas de ouro no morro do Jaraguá e Voturuna, em Santana de Parnaíba. Em

depois se expandido para novas regiões, como o sul do Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira, Paranaguá, Curitiba até São Francisco e Itajaí. Segundo Goulart, nessa grande área teriam sido localizados quase 170 pontos de lavras.¹⁰⁵

A exploração de minérios na Repartição Sul, enquanto uma política da Coroa, também teria se iniciado com o impulso de D. Francisco de Souza (1606) que trouxe consigo oficiais especializados, dentre eles os mineiros Gaspar Gomes Moalho, Miguel Pinheiro Zurara, o alemão Jacques de Oalte e o castelhano Manoel João Morales “Branco”; os fundidores Domingos Rodrigues e o flamengo Cornélio de Arzão; os engenheiros alemão Giraldo Betink e o florentino Baccio de Filicaya, permitindo assim a exploração de ouro e a extração de ferro na região.

Gostaríamos de aproveitar o ensejo para chamar a atenção do leitor para a presença, mais uma vez, de alguns nomes como Cornélio Arzão e Manoel João Branco – cunhado de Fernão Dias Pais Leme, indivíduos cujas famílias estiveram intimamente envolvidas no cultivo de trigo, no apresamento de índios e na administração de aldeias do padroado real. De acordo com Nestor Goulart, a partir da comparação dos dados fornecidos por John Monteiro, haveria uma coincidência entre os locais de mineração e as grandes fazendas triticultoras. De acordo com o autor,

“A forma de apropriação era fundamentalmente diferente do que ocorreria depois, nas Gerais. Os documentos consultados nos permitem concluir que, nas áreas de nosso estudo, **cada córrego era apropriado por um indivíduo poderoso, que o explorava com seus sócios e seus índios como um latifúndio, sem o dividir com outros mineradores. A consequência era**

relação a este local, os jesuítas também viriam a se tornar proprietários de uma grande fazenda em Araçariguama no início do século XVIII, próximo ao morro do Voturuna, ou seja, de um local de extração. O mesmo podemos observar em relação ao aldeamento de Guarulhos, também fundado por jesuítas no século XVI e próximo a locais de mineração.

¹⁰⁵ REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 25, 29, 49.

uma baixa densidade demográfica, uma lenta retirada do ouro de aluvião e o uso de técnica muito simples de bateamento, sem maior preparo e qualificação especial da mão de obra. A exploração se arrastava ao longo de décadas e cada empresário controlava sua área com um número limitado de índios.”¹⁰⁶

Dessa forma, teria existido em São Paulo uma produção aurífera, mesmo que de baixa densidade, possibilitando mais uma vez a ocupação e emprego da mão de obra indígena nas entressafras agrícolas, a abertura de novas áreas para a ocupação do território, promovendo o surgimento de novas vilas ao longo dos caminhos, em decorrência da exploração e da promessa de enriquecimento.

A Companhia de Jesus, segundo Goulart, também teria desenvolvido a arte da mineração em suas propriedades, à semelhança dos colonos mais poderosos. A partir de antigos autores, plantas, mapas e topônimos, o pesquisador indica que os jesuítas teriam atuado em diversas regiões: nas minas de Ouro Fino, no córrego das Lavras à margem da estrada Suzano-Ouro Fino; **na região do antigo aldeamento de Itapecerica, nas cabeceiras dos córregos das Lavras e Bateias**; no município de Iguape nas cabeceiras do rio Verde, nos córregos Ouro Fino, Ouro Preto, Lavrinhas e Fartura. Dessa região, que se abre para o Sul do país, os padres teriam seguido para o vale do Ribeira, partindo posteriormente para os atuais estados do Paraná e Santa Catarina, onde teriam igualmente minerado. Por fim, também teria ocorrido extração na propriedade de Araçariguama, no ribeirão do Colégio, local próximo às mais importantes lavras de São Paulo.¹⁰⁷ Desta forma, há indícios de que também os jesuítas teriam realizado a extração de ouro em suas fazendas e aldeamentos. De acordo com Pandiá Calógeras,

¹⁰⁶ REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013, p. 63. Grifo nosso.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 82-83.

“Durante os tempos coloniaes, os jesuítas que se estabeleceram em M’Boy e Itapecirica se dedicaram com interesse á lavra dos alluviões auríferos encontradas nas cabeceiras dos córregos das Lavras e Bateia, a sudoeste de Itapecirica, e a cerca de 70 kilometros de São Paulo.

Abandonados mais tarde, por completo, os trabalhos, sómente em fins de 1932 foram as mesmas jazidas redescobertas.

Em meados de 1933 fundou-se a ‘Sociedade Mineração Itapecirica’, [...] para explorar uma jazida aurífera no morro de São João, no bairro das Lavras, a 37 kilometros de Itapecirica. ”¹⁰⁸

LOCAIS COM OCORRÊNCIA DE OURO

Imagem 4 - Mapa locais com ocorrência de ouro.

¹⁰⁸ CALÓERAS, Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação**. 2ª edição elaborada por Djalma Guimarães. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, tomo 3º, p. 420.

De fato, ainda nos dias atuais, há indicações do local onde teria existido uma mina de ouro entre os atuais municípios de Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu. Temos elementos para crer não se tratar de especulação ou coincidência tal fato, tendo em vista a existência de conflitos na região entre a Companhia de Jesus e a família Arzão.

De acordo com a medição do aldeamento de Itapecerica, em 1769, as terras da aldeia faziam divisa com a propriedade da família Arzão. Como já vimos, essa família era uma importante produtora de trigo e conhecedora das técnicas de extração de minério, sendo Cornélio de Arzão, patriarca do clã, um dos fundidores de ferro trazidos por Dom Francisco de Souza para justamente auxiliar no desenvolvimento de seu projeto minerador.¹⁰⁹

Mais adiante, abordaremos a questão do processo de constituição territorial dos aldeamentos da Companhia. No entanto gostaríamos de já destacar que Itapecerica, apesar de sua origem estar atrelada à doação de Fernão Dias e Catarina Camacho, a este espólio foram acrescidas outras doações, dentre elas uma porção de terras deixadas por Maria Egípcia, esposa de Braz Rodriguez Arzão, nora do patriarca do clã.¹¹⁰

Maria deixou aos padres do Colégio, em 1703, uma sorte de terras na paragem chamada Mohuguassú, que estaria atualmente entre os municípios de Embu-Guaçu e Itapecerica da Serra, região que seria próxima ao local onde foram localizadas os pontos de lavra. Assim sendo, tendo em vista as evidências da existência de extração de ouro na região, a presença de uma família mineradora, cujas terras faziam divisa com a dos padres, não nos parece impossível que a Companhia de Jesus também tivesse acesso a esses veios auríferos,

¹⁰⁹ 1769. *Auto de Medição e demarcação* das terras da aldeia de Itapecerica. Acompanha "Auto de de medição das terras de huturuçu pertences a Aldea". Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30,24,028 nº002 / MS – 553 (25) D 45, Fl. 2.

¹¹⁰ 1703. Inventário e testamento de Maria Egípcia Domingues e Braz Rodrigues Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 23, p. 185-186.

vindo a explorá-los, surgindo assim mais um elemento para brigas, conflitos e disputas pela terra, como veremos mais adiante.

Por fim, para além do emprego da mão de obra indígena na agricultura, em oficinas e na mineração, os índios dos aldeamentos do colégio também eram requisitados para a prestação de serviços de transporte. Ao longo da pesquisa, encontramos algumas referências sobre a obrigação dos índios dos aldeamentos, de prestarem anualmente serviços como carregadores, transportando cargas entre o litoral e o planalto. Especificamente em relação à Mboy, é dito, em 1762, que a aldeia se obrigava “[...] a dar cada anno os Indios necessarios para as conduções de cubatão em tempo de Fragata [...]”.¹¹¹

Em 1722, o Reitor do Colégio Rafael Machado, ao prestar contas ao Governador Rodrigo Cesar de Menezes sobre a quantidade de índios administrados pelo colégio, de forma bem direta, justificou o serviço prestado pelos índios. Segundo o reitor, “Dos de Mboy, e Ytapicirica, nos servimos para as conduções dos generos *que* se conduzem do mar, pagando lhe tambe o seo trabalho, e faltando nos esta conveniencia não nos podemos conservar nem sustentar.”¹¹² Ou seja, para garantir o sustento do colégio era fundamental contar com o serviço dos índios desses aldeamentos.

O próprio padre Mamiani (1700) já mencionava a existência da prática, ao relatar que o Pe. Provincial Francisco de Matos havia ordenado que “[...] se pagasse todo o trabalho aos Índios, a que não fossem obrigados; e em particular que se pagassem as idas e vindas com cargas a Santos, e de Santos para S. Paulo.”¹¹³ Ora, desde os primeiros anos da colonização, a

¹¹¹1762. Relações dos bens apreendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 371.

¹¹² 1722, março, 12. Carta do Reitor Rafael Machado sobre a lista de índios das aldeias do Colégio. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, maço 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 42-43.

¹¹³1700. Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo, de Luigi Vincenzo Mamiani. In: **História Unisinos**19(2):120-137, Maio/Agosto 2015, p. 133.

população indígena foi constantemente requisitada para a realização de transportes de mercadorias e pessoas entre a serra do mar e a vila de São Paulo. A Companhia de Jesus inclusive, de maneira estratégica, observa a importância da passagem da Serra enquanto uma rota comercial. Não por acaso, ao longo de décadas, os jesuítas vão, aos poucos, adquirindo propriedades ao longo do caminho do mar, visando assim o estabelecimento do monopólio da passagem do Porto de Cubatão, para a geração de renda para o colégio. O direito do monopólio da passagem pela serra garantia aos religiosos alugar canoas e transportadores cujo serviço, nesse caso, seria realizado pelos índios pertencentes aos aldeamentos.¹¹⁴

*

Assim, mesmo que de forma breve, buscamos demonstrar ao leitor a maneira como a Companhia de Jesus, aos poucos, foi integrando os diferentes espaços onde atuou, visando assim o sucesso do empreendimento missionário. Os aldeamentos, onde a missão de evangelização acontecia, também estavam articulados aos demais empreendimentos da instituição, contribuindo assim para a sua sustentação.

Para além de fiéis, os indígenas representavam uma incomensurável força de trabalho humana e as terras dos aldeamentos no grande celeiro, para a produção de víveres a serem empregados na sustentação do colégio de São Paulo, permitindo à Companhia de Jesus uma posição de destaque dentro da sociedade paulista e viabilizando assim, economicamente, a missão. Para se ter uma ideia, em 1739, os jesuítas tinham em quatro aldeias 1.364 indígenas

¹¹⁴ TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da Passagem do Cubatão 1553-1748**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social-USP, 2008.

e em 1743 eram 1.176.¹¹⁵ Os padres eram importantes atores na rede de produção e comércio, não só no local, mas também para outras regiões da colônia, como o Rio de Janeiro e Bahia, contribuindo assim para o acirramento da disputa com os colonos em relação ao controle dessa mão de obra, e dos melhores sítios para a produção agrícola.

Desse modo, mesmo que de forma breve, buscamos situar o leitor a respeito das atividades - ou os possíveis trabalhos - desempenhados pela população indígena nos aldeamentos da Companhia de Jesus em São Paulo. No entanto, para se manter uma produção agrícola, além de deter uma grande força de trabalho humana a sua disposição, era fundamental o acesso a terras, sobretudo as mais férteis, questão sobre a qual passaremos a tratar no próximo tópico.

3.3. Boas terras, excelentes ganhos: disputas e tensões nas terras das Aldeias

Durante o período colonial, foi prática comum o uso incessante das terras, até que as mesmas, devido às plantações e queimadas, se tornassem improdutivas, se “cansavam”. Assim, era recorrente o abandono dessas propriedades e a solicitação de sesmarias, terras virgens, os “matos maninhos”, visando o início de uma nova plantação enquanto a antiga propriedade se recuperava. Apesar da abundância de terras, era fundamental possuir as mais férteis, o que ocasionou numa grande demanda por sesmarias, por parte dos homens bons da vila, provocando, rapidamente em São Paulo, a concentração das melhores terras nas mãos de poucos proprietários, geralmente membros das principais famílias.

As propriedades da Companhia de Jesus não estarão isentas desta lógica colonial. Paulatinamente, ocorre o aumento de invasões e brigas judiciais em decorrência da disputa

¹¹⁵ Em 1739 havia em Mboy e Carapicuíba, que estava anexada, 532 índios; Itapecerica 360; Capela 172; São José 300. Cf. ARSI, 1739, BRAS. 6, Fl. 279v. Em 1743 Mboy tinha 300 índios, Itapecerica 253, Capela 303 e São José 320 índios. Cf. ARSI, 1743, BRAS. 6, Fl. 338v.

por novos espaços, exigindo a abertura de novas fronteiras.¹¹⁶

Visando o alargamento de suas fronteiras e o desenvolvimento do patrimônio jesuítico, a aquisição e expansão das propriedades latifundiárias foi um elemento chave para a Companhia de Jesus ao longo de todo o período de sua atuação no Brasil. De acordo com o historiador Paulo de Assunção, a posse de terras seria o primeiro estágio a permitir a integração dos inácianos na lógica e no universo colonial.¹¹⁷ Assim, a Companhia de Jesus desenvolveu um complexo sistema de aquisição e gerenciamento de suas propriedades, a partir de diversificadas fontes como a doação de devotos, compra direta, arrematações em leilões, trocas e pedidos de sesmarias.¹¹⁸

As transações ficavam sob responsabilidade dos reitores e procuradores dos colégios, cuja atuação era fundamental para a defesa do patrimônio da ordem. A função de ambos era a intensa conquista, maximização dos bens e resolução das demandas envolvendo o patrimônio material da instituição.¹¹⁹

No contexto da Capitania de São Vicente, podemos observar na década de 1670 um momento de expansão ou, ao menos, reorganização das bases materiais do Colégio de Santo Inácio. Nesse período, o reitor do colégio era o padre Lourenço Craveiro, indivíduo produtor de uma considerável massa documental, tendo em vista a gestão das propriedades inácianas, dentre elas Mboy e Itapecerica. Observe que é dessa mesma época que o padre Craveiro solicita ao padre Moraes uma certidão sobre o aldeamento de Itaquaquecetuba.¹²⁰ No ano de

¹¹⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 105-107.

¹¹⁷ ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos**. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 154.

¹¹⁸ NEVES NETO, Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 20.

¹¹⁹ Ibidem, p. 23.

¹²⁰ LEITE, Antônio Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 337-338.

1673, o padre Craveiro também solicitou o traslado de terras que teriam pertencido à Inês Monteiro¹²¹, benfeitora da ordem, cuja propriedade tempos depois viria a integrar a importante Fazenda de Santana.¹²² Em 1675, o religioso solicitou uma nova sesmaria na região do Anhembi, próximo à localidade, visando sua expansão.¹²³

Nessa época, o padre também aparece envolvido na ampliação da Fazenda Geral de Cubatão que, como vimos, devido a sua localização estratégica, motivou a Companhia de Jesus a adquirir diversas propriedades por toda a extensão do rio Cubatão ao longo de várias décadas - 190 anos para ser mais preciso – visando o estabelecimento do monopólio da passagem para assim gerar rendas com a cobrança de pedágio, taxas sobre mercadorias, passantes, aluguel de canoas e transportadores, cujos serviços, como já vimos, eram realizados pelos índios pertencentes aos aldeamentos.¹²⁴

¹²¹ 1673. *Solicitação* do Padre Lourenço Craveiro sobre as terras do Anhembi que foram deixadas ao Colégio por meio de inventário de D. Ignez Monteiro. Cota: Arquivo Nacional, Fundo EG, Códice 479.

¹²² De acordo com Serafim Leite a organização dessa fazenda levou mais de meio século para se consolidar, projeto que teve início com o Reitor Lourenço Craveiro em 1673 em decorrência da doação de Inês Monteiro. Em 1675, o padre solicita sesmarias próximas a região, processo que tem continuidade por seus sucessores que nos anos seguintes realizarão compras e trocas visando a ampliação da propriedade. Nas palavras de Leite “Com tal organização, metódica e diligente, tornou-se esta fazenda suburbana a mais importante do Colégio de S. Paulo. Em 1757, possuía 300 cabeças de gado bovino e 10 cavalos. [...]. Os seus 140 servos ocupavam-se na cultura da mandioca e toda a espécie de legumes e frutas. Viviam em casas separadas, cada família sobre si. Em 1771, as casas eram 47 e os seus moradores 176 pessoas.” Cf. LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portuguesa, 1945, Tomo VI, p. 375-376.

¹²³ 1675. *Pedido* de sesmaria na região do Anhembi feito pelo padre Lourenço Craveiro. Cota: Arquivo Nacional, Fundo EG, Códice 479.

¹²⁴ “A configuração geográfica da Fazenda Geral dos Jesuítas revela a capacidade desses religiosos em desenvolverem seu projeto. O interesse maior, o rio cubatão, após a permuta ocorrida em 1743, estava circunscrito às terras da Fazenda. A Companhia de Jesus necessitou de 190 anos para confirmar a posse das terras que margeavam o rio cubatão. Durante esse processo, houve três casos de doação de terras aos inacianos (Pero Correa, Antonio Rodrigues de Almeida e Pero de Góes); três episódios de compra direta das propriedades (Francisco Pinto, Domingos Leite de Carvalho e Agostinho Rodrigues da Guerra); duas permutas (Manoel Antunes Belém de Andrade e Diogo Pinto do Rego); e, finalmente, um sequestro do imóvel (cornélio de Arzão). Os jesuítas recorreram a um arcabouço jurídico eclético e prolongado com vistas à montagem do projeto Fazenda Geral. Os inacianos empregaram muito esforço e tempo visando a causa maior, ou seja, a manutenção da

Isto posto, fica evidente que por volta de 1670, o reitor Lourenço Craveiro esteve particularmente empenhado na organização do patrimônio da ordem, sobretudo os títulos de propriedade do colégio. A figura do padre Craveiro nos é particularmente importante, pois se trata do responsável por ações que impactaram diretamente na constituição territorial do aldeamento de Mboy.

Como vimos anteriormente, entre os anos de 1672 e 1673, o religioso produziu e organizou uma série documental a respeito do histórico dominial dessas terras. O documento mais antigo localizado por nós, data de 04 de junho de 1672. Trata-se de um pedido de excomunhão, motivado pelo desaparecimento de alguns papéis, relacionados às propriedades do Colégio, do cartório do escrivão Domingos Machado, e como salientou o padre, eles importavam *muita fazenda para o Colégio*¹²⁵. Todos os papéis que o religioso desejava encontrar estavam relacionados ao espólio de Fernão Dias Pais Leme e às terras de Mboy e Itapecerica.¹²⁶ Os quais seriam:

- *hum*a carta de seismaria de terras de mboij e itapecerica
- outra carta de confirmação e dela e posse de mboij
- *hum*a certidão iunta do capitão Fernao dias paes
- *hum*a sentença em favor do collegio pello capitão Lourenço Castanho Taques
- *hum*a verba do testamento de bras leme

Após a requisição, a documentação foi localizada junto a Antônio de Siqueira que contou com a ajuda do filho, João Vidal, que estariam “[...] com papeis que as tinha sonogado

companhia de Jesus [...]” TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da Passagem do Cubatão 1553-1748**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social-USP, 2008, p. 75-76.

¹²⁵ 1673, abril, 16. *Pedido de excomunhão* feito pelo Padre Lourenço Craveiro em junho de 1672 como forma de localizar documentos importantes para a fazenda do Colégio. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 1.

¹²⁶ Ibidem, Fl. 2.

e estavam com elles muito arquivo avia hum anno”¹²⁷. Ao que tudo indica, os jesuítas estariam à época disputando com Antônio de Siqueira as terras do aldeamento de Mboy.

No inventário de Anna Vidal, seu esposo Antônio de Siqueira declarava possuir por títulos e cartas de sesmarias, terras em Bohi e “[...] **depois dos concertos** que teve com os padres da Companhia de Jesus meia legua de testada e uma de sertão dentro ou o que na verdade se achar em **Bohi partindo com os padres da Companhia** [...]”¹²⁸ Provavelmente, a disputa pelas terras na região tenham se iniciado por volta de 1672, e o acordo com a Companhia de Jesus tenha sido firmado nos anos subsequentes. Por isso a família de Antônio Siqueira tentava prejudicar os religiosos, escondendo a documentação que garantia aos jesuítas a posse das terras na região.¹²⁹ No entanto, como podemos observar, os jesuítas, por alguma razão que ainda desconhecemos, tiveram que ceder, realizando um acordo com a família o que garantiu a Siqueira continuar na localidade e citar as terras no inventário de sua esposa.

Após a localização da documentação em 1672, o segundo passo do padre Craveiro foi solicitar alguns *treslados de cartas de data, certidões e verbas de testamento*:

27/07/1672	<i>Treslado de Carta de data de terras</i> de Mboy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho em 04/07/1662.
28/10/1672	<i>Solicitação de certidão</i> feita pelo Padre Lourenço Craveiro a respeito de uma confirmação de posse de terras feita a Fernão Dias em 1641 por João Fernandez

¹²⁷ 1673, abril, 16. *Pedido de excomunhão* feito pelo Padre Lourenço Craveiro em junho de 1672 como forma de localizar documentos importantes para a fazenda do Colégio. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl.

¹²⁸ 1681. Inventário de Anna Vidal. **Inventários e testamentos**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, Vol. 22, 149-150. Grifo nosso.

¹²⁹ 1673, abril, 16. *Pedido de excomunhão* feito pelo Padre Lourenço Craveiro em junho de 1672 como forma de localizar documentos importantes para a fazenda do Colégio. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 2v.

	Saavedra.
04/01/1673	<i>Solicitud de Trespaso</i> , a pedido do padre Lourenço Craveiro, de trecho do testamento de Brás Leme, onde menciona possuir, na paragem chamada de Itapecerica, uma légua terras em quadra.

O empenho do religioso no levantamento da documentação visava muito provavelmente garantir a posse da Companhia de Jesus em relação à propriedade, permitindo negociar e aproveitá-la se assim fosse de seu interesse. À época, sabemos que, para além do conflito com o casal Ana Vidal e Antônio Siqueira, os jesuítas estavam negociando com outra moradora, Domingas Ribeira.

Durante uma negociação, para que o Colégio não corresse o risco de perdas, era fundamental ter, de forma bem organizada, os títulos das propriedades, sua extensão, limites, atestando sua posse e origem. Assim, em 28 de abril de 1673 o padre Craveiro realizou uma *Esckriptura de troca contrato trespaso de huas terras* com uma senhora chamada Domingas Ribeira:

“[...] o Reverendo *Padre* Reitor deste Collegio de Santo Ignacio o *Padre* Lourenso Craveiro e [...] Domingas Ribeira [...] foi dito [...] que este Collegio posuhia entre os bens de rrais **hum Sitio com cazas** e [...] de fructo **aonde chamao pirajosara nos pinheiros** termo desta Villa o qual sitio tem **trezentas brasas de terra e foi de Fernão dias** o velho e sua molher Catherina Camacha que deus tem de **que fizerão doasão ao dito Collegio com os mais bens que tinham** e tem o dito sitio duzentas brasas de terra que deixou a este Collegio *Padre* Gaspar de Brito que partem em as trezentas e huas como trás fazem quinhentas brasas que tudo fica milho c junto as quais

quinhentas Brasas Sam de testada de comprimento athe dar nas terras dos **erdeiros de Aleixo Leme** que deus tem [...].”¹³⁰

O casal Fernão e Catarina haviam deixado, na região por onde passa o Rio Pirajussara, um sítio de trezentas braças. Reunidas com mais duzentas, deixadas ao Colégio por outro religioso, o padre Gaspar de Brito, perfaziam juntas 500 braças¹³¹. Já Domingas Ribeira, “[...] foi dito que Ella **posuhia novesentas Brasas de terra** de testada e de comprimento[...] **nas terras de Boj as quais conprara seu marido**¹³² que deus tem **a Fernão dias o velho e a sua molher Catherina Camacha** já defuntos [...].”¹³³

A extensão das terras do casal era de fato muito grande, abrangendo desde a região do rio Pirajussara até a paragem de Mboy. No entanto, ainda em vida dos doadores, parte desta propriedade teria sido vendida para a família de Domingas Ribeira, recortando assim a propriedade originalmente adquirida pelo casal em 1607. Dando prosseguimento à troca,

“[...] a dita domingas Ribeira e o Reverendo Padre Reitor foi dito que de comum consentimento **trocavam e trespassavam huãs terras por outras as a Berostio de pirajosara com as dittas quinhentas brasas** de terras que

¹³⁰ 1699, maio, 14. *Treslado de escritura* de troca de terras que fez o Reitor do Colégio de Santo Inácio, Lourenço Craveiro com a moradora Domingas Ribeira de umas terras da região do Pirajussara pelas terras de Mboy em 1673. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga.

¹³¹ Cada braça craveira corresponde a cerca de 2,20 metros.

¹³² Domingas Ribeira foi casada com Domingos da Rocha com quem teve 14 filhos, sendo que um deles tornou-se padre, também chamado Domingos da Rocha. No processo de *Genere et Moribus* deste, aparece que ele foi batizado em 1636 por Fernão Dias Pais e Catarina Lima. Domingos da Rocha foi o mesmo que, em 1650, teria sido chamado pela Câmara de São Paulo, para consertar a igreja do colégio, com o auxílio dos índios de Carapicuíba. Cf. <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/DomingosdaRocha.htm>. Acesso em 01/04/2016; Cf. *Actas da Camara da Villa de S. Paulo*. 1640-1652. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 433-434.

¹³³ 1699, maio, 14. *Treslado de escritura* de troca de terras que fez o Reitor do Colégio de Santo Inácio, Lourenço Craveiro com a moradora Domingas Ribeira de umas terras da região do Pirajussara pelas terras de Mboy em 1673. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 1v. Grifo nosso.

tem **com as ditas noventa e nove brasas de Boj** e o diz o Reverendo *Padre* Reitor dise que fazia este trespaso e troca por ordem que tinha de seu superior [...].”¹³⁴

A permuta, ou troca de propriedades, era uma prática extremamente comum dentro da Companhia de Jesus. Com isso eles visavam manter as propriedades do colégio próximas umas das outras, para facilitar sua administração, criando um verdadeiro aglomerado de terras que, segundo Raimundo Moreira ao analisar o contexto da região do Grão-Pará e Maranhão, seriam administradas a partir de sedes gerenciadoras das demais.¹³⁵

A partir da informação sobre a troca realizada em 1673 pelo padre Craveiro com a moradora Domingas Ribeira, compreendemos a menção feita nas “Relações de bens...” (1762) nas quais constava dos títulos da aldeia ter mais “[...] nove centas braças místicas as assim as quaes trocarão por outra da mesma Doadora cituada na paragem da Aldeia dos Pinheiros [...]”.¹³⁶ Devido à grande extensão das propriedades do casal Fernão e Catarina, era muito mais adequado aos padres que as terras fossem mantidas juntas, em uma única propriedade, facilitando assim sua administração, evitando dessa forma a presença de colonos.

Esse distanciamento dos demais moradores, não necessariamente visava ao isolamento dos índios, mas se tratava de uma estratégia, uma forma de se evitar conflitos e demandas, tendo em vista as invasões de terras, tão recorrentes no período. Ao exemplo do que o pesquisador Raimundo Moreira observa no Estado do Maranhão e Grão-Pará,

¹³⁴ 1699, maio, 14. *Treslado de escritura* de troca de terras que fez o Reitor do Colégio de Santo Inácio, Lourenço Craveiro com a moradora Domingas Ribeira de umas terras da região do Pirajussara pelas terras de Mboy em 1673. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sítio Mutinga, Fl. 1v. Grifo nosso.

¹³⁵ NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 63-64.

¹³⁶ 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho &Comp., 1915, vol. 44, p. 370.

“[...] a gestão econômica dos padres tencionava o máximo de expansão das fronteiras de cada fazenda conquistada e, por conseguinte, gerava graves pleitos com seus vizinhos. [...]. Sendo assim, no século XVII, tal política de anexação de terras vizinhas veio a gerar os primeiros litígios fundiários entre padres e moradores, ambos ansiosos na busca das melhores terras para plantio de diversos gêneros, atividade pecuária e outras ocupações rentáveis.”¹³⁷

A própria Domingas Ribeira teria, poucos anos antes da troca com o padre Craveiro, demandado os jesuítas em decorrência do uso de terras na região de Carapicuíba que, na visão da moradora, pertenceriam na verdade ao aldeamento régio de Barueri sendo, portanto, em sua opinião, arbitrária a oposição dos religiosos. De acordo com a vereação da Câmara,

“[...] viera João de mongelos he como procurador de domingas ribeiro fizera hun protesto; aserqua de huma demanda que contendia con os padres da companhia desta vila sobre humas terras. sitas chamada carapequiba dizendo tinha notisia que as ditas terras; erão en parte dos indios da aldeia de marueri he que protestava. que en nehun tenpo pagaria aos indios; as ditas terras; sendo condenada a dita sua constetuinte; na perda de todas elas; pelo que requeria a suas merses; mandasen fazer deligencia; pela carta de data ou outro coalquer titulo; pera se saber a verdade; [...]”¹³⁸

Como se pôde observar, a briga com os jesuítas, aparentemente foi prejudicial à Sra. Domingas, o que não a impediu em outra oportunidade de negociar com os religiosos. Novamente se reforça aqui as premissas apontadas pelo pesquisador Raimundo Moreira para

¹³⁷ NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013, p. 20-21.

¹³⁸ 1665, junho, 6. **Cartas de datas de terras (1651 a 1700)**. São Pulo: Prefeitura de São Paulo; Departamento de Cultura, 1937, Volume III, 51-52; Publicado também em: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo (1656-1669)*. Publicação oficial do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, anexo ao Vol. VI, 425-426.

quem as relações entre a Companhia de Jesus e a sociedade colonial eram bem mais complexas do que se costuma imaginar, marcadas por jogos de interesses maleáveis, que mudavam de acordo com as circunstâncias e situações, ou seja, *negociava-se conforme as conveniências*.¹³⁹ Assim, a partir de estratégias e do cálculo das relações com os demais agentes na colônia, os jesuítas conseguiam proteger os interesses da ordem, ao preparar o terreno, criando oportunidades para avançar.¹⁴⁰

As terras dos aldeamento de Mboy e Itapecerica seriam alvo de demandas em pelo menos outras duas situações: 1699 e 1724. Em 1699, Antonio Rodriguez de Arzão teria demandado os jesuítas em relação às terras do aldeamento de Itapecerica, onde os padres possuíam *moinho e toda a casta de lavoura*. Arzão vinha roçando na localidade, fazendo uso de força e violência, com notável esbulho, por isso os religiosos do Colégio de Santo Inácio entraram com um processo contra ele, acusando-o de invadir sua propriedade.¹⁴¹

A família Arzão, como já se indicou neste trabalho, era proprietária na região desde pelo menos o início do século XVII. As terras passaram para as mãos dessa família por meio da herança de Martim Rodrigues.¹⁴² O inventário do defunto (1612) menciona a existência de

¹³⁹ NEVES NETO, Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial: 2013, p. 54-55.

¹⁴⁰ Sobre a discussão em relação ao conceito de estratégia veja-se o estudo de Michel de Certeau, para quem “Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio*, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A racionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.” CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 45.

¹⁴¹ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl.2.

¹⁴² Martim Rodrigues teria vendido à João de Sant’Anna um terço de uma légua de terras em Bohi. Cf. 1612. Inventário de João de Sant’Anna que comprou de Martim Rodrigues um terço de uma légua de terras em Bohi, In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 3, 57-63.

duas cartas de terras em Bohi, ao longo do rio Bohi Mirim¹⁴³. Dentre seus herdeiros, estava sua filha Elvira Rodrigues, casada com o flamengo Cornélio de Arzão, fundidor de ferro.¹⁴⁴ Como já foi mencionado anteriormente, Cornélio de Arzão teria vindo à São Paulo em decorrência do projeto de exploração de jazidas de ouro e ferro, empreendido por D. Francisco de Souza. À época, Arzão chegou inclusive a se tornar proprietário de uma fábrica de ferro na região de Santo de Amaro.¹⁴⁵ O casal teve três filhos homens, que se tornaram famosos sertanistas: Manuel Rodrigues de Arzão¹⁴⁶, Braz Rodrigues de Arzão¹⁴⁷ e Cornélio Rodrigues de Arzão¹⁴⁸.

¹⁴³ 1612. Inventário de Martim Rodrigues, sogro de Cornélio de Arzão, que possui duas cartas de terras na região de Bohi. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Arquivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. II, 3-76.

¹⁴⁴ De acordo com Gustavo Velloso “Ao falecer, em 1638, Arzão deixou em sua fazenda de M’Boy um fole de ferreiro, junto a um conjunto de variadas ferramentas de carpintaria: serras, martelos, compasso, enxós, trados, verrumas, escopros, cantil, garlopas, junteiras e cepilhos.” VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016, p. 88.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 93-94.

¹⁴⁶ Manuel Rodrigues de Arzão foi diretor do aldeamento de Barueri. Também atuou, na década de 1670, na conquista do sertão nordestino em troca da promessa de manter em cativeiro legítimo os prisioneiros capturados em guerra, que seriam transportados para São Paulo às custas da fazenda real. Cf. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 93. Cf. TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. 1651-1683. Tomo 4. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, p. 45.

¹⁴⁷ Brás Rodrigues de Arzão foi casado com Maria Egipcíaca Domingues. Em 1651 e 1658, participou de duas bandeiras promovidas por Domingos Barbosa Calheiros. Em 1671, integra a bandeira de Estevão Ribeiro Baião Parente à Bahia. Em 1675, o Governador Geral do Estado do Brasil o incumbiu de pesquisar ouro nas capitâneas do sul. Em 1687, ameaçou novamente os jesuítas de expulsão, por receberem notícias de que no Rio de Janeiro estavam a executar uma lei que garantia a liberdade incondicional de todo o gentio do Brasil. Também participou da campanha do mestre de campo Jorge Soares de Macedo que, em 1678, havia retirado a força índios dos aldeamentos de Mboy e Carapicuíba. Cf. LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **A expulsão dos Jesuítas do Collegio de S. Paulo**. Com um estudo sobre a obra de Pedro Taques por Affonso de E. Taunay. Editora Comp. Melhoramento de São Paulo, São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro, p. 208.

¹⁴⁸ Em 1668, Cornélio de Arzão também realizou bandeiras rumo ao sertão visando a captura de índios. Cf. TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas**. 1651-1683. Tomo 4. São Paulo: Typ. Ideal, 1928, p. 48.

A relação dessa família com a Companhia de Jesus sempre foi marcada por situações conflituosas. O primeiro incidente teria ocorrido com a prisão de Cornélio de Arzão que, segundo o historiador Azevedo Marques (XIX), teria caído em desagrado perante os padres, sendo excomungado, preso, tendo seus bens sequestrados e arrematados em praça pública.¹⁴⁹ Cornélio de Arzão era um homem de grandes cabedais, tendo dentre seus bens uma porção de terras localizada na serra do mar, arrematada pela Companhia de Jesus em leilão e anexada à Fazenda Geral de Cubatão. De acordo com Francisco Torres,

"A porção de terras pertencentes a Cornélio Arzão estava localizada em Piaçaguera. Essa região abriga a embocadura do rio Cubatão e, no século XVI, havia o Caminho até o cume da serra. Ao receber a doação em dezembro de 1627, Arzão pouco desfrutou de sua propriedade, pois no ano seguinte os seus bens foram confiscados. A junção de fatores contribuiu para que Arzão sofresse essa perda. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e os jesuítas tiveram uma fase de aproximação. Isso repercutiu em compartilhamento dos bens do denunciado. Arzão viveu num período quando as duas instituições defendiam princípios da mesma ideologia. O resultado disso foi o sequestro específico da propriedade, situada em Piaçaguera, consequente anexação à Fazenda Geral."¹⁵⁰

Consideramos importante frisar que, apesar dos jesuítas terem adquirido a propriedade, eles não foram os executores das medidas tomadas contra Arzão. Sua prisão e sequestro de bens foram realizados pelo tribunal do Santo Ofício. Já a denúncia, que culminou

¹⁴⁹ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo: seguidos de Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1954, p. 205 apud TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da Passagem do Cubatão 1553-1748**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social-USP, 2008.

¹⁵⁰ TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da Passagem do Cubatão 1553-1748**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social-USP, 2008, p. 45-46.

no processo, foi feita por seu concunhado Clemente Álvares, com quem vinha disputando a partilha do espólio do sogro, Martim Rodrigues.¹⁵¹

Apesar dos jesuítas não terem sido os executores diretos das medidas, os filhos de Cornélio, que viriam a se tornar grandes sertanistas, não deveriam nutrir bons sentimentos em relação aos padres, devido ao histórico de perdas da família, por possuírem propriedades próximas, e por disputarem entre si a administração dos índios. Em 1670, por exemplo, Manuel Rodrigues de Arzão, na época diretor do aldeamento régio de Barueri, junto aos demais diretores das aldeias do padroado real, acusou os jesuítas de não entregarem os índios do colégio ao serviço da Coroa.¹⁵² Brás Rodrigues de Arzão, por sua vez, em 1677, ameaçou expulsar novamente os jesuítas do colégio de São Paulo, por receber notícias que os padres tramavam a publicação de uma lei que garantia a liberdade incondicional de todo o gentio do Brasil.¹⁵³

Para além da questão da mão de obra indígena, assunto delicado em solo paulista, a história da família Arzão volta a cruzar o caminho dos jesuítas quando o assunto é a expansão de suas fronteiras agrícolas. A propriedade da família fazia divisa justamente com as terras dos aldeamentos de Mboy e Itapecerica. No inventário do patriarca Cornélio, feito pela Inquisição em 1628, foi registrada a existência de: “Uma carta de data de sesmaria de meia légua de terra [...] nos mattos de bohi [...]”; “Um escripto de Gonçalo Fernandes Góes de umas terras de Bohi da parte que lhe cabe.”; “Uma escriptura de mil braças de terras que Mathias de Oliveira vendeu ao dito Cornelio de Arzão nos mattos de Bohi.” No inventário de 1638, era

¹⁵¹ Sobre a prisão e julgamento de Arzão, que seria calvinista, Cf. SALVADOR, José Gonçalves. **Cristãos-Novos jesuítas e inquisição. (Aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680)**. São Paulo: Livraria Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1969, p. 110-113.

¹⁵² LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **A expulsão dos Jesuítas do Collegio de S. Paulo**. Com um estudo sobre a obra de Pedro Taques por Affonso de E. Taunay. Editora Comp. Melhoramento de São Paulo, São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro, p. 206.

¹⁵³ Ibidem, p. 208.

novamente mencionado a existência de um sítio “[...] junto a Boy da banda de além do rio Jerabaty [...]”.¹⁵⁴ Desta forma, fica evidente a presença da família Arzão na região, cujas terras faziam divisa com as propriedades da Companhia de Jesus, fato que deveria causar grande incômodo a ambos os envolvidos.

Como já se destacou ao longo deste trabalho, tanto os jesuítas, quanto os demais colonos, buscavam ao máximo a expansão de suas fronteiras, aumentando assim seu poder econômico e político. Dessa feita, tanto os jesuítas, quanto a família Arzão, representavam um impedimento um para o outro, uma barreira para a expansão da fronteira colonial, questão extremamente delicada tendo em vista a região que, como já vimos algumas vezes ao longo deste trabalho, tratava-se de local estratégico para a produção de trigo e a exploração de veios auríferos.

Em 1699, Antônio Rodriguez de Arzão, neto de Cornélio, portanto, já seria a terceira geração da família a lograr a propriedade naquela região, era acusado pelos jesuítas de invadir as terras do aldeamento de Itapecerica.¹⁵⁵ No processo, é dito que, chegando à sua fazenda, o oficial de justiça não o localizou, deixando então a intimação com seu cunhado, Estevão Lopes de Camargo.¹⁵⁶ Sendo assim, confirmamos que Antônio Rodrigues de Arzão era casado com Mariana de Camargo, portanto filho de Manuel Rodrigues de Arzão, antigo diretor do aldeamento de Barueri.

Antônio Rodrigues de Arzão, o invasor de Itapecerica, foi um famoso bandeirante, considerado por muitos como o descobridor do ouro nas Minas Gerais. Em 1701, inclusive, recebeu uma ordem da Coroa para que fosse assistir nas terras onde foram descobertas as

¹⁵⁴ 1638. Inventário de Cornélio de Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 12, p. 27-127.

¹⁵⁵ Para maiores informações a respeito da genealogia da família Arzão, Cf. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia paulistana. São Paulo: Duprat & Comp., 1905, p. 318-343.

¹⁵⁶ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl.2.

minas, valendo-se dos dízimos e empregando índios dos aldeamentos reais. No mesmo ano, há outra ordem em que é pedido que Antônio sucedesse ao pai na administração das referidas minas.¹⁵⁷

Desta forma, vemos como Antônio Arzão e sua família, de fato, permaneceram empenhados na descoberta de novos veios auríferos, não só em São Paulo, mas em outras regiões. Assim, é muito provável que, se houvesse veios, mesmo que pequenos, na região de Itapetcerica, não deveria ser desconhecidos para a família, tornando-se mais um elemento para se disputar com os jesuítas na região.

Na ocasião da invasão, o padre Aleixo Moreira moveu um processo contra Arzão, reunindo sete testemunhas¹⁵⁸ as quais, de forma categórica, afirmaram ser as terras de Itapetcerica, que ora Antonio Arzão vinha roçando, pertencentes aos padres por herança do religioso Francisco de Moraes, recebidas de Fernão Dias.

É importante observar que o documento da troca das terras entre Domingas Ribeiro e o padre Craveiro (1673), do qual tivemos acesso, é uma cópia solicitada pelo padre Aleixo Moreira, em 14 de maio de 1699, provavelmente, com o intuito de que fosse anexado a este processo como prova. A sentença proferida pelo então juiz ordinário, o capitão Dom Simão de Tolledo Piza, em favor dos jesuítas, foi a seguinte,

“Vistos estes autos, petição do justificante o *Reverendo Padre* Reitor e seus religiosos deste Collegio desta *Villa* de São Paulo; mostrasse por ella ter, e possuir deste Collegio a terra em sua *petição* alegada, e aver *muitos* annos a logra sem empedimento nem contradicao alguma, avida de fernan dias, e por seu falecimento o *Reverendo Padre* Francisco de Moraes cujos bens os possuiu o Collegio em vida do dito *padre* mostrasse outrossi pellos dittos das

¹⁵⁷ **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Imprensa oficial, vol. 54, 1932, p. 89-90.

¹⁵⁸ As testemunhas são as seguintes: João Masiel Barboza, 48 anos; Salvador Garsia Pontes, 28 anos; João Machado Leme, 38 anos; o Capitão Jorge Morera, 73 anos; Padre João Gonçalves, 36 anos; Pedro de Lima Perera, 40 anos; Sargento-mor Manoel Bueno da Fonseca, 45 anos.

testemunhas estar Antonio Rodrigues de Arsão fasendo na dita terra rossada contra a vontade dos ditos justificantes fasendo lhes // força, o *que* visto, e examinado por mim julgo por força, e modo se as soube na forma da ord. Lº 3 ttº48 e pague o dito Antonio Rodrigues de Arsão as custas destes autos em que tão bem o comdeno. São Paulo Majo 18 de 1699.”¹⁵⁹

O veredito foi favorável à Companhia de Jesus, sendo Antônio Arzão condenado a restituir a propriedade e arcar com os custos do processo. Os jesuítas, com frequência, eram acusados pelos colonos de sempre ganharem as demandas, alcançando vereditos favoráveis as suas causas, em decorrência de seu poder e influência perante a sociedade colonial. Como vimos, os padres eram extremamente cuidadosos com a documentação referente aos títulos de propriedade, elemento fundamental durante uma ação litigiosa.

Em algumas situações, os padres até poderiam vir a abrir mão das demandas por orientação de seus superiores, quando o desgaste seria prejudicial à imagem da ordem, e as propriedades não fossem de tanto préstimo assim, algo que, como vimos, não deveria acontecer com as terras dos aldeamentos de Mboy e Itapecerica, tendo em vista o empenho dos religiosos em sempre defendê-las e recuperá-las quando elas se viam ameaçadas. Como vimos, elas eram estratégicas para ordem, por serem propícias ao cultivo de algodão, trigo, para a exploração aurífera e por se abrirem ao sertão, a caminho do sul.

O segundo conflito de invasão de terras na região, do qual se tem conhecimento, deu-se em 1724. De um lado, estava o padre Reitor Joseph de Viveyros contra Manoel Mendes de Almeyda, só que desta vez o motivo da disputa eram as terras da Aldeia de Mboy.¹⁶⁰

Manoel Mendes de Almeida residia na freguesia de Cotia, onde permaneceu até o final da vida, morando na casa que pertenceu aos sogros. Na década de 1720, foi ministro da

¹⁵⁹ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl. 9-9v.

¹⁶⁰ 1726, janeiro. *Processo* contra Manoel Mendes de Almeida que invadiu as terras de embohî Miry. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Caixa 3, Sitio Mutinga.

Ordem Terceira da Penitência de São Francisco e, durante os anos de 1733 e 1734, esteve à frente da Casa de Fundição de São Paulo como provedor. Durante o período, por diversas vezes, seus procedimentos foram questionados, havendo suspeitas de irregularidades na fundição do ouro e na redução em barras.¹⁶¹ Em 1727, três anos após a invasão das terras de Mboy, juntamente com o sogro Manuel Gomes de Sá, solicitou uma sesmaria em Caucaia, na freguesia de Cotia, obtendo a confirmação da doação cinco anos depois, declarando haver muitos escravos, cerca de 97, mas não possuir terras para plantar.

No processo que localizamos não consta a transcrição do relato das testemunhas, pois se trata de uma apelação feita por Manoel Mendes, como uma tentativa de reverter a sentença obtida pelos padres em primeira instância. Pelo o que pudemos apurar no documento, em 1724, os inacianos teriam entrado com uma ação contra o invasor, pois ele estaria roçando na propriedade. Os jesuítas alegavam ser os proprietários daquela terra há mais de oitenta anos e, juntamente com os índios, teriam tentado tirar à força Manoel Mendes.

De acordo com Manoel Mendes de Almeyda, as terras em que estava plantando teria sido de Simão Dias de Moura e seus irmãos Antônio e João desde o ano de 1646. As terras teriam, de sucessão em sucessão, chegado aos filhos de João Pereyra de Souza, pessoas que com o livre domínio as possuíram e lograram, cultivando-as sem contradição alguma. Os filhos de João Pereyra de Souza teriam passado àquelas terras a ele Manoel Mendes, a mais ou menos dois anos, motivo pelo qual vinha realizando suas lavouras.¹⁶²

¹⁶¹ BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia Mercantil: Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 264-269.

¹⁶² Na atualidade, existe na região de Caucaia do Alto, distrito do município de Cotia, uma estrada intitulada enquanto “estrada dos Pereiras”, topônimo que chamou nossa atenção, tendo em vista informação da existência de uma família, com este sobrenome, na região. Em 1769, quando da medição do aldeamento de Mboy, realizado a pedido do Governador, Morgado de Mateus, no auto de medição aparece novamente, referências às terras da família Pereira “[...] e se achou hua Pedra no caminho *que* vem dos moradores do Caputera *para* a freguesia da Cotia com a mesma marca de ⊕ se pos outra na mesma de β e se proseguio com a agulha, e corda a vista dos comfrontantes o Re comtestar com os dos **Pereiras** em *que* achamos hua vala coadrada e se poshua pedra [...]”

Na apelação, o autor Manoel Mendes teve novamente confirmada sua sentença desfavorável, pois suas testemunhas, por serem em menor número, mais jovens, e por uma delas estar envolvida na briga que ocorreu com os índios da aldeia, teve sua argumentação desacreditada, sendo condenado a restituir a propriedade aos padres e a arcar com as custas do processo. Mais uma vez, a Companhia de Jesus saiu vitoriosa em defesa de seu patrimônio, no entanto, é curioso que, em 1752, quando da publicação da biografia do padre Belchior de Pontes, o livro foi dedicado a ninguém menos que o invasor: o capitão mor da cidade de São Paulo, Manoel Mendes de Almeyda.¹⁶³

Desta feita os inacianos, sempre alertas em defesa das propriedades, se utilizavam de diversos meios para garantir sua manutenção, mesmo que isso significasse entrar em confronto, seja por meio judicial, ou de forma direta por meio de ações físicas, como aconteceu em 1724 em Mboy, ou homenageando uma antiga inimizade.

Mesmo que a porção da terra invadida, não estivesse sendo cultivada pelos religiosos, a instalação de um invasor no local impedia e limitava as possibilidades de uso por parte dos padres. Mesmo que as terras não fossem interessantes aos religiosos, por diversos motivos e

1769. *Termos de medisão* das terras da Aldea de Nosa Senhora do Rozario de Mboy Como Se declara pelo disCurSo dela. Acompanha “Termo de medisão de outra sorte de terras citas na paragem chamada Capuhera...”. Cota: Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28 nº 3 / MS – 553 (25) D 46. Na medição das terras do Monte Ibituruçu, pertencente ao aldeamento de Itapecerica, também aparecem referências à família Pereira “[...] as terras pertencentes a esta Aldea de Itapecerica que se diz tinham por sismaria os Padres Jezuitas a doada por huma Catherina Camaxa ja defunta principiando o dito piao no meyo da ditas terras na ponta do morro chamado **huturaçu** hua legua para banda da aldea, nestas apanhou as terras dos erderos de **João Pereira da Silva e de Simão Pereira de Souza** [...]”. Cf. 1769. *Auto de Medição e demarcação* das terras da aldeia de Itapecerica. Acompanha "Auto de de medição das terras de huturaçu pertences a Aldea". Cota: Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30,24,028 nº002 / MS – 553 (25) D 45. Grifo nosso.

¹⁶³ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: <<https://archive.org/details/vidadoveneravel00taungoog>>. Acesso em maio de 2018.

fatores, elas poderiam vir a ser alugadas ou arrendadas a terceiros, gerando assim renda, modelo muito utilizado pelos jesuítas visando assim o total beneficiamento da terra.

Segundo Vera Ferlini, as terras de sesmarias, de acordo com as ordenações régias, não podiam ser arrendadas ou aforadas, sendo concedidas pela Coroa para seu aproveitamento, e não para a obtenção de rendas. No entanto, desde o início da colonização, foi muito comum a prática.¹⁶⁴ De acordo com a autora, as *Ordenações Filipinas*, por exemplo, compreendiam o arrendamento enquanto a entrega de uma herdade a um parceiro de meio, de terço, de quarto, por tempo menor que dez anos. Ao analisar o Engenho de Sergipe do Conde, que pertenceu à Companhia de Jesus no Recôncavo baiano, Ferlini observou que a prática era extramente comum, usual e estabelecida no seio da ordem, sendo os acordos firmados por meio de contratos. Dependendo do que era acordado, os pagamentos poderiam ser realizados em moeda, ou no fornecimento de parte do produto da terra, seja cana de açúcar, moída no engenho que arrendava as terras, ou em gêneros de subsistência como a mandioca, produzidas nas terras menos propícias para o cultivo da cana.¹⁶⁵

Dessa forma, tendo em vista a grande extensão das terras dos aldeamentos em São Paulo, e os casos de invasões das propriedades inacianas que, como vimos, foram frequentes, podemos inferir que o próprio Colégio não conseguia utilizar e cultivar toda a extensão de suas propriedades, abrindo assim muitas áreas desprotegidas, ficando a mercê de invasões. O arrendamento seria uma boa saída para os padres, tendo em vista a geração de renda e ocupação da terra por pessoas “de confiança”, mediante o estabelecimento de um contrato.

Em relação aos aldeamentos da Companhia de Jesus em São Paulo, não foi encontrado nenhum contrato de arrendamento. No entanto, localizamos um auto de avaliação de terras, datado de 1781, ou seja, 22 anos após a expulsão dos inacianos, no qual eram listadas as

¹⁶⁴ FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 240-241.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 242-243.

propriedades pertencentes aos *extinctos Jezuitas* e arrendadas pelos religiosos antes da expulsão de 1759. As terras ficavam nas paragens de Cotia, Carapucuyba, Itapecerica e no Monte Ibituruçu, ou seja, entre os aldeamentos próprios do Colégio de São Paulo.¹⁶⁶

Relação das pessoas, que se achão nas terras da Cotia, Carapucuyba, [palavra rasgada], e Itapecericia por arrendamentos, que se fizerão no tempo dos extinctos Jezuitas; cujas terras pertencem agora ao Real Confisco; a saber	
Cotia	
O sitio, [palavra riscada] terra, que arrendarão os extinctos Jezuitas a Maria Leyte de Mesquita, e prezenemente existe nestas terras o Reverendo Padre Pascoal Correa Leite.	Dizem ser falecido este Padre, e hoje existe neste sitio o Padre Ignacio Correa de Barros, Segundo consta do Livro da Caixa respectiva a f. 186.
O sitio, e terras, que os extinctos Jezuitas arrendarão a Romualdo Pedro, e [prezenemente existe nestas terras] cuja terra he so a que está dos vallos para dentro donde tem, ou teve a sua caza, porque dos vallos para fora he do arrendamento de Domingos Rodriguez	Arrematada
O sitio e terras da Ressaca que os extinctos Jezuitas arrendarão a Domingos Rodriguez e prezenemente existe nas ditas terras Andre Gonçalves Cadaval.	Arrematada
O sitio, e terras da Ressaca dos Campos do rio do moinho velho , que os extinctos jezuitas arrendarão a Ignacio Machado, e prezenemente existe nas ditas terras o mesmo Andre Gonçalves Cavadal.	Arrematado

¹⁶⁶ 1781, dezembro, 12. *Documentos avulsos* das terras arrendadas em Mboy, Carapicuíba e Cotia pelos jesuítas. Muitas dessas terras já se encontram devolutas. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3, Fl. 1. Existe uma cópia desse documento no Arquivo Nacional, muito provavelmente em decorrência do desmembramento do fundo documental existente na Superintendência do Patrimônio da União de São Paulo. Cf. Lista e terras arrendadas pelos jesuítas em Cotia, Itapecerica e Carapicuíba como nome dos moradores. Seguida de terras devolutas. Cota: Brasil, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Fundo EG, Códice 481, Fl. 222 e seguintes.

O sitio, e terras na Ponte da Cotia , que os extinctos Jezuitas arrendarão a Antonio Valente Porto, e prezenemente existe [rasgado] o dito nas mesmas terras	Arrematadas
---	-------------

Carapicuyba	
O sitio, terras, que os extinctos Jezuitas arrendarão a Antonio Ro[rasgado] Penteado, e prezenemente existe nestas terras Francisco Xavier Penteado.	
O sitio, e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a D. Francisca Romeira viúva do Coronel Jeronimo Pedro de Barros e prezenemente existe nestas terras Francisco Correa de Lemos. [todo esse trecho foi rabiscado]	

Mbaruery	
O sitio e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Manoel da Silva e sua mulher Anna Gonçalves a prezenemente não há noticia certa donde seja esta cituação. [todo o trecho foi riscado]	

Itapecerica	
O sitio e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Gaspar Nunes Sarmento, e prezenemente existe nesta terras Maria Ribeira de Jezus sua mulher.	Há uma anotação na lateral, mas está riscada.
O sitio, e terras, que os extinctos Jezuitas arrendarão a Anna Nunes de Siqueira, e prezenemente existe nestas terras Antonio Nunes da Luz.	
O sitio, e terras, que os extinctos Jezuitas arrendarão a Miguel de Godoy, e prezenemente lavra nas ditas terras Vicente Ferreira Domingues	
O sitio, e terras, que os extinctos jezuitas arrendarão a Francisco Godinho Paes o qual existe prezenemente nas ditas terras.	
O sitio, e terras que os extinctos jezuitas arrendarão ao Capitão Joze Pereira Ebano, e prezenemente existe nestas terras Angelo	

Rodriguez de Carvalho	
O sitio e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Thomaz Pereira da Cunha, o qual existe presentemente nas ditas terras	
O sitio, e terras, que os extinctos jezuitas arrendarão de Manuel Dias Furtado o qual existe presentemente nas ditas terras	
O sitio, e terras, que os extinctos jezuitas arrendarão a Maria Pereira da Cunha, que se achão devolutas	
O sitio e terra, que os extinctos jezuitas arrendarão a Maria Paes de Souza, [existe presentemente] estão cultivando presentemente em parte destas terras Bernardo de Godoy, e Estevão de Cubas, e as mais se achão devolutas	
O sitio e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Garcia Paes, existe presentemente nas ditas terras Jozé da Costa.	
O sitio, e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Izabel Paes que se achão devolutas e presentemente existe na ditas terras Francisco Godinho Paes	
O sitio, e terras, que os extinctos jezuitas arrendarão a Antonio de Mendonça que presentemente estão devolutas.	
O sitio e terras que os extinctos jezuitas arrendarão a Isabel Ribeira que presentemente estão devolutas	
Duas legoas de terras com huma de testada na paragem chamada o monte de Iboturuçu que por morte de Catherina Camacha ficou por legado [ao] Collegio desta Cidade, esta situação he para diante da Aldeya de Mboy.	

A prática de arrendamentos, como já apontado, era algo usual na Companhia de Jesus, visando o desenvolvimento econômico de suas fazendas. No entanto, consideramos relevante, para o caso paulista, ter encontrado essa lista com informações a respeito da prática de

arrendamentos nas terras dos aldeamentos próprios, pois nos indicariam que o uso desse espaço não diferiria substancialmente ao de uma fazenda.

Os aldeamentos existiam também enquanto uma unidade produtiva, diretamente ligada ao universo econômico da região, mantendo complexas relações com a comunidade local, não apenas de cunho espiritual e religioso, mas também político e econômico. Assim, os aldeamentos não estariam isolando os índios do mundo colonial, muito pelo contrário, eles estavam integrados a diversas redes daquela sociedade. No entanto, o que se colocava em questão era a presença dos jesuítas, enquanto mediadores dessas relações. Segundo o historiador Carlos Zeron,

“As adaptações e modificações introduzidas pelos jesuítas caminham assim, no sentido de isolar os índios convertidos não somente dos gentios mas também dos próprios colonizadores cristãos, cujas práticas atinentes às formas de exploração do trabalho e dos costumes repõem em causa o trabalho catequético. [...] os missionários vão progressivamente tentar afastar os índios aldeados dos projetos e demandas formuladas por outros atores sociais ativos na colônia, numa tentativa de libertar os aldeamentos dos estigmas propriamente coloniais que lhes marcaram o nascimento, e portanto a de emancipar a empresa missionária das contradições que sempre a ligaram à expansão mercantil européia.”¹⁶⁷

Como se pode observar, esse “isolamento” objetivava, na verdade, diminuir a interferência dos colonos, que poderiam vir a questionar o direito da administração, não apenas dos índios, mas também das terras pertencentes às aldeias. Ou seja, os jesuítas, ao permitir a instalação de alguns colonos nas terras do aldeamento, por meio de arrendamentos, para além de gerar renda ao colégio, permitia aos padres ampliar suas redes de relação com

¹⁶⁷ ZERON, Carlos Alberto da Moura. **Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Século XVI e XVII)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 86-87.

outros atores sociais, tornando-os parceiros, criando assim barreiras dentro do próprio aldeamento, inibindo e dificultando o avanço de terceiros sobre suas terras, sobretudo em regiões de fronteira. Dessa forma, mais uma vez os jesuítas de modo estratégico “[...] escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.”¹⁶⁸

Saber da existência dos arrendamentos também coloca em perspectiva outra importante questão: o direito sobre a terra após a expulsão dos jesuítas. As terras de Mboy e Itapecerica, por serem propriedades do Colégio de Santo Inácio, com o confisco de 1759, passaram a integrar os bens da Coroa. Assim nos questionamos como teria ficado, do ponto de vista legal, o uso e propriedade dessas terras por parte dos índios, após a expulsão dos religiosos. Como pudemos observar, as terras desses aldeamentos já estavam cercadas por colonos e contavam inclusive com arrendatários em parte da propriedade. Isso, a médio e longo prazo, facilitaria a invasão das terras dos índios, algo que foi potencializado com o Diretório Pombalino¹⁶⁹, em que havia uma política de incentivo para que portugueses vivessem junto aos índios.¹⁷⁰

¹⁶⁸ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 46-47.

¹⁶⁹ O “Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, de 1757, mais conhecido como Diretório dos Índios, consiste em um documento idealizado pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal no reinado de D. José I. De acordo com a política proposta pelo diretório, as aldeias deveriam ser transformadas em vilas com nomes portugueses e administradas por um governo civil, assim, buscava-se converter os índios aldeados em vassalos do Rei, sendo obrigados inclusive a arcar com os dízimos de sua majestade. O documento incentivava o convívio entre índios e brancos, bem como o casamento interétnico, assim como buscava extirpar os costumes indígenas, proibindo a língua geral ou brasílica, sendo obrigatória a adoção do português. Em 1758, o Diretório foi estendido para todo o resto do Brasil, incluindo aqui as aldeias de São Paulo, dentre elas as pertencentes à Companhia de Jesus. Cf. ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

¹⁷⁰ Segundo Iris Kantor “As aldeias missionárias foram transformadas em povoações civis. Criou-se, em cada uma delas, um Senado da Câmara, com juízes e vereadores indígenas. Além disso, o Rei concedeu uma sesmaria para cada vila. O Diretório instruía que fossem de origem portuguesa os nomes de todas as vilas criadas. A nova

Em 1768, o Capitão General da Província de São Paulo, o Morgado de Mateus¹⁷¹, ao observar a situação de decadência e dispersão dos aldeamentos, comunicou ao Marquês de Pombal o intento de tornar os antigos aldeamentos em povoações e vilas.¹⁷² De acordo com a pesquisadora Maria Fernanda Derntl, dando cumprimento às determinações do Diretório dos Índios, Dom Luís de Sousa Botelho Mourão realizou a nomeação de diretores para as aldeias, que

“[...] deveriam recolher os índios dispersos, conduzi-los a fazer roças e obrigá-los a pagar o dízimo. Os diretores foram também incumbidos de verificar e medir as terras pertencentes aos aldeamentos, contando com o auxílio de uma pessoa ‘que tenha inteligência da agulha, que sirva de piloto’. Nessa tarefa, poderiam usar de sua ‘prudente estimativa’ para incluir no circuito do aldeamento terras que julgassem pertencer-lhe, mesmo que não conhecessem os títulos pertinentes de sesmarias; também os moradores brancos vivendo naquelas terras deveriam ser agregados ao núcleo.”¹⁷³

toponímia urbana deveria ser um simulacro da metropolitana. O rebatismo do território era parte de uma política mais ampla de secularização da administração colonial, ensejada pelo consulado pombalino. [...]. O objetivo da coroa era constituir um instrumento de ocupação legal das fronteiras luso-espanholas no continente americano. Se, no plano internacional, a nova legislação transformava os índios em súditos do rei português e, com isso, firmava o *uti possidetis* lusitano, **no plano interno, a doação de terras (sesmarias) às novas vilas indígenas suscitava tensões e conflitos fundiários com os grandes fazendeiros e posseiros, que viram seus privilégios de ocupação "imemorial" das terras, ameaçados pelas novas vilas indígenas.**” Cf. KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 39-61, Dec. 2009. Grifo nosso. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200004&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 10 abril de 2018.

¹⁷¹ Sobre Dom Luís de Sousa Botelho Mourão, recomendamos a leitura de BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

¹⁷² Apesar de planejar a ereção de vilas em São Miguel, Pinheiros e São José, o Morgado de Mateus conseguiu elevar à vila somente o aldeamento jesuítico de São José em 1767. Cf. BEIER, José. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas na representação cartográfica do território de São Paulo (1765–1837). In: **Anais Eletrônicos do 6º Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades**. – Salvador: EDUNEB, 2017, p. 897.

¹⁷³ DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo (1765-1811)**. São Paulo: Tese de Doutorado/FAUUSP, 2010, p. 77.

Em seguida à ordem do Capitão General, ocorreram a medição dos aldeamentos de Carapicuíba, Itapecerica e Mboy entre 17 de janeiro e 03 de fevereiro de 1769. No entanto, as demarcações de Carapicuíba e Itapecerica foram motivo de contestação por parte dos índios. Em Itapecerica, os indígenas entraram com uma representação contestando a medição das terras feita pelo então Diretor da Aldeia, Francisco Godinho Paes. Os índios alegavam serem as terras demarcadas pelo então diretor distantes da aldeia, e não se tratavam das mesmas que costumavam roçar. Não sabemos a resolução do caso, no entanto, gostaríamos de observar que Godinho era um dos arrendatários desde a época dos jesuítas, ou seja, também fazia uso das terras do aldeamento de Itapecerica e logo, não se tratava de uma pessoa isenta de interesses.¹⁷⁴

Em Carapicuíba, os índios também teriam contestado a medição, ocorrendo algo semelhante ao caso de Itapecerica. Pelo menos quatro das testemunhas informantes do *piloto da agulha* sobre as divisas da aldeia, eram arrendatários ou suas terras faziam divisa junto às da aldeia.¹⁷⁵ Desta forma, acreditamos que, à semelhança do que ocorreu com os demais aldeamentos paulistas, as terras de Mboy, Itapecerica e Carapicuíba foram, aos poucos, sendo incorporadas por particulares, obrigando os índios, muitas vezes, a dividir o espaço ou migrarem para outros locais.¹⁷⁶

¹⁷⁴ 1769. *Auto de Medição e demarcação* das terras da aldeia de Itapecerica. Acompanha "Auto de de medição das terras de huturuçu pertences a Aldea". Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30,24,028 nº002 / MS – 553 (25) D 45, Fl. 5.

¹⁷⁵ 1769. *Auto de medição* da aldeia de Carapicuiaba realizada em 1769 a pedido do Governador Morgado de Mateus. Acompanhado de ordem assinada pelo Governador e dirigida a Balthazar Rodrigues Borba pedindo que procedesse a demarcação. Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28 nº1.

¹⁷⁶ Sobre o processo de invasão e grilagem ocorrido no aldeamento do padroado real de Barueri sugerimos a leitura de VERAZANI, Katiane Soares. **Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri - sécs. XVI-XIX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Observamos que, de acordo com a medição das terras do aldeamento jesuítico de Carapicuíba, de 1769, as terras da aldeia faziam divisa com a propriedade de um indivíduo chamado Antonio Rodriguez Penteado. Ao que tudo indica, alguns membros da

As medições realizadas em 1769, para além dos dados a respeito das divisas e tamanho aproximado das terras dos aldeamentos, trazem novos e interessantes dados sobre a constituição territorial dos aldeamentos de Mboy e Itapecerica ainda no tempo dos padres da Companhia de Jesus. Pela narrativa das medições, é possível perceber que as terras já estavam todas demarcadas e confirmadas ainda no tempo dos religiosos, por aparecer em diversos momentos menções aos marcos colocados em sua época. Assim, através das medições realizadas em 1769, tomamos conhecimento que, para além dos doadores Fernão Dias Pais Leme e Catarina Camacha, outros colonos beneficiaram o Colégio por meio de doações, o que possibilitou a ampliação das propriedades da Companhia de Jesus, por meio de novas anexações.

De acordo com o termo de medição de Mboy, de 1769, a aldeia possuiria ainda “[...] meya legoa de terras de sertão com quinhentas brasas de testada na paragem de caputera onde de o inicio tinham os *Padres* jesuitas o seu payor, cazas, e suas plantasois, avidas por a doasam *que* tinha feyto, ao Colegio de São Paulo o defunto Antonio Guil [...]”¹⁷⁷ Já o aldeamento de Itapecerica foi o que recebeu o maior número de anexações, a partir das

família Penteado, no século XIX, invadiram as terras do aldeamento de Barueri e expulsaram os índios daquela localidade. Não descartamos a possibilidade de que o mesmo tenha acontecido com Carapicuíba tendo em vista se tratar de uma região de fronteira. Por fim, em 1829, o Conselho Geral da Província aprovou o projeto de lei que previa a instalação de colonos alemães em terras indígenas localizadas nos aldeamentos próximos a freguesia de Santo Amaro. De acordo com o documento, os alemães deveriam [...] ser mandados para o Sertão próximo á Freguizia de Santo Amaro, que aponta o Director, ou se para evitar-se maior despeza de transporte, e sustentação pelo tempo indispensável até que formem os seus arranchamentos, e consigão tornar-se independentes pelo seu trabalho, convirá mais, que fiquem nas terras, que estiverem desocupadas no Destricto das Aldêas de Itapecerica, Mboy e Carapeçuyba [...]” 1829, janeiro, 24. Sobre o estabelecimento de colonos alemães nas aldeias de itapecerica, mboy, Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 86, p. 218.

¹⁷⁷ 1769. *Termos de medisão* das terras da Aldea de Nosa Senhora do Rozario de Mboy Como Se declara pelo disCurSo dela. Acompanha “Termo de medisão de outra sorte de terras citas na paragem chamada Capuhera...”. Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28 nº 3 / MS – 553 (25) D 46, fl. 3.

doações de João Peres Calhamares, Antonio Garcia Carrasco, Catarina Camacho e Maria de Arzão.¹⁷⁸

REGIÃO DE MBOY: TOPÔNIMOS, ESTRADAS E RIOS EXISTENTES NA DOCUMENTAÇÃO

Imagem 5 - Mapa região de Mboy.

¹⁷⁸ 1769. *Auto de Medição e demarcação das terras da aldeia de Itapecerica*. Acompanha "Auto de de medição das terras de huturuçu pertencentes a Aldea". Cota: Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30,24,028 n°002 / MS – 553 (25) D 45, Fl. 5.

Identificamos um Antonio Garcia Carrasco, batizado em 1646, que foi casado com Marianna de Pontes, irmã do Padre jesuíta Belchior de Pontes, o responsável pela construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no aldeamento de Mboy. Desta forma, acreditamos ser possível que a doação tenha sido realizada por este indivíduo, sobretudo devido ao fato da família do padre Pontes ter se concentrado na região do Pirajussara e Santo Amaro.¹⁷⁹

Em relação a João Peres Calhamares, existiriam pelo menos duas possibilidades. O Capitão Manoel Rodrigues de Arzão casou, em 1642, com Maria Affonso de Azevedo, filha de João Peres Callamares. O casal teve um filho que recebeu o mesmo nome que o avô, o Capitão João Peres Calhamares, que faleceu em 1734, em Santo Amaro, com 90 anos de idade. Muito provavelmente este teria propriedades próximas ao aldeamento de Itapecerica, por pertencer à família Arzão.¹⁸⁰

Sobre Maria de Arzão¹⁸¹ acreditamos se tratar na verdade de uma referência à Maria Egipciaca¹⁸², esposa de Braz Rodriguez Arzão, indivíduo cuja família, como já vimos, em diversos momentos entrou em conflito com a Companhia de Jesus devido a disputas por terras e índios. Sua esposa, por algum motivo que ainda não nos está claro, deixou aos padres do Colégio, em 1703, uma sorte de terras na paragem chamada Mohuguassú, região que acreditamos hoje se localizar em Embu-Guaçu, município vizinho às cidades de Embu das Artes e Itapecerica da Serra. De acordo com o doadora

¹⁷⁹ LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Duprat &Comp., 1905, Vol. VIII, p. 121.

¹⁸⁰ Ibidem, Vol VII, p. 316 e 318.

¹⁸¹ Cornélio de Arzão teve uma filha de nome Maria de Arzam que em 1638 tinha 25 anos. No entanto, não acreditamos, nesse caso, se tratar da filha de Cornélio de Arzão. Cf. LEME, Luiz Gonzaga da Silva (1852-1919). **Genealogia Paulistana**. Vol VII, p. 316.

¹⁸² Ela e Braz Arzão tiveram apenas três filhas: Maria Rodrigues que foi casada com Antonio Guedes, e depois contraiu novamente matrimônio com Gaspar de Brito; outra filha chamada Maria Egipciaca de Arzão, já defunta em 1703, que foi casada com Jeronymo Machado e Silva; e por fim Marianna Rodrigues de Arzão, casada com Manuel de Sousa. Cf. 1703. Inventário e testamento de Maria Egipciaca Domingues e Braz Rodrigues Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.23, p. 185-186.

“Declaro que possuo uma sorte de terras em a paragem chamada Mohuguassú partindo com os herdeiros dos defuntos meus cunhados a saber Manuel Rodrigues de Arzão, e Cornelio Rodrigues de Arzão, e nestas ditas terras quero, e é minha última vontade que se faça e caiba a minha terça de todos os meus bens, e a deixo aos Reverendos Padres da Companhia deste Collegio de São Paulo para que as logrem e possuam como suas para o que procurarão os títulos por onde foram dadas no livro do tombo ou onde as cartas de datas se costumam registrar, e declaro que essas ditas terras me pertencem por via de Braz Rodrigues de Arzão que Deus haja.”¹⁸³

De acordo com a medição da aldeia de Itapecerica, de 1769, as terras confrontavam com as propriedades dos *Arzões*, ou seja, por se tratar de um região de fronteira, o local era ponto de dúvida e disputa entre os vizinhos, lembrando que poucos anos antes, em 1699, o sobrinho da defunta, Antonio Rodriguez de Arzão, havia justamente brigado com os jesuítas sobre a matéria, sendo que em apenas quatro anos Maria Egipciaca legava aos inacianos parte da propriedade da família Arzão.

O comportamento de Maria Egipciaca, ao doar parte das terras da família Arzão, que viriam a integrar o aldeamento de Itapecerica, nos faz lembrar a atitude de Catarina Camacho que, de modo muito semelhante, legou aos jesuítas sua propriedade em Mboy. Ambas tinham maridos bandeirantes, que por diversas vezes entraram em conflito direto com a Companhia de Jesus. Após a morte de seus companheiros, ambas buscaram de certa forma beneficiar a ordem religiosa, ação que pensamos se tratar de uma forma de remediar as ações contra a igreja, perpetradas por seus companheiros em vida. Também podemos imaginar que tal gesto consistiria até mesmo como um ato de afirmação dessas mulheres, perante os desígnios do

¹⁸³ 1703. Inventário e testamento de Maria Egipciaca Domingues e Braz Rodrigues Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.23, p. 186.

defunto, reafirmando assim o poder da esposa enquanto cabeça do casal, após a morte do cônjuge.¹⁸⁴

De modo geral, ao observarmos as relações existentes entre a Companhia de Jesus e os diversos atores na sociedade colonial, notamos um complexo sistema de relações. A exemplo das ações de Catarina Camacho e Maria Egípcia, assim como a possível doação realizada por João Peres Calhamares, herdeiro de Manoel Rodrigues Arzão, antigo diretor do aldeamento régio de Barueri, portanto adversário dos jesuítas em tantas situações, fica patente a complexidade dos jogos, alianças e estratégias existentes entre os diferentes atores.

De modo geral, observamos, tanto por parte dos colonos, como por parte da Companhia de Jesus, ações calculadas que visavam à proteção dos interesses desses grupos e instituições no ambiente colonial. A situação era por demais complexa, sobretudo tendo em vista que, os jesuítas, para além de atores envolvidos em questões temporais, também representavam uma grande força do ponto de vista espiritual. Dessa forma, para além do poder político e econômico, que representavam junto a essa sociedade, os padres enquanto representantes da Igreja provocavam nas consciências dessas famílias um questionamento pelo modo como constituíram suas fortunas, elemento que talvez nos ajudasse a compreender o porquê desses indivíduos buscarem, por meio de ações piedosas, beneficiar a Companhia de Jesus mesmo que isso contrariasse os desígnios de seus familiares e antepassados.

*

¹⁸⁴ A respeito do papel da mulher na sociedade paulista, recomendamos a leitura de SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. Sobre a circulação de bens nas famílias paulistas, recomendamos a leitura de METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba. 1580-1822**. University of California Press, 1992.

Por fim, o presente capítulo buscou, a partir do processo de constituição dos aldeamentos próprios da Companhia de Jesus em São Paulo, demonstrar as ações estratégicas e diferentes etapas necessárias aos jesuítas para a constituição de um patrimônio de relevo, seja ele material, com as fazendas, moinhos, plantações e objetos, ou de matriz cultural: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Como buscamos demonstrar, após o retorno da primeira expulsão (1640-1653), os jesuítas, apesar de continuarem disputando com outros agentes por espaços e benefícios, se mostraram mais hábeis na gestão das relações sempre negociando caso a instituição estivesse de algum modo ameaçada. Dessa forma, buscamos mostrar como os aldeamentos de Mboy e Itapecerica, por sua localização estratégica, foram em diversos momentos objeto de desejo por parte de seus vizinhos, ao passo que os jesuítas buscaram proteger esse patrimônio e inclusive mantê-lo.

É dentro desse contexto que ocorre a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, elemento símbolo e núcleo aglutinador daquilo que se consolidaria enquanto aldeamento de Mboy ao longo do século XVIII. Como vimos ao longo desta dissertação, Mboy não se constitui de uma hora para outra, muito pelo contrário, ela foi aos poucos sendo organizada, aprimorada e, a partir de um determinado momento, na virada do século XVII para o XVIII, ocorreu uma reorganização dos aldeamentos da Companhia de Jesus e, dentro deste contexto, a necessidade de se criar um novo templo para atender aos índios dos aldeamentos vizinhos (Itapecerica e Carapicuíba). Assim, no próximo e último capítulo abordaremos o processo de construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

CAPÍTULO 4

DE ALDEAMENTO A PATRIMÔNIO: A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

4.1. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário

Ao longo desta dissertação, propomos uma reflexão acerca da história do aldeamento de Mboy a partir da constituição de seu território e das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que ali se deram como fruto do processo de colonização daquele específico espaço e do encontro entre índios, padres e colonos. Por fim, para concluirmos este estudo, e partindo dos dados coletados ao longo da pesquisa, não poderíamos deixar de inferir um dos ícones do atual patrimônio cultural, constituído durante esse processo de colonização e de encontros: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde atualmente funciona o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas.

A igreja, em 1938, tornou-se patrimônio nacional ao ser tombada pelo então recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, desde então, é considerada enquanto um dos mais importantes conjuntos de natureza histórica, artística e arquitetônica preservados no Estado de São Paulo, por documentar a riqueza da produção artística em solo paulista durante o período colonial. Por esse motivo, apesar do tempo disponível no mestrado não nos permitir uma análise mais profunda e detida acerca dos objetos, materiais e artífices que contribuíram para a constituição daquele acervo cultural, julgamos pertinente compartilhar com os futuros pesquisadores dedicados ao tema, aquilo que já conseguimos saber a respeito desse monumento histórico.

Como vimos ao longo deste trabalho, a fazenda do casal Fernão Dias Pais Leme e Catarina Camacho tornou-se oficialmente um bem do colégio de Santo Inácio por volta de 1668-1672, período em que Catarina Camacho veio a falecer. No entanto, de acordo com as

fontes documentais analisadas, os padres já vinham usando aquela propriedade ainda em vida da doadora e de seu filho, o jesuíta Francisco de Moraes, desde pelo menos 1653, quando os inacianos retornaram do exílio de 13 anos, e retomaram a missão em São Paulo.

A referência mais antiga que encontramos a respeito de uma igreja na documentação pesquisada, aparece no testamento de Fernão e Catarina escrito em 1651. Na ocasião, o casal instituiu os religiosos do Convento de Nossa Senhora do Carmo como seus herdeiros e entregavam-lhes todo o gentio da terra do qual haviam se servido e pediam aos religiosos atendê-los em tudo, tanto nas necessidades temporais quanto nas espirituais.¹ Dando prosseguimento à doação aos carmelitas, o casal fez a seguinte solicitação:

“[...] *que das nossas **terras que possuímos em Moi** de que temos cartas dos donatarios queremos se entregue **huma Legoa** aos religiosos do Comvento de Nossa *Senhora* do Carmo desta Villa de Sam Paulo para que nella possam comternar [os] sobre ditos indios e tratar de seus comodos, e lhes pedimos **fação na dita terra huma igreja** donde mais comodamente os possam apasentar com espiritual.*”²

Essa é a referência mais remota que até o presente momento temos a respeito do desejo do casal de que se construísse uma igreja em sua propriedade de Mboy. Desse modo, a partir do testamento de 1651, inferimos que até então não havia igreja ou capela na fazenda do casal, assim como também não há menção ao orago ao qual o templo seria dedicado. No entanto, apesar de não estar expressa a quem seria dedicada a futura igreja, no mesmo documento Catarina lega à confraria de Nossa Senhora do Rosário dez mil réis de esmola e as

¹ 1653. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 2-2v.

² Ibidem, Fl. 2v. Grifo nosso.

casas em que vivia na vila de São Paulo, demonstrando já naquele momento sua devoção a esta representação mariana.³

Após a confecção do testamento (1651), no qual os carmelitas eram beneficiados em detrimento aos jesuítas, Catarina teria feito um novo testamento, datado de 1655, instituindo como herdeiro o reitor do Colégio de Santo Inácio. No entanto, sua aprovação ocorreu somente em 27 de julho de 1668, momento no qual ela inseriu a seguinte informação:

“Declarou que **na sua fazenda de Bohy tinha hua Igreja da Virgem do Rozario muito bem aparamentada** pedia e rogava a seos herdeiros a conservem e augmentem solemnizando o seo dia quanto for possível. Declarou mais que o curral que tinha na dita fazenda hé da Virgem do Rozario, procedido de sete novilhos que lhe deo de esmola para a limpeza do seo altar e para o sustento dos Relligiozos asistentes na fazenda e para **a festa da Snr^a. se dar a gente duas ou três rezes.**”⁴

Dessa forma constatamos que, entre 1651 e 1668, Catarina conseguiu construir uma igreja em sua propriedade. Infelizmente não conseguimos maiores informações a respeito do tamanho da igreja, quem a teria construído, ornamentado e sua localização exata. No entanto, fica patente que, já em meados do século XVII, a devoção à figura de Nossa Senhora do Rosário já estaria consolidada naquela localidade, bem como a realização de festas em sua homenagem, tendo em vista o desejo da doadora de manter anualmente festejos, oferecendo inclusive verbas suficientes para garantir sua realização - duas a três cabeças de gado, quantidade considerável para o período.

³ 1653. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra, Fl. 2.

⁴ 1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p.370.

O curral de Nossa Senhora do Rosário, para a manutenção da festa e da conservação de seu altar, sobreviveu até mesmo à expulsão dos jesuítas. No inventário de 1759, por exemplo, era mencionado a existência de duas vacas com suas crias, que pertenceriam à Nossa Senhora.⁵ Em 1813, por sua vez, o diretor da Aldeia de Mboy, Joaquim Pedrozo de Oliveira, pediu autorização da Provedoria de São Paulo para vender o gado do curral de Nossa Senhora, cujos recursos seriam empregados no reparo da igreja.⁶ Igualmente, em 1843, o padre secular André Joaquim da Silva Macaré pediu autorização à Assembleia Provincial para vender 10 cabeças de gado, também do curral de Nossa Senhora, para empreender uma nova reforma na igreja.⁷ Dessa forma, podemos ver a manutenção do legado instituído por Catarina Camacho nos séculos seguintes, mesmo na ausência da Companhia de Jesus.

Sobre a existência de uma igreja na localidade, ainda em vida de Catarina Camacho, há o relato do padre João Gonçalves que, quando tinha cerca de oito anos de idade, ou seja, por volta de 1671, teria visitado a fazenda de Mboy acompanhando o padre Francisco de Moraes. Quando voltavam para a vila, teriam passado na fazenda de Itapecerica onde “[...] se viu [...] **hum oratorio donde os padres disiao missa** [...] que toda a vida ouviu dizer que a dita fazenda hera da mai do dito padre francisco de morais o que por sua morte ficava aos ditos padres.”⁸ Com isso, temos a confirmação da existência de uma igreja ricamente paramentada construída, ainda em vida da doadora, entre Mboy e Itapecerica onde os jesuítas já realizavam ofícios religiosos.

⁵ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Secretaria do Patrimônio da União, Setor de Incorporações, Fl. 10v.

⁶ CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016, p. 38.

⁷ 1843. Treslado de sessão na assembleia autorizando a venda de gado da aldeia de Mboy, solicitada para a reforma da igreja, a pedido do padre Macaré. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3.

⁸ 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Aldeamento pasta 3, fl. 6v.

Se havia um oratório para se dizer missa, logo se tratava de um oratório elevado a altar. Para a ereção de um oratório consagrado em uma fazenda era necessário possuir um *Breve Apostólico de Oratório* obtido somente mediante a autorização do Bispo. Segundo Silveli Russo, as elites coloniais viam, na criação desses espaços, uma forma de distinção social, e para alcançar esse privilégio era preciso estar inserido em um contexto familiar influente, detentor de poder político e recursos financeiros. Assim, os oratórios particulares consistiam em um importante distintivo social, comunicando simbolicamente uma identidade, hierarquia e poder.⁹

Tentamos localizar o referido *breve* no Arquivo Metropolitano da Cúria de São Paulo, mas sem sucesso pois, infelizmente, não há breves preservados referente ao século XVII. Portanto, não temos condições de saber, no momento, quem teria entrado com o pedido, se Catarina ou os jesuítas, bem como a data da solicitação, o que indicaria o período de sua construção. No entanto, por outro lado, é possível que a igreja mencionada por Catarina no testamento de 1668 seja a mesma citada no processo de 1699, situada entre as propriedades de Mboy e Itapecerica.

Dessa forma, fica patente que a devoção à Nossa Senhora do Rosário, bem como a realização de ofícios religiosos entre os aldeamentos de Mboy e Itapecerica já aconteciam por volta de 1670. No entanto é importante ficar claro que, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde atualmente funciona o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, é na verdade uma **segunda igreja** construída em novo local, não existindo vestígios materiais do antigo templo mencionado no testamento de Catarina Camacho em 1668.¹⁰

⁹ RUSSO, Silveli Maria de Toledo. **Espaço doméstico, devoção e arte: a construção histórica do acervo de oratórios brasileiros, séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 87.

¹⁰ Segundo Joaquim Gil Pinheiro, no início do século XIX, haveria no Morro da Synagoga, vestígios que ele atribui serem da antiga sede da fazenda de Fernão. Se ele estiver certo, é possível imaginar ficar o oratório ali, tendo em vista que, quando o Padre Pontes mudou de lugar a aldeia, ele não se distanciou muito do sítio original. “[...] Fernando Dias Paes Leme [...] formando ahí sua fazenda, que baptizou de Mboy, devido ao nome da ribeira

A mudança da igreja de local, bem como a construção de um novo templo, aconteceu na virada do século XVII para o XVIII quando o padre jesuíta Belchior de Pontes¹¹ era o superior do aldeamento. Sabemos que ele foi o responsável por erigir a atual igreja de Nossa Senhora do Rosário, graças ao livro *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, escrito pelo jesuíta Manuel da Fonseca¹² e publicado em Portugal em 1752.

O livro traz a história do Padre Pontes que, apesar de se tratar de uma biografia, está estruturada nos moldes das tradições hagiográficas e das vidas de santos.¹³ A partir de suas virtudes, como pureza e santidade, suas provações e feitos, ocorre a caracterização do missionário exemplar e dinâmico que, desde a infância, estaria predestinado a servir à Igreja. E, assim como em outras hagiografias, a narrativa da *Vida do Padre Pontes* se constitui como

que alli corre, construindo perto della a casa de taipa, assente na encosta de um monte, vulgarmente chamado Synagoga [...], para sua residencia, de seus escravos e aggregados, pois que os pinheiros que o padre Manoel da Fonseca nos fala em seu livro [...] - foram plantados por aquelle por se acharem symetricamente alinhados, dos quaes ainda existem alguns, na tapéra onde até ha poucos annos se encontravam vestigios das paredes de taipa da referida casa.” Pinheiro, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do logar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910. 1ª edição, p. 25-26.

¹¹ O padre Belchior de Pontes nasceu na região do rio Pirajussara em São Paulo. Foi batizado em 06 de novembro de 1644. Ingressou no Noviciado da Companhia de Jesus na Bahia em 1670 e faleceu em São Paulo no ano de 1719. Cf. Fonseca SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 3 e 25.

¹² O padre Manuel da Fonseca nasceu em 1703 na Diocese de Braga. Em 1725 ingressou na Companhia de Jesus e em 1738 aparece nos catálogos como Superior do aldeamento de Itapecerica, momento em que teve muito contato com as histórias acerca da vida do padre Belchior de Pontes. Em 1748, aparece como professor no Colégio de São Paulo e em 1758 estaria atuando como sacerdote no Colégio do Espírito Santo. Cf. BRAS. 6, Fl. 246v e Fl. 385. Cf. RUSSO, Mariagrazia; TRIGUEIROS, António Júlio Limpo. **Ricerca all'interno del “Progetto «Presenza e attività in Italia dei Gesuiti iberici esiliati (1759-1800): forme di impegno e produzione politica, letteraria, scientifica”**. 2. Schedatura dei Gesuiti esiliati in Italia. Universidade de Padova.

¹³ De acordo com Certeau, “A hagiografia se caracteriza por uma predominância das particularizações de um lugar sobre as particularizações de tempo. [...]. Obedece à lei da manifestação que caracteriza esse gênero essencialmente ‘teofânico’: as descontinuidades do tempo são esmagadas pela permanência daquilo que é o início, o fim e o fundamento. A história do santo se traduz em percursos de lugares e em mudanças de cenário; eles determinam o espaço de uma ‘constância’”. Cf. CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 292, p. 301.

um grande relato de viagem, que possibilita ao leitor, por sua vez, *ver e experimentar* aquilo que o Servo de Deus vivencia.

Essa experiência de se transportar para a narrativa, e estar junto ao Santo, é muito semelhante ao que acontece na “composição de lugar” proposta por Santo Inácio de Loyola nos *Exercícios Espirituais*¹⁴, ou seja, ao participarmos da cena conseguimos sentir e experimentar a presença de Deus e a manifestação do sagrado. Assim, de modo muito semelhante, ao passo que acompanhamos a peregrinação do Padre Belchior de Pontes, vamos vivenciando com ele suas emoções, epifanias, milagres, tornando possível ao leitor vislumbrar os sinais e confirmações da presença do divino pelos locais por onde ele passou.¹⁵ De acordo com Michel de Certeau,

“A vida de santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade. Ela supõe que o grupo já tenha uma existência. Mas representa a consciência que ele tem de si mesmo, **associando uma imagem a um lugar. Um produtor** (mártir, santo patrono, fundador de uma Abadia, fundador de uma Ordem ou de uma igreja etc.) **é referido a um sítio** (o túmulo, a igreja, o mosteiro etc.), que **assim se torna uma fundação, o produto e o signo de um advento.**”¹⁶

Dessa forma, o padre Belchior de Pontes teria sido o responsável pela construção da atual igreja de *Nossa Senhora do Rosário*, ou seja, por fundar um novo sítio, sacralizando aquele espaço, atribuindo um sentido e identidade ao grupo ali instalado.¹⁷ Existe inclusive na cidade de Embu das Artes, uma tradicional lenda de fundação da localidade que marca justamente o encontro entre o padre Belchior e o sítio eleito para a ereção da igreja. De acordo

¹⁴ Método de oração desenvolvido por Santo Inácio de Loyola. Cf. LOYOLA, Inácio de. **Exercícios Espirituais**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

¹⁵ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 302-303.

¹⁶ Ibidem, p. 292. Grifo nosso.

¹⁷ Sobre a sacralização do território Cf. CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2006.

com essa narrativa, a da *Lenda de Fundação*, o padre Pontes teria sido incumbido por seus superiores de encontrar o local ideal para se edificar uma nova igreja, missão à qual dedicou vários dias, mas sem sucesso. Depois de muito caminhar, já muito fraco, teria caído em um pântano, onde teria morrido se não fosse salvo por um destemido e bondoso índio.

O índio, por sua vez, teria levado o religioso para sua casa onde receberia os cuidados necessários, mas como o padre não acordava, decidiu ir ao rio buscar água. Passaram-se horas, o padre Belchior acordou do desmaio e nada do índio retornar. O religioso teria então ido procurar seu salvador, encontrando-o próximo ao rio envolto em uma grande cobra. O padre teria compreendido o acontecimento como um sinal de Deus para que naquele local se fundasse uma igreja. Assim, sobre o túmulo do índio, enterrado junto com a cobra que lhe tirou a vida, o padre Pontes teria construído a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.¹⁸

A lenda de fundação do aldeamento traz inúmeras camadas de significação. Ela marca o encontro entre o padre e o índio, demonstrando assim o momento inicial a dar origem àquela sociedade. O índio morre na beira do rio sinuoso, que tinha formato de cobra. Cobra em tupi-guarani escreve-se Mboy, mesmo nome do rio que corta o aldeamento e que nomeia a localidade. Assim podemos observar que ambos os relatos, seja o de matriz popular - a lenda de fundação do aldeamento de Mboy - ou a biografia em tons hagiográficos escrita pela Companhia de Jesus, ambas, cada uma ao seu modo, busca por meio do teatro das ações, fundar e articular espaços. Segundo Certeau:

“Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, ‘descreve’. Mas ‘toda descrição é mais que uma fixação’, é ‘um ato culturalmente criador’. Ela é então fundadora de espaços. Reciprocamente: onde os relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de

¹⁸ A narrativa completa da lenda de fundação do povoado de Mboy está no livro PINHEIRO, Joaquim Gil. **Os costumes da Roça ou as Memórias de Mboy: Etnographicas, Historicas e Etymologicas**. São Paulo: Empreza Graphica Moderna, 1911, p. 85-90.

espaço: privado de narrações (como se constata ora na cidade, ora na região rural), o grupo ou o indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade informe, indistinta, noturna. Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de *autorizar o estabelecimento*, o deslocamento e a superação de limites e, por via de consequência, funcionando no campo fechado do discurso, a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faça do relato uma espécie de quadrinho de ‘palavras cruzadas’ (um mapeamento dinâmico do espaço) e do qual a *fronteira* e a *ponte* parecem as figuras narrativas essenciais.”¹⁹

Dessa forma, a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário pelo padre Belchior de Pontes significou um importante marco para a sociedade que ali começava a ser gestada, impregnando um novo sentido e identidade ao local enquanto um espaço de missão da Companhia de Jesus e para os habitantes daquela localidade.

Segundo a biografia do padre Pontes (1752), a nova igreja teria sido construída para melhor atender espiritualmente aos índios da aldeia, por isso o abandono da sede da fazenda de Catarina Camacho e da “antiga igreja”, transferindo-a de local. A aldeia estaria anteriormente em uma ladeira, local um tanto quanto íngreme, com pouca vista, cercada por pinheiros. Desse lugar a mudou para outro, pouco distante, onde, apesar de permanecer a inconveniência da vista pela presença de montes, ficava em um plano cercado por ribeiras: o ribeirão da Ressaca e o Ponte Alta que dão origem, naquele local, ao rio Mboy-mirim. Segundo seu biógrafo, o padre Pontes julgou que:

“Estava esta Aldêa formada em huma ladeyra pouco alcantilada, mas com pouca vista; porque os montes, de que estava cercada, lha impediaõ, ainda que os pinheiros, que lhe formavaõ huma como muralha, a fizessem vistosa a quem nella entrava.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 191.

[...]

Deste lugar a mudou para outro pouco distante, no qual, ainda que havia a mesma inconveniencia da vista pela vizinhança dos montes, ficava com tudo assentada em hum plano cercado de ribeiras, as quaes, ainda que não eraõ abundantes de grandes peixes, com tudo produziaõ muitos em tal quantidade, que podiaõ ajudar muito a sustentação dos Indios.”²⁰

No novo sítio, “Fabricou-lhes Igreja com sufficiente capacidade, para que os Indios, e vizinhos pudessem commodamente observar os preceitos, a que estão obrigados. Dedicou-a a Nossa Senhora do Rozario, collocando nella huma formozza Imagem [...]”.²¹ A data exata da construção deste novo templo não se sabe. No entanto acreditamos ser possível, a partir da biografia, delimitar minimamente o período em que teria acontecido.

Na biografia, são mencionados todos os locais por onde o padre Pontes teria passado, mas no relato não aparecem as datas e não está, de forma explícita, indicado que a narrativa segue uma sequência cronológica dos fatos e locais. Apesar disso, há elementos para crer que há sim uma sequência de acontecimentos, sobretudo quando o autor se dedica a falar sobre os sítios por onde o religioso passou. Assim, se seguirmos a trajetória presente na biografia, a construção da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário ocorreu somente após 1683²², momento em que o padre Pontes retorna ao Colégio de São Paulo, após seu período de formação na Bahia.

Quando retorna a São Paulo, ele teria se dedicado ao atendimento de fiéis na igreja do colégio, nas fazendas de particulares e nas propriedades da Companhia de Jesus. Passado esse primeiro momento, realizou uma missão pela costa até chegar à região de Paranaguá e Curitiba. Quando retorna, continua por um tempo realizando missões em vilas vizinhas à São

²⁰ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 142.

²¹ Ibidem, p. 142-143.

²² ARSI, BRAS. 5(2), Fl. 66.

Paulo e, após este período, teria assistido na aldeia de Carapicuíba como seu superior, o que conseguimos datar por volta de 1692-1694 graças aos catálogos da Companhia de Jesus.²³

Na biografia, é dito que ele teria prevenido a Pedro Vaz de Barros que sua morte estaria próxima. O prenúncio teria sido feito quando, por ordem de seus superiores, era transferido de Carapicuíba para a aldeia de Itaquaquecetuba. Assim, podemos inferir que a partir de 1695, ano de falecimento de Pedro Vaz²⁴, o Padre Belchior passou a assistir nessa outra aldeia.²⁵ Somente depois de Itaquaquecetuba (1695), é que o padre viria a missionar em Mboy: “Era com tudo nesta mayor o trabalho, porque tinha annexa a Aldêa de Itapycryca distante duas legoas, a cujos Indios acudia, dividindo ordinariamente o tempo da assistencia [...]”.²⁶ Depois de atuar em Mboy e Itapecerica, assistiu alguns anos na aldeia de São José.

O padre Pontes teria, em 1707, “previsto” a guerra dos Emboabas (1707-1709) e, a partir de sua *Vida*, temos indícios para crer que a essa altura ele já estava na aldeia de São José. Desse modo inferimos que, descontando-se o tempo (aproximado) em que teria permanecido em Itaquaquecetuba (1695) e, já em 1707, estando em São José, a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário no aldeamento de Mboy teria ocorrido entre 1700 e 1705.

Após atuar em São José, algo que novamente inferimos a partir da sequência de fatos narrados na biografia, temos a indicação do último local onde o padre teria atuado: a Fazenda de Araçariguama, para onde fora destinado em 1717, onde veio a falecer em 1719 com 75

²³ ARSI, BRAS. 5(2), Fl. 88v e 150v.

²⁴ 1695. Inventário e testamento de Pedro Vaz de Barros. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. 23, Fl. 11-67. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/SAESPp/pedrovazdebarros1695.htm>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

²⁵ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 130-131.

²⁶ Ibidem, p. 200-203.

anos de idade.²⁷ Desta feita, reforçamos a hipótese de que a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário tenha sido realizada pelo padre Belchior de Pontes entre os anos de 1700-1705. De acordo com sua biografia, a respeito da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

“Vê-se hoje este Templo ornado de **hum formoso retabolo de talha primorozamente lavrado, e ja dourado**: nem lhe faltaõ preciosos **ornamentos**, com que se celebre o Santo Sacrificio da Missa; porque **ainda que naquelles tempos não pode o Padre orná-lo**, não faltaraõ com tudo sucessores, os quaes levados da devoção, que tinhaõ á Senhora, fizeraõ todo o possivel, para que naquelle ainda que pequeno palacio estivesse com a decencia, que se lhe devia como a Rainha.”²⁸

Apesar da construção ter sido feita sob a orientação do padre Belchior de Pontes, ele não teria conseguido decorá-la, ficando sua ornamentação a cargo dos seus sucessores. Infelizmente, devido ao tempo de duração do mestrado, não conseguimos aprofundar a pesquisa sobre a constituição do acervo móvel da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, bem como a atuação de religiosos e índios artífices do Colégio de São Paulo, pesquisa que nos indicaria, com maior precisão, os períodos e os possíveis envolvidos na decoração da igreja e na confecção de imagens sacras. Apesar disso, concordamos com Serafim Leite para quem a decoração do templo deve ter ocorrido antes de 1735, pois, em uma carta Ânua do período é dito “que se fêz a *Capela-mor e a Capela colateral*, obra na verdade bem esculpida e artisticamente dourada”²⁹.

²⁷ FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio, 1932, p. 237, 260-261.

²⁸ Ibidem, p. 142-143.

²⁹ “In Mboeunsi Pago tum majus tum etiam collaterale sacellum de novo erectum, opus quidem sculptile perpolitum, affabreque inauratum”. Carta de Francisco de Lima, Baía, 20 de Dezembro de 1735, Bras. 10(2), 364, **apud** LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portugal, 1945, Tomo VI, p. 360.

Imagem 6 - Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Na fotografia é possível avistar a imagem de Nossa Senhora do Rosário, Santo Inácio de Loyola à esquerda e São Francisco Xavier à direita. Sem data. Posterior a 1937 (provável). Fonte: IPHAN-RJ_0606_P.0001-Env.5_F42817.

À época aparece nos catálogos da Companhia de Jesus, como superior do aldeamento de Mboy, o padre José de Moura. O religioso teria atuado nesta aldeia em pelo menos duas ocasiões: 1732 e 1735. Em 1738, era reitor do Colégio de São Paulo e no catálogo seguinte, de 1748, aparece como consultor do colégio.³⁰ Assim, é reforçada a hipótese de que a ornamentação do altar tenha ocorrido antes de 1735.

O historiador Serafim Leite chama a atenção para o fato do padre José de Moura³¹ ser detentor de um grande conhecimento na área construtiva, sendo inclusive o responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Tietê, questão já abordada nesta dissertação.³² Para além da habilidade do religioso em realizar projetos de grande porte, como a construção de uma ponte, chama nossa atenção o fato de seu irmão, o também religioso João de Moura, ter sido o responsável por intermediar a negociação da obra.

A teoria de que o padre José de Moura possuiria habilidades de artífice e trabalharia em parceria com seu irmão, é reforçada em decorrência de outro documento localizado no arquivo da Cúria. Em uma pasta de documentos avulsos da Igreja de Nossa Senhora do

³⁰ ARSI, BRAS. 6, Fólios 169v, 194v, 246v, 385.

³¹ Serafim Leite menciona em sua consagrada obra *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* a existência de um pintor e dourador chamado José de Moura, mas que acreditamos não se tratar do mesmo diretor do aldeamento de Mboy. De acordo com Leite “MOURA, José de (1674-1695-1715...). Natural de Oliveira do Conde (Beira Alta), onde nasceu em <1674>. Embarcou de Lisboa destinado às Missões do Maranhão, onde foi recebido na Companhia a 23 de Março de 1695, dois dias depois de chegar. Era <pintor ou debuxador>. Por esta referência de Bettendorff se sabe do ofício do Ir. José de Moura, sobre o qual nada dizem os Catálogos. Sobrevindo dificuldades e tratando-se 18 anos mais tarde de o despedir, escreveu o P. Geral que esperava se conservasse na Companhia <por ser benemérito>. Não se conservou, pois já não pertencia a ela em 1715.” LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953, p. 220. Em relação ao diretor do aldeamento de Mboy, Leite diz o seguinte na mesma obra “Já em 1736 laboravam no Colégio de S. Paulo duas oficinas cujo objecto era o metal: a oficina de fundição (<ahenaria>) e a oficina de ferreiro (<ferraria>). O Catálogo correspondente não traz nenhum Irmão do Colégio ou suas dependências como fundidor ou ferreiro. Devia ser pessoal doméstico ou assalariado. Estava presente em todo o caso, o P. José de Moura homem de competência e iniciativa, construtor da <Ponte Grande do Guaré>.” p. 49.

³² LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Portugalia. Vol. 6, p. 411.

Rosário, encontramos uma carta datada de 1733, na qual um senhor chamado Francisco da Silva agradecia ao padre José de Moura, pelas **Santas Imagens** que **seu irmão** teria confeccionado.

“Não sey o como, nem de *que* sorte agradeça a *Vossa R.* a perfeição das **Santas Imagens por virem tão singulares, que basta ser couza feita pello Senhor Irmão de Vossa R.** para não terem defeito algum, **o Menino Deus Nascido pagará a Vossa R. e mais ao Senhor Irmão tudo,** e eu comfeçarei sempre o *que* vivo obrigado. Vão tres dúzias de hóstias, e também vão huas poucas de partículas, e tudo o mais *que* *Vossa R.* quizer. Amenã ha de vir João Alvarez e assim [?]m chegar ha de concertar as [na]valhas *Deus* querendo;”³³

Dessa forma, temos fortes indícios para crer que o padre José de Moura tenha sido o responsável pela ornamentação dos altares da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e, juntamente com seu irmão, também tenha se dedicado à produção e comercialização de imagens, no período em que esteve a frente do aldeamento de Mboy. Eventualmente, é possível que alguma imagem tenha sido preservada e íntegra, atualmente, o acervo do Museu de Arte Sacra dos Jesuítas. No entanto, como já indicamos, neste momento não foi possível aprofundarmos tais questões. Dessa forma, pretendemos futuramente dar continuidade a esta pesquisa, mas com enfoque na constituição do acervo do museu, buscando assim inventariar aquilo que de fato pertence ao período jesuítico, e aquilo que passou a integrar o acervo posteriormente, buscando propor uma datação para as obras, assim como os possíveis envolvidos no processo de feitura, tanto do acervo móvel, como o integrado à arquitetura: os altares e os forros da igreja e sacristia.

³³ 1733. *Carta* de Francisco da Silva ao Padre José de Moura agradecendo as esculturas que o irmão do padre fez. Cota: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Pasta de Documentos Avulsos Embu (SP) Nossa Senhora do Rosário, Fl. 1.

*

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as igrejas dos aldeamentos da Companhia de Jesus passaram a ser responsabilidade do Bispado de São Paulo, dessa forma, coube ao Bispo provisionar párocos para o atendimento espiritual das populações indígenas e a conservação dos templos nesses locais. Cada aldeamento, além do pároco, ainda contaria com um diretor, um capitão e um sargento-mor, sendo esses dois últimos cargos ocupados por indígenas, responsáveis pela realização de tarefas internas e pela distribuição dessa mão de obra para a prestação de serviços, o que não deixa de ser uma estratégia, por parte do Estado, de cooptação de indivíduos visando o controle de seus semelhantes, ou seja, de mesma origem de classe e condição social.³⁴

Segundo Joaquim Gil Pinheiro, após a saída dos jesuítas, a igreja teria sido qualificada enquanto capela curada, sendo mais tarde elevada a matriz da freguesia de Mboy, criada por alvará de D. Maria I de 23 de dezembro de 1795, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A freguesia foi destituída por meio de decreto de 21 de março de 1832, e restabelecida por lei provincial de 20 de fevereiro de 1841. Foi novamente destituída, voltando a ser freguesia por meio da lei provincial de 1869. Passou por outra destituição, sendo elevada a distrito de paz com a lei provincial nº. 93 em 21 de abril de 1880.³⁵

³⁴ FERREIRA, Maria Thereza C. da Rocha. **Os aldeamentos indígenas paulistas no fim do período colonial**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1990, p. 48.

³⁵ Neste período, teriam atuado no local os seguintes religiosos: padre Salvador Pereira da Silva, a principiar de 1760, e depois o padre Ignacio Luiz Barbosa, pelos annos de 1780, inaugurando a freguezia em principios de 1797 o vigario provisionado padre Joaquim Antonio Fernandes de Saldanha, até 1810, mais ou menos, parochiando-a depois o padre André Joaquim da Silva Macaré até 1860, primeiro como encomendado e depois como provisionado, com algumas interrupções; em 1882 foi nomeado o padre José Maria Tedeschi como vigario provisionado, que apenas parochiou ali dois annos, e em 1904 o padre João Baptista Argenta, que lá esteve como vigario provisionado até 1907. Cf. PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do logar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910, p. 33.

Devido a instabilidade jurídica do antigo aldeamento, a igreja passou por longos períodos sob a administração de outras paróquias. Foi o caso, por exemplo, em 1884, com a saída do vigário José Maria Tedeschi, ficando um longo período anexada à Matriz de Itapecerica, sob os cuidados do padre Marcelino José da Costa Ferrugem. Após a morte desse religioso, ficou sujeita a outras paróquias, dentre elas a da vila de Santo Amaro até 1904 e depois, a partir de 1907, anexada a matriz da vila de Cotia, por não ter condições de sustentar um vigário próprio.³⁶

Diante de tantas dificuldades e períodos de relativo abandono, a igreja de Nossa Senhora do Rosário sobreviveu ao tempo graças aos seus párocos e paroquianos dedicados à sua conservação. Já temos conhecimento que, no decorrer do século XIX, a igreja passou por algumas reformas que contribuíram para sua preservação e caracterização. Logo, é possível que muito da estética e composição arquitetônica da igreja pela qual a conhecemos hoje, trate-se na verdade de incorporações posteriores ao período jesuítico.

A primeira reforma da qual temos conhecimento, foi descoberta pelo pesquisador Carlos Gutierrez Cerqueira, técnico do IPHAN-SP, que localizou no arquivo do Estado, documentos que indicam a realização de reformas e a construção de uma torre entre os anos de 1813 e 1827.

Em 1813, o Diretor da Aldeia Joaquim Pedrozo de Oliveira comunicava que “[...] a Igreja da dita Aldea Se acha inteiramente damnificada com huma parede aberta e terem perigo de hir abaixo e o maior desconserto he a falta de retelho porque Xove por toda ella e pelo Collegio todo de tal sorte que em dia de Xuva Se n[em] Pode hir a Missa.”³⁷ Por esse motivo, o administrador do patrimônio da igreja pedia, à Contadoria Geral de São Paulo, a autorização para se vender o gado pertencente ao curral de Nossa Senhora do Rosário, legado deixado por

³⁶ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910, p. 34.

³⁷ CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016, p. 38.

Catarina Camacho que, como vimos, ao longo do século XIX, ainda era mantido e utilizado para garantir a manutenção da igreja, o que foi autorizado em 27 de agosto de 1813.

De acordo com Cerqueira, na documentação compulsada há uma lacuna entre os anos de 1814 e 1821, período em que teria se dado a reforma. De qualquer modo, segundo o autor, a documentação posterior indica que a reforma teria sido custeada com os recursos próprios do administrador Joaquim Pedrozo, o que posteriormente seria cobrado das autoridades competentes.³⁸ Em 1821, ele deixou o cargo de diretor, que é assumido por Manoel Pedrozo de Oliveira.

Em 1826, segundo o relato do novo diretor, o telhado necessitava de consertos e a torre ameaça ruir de tão danificada, sendo necessária sua reedificação, sendo que o pároco da igreja, o padre Alexandre Gomes, havia recebido da Thesouraria da Fazenda a quantia de 180 mil réis, o qual se recusava a empregar na reforma. O padre Alexandre não gostou nada da acusação do novo diretor, ao que respondeu o seguinte:

“[...] pois havendo se lhe feito, como se os ditos bens fossem seus, e não da Sra. o que nunca aconteceu no tempo do Administrador tranzacto dito Cappm Joaqum Pedrozo, e antecessor do Suppte que por algumas vezes mandou fazer os necessários concertos á Igreja sempre zellozo pelo Altar da Senhora mandando tomar várias goteiras no Convento e **foi athé qm mandou levantar a dita torre**, hoje arruinada, por culpa do suppte **a ter deichado â discripção do tempo, sem cuidar em acaballa, á mais de quatro anos, em que está de posse dos ditos bens**, que so por essa omissão, e total abandono athe o prezente, deveria ele â sua custa fazer agora o dito conserto da torre, e não pelos bens da Senhora, **porque se no anno de mil oito centos e vinte e hum**, em que tomou posse, **a mandasse logo acabar** certamente gastaria a metade do que hoje deve gastar [...]”³⁹

³⁸ CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016, p. 41.

³⁹ Ibidem, p. 49.

Dessa forma, tomamos conhecimento que o antigo Diretor da aldeia teria sido o responsável por erguer a tão controvertida torre remodelada pelo IPHAN no século XX, algo que o instituto julgava se tratar de um exemplar do período jesuítico.⁴⁰ Não obstante, a título de informação, no inventário da aldeia, de 1759, há a menção da existência de uma torre com seus sinos: “**Quatro sinos na Torre**, hum dos quaes dis peza seis arrobas e meya, outro de quatro arrobas e vinte e huã livras que está quebrado, e huã garrida que peza vinte e tres livras, e outro antigo se não sabe.”⁴¹

Voltando ao relato do pároco, a construção realizada pelo antigo diretor não teria sido concluída, restando ainda por terminar o telhado, o que não teria sido feito pelo sucessor, ocasionando na ruína do empreendimento o qual, provavelmente, era de taipa de pilão.

Apesar do impasse, o pároco cedeu os recursos para o referido conserto que consistiu na compra de cerca de três mil telhas, troca de ripas e vigas de madeira já apodrecidas, cal, pagamento de mestres e artífices, e algo extremamente curioso “Renovarão-se alguns [...] altares na Sacristia.”⁴² Realmente, para nós, é um grande pesar que a documentação compulsada pelo pesquisador Carlos Cerqueira, depositada hoje no Arquivo do Estado, esteja tão danificada, impedindo a compreensão em detalhes dos processos pelos quais a igreja passou, o que nos indicaria possivelmente a realização de ações de restauro nos bens integrados à arquitetura, como nos altares e tetos da igreja de sacristia. Ao fim da reforma da torre, sua base foi fortalecida com a construção de paredes.

Localizar documentos que abordam a perspectiva das possíveis reformas pelas quais a igreja passou, é um importante elemento com o qual nós, profissionais ligados ao campo do patrimônio e dos museus lidamos diariamente. Ainda hoje, permanece no imaginário das

⁴⁰ ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O Nariz torcido de Lucio Costa. **Sinopses 18**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Dezembro 1992.

⁴¹ 1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeya de Mboy. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, caixa 3, Sítio Mutinga.

⁴² CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016, p. 53.

peessoas que a igreja de Nossa Senhora do Rosário está congelada no tempo. Muitos acreditam que ela está exatamente igual ao último dia em que ali pisou o padre Belchior de Pontes, e que nos dias atuais sequer deveriam trocar as telhas, ou substituir o assoalho de madeira, por que seriam originais.

Para além da reforma que teria ocorrido no início do século XIX, localizamos documentos que nos indicam outras situações. Portanto, foi necessário a realização de novos reparos sem, no entanto, ser possível precisar ainda se algumas dessas solicitações chegaram de fato a ser atendidas. De qualquer modo, em 1843, o padre André Joaquim da Silva Macaré pediu autorização da Câmara Municipal para vender cerca de 10 cabeças de vacas, ainda fruto do antigo legado deixado ao altar de Nossa Senhora do Rosário, por Catarina Camacho, para reformar a igreja que se achava “[...] sem forro e sem assoalho, não podendo por isso ser conservada com aceio e decência [...]”⁴³. Por isso o padre Macaré requeria a autorização para venda das ditas cabeças de gado, para ser aplicada na reforma. A inexistência de forro seria em decorrência do desabamento parcial ocorrido em 1813? Ou os jesuítas não chegaram a forrar o teto e decorá-lo com belas pinturas?

Em 1855, há outra solicitação, feita novamente pelo Padre Macaré, na qual dizia: “Achando-se inteiramente deteriorada toda a frente da Igreja d’esta Freguezia ameaçando desabar-se, se não for de prompto reconstruída, perdendo-se assim hum Templo cuja conservação he de summa utilidade aos povos deste lugar [...]”⁴⁴. Semelhante ao que havia ocorrido em 1813, novamente a fachada da igreja ameaçava ruir.

Não sabemos ainda se as solicitações feitas pelo padre Macaré surtiram algum tipo de ação efetiva com a colocação de assoalho, forro, troca das telhas e conserto da fachada.

⁴³ 1843. Trespasseiro de sessão na assembleia autorizando a venda de gado da aldeia de Mboy, solicitada para a reforma da igreja, a pedido do padre Macaré. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3.

⁴⁴ 1855, julho, 8. Carta enviada ao Vice Presidente da Província, a rogo do padre André Joaquim da Silva Macaré. Arquivo do Estado de São Paulo. Cota: Ordem 902, C 107, P 9, D 10.

Temos a impressão que os serviços não chegaram a se concretizar, pois em 1860 o Cônego Joaquim do Monte Carmelo denunciava à Tesouraria de São Paulo o total estado de abandono no qual a igreja estava, correndo inclusive o risco de deixar de existir como o que aconteceu com as antigas igrejas jesuítas abandonadas e destruídas após a expulsão.

No pedido feito ao governo provincial, o cônego sugeria, tendo em vista a não oneração do tesouro público, a possibilidade de se arrendar o antigo convento dos jesuítas tendo em vista seu abandono e ruína eminente, visando assim a preservação da propriedade e das alfaías.

“E para livrar a igreja e hospício da extincta aldeia de Mboy de semelhante destino [a destruição pela qual passou outras igrejas históricas] sem o mor sacrifício do thezouro publico, que o *supplicante a quem já deve aquelle edificio a restauração de sua sacristia*, cujo bello tecto não tem igual em toda esta província, vem propor a esta Thesouraria o arrendamento do sobredito edificio, hoje inahabitado [...]”⁴⁵

Novamente, há referências de que a Sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário já teria passado por um processo de restauro, o que teria permitido sua melhor conservação, sobretudo em relação ao altar. Teria sido esse restauro o mesmo mencionado em 1826?⁴⁶ Apesar de não o sabermos, tal informação se trata de um dado extremamente relevante ao nos abrir para a perspectiva de que os elementos artísticos da antiga igreja terem passado por reparos, já visando sua preservação, em meados do século XIX.

Voltando para a proposta de arrendamento, as condições seriam as seguintes: o arrendamento teria o prazo máximo de nove anos, mediante o pagamento de cem mil réis ao ano, pagos a cada três. O arrendatário não poderia empregar o edifício em fins diversos ao

⁴⁵ 1860. Requerimento do religioso Joaquim do Monte Carmelo para arrendar a igreja de N. S. do Rosário, para custear assim, seus reparos. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3, Fl. 1. Grifo nosso.

⁴⁶ CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016, p. 53.

culto católico, deveria assoalhar e forrar toda a igreja, reparar os altares, o coro e retelhar todo o prédio dentro dos primeiros três anos do arrendamento, conservando o edifício nas melhores condições nos anos subsequentes.

Dessa forma, inferimos que ainda em 1860, a igreja não havia sido forrada, nem tinha assoalho. Também notamos a preocupação com a conservação das alfaia, sobretudo dos altares necessitados de reparos. A terceira cláusula para o arrendamento, dizia o seguinte,

“O *supplicante* obriga-se igualmente a franquear a igreja do prédio arrendado e suas alfaia para todas as funcções religiosas do povo existente em suas circumvisinhanças; e mesmo para ao de parochiar, quando dentro no termo do arrendamento venha-se a crear alli umma nova freguesia, ficando-se esta casa ao *supplicante* o direito de vellar **na conservacção das alfaia por elle restauradas**, e o le não consentir no empréstimo d’aquellas que as suas custas forem compradas para ditta igreja.”⁴⁷

Novamente há a menção de que as alfaia da igreja passem por um trabalho de restauro, ficando para nós a curiosidade em relação ao nível de intervenção proposto, e se algo realmente chegou a ser realizado, sobretudo em relação ao altar, às imagens e demais paramentos. Não temos notícias se chegaram a arrendar a antiga residência dos jesuítas, no entanto, já sabemos que ao menos o assoalho e o forro da igreja foram colocados em uma reforma pela qual o edifício passou em 1891.⁴⁸ Mas a igreja ainda passaria por ao menos mais outras duas reformas antes de seu tombamento em 1938.

⁴⁷ 1860. Requerimento do religioso Joaquim do Monte Carmelo para arrendar a igreja de N. S. do Rosário, para custear assim, seus reparos. Cota: Superintendência do Patrimônio da União/SP, Setor de Incorporações, Pasta Aldeamento 3, Fl. 1v.

⁴⁸ 1891. Recibos de pagamento de mão de obra e materiais empregados na reforma da Matriz de Mboy. Cota: Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem 1053, P 14, D 13, 14 e 15.

Em 1901, tentaram implantar em Mboy um núcleo de colonização de imigrantes.⁴⁹ O projeto foi empreendido pelo Engenheiro Henrique Buccolini que obteve junto ao Bispado de São Paulo, permissão para aforar perpetuamente, mediante pagamentos anuais, todas as terras que pertencessem à igreja de Nossa Senhora do Rosário, ficando sob sua responsabilidade também a conservação da antiga igreja e sua devoção.⁵⁰ Nesse sentido, o engenheiro teria realizado algumas reformas no edifício. Nas palavras de Gil Pinheiro (1910),

⁴⁹ Em 1901, o engenheiro Henrique Buccolini apresentou ao Governo de São Paulo um projeto de criação de um núcleo colonial em Mboy. Neste projeto, dentre especificações como o tamanho dos lotes, e os gêneros que seriam produzidos na localidade, informa seu intento de estabelecer no antigo convento, na residência que foi um dia dos jesuítas “[...] uma escola que se incumbirá da instrução dos filhos dos colonos [...]. A escola será dotada de suficiente área de terreno e será fornecida de algumas machinas agrícolas, para o ensino prático de seu uso.” Cf. 1901, de dezembro, 19. Projeto de criação do Núcleo Colonial MBoy, redigido por Henrique Boccolini. Cota: 4461. O contrato de criação do núcleo colonial foi assinado em março de 1902 e ficava estabelecido, dentre várias coisas, que o colono receberia, no ato do seu estabelecimento no núcleo, um título provisório de sua propriedade, no qual seriam declarados a área e preço total do lote, o prazo para o respectivo pagamento, a importância das prestações, além das confrontações geraes e limites da propriedade. Terminados esses pagamentos, seria o título trocado por outro de caráter definitivo no qual seria dado ao colono plena quitação do seu débito. Cf. 1902, Março. Contrato que assigna o Engenheiro Henrique Buccolini, para fundação do núcleo colonial de Mboy, com o auxilios a que se referem os artigos 16 e 17 da lei 673, de 9 de setembro de 1899. Diário oficial, p. 583. Cota: Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem 4461. A demarcação e divisão das terras em lotes iniciou-se em janeiro de 1902, instalando-se o escritório da Seção Técnica do engenheiro no antigo convento anexo da igreja de Nossa Senhora do Rosário. Cf. 1902, janeiro, 7. Câmara Municipal da Cotia. Arquivo do Estado de São Paulo, cota: 11-16-56. Em 1903, de acordo com Buccolini o núcleo “[...] acha-se no princípio do seu povoamento e, já se contam 13 famílias (cerca de 100 indivíduos) chegados depois da última colheita(sic) de café, no interior do Estado, para se fixar como proprietários.” Apesar do empenho, parece que o projeto não prosperou, pois em 1910, quando da escrita de *Memórias de Mboy*, Joaquim Pinheiro afirma que o contrato de aforamento perpétuo já havia caducado, pois o engenheiro não o teria cumprido, talvez pelo fato de não ter conseguido atrelar ao projeto, como esperava, o desenvolvimento de uma linha férrea, que ligaria a região de Mboy a São Paulo. Cf. PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do logar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910, p. 3.

⁵⁰ 1901, novembro, 27. Publica-fórma. Contracto de aforamento emphyteuse entre o Bispado de São Paulo e Henrique Boccolini. Cota: Arquivo do Estado de São Paulo, ordem 4461.

“A casa dos jesuitas, hoje casa parochial ou convento, como vulgarmente lhe chamam, conserva ainda os seus dois pavimentos de quando foi construída, encontrando-se já bastante estragada externamente e **melhor conservada no interior, devido às reformas que lhe fizeram ha uns oito annos, a qual está em commum com a egreja, que também já se acha escorada para não cahir.**”⁵¹

A igreja mais uma vez ameaçava ruir, sendo escorada para se evitar o pior, o que não passou despercebido pelo então Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, que em visita pastoral de 20 de outubro de 1909 registrou que “O convento, mais ou menos conservado, devido às reformas que há poucos anos fez o Engenheiro Henrique Boccolini [...]”.⁵² A igreja, entretanto,

“[...] necessita de reparos urgentes, principalmente na fachada, para cujas obras deixaram em mãos do *Senhor* Saturnino Canuto Gonsalves o rendimento das espertulas do Chisma, [...] e mais a importancia de [...] quinhentos mil reis. Para esse fim, ordenamos ao Vigario a constituição do Conselho da Fabrica, de accordo com o Regulamento em vigor na Archidiocese, o qual deverá incumbir-se dos reparos e reformas urgentes de que se resente este bello monumento da fé e piedade dos nossos antepassados.”⁵³

Com a ordem de D. Duarte, ficou então decidido que a igreja teria sua fachada reformada. A reforma revestiu a fachada e a torre de aspectos neoclássicos, e teria sido empreendida pelo arquiteto Georg Przyrembel⁵⁴, ligado a uma arquitetura eclética.⁵⁵ As

⁵¹ PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar.** Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910, p. 32. Grifo nosso.

⁵² 1882-1920. *Livro Tombo* da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Cota: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 10-02-32, Fl. 5v.

⁵³ Ibidem, Fl. 6.

⁵⁴ KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n° 30, 2002, p. 110-128.

intervenções teriam ocorrido por volta de 1916 e, em 1918, já estavam concluídas. O Cônego Hygino de Campos, em visita a Mboy em 13 de julho de 1920, escreveu no livro tombo da igreja que “Retiro-me daqui bem impressionado com o que vi e observei. A velha matriz bem conservada e limpa com a imponente fachada que se avista ao longe.”⁵⁶

Assim, a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário chegava como uma sobrevivente ao século XX. Destituída de sua fachada com ares coloniais, a igreja havia sobrevivido a expulsão dos jesuítas, a ereção de uma vila no antigo aldeamento e a anos de abandono e carência de reformas no antigo templo. Assim, em 1937, mais uma vez a igreja do aldeamento era redescoberta, sendo, no entanto, inserida em um novo contexto, o do patrimônio.

4.2. Patrimonialização

“Como raridade artística, a igreja de Embu prevalece sobre quaisquer outros monumentos paulista.”

Mário de Andrade, 1939⁵⁷

Imitando a prática que foi tão comum aos escritores do período barroco, iniciamos este tópico com um argumento de autoridade. Poderíamos ter utilizado qualquer outra epígrafe, mas dificilmente conseguiríamos reproduzir a força, relevância e o peso que as palavras do escritor Mário de Andrade impregnaram ao destino da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

⁵⁵ CAMPOS, Eudes. Mário de Andrade, Paulo Duarte e a Proteção dos bens Culturais Paulistas. In: **Informativo Arquivo Histórico Municipal**. São Paulo, setembro/outubro de 2006, ano 2, número 8. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info08/>>. Acesso em dezembro 2017.

⁵⁶ 1882-1920. *Livro Tombo* da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Cota: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 10-02-32, Fl. 17.

⁵⁷ ANDRADE, Mário de. Boas notícias, 1ª quinzena de julho de 1939. In: **Será o Benedito! – Artigos publicados no Suplemento em Rotogravura de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: EDUC; Giordano; Ag. Estado, 1992, p. 42.

O modernista, nomeado delegado para o Estado de São Paulo, pelo Ministério da Educação e Saúde em 1937, recebeu a missão de selecionar os monumentos paulistas que fossem dignos de serem tombados, pelo então recém criado *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), atual IPHAN. Em decorrência desta atribuição, em junho daquele mesmo ano, acompanhado pelo amigo Paulo Duarte, esteve na antiga igreja que dera origem ao aldeamento de Mboy. Tal encontro, de certa forma, definiu o futuro do local que se tornaria um dos mais importantes monumentos do período colonial preservados no Brasil. De acordo com o relato da visita, escrito pelo amigo e publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a igreja encontrava-se em total abandono

"O convento cae aos pedaços; numa das cellas, cheia de goteiras, como todas as outras dependencias, por cima do assoalho carunchado como o dos outros commodos, jazem ainda columnas, pedaços de estatuas, molduras, imagens, restos de andor e de santos, sobras de paramentos e até uma desmantelada matraca setecentista. No claustro abandonado cresce a vegetação, e o limo cobre as paredes humidas. As taipas desmoronam-se, as escadas estão dependuradas ao tecto pelo apodrecimento dos degraus, e o tecto vae desabando por que as vigas tambem apodreceram. O refeitório dos jesuitas e as cozinhas do convento se acham de tal modo compromettidos, que é perigoso visita-los. O cupim e os roedores ajudam o tempo e secundam a indiferença criminosa da nossa gente e o pouco que existe de arte, arte antiga, arte paulista, desaparece por que não é conservado, nem guardado, e por que o bicho come e porque os forasteiros furtam. O tecto uma pesada commoda velha e um oratorio da sacristia, são tres joias de arte antiga. Na cappella, propriamente dita, os tres altares de madeira esculpida e o teto pintado a ouro são outros tantos primores que só a incuria cêga dos inconscientes permitiria houvessem no abandono em que vivem. Por fôra, as janelas, as rotulas vão tambem aos poucos cahindo, seguidas de perto das proprias taipas esborcinadas de ha muito!"⁵⁸

⁵⁸ DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. In: **O Estado de S. Paulo**, sexta-feira, 11 de junho de 1937.

Logo nesta visita, ficava claro aos dois “expedicionários” o valor artístico da igrejainha do Embu que, em suas palavras, prevalecia *sobre qualquer outro monumento paulista*. Indignados com o abandono e eminente desaparecimento desta preciosidade, se dirigiram ao vigário, que na ocasião, também era o responsável pela matriz de Itapecerica.

Chegando à cidade⁵⁹, a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres passava por mais uma reforma.⁶⁰ O religioso, mostrando zelo, teria dito que em breve faria o mesmo pela até então esquecida Mboy.

“Verificámos o que era essa reforma. Uma pintura ridícula, a oleo e a tempera, fingindo madeira aqui, fingindo pedra alli, era o que estava sendo feito em Itapecerica. Pias de pedra, madeira trabalhada, candelabros, altares e taipas, tudo coberto de uma pintura nova e de notavel grotesto!

A egreja de Itapecirica estava sendo não reformada, mas deformada pelo mau gosto de um vigario, alias na melhor das intenções!...

E promettia o bondoso padre a mesma ‘toillete’ para Mboy!”⁶¹

Em resposta ao texto de Paulo Duarte, diversos leitores, intelectuais, membros da igreja e da política se mobilizaram, dando origem à uma série de artigos publicados sob o mesmo título, com denúncias de agressões ao patrimônio, e sugestões de monumentos que deveriam ser preservados. Iniciava-se assim uma verdadeira campanha *Contra o vandalismo e o extermínio* do patrimônio cultural paulista.

A campanha surtiu efeitos. O tombamento da igreja do Embu viria em pouco tempo, em 21 de outubro de 1938, com o processo de nº 180-T-38, com o qual o monumento era

⁵⁹ Na ocasião, Mboy (Embu) era um distrito da cidade de Itapecerica da Serra. A emancipação política ocorreu apenas em 18 de fevereiro de 1959.

⁶⁰ A igreja de Itapecerica não foi tombada pelo IPHAN. No período, os técnicos consideraram que a mesma já estaria bastante “descaracterizada” em relação ao que o instituto buscava valorizar, uma arte colonial e barroca.

⁶¹ DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. In: **O Estado de S. Paulo**, sexta-feira, 11 de junho de 1937.

inscrito nos livros Histórico e de Belas Artes⁶², tornando-se juntamente com a Capela de São Miguel Paulista, nos primeiros bens de natureza arquitetônica tombados pelo IPHAN no estado.

Neste momento tão inicial em relação à conscientização da preservação do patrimônio, bem como do resgate histórico de uma identidade, seja ela local ou nacional, já é possível observar que a campanha encontrou aderência e aceitação na localidade. A sociedade embuense se mobilizou em torno desse projeto de patrimonialização da igreja matriz, e criou naquele mesmo ano a *Comissão Provisória da Sociedade Amigos de Embú* que visava auxiliar na salvaguarda da igreja e convento. Nas palavras de Mário,

“Sei com certeza, e é notícia que me agrada enviar, que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pretende cuidar de Mboy no próximo ano de 1939. Mas isto não torna inútil a Sociedade recém-fundada. O Serviço do Patrimônio, com o pequeno mas excelente corpo de técnicos que possui, fará certamente a obra mais adequada, mais historicamente perfeita. Mas dispõe de pequena verba, e a Sociedade poderá talvez auxiliá-lo dando-lhe possibilidade de fazer obra mais completa. E terem salvo Mboy da destruição integral é um grande serviço prestado à arte nacional, estou convencido disso.”⁶³

Não temos maiores informações sobre a atuação da *Sociedade de Amigos*, no entanto, o restauro efetivamente ocorreu, dirigido pelo então estudante de engenharia Luís Saia, que inicia as obras em 1939 e as conclui no ano seguinte.

⁶² O monumento foi inscrito no livro de Belas Artes, sob o nº 221 e no livro Histórico sob o nº: 111. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

⁶³ ANDRADE, Mário de. Pintura Religiosa Paulista. In: **O Estado de São Paulo**, 4 de dezembro de 1938. Cf. 1939, fevereiro, 4. Carta de agradecimento da Comissão Provisória da Sociedade de Amigos de Embú. Cota: IEB-USP, Fundo Mário de Andrade, MA-C-CP, 2132.

O restauro da igreja do Rosário, por si só, é um capítulo à parte de sua história. O recém criado SPHAN, imbuído de preceitos modernistas e comprometidos com a consolidação de uma identidade nacional por meio do tombamento e restauro de monumentos, sobretudo de bens de natureza religiosa e de caráter monumental, constrói uma história definidora do que seria a imagem do patrimônio, com repercussão até os dias atuais daquilo que pode ser definido como patrimônio e histórico.⁶⁴

Em relação à futura destinação do espaço, de acordo com Mário de Andrade, havia o desejo de devolvê-lo aos jesuítas.⁶⁵ Em um de seus artigos, comenta: “Dentro de poucos meses, a igreja e convento viverão renascidos num aspecto mais tradicional, protegidos da ruína definitiva **e habitados pelos mesmos jesuítas que os fizeram.**”⁶⁶

Para instalar uma comunidade jesuítica na antiga casa, era necessário adaptar o prédio para as necessidades de seus moradores, tornando-a de fato uma residência. A Companhia de Jesus fez diversas exigências, dentre elas que no piso térreo, de terra batida, fosse colocado um assoalho de madeira, uma cozinha e instalações sanitárias, pedidos que foram atendidos pelo IPHAN e custeados pelos próprios inicianos. Também exigiram que, no primeiro andar, houvesse forro e vidro nas janelas e, nesse ponto, houve muita resistência por parte dos técnicos do instituto. Eles julgavam que as soluções pedidas interferiam diretamente na estética do monumento, o que buscavam evitar ao máximo.

⁶⁴ Sobre a questão, recomendamos as seguintes leituras: Mayumi, Lia. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo.** Tese de Doutorado. FAU-USP, 2005; ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. **Um Estado Completo que pode jamais ter existido.** Tese de Doutorado. FAU-USP. 1993; FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

⁶⁵ Sobre o processo de retorno dos jesuítas ao Brasil Cf. MONDONI, Danilo. **Os Expulsos Voltaram - Os Jesuítas novamente no Brasil (1842-1874).** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁶⁶ ANDRADE, Mário de. A reforma de Embu, 1ª quinzena de fevereiro de 1940. In: **Será o Benedito! – Artigos publicados no Suplemento em Rotogravura de O Estado de S. Paulo.** São Paulo: EDUC; Giordano; Ag. Estado, 1992, p. 90. Grifo nosso.

Em decorrência destas divergências, a Companhia de Jesus desistiu de ocupar o edifício.⁶⁷ Apesar do retorno dos jesuítas não ter se efetivado na ocasião, vale a pena destacar que o intuito de restituir o sítio histórico aos padres, acontece bem antes da efetivação da devolução do Pateo do Collegio, o que aconteceria somente em 1954 como uma das ações comemorativas do 4º Centenário da Fundação de São Paulo.

Em decorrência da desistência dos jesuítas, a Cúria teria oferecido a igreja de Nossa Senhora do Rosário aos beneditinos e dominicanos, que também a teriam recusado.⁶⁸ A solução proposta pelo IPHAN, e então adotada, foi a colocação de um funcionário do instituto, o pesquisador de folclore Osvaldo de Sousa, que se tornou zelador do monumento e passou a residir no local. Nesse período, ele teria ficado responsável por garantir a preservação e visitação do espaço, fomentando o florescimento da ideia de ali se criar um museu.

Em ofício de 1946, Rodrigo Melo Franco de Andrade discute, com o chefe do 4º distrito do IPHAN, a contratação de ajudantes, compra de móveis e registros de peças para estabelecer uma rotina de visitação no local e concretizar o projeto.⁶⁹ No entanto a atuação de Osvaldo, logo começaria a entrar em conflito com a Cúria que por divergências, opta por entregar o monumento à Fundação Maria Auxiliadora.

A Fundação tratava-se de uma entidade civil filantrópica, fundada por Odette de Sousa Carvalho. Muito católica, consagrou-se a Deus quando tinha apenas quinze anos. Diagnosticada com tuberculose, em 1922, foi enviada para Campos do Jordão, onde deveria permanecer, aguardando a morte. Com o passar do tempo, foi se recuperando e começou a

⁶⁷ ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. Nariz torcido de Lúcio costa. **Sinopses** [S.l.], n. 18, 1992, p.13.

⁶⁸ 1971, julho, 30. Carta ao Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, enviada por Madre Odette de Sousa Carvalho. Cota: Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, Fl. 2.

⁶⁹ 1946, agosto, 5. Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade enviado ao Diretor Geral do 4º distrito do IPHAN. Cota: Arquivo do IPHAN-SP, pasta 2.

idealizar a criação de um pensionato que auxiliaria jovens carentes no tratamento contra a doença. Assim surgia a obra das *educadoras enfermeiras de Maria Auxiliadora*.⁷⁰

Em 1946, a fundação já atuava em Embu, num sítio localizado no Bairro da Ressaca, próximo ao centro, onde realizavam trabalhos de atendimento à população. O Monsenhor José Maria Monteiro, então Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo, teria ido ao local convidá-las para assumir a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Os motivos: havia mais de 80 anos que nenhum padre residia no local; e o uso inadequado que o senhor Osvaldo vinha fazendo do espaço em questão. Assim o arcebispado de São Paulo, por meio de uma escritura pública, deu à Fundação Maria Auxiliadora o direito de uso perpétuo da igreja.⁷¹

O IPHAN não ficou muito feliz com a decisão da Cúria, inclusive manifestou certa desconfiança em relação às intenções da madre. Em carta endereçada a Luís Saia, o diretor Rodrigo M. F. de Andrade relata o primeiro encontro que teve com a nova proprietária.

“Como, afinal de contas, a residência de Embu pertence ao Arcebispado ou a Cúria Metropolitana e **como não podemos contestar essa propriedade, porquê o monumento foi tombado com reconhecimento expresso de tal propriedade, estamos obrigados a entregar o edifício a quem o dono determinar, sob pena de sermos acusados de retê-lo abusivamente**. Em tais condições, se a D. Odete recalcitrar em pôr-se de acordo conosco para que a Fundação se instale no monumento sem prejudicar o seu aspecto interno, o único meio de que disporemos para vencer-lhe a resistência será uma determinação a nosso favor que lhe queira transmitir, sobre o assunto, o Cardeal Arcebispo.”⁷²

⁷⁰ No ano de 1969, Madre Odette publicou mensalmente uma série de artigos narrando sua trajetória. Cf.: Madre Odette: sua vida sua obra. In: **Tribuna do Embu**, 1969.

⁷¹ A escritura foi registrada em 11 de maio de 1948. Cf. 1971, julho, 30. Carta ao Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, enviada por Madre Odette de Sousa Carvalho. Cota: Museu de Arte Sacra dos Jesuítas.

⁷² 1946, dezembro, 19. Carta de Rodrigo M. F. de Andrade à Luís Saia. Cota: Arquivo do IPHAN-SP, pasta 2. Grifo nosso.

Havia a preocupação, por parte dos técnicos, de que o pretenso novo uso do espaço, pudesse vir a descaracterizá-lo, por meio de obras ou adaptações. Também ficava claro que a mudança de gestão comprometia, de certo modo, a finalidade pedagógica e ideológica que o instituto pretendia, pois em carta endereçada à Madre Odette, o diretor do IPHAN reforçava sua preocupação em relação à visitação do monumento.

“Rogo a V. S.^a o favor de confirmar, outrossim, a esta repartição que **a residência de M’Boy continuará franqueada a visitação pública**, embora de acordo com as conveniências da Fundação, sendo transmitido mensalmente a esta Diretoria o número dos respectivos visitantes.”⁷³

A mudança das irmãs ocorre em fevereiro de 1947, passando a habitar a antiga residência dos jesuítas. Apesar das desconfianças entre ambas as partes, Madre Odette manteve a visitação ao acervo, e deu continuidade à ideia de criação de um museu de arte sacra no local. De acordo com seu relato, no primeiro dia em que esteve no convento,

“Entrei nas celas com os santos dispostos pelo funcionário do PHAN. Lembrei-me que os Jesuítas fizeram a catequese ensinando aos índios por meio de imagens e desejei reproduzir com elas as mesmas cenas que talvez eles apresentaram. A imaginação trabalhou precipitadamente: ... consertar-se-ia o que estava quebrado, vestir-se-iam os santos com indumentaria digna, remover-se-iam as pinturas feitas recentemente, conseguindo-se até que os Apóstolos que, à primeira vista pareciam bonecos de “João Minhoca”, reproduzissem realmente a última Ceia de Cristo. Sonhei ver no andar superior do Convento um ‘Museu’ que seria, talvez o único do mundo, cujas imagens e peças verdadeiramente autênticas e do lugar, contassem aos

⁷³ 1946, dezembro, 17. Rio de Janeiro. Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à D. Odete de Sousa Carvalho. Cota: Arquivo do IPHAN-SP, Embu-MTSP - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, PT 00085-0180-T-38-pasta 2. Grifo nosso.

visitantes o uso que tiveram no século XVIII e apresentassem a catequese numa sequência cronológica dos principais fatos da vida de Cristo.”⁷⁴

Ao que tudo indica, ao longo de todo o tempo, o prédio sempre foi mantido aberto à visitação. Mesmo assim não eram raras as críticas à Fundação Maria Auxiliadora. O fato do imóvel ter permanecido sob a tutela da igreja, e ainda abrigar obras sociais como escolas e posto infantil, causava incômodo à elite política local, intelectuais e jornalistas, que criticavam o “não aproveitamento” do potencial pedagógico e histórico que o local detinha. Como se observa no exemplo abaixo, em um artigo publicado no jornal o Estado de São Paulo, havia uma desconfiança em relação à capacidade técnica da igreja, enquanto guardiã do patrimônio cultural que, em outras palavras, deveria ser realizado pelo Estado, com a orientação de intelectuais e pesquisadores.

“Eis, pois, um dos mais belos monumentos da nossa época colonial transformado em escola, em creche, em clínica! Não somos, nem poderíamos ser, obviamente, contra quaisquer obras assistenciais. Somos, porém, e intransigentemente contra o aproveitamento de monumentos de inapreciável valor histórico e artístico para sede de instituições dessa natureza.

Que relação de afinidade pode existir entre uma instituição assistencial, de caráter ainda por cima religioso, com nosso patrimônio histórico e artístico? Que relação de afinidade pode existir entre as atividades de religiosas consagradas a obras sociais e a preservação, a conservação a restauração de nossos monumentos históricos e artísticos e seu aproveitamento histórico-educativo? [...].

Mais ainda e insistindo: monumentos como o do Embu têm de ter uma função educativa, histórica e artística, a qual só se poderá realizar desde que transformando o monumento em museu – museu no sentido exato, moderno

⁷⁴ Madre Odette: sua vida sua obra (IX). In: **Tribuna do Embu**, julho de 1969.

e dinâmico da palavra e não num simples depósito onde se acumulam alcaides.”⁷⁵

Provavelmente em resposta às críticas, e arriscamos dizer que ocorreu mesmo uma campanha que objetivava minar a reputação da Superiora Odette, e quem sabe assim retirar a administração do monumento das mãos da fundação... com o auxílio de artistas e intelectuais de renome, Madre Odette estrutura a criação de um museu nos “moldes” exigidos por seus adversários: constrói então vitrines e realiza o restauro de parte do acervo.⁷⁶

É importante destacar que, nessa mesma época, está em curso na cidade de Embu, um projeto de desenvolvimento de seu potencial turístico e artístico. É possível perceber, a partir da documentação uma certa tensão existente nesse período entre a igreja e a elite local, no que diz respeito ao modo como os atrativos culturais do município deveriam ser explorados.

A Fundação Maria Auxiliadora manteve a propriedade do complexo até o ano de 1991. Em virtude da extinção da fundação⁷⁷, o prédio foi entregue aos jesuítas por meio de uma escritura de doação⁷⁸ que tornou a Companhia de Jesus, representada juridicamente pela *Sociedade Brasileira de Educação e Assistência Social*, sua legítima proprietária.

Assim, depois da expulsão e confisco dos bens da aldeia, que ocorreu no dia 2 de dezembro de 1759, novamente por meio de uma doação, os jesuítas retornam à igreja de Nossa Senhora do Rosário. Após 232, os padres retornam à igreja que no passado funcionou como o núcleo do aldeamento de Mboy. No entanto, nessa nova fase, a natureza e finalidade dos espaços haviam se transformado completamente: o que antes fazia parte do *complexo* de

⁷⁵ Transformação de Monumento em Museu. In: **O Estado de São Paulo**, 05 de março de 1965.

⁷⁶ Madre Odette: sua vida sua obra (IX). In: **Tribuna do Embu**, julho de 1969.

⁷⁷ Madre Odette faleceu em 29 de março de 1973, aos 74 anos de idade. Foi velada na igreja de Nossa Senhora do Rosário e enterrada no cemitério de mesmo nome, que se encontra no centro da cidade de Embu das Artes. A fundação continuou existindo nas décadas seguintes, mas com o tempo, devido à diminuição do corpo de irmãs consagradas, o grupo acabou se extinguindo, tendo suas atividades encerradas oficialmente em 1986. Cf. Nota de falecimento de Madre Odette. In: **O Estado de São Paulo**, 30 de março de 1973.

⁷⁸ A doação foi efetivada em 02 de dezembro de 1991.

aldeamentos e fazendas do Colégio de Santo Inácio, da vila de São Paulo de Piratininga, agora funcionaria exclusivamente como *Museu de Arte Sacra dos Jesuítas*⁷⁹ (MASJ), parte integrante do *complexo* histórico-cultural-religioso *Pateo do Collegio*, atuando como dois importantes símbolos da presença jesuítica no Brasil.

⁷⁹ O museu entre os anos de 1991 e 2004 passou por períodos em que a visitação ao prédio se manteve de forma irregular. Em outubro de 2004, o museu foi reaberto pelo atual diretor o padre Carlos Alberto Contieri SJ que desde então tem promovido inúmeros projetos ligados à difusão da memória jesuítica no local, por meio de projetos de educação patrimonial, cursos, formações e visitas ao museu. De acordo com a instituição “A principal atividade na realização da missão no Pateo do Collegio, incluído o Museu de Arte Sacra dos Jesuítas, em Embu das Artes, é a memória, a pesquisa histórica e a divulgação, através dos dois Museus e da nossa biblioteca especializada, da história das cidades de São Paulo e Embu das Artes, na origem das quais estão os jesuítas, assim como da história da Companhia de Jesus no Brasil.” Disponível em: <<https://www.pateodocollegio.com.br/institucional/missao/>>. Acesso em maio de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1938, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombada e, no ano seguinte, restaurada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Desde então, aquele local passou, de certa forma, a integrar um novo *regime de historicidade*. Assim, a elevação da antiga igreja a patrimônio nacional possibilitou a diversos grupos - população local, intelectuais e pesquisadores – um novo entendimento daquele espaço e o estabelecimento de novas maneiras de se relacionar com sua história e memória.

A partir do tombamento da igreja do Rosário, vemos a instauração de um novo sistema, grosso modo, muito semelhante ao que ocorreu na França, ao longo do século XX, com a criação dos lugares de memória. Segundo François Hartog, ao lado da memória, o patrimônio se torna a memória da história e, nessa nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam como vetores da identidade.¹

“O fato de que patrimônio e temporalidades estejam indissolavelmente ligados é uma evidência, já que o patrimônio é a reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo.”²

Desta forma, diversos estudos, discutidos sobretudo no primeiro capítulo desta dissertação, se dedicaram à história da fundação do aldeamento de Mboy, mas por estarem tão

¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 195.

² Ibidem, p. 197.

preocupados em responder a uma questão do presente, para se constituir um sentido e identidade para aquele local, perderam muitas vezes a dimensão do processo histórico em curso, e não conseguiram desvendar a contento o processo de formação daquele espaço enquanto um elemento integrante de um sistema maior: a rede de aldeamentos do colégio de Santo Inácio. Portanto, estamos de acordo com Certeau a respeito da necessidade de entendermos os problemas de procedimento historiográfico a respeito das relações de “sentido” histórico, ou seja, daquilo que se configura enquanto o objeto de estudo, e daquilo que hoje permite sua compreensão:

“Desde que se procure o ‘sentido histórico’ de uma ideologia ou de um acontecimento, encontram-se não apenas métodos, ideias ou uma maneira de compreender, mas a sociedade à qual se refere a definição daquilo que tem ‘sentido’. Se existe, pois, uma *função histórica*, que especifica a incessante confrontação entre um passado e um presente, quer dizer, entre aquilo que organizou a vida ou o pensamento e aquilo que hoje permite pensá-los, existe *uma série indefinida de ‘sentimentos históricos’*.”³

Por meio do discurso histórico explicitamos uma *identidade social*, não como algo dado ou estável, mas enquanto se diferencia de uma época anterior ou de outra sociedade.⁴ Nesse sentido, percebíamos que esse esforço em dar uma função histórica àquele espaço, a partir da constituição de marcos fundadores, sem colocar sob perspectiva os processos em curso – político, econômico e social; as complexas relações entre Mboy com os demais espaços - os outros aldeamentos e o colégio; e os atores sociais em questão – índios, padres e colonos, tornava difícil e limitada a compreensão da história do nosso objeto de estudo, problemas que para nós impactavam de modo negativo e direto na compreensão do patrimônio cultural ora preservado.

³ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 25.

⁴ Ibidem, p.40.

Antes de trabalharmos questões ligadas à materialidade, seja da igreja ou do acervo, era necessário estabelecer parâmetros que permitissem localizar aquele monumento em um determinado tempo e espaço histórico. Portanto, ao longo desta dissertação, tentamos em diversos momentos compreender quem eram os atores sociais e as motivações que permitiram que ali surgisse uma sociedade com uma determinada expressão cultural.

A partir do momento em que começamos a buscar os sentidos e relações que se davam em torno de nosso objeto de estudo, conseguimos estabelecer um novo entendimento acerca de sua história. Conforme avançamos na pesquisa, ficou cada vez mais claro que o território, onde fora instalado Mboy, se tratava de um local estratégico para o avanço da empresa colonial, por estar próximo aos caminhos do Sul, ao permitir a geração de renda por meio de diversificadas fontes, com a plantação de produtos extremamente comercializáveis, como o trigo e o algodão, o arrendamento de terras ou pelo emprego da mão de obra aldeada, na prestação de serviços públicos ou a terceiros.

Outro ponto relevante para a compreensão desse aldeamento, foi entender as relações com os demais territórios, em particular o colégio de Santo Inácio e os aldeamentos vizinhos: Carapicuíba e Itapecerica. Dessa forma, ficou evidente que a região deveria representar um local importante a ser ocupado pela Companhia de Jesus, haja visto o empenho dos religiosos em aumentar essas propriedades e, aos poucos, constituírem quase que uma única grande fazenda. Nesse sentido, outra questão que ficou clara foram as disputas e conflitos em torno, não somente da mão de obra indígena, mas do uso e propriedade dessas terras.

Como foi destacado ao longo do trabalho, os jesuítas representavam uma grande força econômica, o que gerava incômodo e disputa entre os demais agentes históricos – colonos e até mesmo outras ordens religiosas – que pleiteavam entre si as melhores regiões e porções de terra.

Por sua vez, possuir terras, sobretudo localizadas em áreas estratégicas e com recursos naturais abundantes, para além da questão econômica, permitia aos proprietários um reconhecimento social, fortalecendo assim o poder e o prestígio político das elites locais. Dessa forma, a inserção dos jesuítas, nesse quadro, provocava um empecilho ao avanço e expansão desses grupos, que buscavam diversas maneiras de proteger a sua grei à qual estavam integrados, gerando assim inúmeras disputas. Nesse sentido, os inacianos, para garantir a expansão da missão, tiveram que negociar com membros das mais importantes famílias para assegurar sua sobrevivência em São Paulo.

Dentre as famílias mais importantes do período, que influenciaram diretamente na história dos aldeamentos, citados ao longo deste trabalho, destacam-se as famílias *Dias Pais Leme* e *Rodrigues Arzão*, ambas proprietárias na região e detentoras de prestígio social, econômico, participantes ativas em campanhas de apresamento, para além de acumularem cargos extremamente importantes dentro da estrutura da administração pública como, por exemplo, a administração das minas, diretor e procurador dos índios, bem como funções na câmara municipal.

Essas famílias, em diversos momentos, tiveram suas histórias cruzadas com a dos jesuítas e, nessas situações, conforme as conveniências, negociaram com os padres, ora em benefício destes, ora contra. Nesse ponto, destacamos mais uma vez o papel das mulheres dessas famílias, em particular Catarina Camacho e Maria Egipcíaca Arzão que, em detrimento de seus maridos, vão buscar modos de beneficiar a Companhia de Jesus, como uma maneira de restabelecer vínculos com a instituição, beneficiando a igreja e reparando a imagem de seus companheiros. Assim, de modo complexo, vão se conformando alianças e conflitos em torno dos interesses desses grupos, portanto, em diversos momentos, os jesuítas precisam negociar e fazer acordos para a defesa de seu espaço de atuação.

Por fim, ao longo deste trabalho, em diversos momentos buscamos demonstrar ao leitor que, para compreendermos a história do aldeamento de Mboy, era antes necessário entender os movimentos daquela sociedade, ou seja, aquilo que permitiu a configuração daquele espaço enquanto um território, e as razões que levaram padres, índios e colonos a se instalarem naquele local e disputarem entre si. Quando conseguimos entender esses movimentos, aos poucos, ficou mais claro e nítido o processo em curso, e o entendimento dos inúmeros *sentidos* daquele patrimônio. Por fim, o presente trabalho representa um esforço de preencher lacunas históricas, propor uma cronologia e buscar o entendimento de uma história local, mas sem se descuidar das ilações dos elementos inerentes entre o local e o geral - uma história do município - a partir da perspectiva de uma longa duração, em detrimento de uma história construída a partir de grandes personagens e acontecimentos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

A) FONTES MANUSCRITAS

Arquivos consultados no Brasil:

São Paulo:

1. Museu de Arte Sacra dos Jesuítas:

1971, julho, 30. Carta ao Arcebispo Metropolitano de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, enviada por Madre Odette de Sousa Carvalho.

2. Arquivo do Estado de São Paulo:

1661. Inventário de Domingos da Rocha, marido de Domingas Ribeiro. Cota: C00755, Doc. 05.

1722 [provável]. *Lista* dos índios da Aldeia de Mboy. É provável que o documento tenha sido produzido em 1722 a pedido do governador Rodrigo Cesar de Menezes. Cota:Ordem 228, maço 2, pasta 1.

1722, julho. *Ordem* para prisão de um índio das aldeias dos jesuítas seguido de um certificado de comprimento feito pelo padre Manuel de Oliveira SJ. Cota: Ordem 228. O documento foi publicado no Boletim do Arquivo do Estado, vol. 5, 1945, p.41.

1789. *Medição* das terras de Manoel Pedrozo de Oliveira na região de Cotia denominado Moinho Velho. Cota: Ordem 3308.

1797. *Lista* das criações que se acham nos campos da Aldeya de Mboy pertencentes a sua Real Majestade pelo confisco feito aos extintos jesuítas. Cota: Ordem 228, maço 2, pasta 7.

1798. *Livro* de nascimentos, casamentos e mortes dos índios da aldeia de Boi, Itapicirica e Carapicuíba no anno 1798.Cota: Ordem 228, maço 2, pasta 8.

1802. *Mapa* geral dos Índios da Aldeia de Mboy e Itapecerica, seus nomes, ocupações, casualidade que ocorreram até o mes janeiro, 1802. Cota: Ordem 228, maço 2, pasta 8.

1803. *Mapa* geral dos Índios da Aldea de Carapucuyba anno de 1803 com seus nomes, ocupações, casualidade. Cota: Arquivo do Estado de São Paulo, Ordem 228, maço 2, pasta 8.

1827, junho, 27. *Carta* do Padre Alexandre Gomes de Azevedo para o Conego Fabriqueiro informando que já havia comunicado o alferes Antonio de Camargo de Oliveira sobre a ordem de se levar os sinos de Mboy para São Paulo. No documento o religioso diz desconhecer por que o alferes ainda não fez o ordenado. Cota: ordem 5559.

1827, julho, 2. Carta do padre Alexandre Gomes de Azevedo relatando dificuldades na aldeia de Mboy. Segundo o documento, o imperador solicitou que fosse retirado da igreja da aldeia dois sinos e seus castiçais de prata o que não estava sendo possível por resistência dos índios. Cota: ordem 5559.

1833, janeiro, 1. Sobre a portaria que extinguiu a paróquia de Mboy. Cota: P 2, C 74, D 1, O 869.

1833, maio, 9. Representações ao bispo pedindo a conservação da freguesia de Mboy. Cota: P 2, C 74, D 183, C 869.

1852, abril, 25. O fabriqueiro Ignacio José de Almeida escreve para o presidente da província dizendo que o padre Macaré vendeu parte do gado da Igreja de Nossa Senhora e, até onde consta, o dito dinheiro não foi empregado em melhorias. Cota: ordem 1053.

1855, julho. Carta enviada ao Vice Presidente da Província, a rogo do padre André Joaquim da Silva Macaré. Cota: ordem 902, C 107, P 9, D 10.

1869, janeiro, 9. Lista de índios existentes nas aldeias de São Paulo. Consta existir em Mboy 87 índios. Cota: P 02, D 013-A, O 932.

1882, outubro, 14. Comunicado sobre a elevação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário à paróquia, faz-se necessário que seja feita a eleição de juiz de paz. Cota: ordem 1053.

1887, maio, 14. Comunicado sobre as eleições em Mboy. No documento é dito que as divisas da freguesia foram aprovadas pela presidência da província em 18/03/1881. Cota: ordem 1053.

1889, 3º trimestre. Lista de batizados e óbitos realizados em Mboy. Cota: ordem 1053.

1890, março, 1. *Recibo* de compra e venda de materiais para a obra do cemitério de Mboy. Tijolos e areia. Cota: ordem 1053.

1890, março, 25. *Recibo* de compra e venda de cal e cruz de ferro para as obras do cemitério de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, junho, 30. *Recibo* de fornecimento de tintas e pregos para as obras da matriz de Nossa Sra. do Rosário de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, agosto, 4. *Relação* de pagamento feito aos empregados que estão trabalhando nas obras do cemitério de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, agosto, 10. *Relação* de fornecimento de materiais para as obras na matriz de N. S. do Rosário. Cota: ordem 1053.

1891, agosto, 24. *Relação* de pagamentos de dias trabalhados de funcionários empregados no concerto da Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, dezembro, 12. *Resumo* das contas e gastos com as obras do cemitério de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, dezembro, 21. *Resumo* das contas das despesas feitas na obra da igreja de Mboy. Cota: ordem 1053.

1891, dezembro, 26. Valores empregados em funcionários nas obras do necrotério do cemitério da Mboy. Cota: ordem 1053.

1901, novembro, 27. Publica-fórma. Contracto de aforamento emphyteuse entre o Bispado de São Paulo e Henrique Boccolini. Cota: ordem 4461.

1901, dezembro, 19. Projeto de criação do Núcleo Colonial MBoy, redigido por Henrique Boccolini. Cota: 4461.

1902, janeiro, 7. Câmara Municipal de Cotia. Cota: 11-16-56.

1902, Março. Contrato que assina o Engenheiro Henrique Buccolini, para fundação do núcleo colonial de Mboy. Cota: ordem 4461.

3. Arquivo Metropolitano da Cúria de São Paulo:

1733. *Carta* de Francisco da Silva ao Padre José de Moura agradecendo as esculturas que o irmão do padre fez. Cota: Pasta de Documentos Avulsos Embu (SP) Nossa Senhora do Rosário.

1882-1920. *Livro Tombo* da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Cota: 10-02-32.

4. Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações:

1624, fevereiro, 5. *Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: pasta Aldeamento 5.

1656, fevereiro, 7. Dois *treslados da Carta de doação* que fez Fernão Dias Paes em 1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação. Cota: pasta Aldeamento 5.

1672, julho, 7. *Treslado de Carta de data de terras* de MBoy que deu Antonio Rapozo da Silveira à Catarina Camacho. Cota: caixa 3, Sítio Mutinga.

1672, outubro, 28. *Solicitação de certidão* feita pelo Padre Lourenço Craveiro a respeito de uma confirmação de posse de terras feitas a Fernão Dias em 1641 por João Fernandez Saavedra. Cota: pasta Aldeamento 5.

1673, janeiro, 4. *Solicitação de Trelado*, a pedido do padre Lourenço Craveiro, de trecho do testamento de Brás Leme sobre uma carta de data de terras na paragem chamada Itapecerica. Cota: pasta Aldeamento 3.

1673, abril, 16. *Pedido de excomunhão* feito pelo Padre Lourenço Craveiro em junho de 1672 para localizar documentos. Cota: caixa 3, Sítio Mutinga.

1699, maio, 14. *Trelado de escritura* de troca de terras que fez o Reitor do Colégio de Santo Inácio, Lourenço Craveiro com a moradora Domingas Ribeira, de umas terras na região do Pirajussara pelas terras de Mboy em 1673. O trelado foi solicitado em 1699 pelo reitor do Colégio Padre Aleixo Moreira. Cota: caixa 3, Sítio Mutinga.

1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: aldeamento pasta 3.

1726, janeiro. *Processo* contra Manoel Mendes de Almeida que invadiu as terras de embohê Miry. Cota: caixa 3, Sítio Mutinga.

1759, dezembro, 2. *Autos de Inventario e Sequestro* feito nos bens que se acharam na Aldeia de Mboy. Cota: caixa 3, Sítio Mutinga.

1781, dezembro, 12. *Documentos avulsos* das terras arrendadas em Mboy, Carapicufba e Cotia pelos jesuítas. Muitas dessas terras já se encontram devolutas. Cota: pasta aldeamento 3.

1843. *Publica Forma* da Câmara de Santo Amaro a respeito da solicitação do pároco de Mboy, o padre André Joaquim da Silva Macaré, que deseja vender o gado da aldeia. Cota: pasta aldeamento 3.

1860. *Petição* do Cônego Joaquim do Monte Carmelo relatando a situação de abandono da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência. Cota: pasta Aldeamento 3.

1863. Lista de documentos referente a aldeia de Mboy e Itapecerica que se encontram no Cartório da Tesouraria da fazenda. Cota: pasta aldeamento 3.

1912, agosto, 29. Ordem para envio dos papéis antigos existentes no cartório da Tesouraria para o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cota: pasta 1.

1912, setembro, 2. Ordem para envio dos documentos das sesmarias de terras e correspondência oficial, existentes nessa Delegacia ao Arquivo Nacional. Cota: pasta 1.

5. Instituto de estudos Brasileiros (IEB/USP)

1939, fevereiro, 4. Carta de agradecimento de Mário de Andrade à Comissão Provisória da Sociedade de Amigos de Embú. Cota: Fundo Mário de Andrade, MA-C-CP, 2132.

6. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – São Paulo:

1946, agosto, 5. Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade enviado ao Diretor Geral do 4º distrito do IPHAN. Cota: Embu-MTSP - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, PT 00085-0180-T-38-pasta2.

1946, dezembro, 17. Rio de Janeiro. Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à D. Odete de Sousa Carvalho. Cota: Embu-MTSP - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, PT 00085-0180-T-38-pasta2.

1946, dezembro, 19. Carta de Rodrigo M. F. de Andrade à Luís Saia. Cota: Embu-MTSP - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, PT 00085-0180-T-38-pasta2.

7. Museu de Arte Sacra de São Paulo:

1653. *Treslado de uma carta de destrato* feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Seguido do *treslado do testamento* de Fernão Dias de 1651. Cota: nº 1634-Mitra.

Rio de Janeiro:

1. Arquivo Nacional:

1673. *Solicitação* do Padre Lourenço Craveiro sobre as terras do Anhembi que foram deixadas ao Colégio por meio de inventário de D. Ignez Monteiro. Cota: Arquivo Nacional, Fundo EG, Códice 479.

1675. *Pedido* de sesmaria na região do Anhembi feito pelo padre Lourenço Craveiro. Cota: Arquivo Nacional, Fundo EG, Códice 479.

1781. Lista e terras arrendadas pelos jesuítas em Cotia, Itapecerica e Carapicuíba com o nome dos moradores. Cota: Fundo EG, Códice 481, Fl. 222 e seguintes.

2. Biblioteca Nacional:

1768. *Lista* de índios da Aldeia de Itapecerica totalizando 404 pessoas. Cota: Biblioteca Nacional, Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 18.

1769. *Auto de Medição e demarcação* das terras na paragem Carapicuíba. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 028 nº 001/ MS – 553 (25) D 44.

1769. *Auto de medição e demarcação* das terras da Aldeia de Itapecerica. Acompanha auto de medição das terras de huturuçu pertences a Aldeia. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 028 nº 002 / MS – 553 (25) D 45.

1769. *Termos de medisão* das terras da Aldeia de Nossa Senhora do Rosário de Mboy. Acompanha termo de medição de outra sorte de terras citas na paragem chamada Caputera. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30, 24, 28 nº 3 / MS – 553 (25) D 46.

1769, julho, 18. *Registro* da entrega da aldeia de Carapicuíba e seus pertences, pelo diretor João de Oliveira Pires, ao alferes Pedro José de Andrade. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I- 30, 24, 015 / MS – 553 (25) D 15.

28/01/1769. *Representação* ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão seguido de pedido de anulação da demarcação das terras da aldeia a pedido dos índios da aldeia de Itapecerica. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30, 23, 008 / MS – 553 (24) D 09.

S.D. *Representação* ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão pedindo a nomeação de um novo diretor para a aldeia de Itapecerica. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30, 23, 032 / MS – 553 (24) D 33.

S.D. *Representação* ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão pedindo a conservação do pároco Manuel Reboleira e o diretor da Aldeia de Carapicuíba Baltazar Rodrigues Borba. Cota: Coleção Morgado de Mateus, I-30,23,054 / MS – 553 (24) D 56.

Arquivos consultados no exterior:

Itália, Roma:

1. Archivum Romanum Societatis Iesu:

Fundo Brasile, 5(2).

Fundo Brasile, 6.

1682, julho, 20. Caussæ quæ afferuntur à P. Provinciali Brasiliæ, e jus que Prouinciæ Consultaribus, cætes is que Patribus infra subscriptis pro Collegio D. Ignatis Piratiningano in oppido D. Pauli, a nostris dimittendo, ac deserendo. Cota: Fondo Gesuítico, 1536, doc. 4.

1701. *Memorial* sobre o governo temporal do colégio de São Paulo oferecido ao Padre Provincial Francisco de Matos. Cota: Fondo Gesuitico, 1588, busta 203/12/6.

B) FONTES PUBLICADAS

1. Coleção Inventários e Testamentos:

1605. Inventário de Fernando Dias, pai de Fernão Dias. In **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 1, p. 394-444.

1607. Inventário de Francisco Barreto que possuía uma carta de dada de terras em Carapicuíba. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 2, p. 199-252.

1612. Inventário de Martim Rodrigues, sogro de Cornélio de Arzão, que possui duas cartas de terras na região de Bohi. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. II, 3-76.

1612. Inventário de João de Sant'Anna que comprou de Martim Rodrigues um terço de uma légua de terras em Bohi. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol.3, 57-63.

1615. Inventário de Luiza Gama, que foi casada com João Paes que possuía uma fazenda em Boy. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 3, 467-484.

1633. Inventário de Leonor Leme, avó de Fernão Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p. 5-19.

1633. Inventário de Pedro Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p.55-72.

1633. Inventário de Matheus Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1920, Vol. 9, p. 109-171.

1636. Inventário de Braz Esteves, tio de Fernão Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 10, p. 327-348.

1638. Inventário de Cornélio de Arzão, que possui terras na região de Bohi. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 12, 27-127.

1644. Inventário do Padre Manuel Nunes. In: **Inventários e testamentos**. São Paulo: Edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1937, vol. 28.

1645. Inventário de Lucrecia Leme, mãe de Fernão Dias. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 14, p.313-343.

1646. Inventário de Aleixo Leme. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1946, Vol.33, p. 88-95.

1671. Inventário de Aleixo Leme dos Reis. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.18, p. 219-256.

1681. Inventário de Anna Vidal. In: **Inventários e testamentos**. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, Vol. 22.

1695. Inventário e testamento de Pedro Vaz de Barros. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Vol. 23, Fl. 11-67. Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/SAESPp/pedrovazdebarros1695.htm>>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

1699. Testamento e inventário de Manuel Rodrigues de Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.24, p. 205-242.

1703. Inventário e testamento de Maria Egipcíaca Domingues e Braz Rodrigues Arzão. In: **Inventários e Testamentos**. São Paulo: Publicação Oficial do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol.23.

2. Coleção *Sesmarias*:

1609, janeiro, 26. Cópia de carta de data de terras na região de Carapicuíba até o Rio Pinheiros para Fernão Dias, [Bras] Esteves e Pero Dias. A data de terras foi feita em 22/11/1607, In: **Sesmarias**. São Paulo: Documentos do Archivo do Estado de São Paulo. Typographia Piratininga, 1921, Vol. 1, p. 42-44.

3. Coleção *Cartas de datas de terras*:

1609, agosto, 9. Treslado de carta de data de terras a Fernão Dias o moço, na vila de São Paulo, nos chãos do conselho. In: **Cartas de datas de terra (1601 a 1650)**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Cultura. Publicação da Sub-Divisão de Documentação Histórica. 1937, vol. 2, p.31-32.

1665, junho, 6. Demanda entre Domingas Ribeira e os padres da Companhia de Jesus sobre umas terras em Carapicuíba, In: **Cartas de datas de terra (1651 a 1700)**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Departamento de Cultura, 1937, vol. 3, pg. 51-52.

4. Coleção Actas da Câmara da Villa de São Paulo:

1611, agosto, 3. Vereação. **Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1596-1622.** Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Dupra & C., 1915, Vol. II, p. 295.

1619, novembro, 1. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1596-1622. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. II, 1915, p. 416.

1620, outubro, 3. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1596-1622. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. II, 1915, p. 450.

1622, outubro, 15. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1596-1622. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. II, 1915, p. 486.

1623, janeiro, 14. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 15.

1623, setembro, 2. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 50.

1623, setembro, 16. Vereação. In: Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1623-1628. Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 53.

1624, janeiro, 20. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo. 1623-1628.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Duprat & C^a, Vol. III, 1915, p. 78-79.

1629, agosto, 5. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 32-33.

1630, julho, 6. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 61.

1632, maio, 22. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 121-122.

1633, agosto, 21. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1629-1639.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. S. Paulo: Duprat & C.^a, Vol. IV, 1915, p. 174-175.

1636. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1640-1652.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 300.

1638. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1640-1652.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 402.

1640, julho, 21. Vereação. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1640-1652.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 42.

1650, agosto, 6. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1640-1652.* Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, Vol V, 1915, p. 433-435.

30/11/1678 e 16/12/1678. Vereações. In: *Actas da Camara da Villa de S. Paulo 1653-1678.* Publicação official do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, Vol VI, 485-487.

1678, dezembro, 27. Termo de vereação de retirada de todos os índios da Aldeia de Mboy e Carapicuíba. In: *Actas da Câmara da Villa de São Paulo (1653-1678).* Publicação official do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, vol. 6, 1915, p.491-492.

1695, janeiro, 19. Proibição do procurador da vila para que os Índios da Aldea de MBoy não sejam alugados. In: **Actas da Câmara da Villa de São Paulo (1679-1700)**. Publicação official do Archivo Municipal de São Paulo. São Paulo: Typographia Piratininga, 1915, vol. 7, 1915, 467-468.

1734, setembro, 25. Vereação. In: **Actas da Camara da Cidade de S. Paulo (1730-1736)**. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1915. Vol. X, p. 361-363.

1734, novembro, 6. Vereação. In: **Actas da Camara da Cidade de S. Paulo (1730-1736)**. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1915. Vol. X, p. 377.

1734, dezembro, 21. Vereação. In: **Actas da Camara da Cidade de S. Paulo (1730-1736)**. Publicação official do Archivo Municipal de S. Paulo. São Paulo: Typografia Piratininga, 1915. Vol. X, p. 385-387.

5. Boletim do departamento do Arquivo do Estado de São Paulo:

1722, março, 12. Carta do Reitor Rafael Machado, para o governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes sobre a lista de índios das aldeias do Colégio. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, março 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, pp.42-43.

1722, abril, 12. Lista de índios da aldeia de Barueri elaborada pelo Frei Sebastião dos Anjos. In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, março 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p.86-87.

1722 (provável). Lista de índios da aldeia de Barueri que se encontram nas aldeias da Companhia (Itapecerica, Mboy e Carapicuíba). In: **Boletim do departamento do arquivo do Estado de São Paulo, março 2, 1721-1804, Tempo colonial**. São Paulo: Tipografia do Globo, 1945, vol. 5, p. 88-89.

1722, julho, 19. Certificado do Padre Manoel de Oliveira, superior das Aldeyas de Mboy e Tapececerica que disponibilizou um índio para o Senhor General. In: **Boletim do Departamento do Arquivo do**

Estado de São Paulo. Maço 2 (1721-1804), Tempo colonial, aldeamento de índios. São Paulo: Tip. do Globo, 1945, Vol. 5, p.41.

6. Coleção de Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo:

1701. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Imprensa oficial, vol. 54, 1932, p. 89-90.

1743, janeiro, 29. O governador da Capitania Dom Luiz Mascarenhas ordena que caso algum índios das aldeias de Mboy, Itapecerica, Araçariguama, Capella, São José e Carapicuíba sejam pegos fora de suas aldeias, sem licença dos padres jesuítas, eles deverão ser presos, desterrados e açoitados. Caso algum morador queira alugar o serviço dos ditos índios, deverá combinar e pagar aos ditos padres o jornal dos indígenas. In: **Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, vol 22, 181-183.

1762. Relações dos bens apprehendidos e confiscados aos Jesuítas da Capitania de S. Paulo, como consequencia da expulsão dos Jesuítas do Brasil. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo.** São Paulo: Typ. Cardozo Filho & Comp., 1915, vol. 44, p. 337-378.

1766. Lista de fogos, mulheres e homens das aldeias de São Paulo. Há na relação às aldeias de Mboy, Carapicuíba e Itapecerica, In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Tip. do Globo, 1946, vol. 69, p. 265.

1766. Sobre as medidas adotadas para a manutenção das Aldeias que estavam sofrendo com o abandono dos índios e a pobreza. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, vol. 73, p. 194-195.

1766, junho, 12. Ordem para que Manoel Pires sirva interinamente como diretor da Aldeia de Itapecerica, e que recolha os teares que estão dispersos, pois na aldeia há tecelões que podem trabalhar com essa produção. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p.83.

1766, agosto, 13. Portaria de nomeação para diretor da Aldeia de Itapecerica, Ignacio Peres Buenno. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p. 95.

1766, dezembro, 21. Sobre as dificuldades encontradas nas aldeias, pois grande parte das terras dos índios foram usurpadas por moradores e agora os índios não tem onde plantar. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, vol. 73, p.197-198.

1766, dezembro, 21. Carta de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Oeyras. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo**. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). 1765-1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, Vol. 73, p. 202.

1766, dezembro, 22. Morgado de Mateus sugere ao rei para que se transformem as aldeias de índios em vilas. Cita que todos os documentos foram enviados ao Rio e não ficou nenhuma cópia para que se soubessem as decisões que até então haviam sido tomadas sobre os bens dos jesuítas. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, vol. 73, p. 202-206.

1766, dezembro, 22. Morgado de Mateus sobre a dificuldade de se medir as terras dos índios que foram invadidas por moradores. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, vol. 73, p.206-207.

1766. Auto de ereção da Aldeia de São José a Vila. In: **Documentos interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**. Correspondência do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão 1766-1768. São Paulo: Typographia Aurora, 1896, vol. 23, 398-415.

1766. Carta de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão ao Conde de Cunha. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo**. Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus). 1765-1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, Vol. 73, p. 25.

S.D. [posterior a 1759]. Relação das aldeias da Capitania de São Paulo que pertenceram aos jesuítas, seguido com o nome dos diretores e párocos. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952, vol. 73, p.209.

1767, fevereiro, 4. Ordem para que Esperança Machada resida na aldeia de Itapesserica para ensinar as meninas a cozer. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p. 137.

1767, junho, 20. Ordem para que o diretor da Aldeia de Itapecerica envie à cidade a India Antonia, que fugiu da casa de Antonio Fernandez. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p. 158.

1767, julho, 17. Ordem para que os índios músicos de Itapecerica vá para a fazenda de s. Anna. Eles deveriam levar as solfas e instrumentos. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p.171.

1768, outubro, 26. Portaria para se medirem as Aldeas desta Capitania para saberem as terras que lhes pertencem. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** Offícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funcionários da Capitania 1765-1771. São Paulo: Typografia do globo, 1940, Vol. 65, 229.

1768, outubro, 26. Ordem para o Diretor da Aldeia de Mboy, o alferes Bento Pedroso da Costa, para vender o gado da dita aldeia. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, p. 225.

1768, outubro, 26. Ordem para que o alferes Bento Pedrozo da Costa faça medir as terras da aldeia acompanhado de pessoa perita "na agulha" que sirva de "piloto". Depois de medidas, os termos deveriam ser enviados. Foram passadas no mesmo dia e teor para as aldeias de Carapicuíba, Itapeserica, Barueri, Nossa Senhora da Escada e São João da Praia da Conceição, In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do globo, 1940, vol 65, 226.

1769, janeiro, 29. Carta de D. Luís A. de S. B. Mourão ao Conde Vice-rei Presidente, e mais senhores ministros da Junta da Real Fazenda do Confisco Jesuítico do Rio de Janeiro. In: **Documentos Interessantes para a história e Costumes de São Paulo.** Correspondencia do Capitão-General D. Luis Antonio de Souza Botelho. 1767-1770. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, Vol. 19.

1769, junho, 3. Carta de Dom Luiz Antonio de Sousa ao diretor da aldeia de Mboy, informando que o padre Ignacio Rodriguez Barbosa, paroco da Aldeia reclamou da falta de pagamentos de sua cônica. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 92, p. 33-34.

1771, julho, 25. Ordem para retirada de índios das aldeias de Carapicuíba, Itapeperica, Mboy e Pinheiros para trabalharem no aterramento na Ponte dos Pinheiros. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p. 25.

1772, fevereiro, 4. A câmara de São Paulo solicita aos diretores e capitães das aldeias de Pinheiros, Mboy, Itapeperica, Carapicuíba e Barueri que sejam cedidos 4 índios de cada uma para realizar um aterro na ponte dos Pinheiros. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.46.

1772, agosto, 2. Ordem ao diretor da Aldeia de Carapicuíba para que não deixe os índios realizarem serviços fora das aldeias sem antes ser pago o dinheiro do dito serviço. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.70.

1772, setembro, 1. Ordem para que se castigue os índios de Itapeperica, pois eles estão em total desobediência em relação ao superior religioso da dita Aldeia. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia do Globo, 1939, vol 64, p. 61.

1772, setembro, 16. Carta de agradecimento do Morgado de Mateus ao alferes Martinho Alvarez de Figueiredo por ter controlado o motim dos indios de itapeperica. In: **Documentos interessantes para**

a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 65-66.

1772, novembro, 13. Ordem para que o Sargento Mór Pedro Taques declare tudo o que souber a respeito do estado das Aldeias da Capitania, a respeito de suas terras e governo, incluindo conservando aquilo que julgar preciso. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.108.

1773, outubro, 30. Carta de Morgado de Mateus ao Alferes Martinho Alvarez. O governador chama a atenção para o descumprimento de suas ordens, pois o alferes Felipe Fr. retirou uma índia da aldeia de Mboy ou Itapecerica, sendo que o governador não deseja que nenhum índio seja retirado sem sua autorização, pois deseja o aumento das aldeias, e não sua diminuição. Os índios só podem sair com autorização e por tempo determinado, para poderem aprender um ofício e retornarem para as aldeias "mais civilizados". In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 156-157.

1774, maio, 17. Portaria do Bispo para prover com um capelão, o Frei Sebastião de Santa Catharina, a aldeia de Itapecerica. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.157-158.

1774, maio, 17. Portaria para que o tesoureiro do cofre pertencente ao sequestro dos jesuítas, o Sr. Luiz Pereira de Macedo, dê mantimentos para o sustento dos escravos que estão trabalhando no reparo da residência desse colégio. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.159.

1775, setembro, 6. Ordem para o diretor da Aldeia de Mboy para que ajunte o gado e éguas para serem marcados. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 84, p.34.

1775, novembro, 19. Ordem para que o Cabo João Elias Moreira passe nas aldeias de Barueri, Itapecerica e Mboy para recolher 50 índios para entulharem um desbarrancamento que ocorreu na cerca do colégio. Os índios serão pagos pela Fazenda Real. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1901, vol 33, p.110.

1776, agosto, 23. Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o capitão Martinho alvarez de Figueiredo Leme sobre o gado de Mboy e uma índia da Aldeia de São José que estava amancebada com um índio trompista de Itapecerica. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Oficinas Gráficas da Impres, 1954, vol. 76, p. 50-51.

1776, dezembro, 11. Ordem para se entregar ao Sargento Antonio Francisco de Andrade doze índios trabalhadores de Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 82, p.98.

1779, novembro, 8. Carta para o diretor da aldeia de Emboú Vicente Pedrozo de Camargo informando que foi solicitado aos capitães de Parnaíba e Sorocaba que se prendam os índios fugidos da aldeia e que os levem de volta. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 82, p.38-39.

1779, novembro, 8. Ordem para o capitão mor de Socorocaba Jozé de Almeyda Leme para que prenda Theotonio Barboza forro e casado em Embu, que está indo por indução de um vaqueiro da mesma aldeia. Ambos deveriam ser presos e remetidos de volta. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 82, p.39.

1779, novembro, 8. Ordem para o capitão da Vila de Parnaiba Antonio Correia de Lemos Leite para que prenda o índio da aldeia de Mboy, Severo Antonio, que saiu dela fugido com uma mulher casada e vai arrastando índios da mesma aldeia e de Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 82, p. 39.

1780, abril, 10. Sobre a prisão do índio Manoel Branco, da aldeia de Mboy, por que tentou tirar do tronco a índia Francisca Branca. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1956, vol. 82, p.125.

1780, agosto, 6. Informação sobre o pagamento aos párocos das aldeias que foram dos jesuítas. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1902, vol 43, p. 346-348.

1780, setembro, 14. Carta de Martim Lopes Lobo Saldanha para o capitão Martinho Alvares de Figueiró Leme, da Freguezia de Santo Amaro, pedindo que destitua o atual diretor e capitão da aldeia de Itapecerica e nomeie como novo diretor o Sr. Salvador Godinho. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1956, vol. 82, p.189.

1780, setembro, 22. Carta de Martim Lopes Lobo Saldanha para Martinho Alvarez de Figueiro Leme, ordenando ao Índio Jozé Borges que tire a patente de capitão mor da aldeia de Itapecerica. Ele espera que com as mudanças a aldeia pare de ter tantas desordens. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1956, vol. 82, p.204.

1782, abril, 8. Ordem para o envio de índios das aldeias de Embu, Itapecerica e Carapicuíba para o serviço de sua majestade. Na relação é escrito o nome de alguns índios. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.44.

1782, junho, 6. Instrução sobre a apresentação das contas da venda dos bois e potros da aldeia de Mboy. As contas devem ser apresentadas no Tribunal da Junta da Real Fazenda. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.55.

1782, junho, 25. Ordem para que o capitão Martinho Alvarez, inspetor dos índios de Itapecerica entregue ao Capitão da Vila de Itú alguns índios. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.13.

1782, outubro, 1. Ordem de prisão de índios da aldeia de Itapecerica. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.69-70.

1782, dezembro, 20. Ordem para que seja entregue índios da aldeia de Itapecerica, Carapicuíba e Barueri para trabalharem na fazenda de Vicente da Costa em Itu, mediante pagamento de salário. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p. 18.

1783, fevereiro, 1. Portaria para o índio Domingos André ser Capitão mor da aldeia de Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p. 18.

1783, fevereiro, 4. Ordem para que o inspetor das aldeias de Itapecerica, Embu e Carapicuíba entreguem 10 índios capazes ao capitão Francisco Xavier dos Santos. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.18.

1783, maio, 4. Ordem para o diretor ou capitão mor da aldeia de Carapicuíba dê a João Baptista Victoriano quatro índios para irem trabalhar em uma diligência. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.22.

1783, outubro, 24. Resposta para Vicente Pedrozo de Camargo diretor das aldeias de Embu e Itapecerica, dizendo que deve recolher os índios que delas foram retirados. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.98.

1783, novembro, 15. Nomeação de novo diretor para a aldeia de Embu, o senhor Antonio de Camargo Pontes. O diretor anterior, Vicente Pedrozo de Camargo, deverá prestará conta dos bens da aldeia. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.23.

1783, novembro. Ordem para que o Capitão Martinho Alvarez escolha um diretor para substituir provisoriamente o diretor da aldeia de Embu, pois ele está de licença. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.99.

1783, dezembro, 12. Ordem para aldeia de Embu para que seja entregue um índio de dez a doze anos. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.27.

1783, dezembro, 30. Ordem para o inspetor das aldeias de Embu, Itapecerica e Carapicuíba para que se venda o gado que nelas existir. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.27.

1784, janeiro, 7. Ordem para os diretores das aldeias de Itapecerica, Embu e Carapicuíba para entregarem três índios cada uma para o Capitão da vila de Itu, mediante ajuste dos pagamentos. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 85, p.27.

1784, janeiro, 9. Ordem para o inspetor das aldeias de Embu, Itapecerica e Carapicuíba, Capitão Martinho Alvarez que retire de cada aldeia 12 índios, os melhores para o trabalho, entregando-os para o Secretario do Governo. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.27-28.

1784, janeiro, 19. Ordem para os diretores ou capitães de Itapecerica e Barueri que se entreguem seis índios para irem trabalhar na fabrica de anil de Jozé Antonio de Moraes, morador da Vila de Parnaíba por um mês mediante salário. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.28-29.

1784, abril, 15. Solicitação de índios serradores ou carpinteiros da aldeia de Itapecerica para preparar as madeiras para o forro da Sé. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.30.

1784, julho, 12. Se mandarão buscar índios músicos para a festa de Santa Ana. Não diz qual aldeia. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.33.

1784, agosto, 4. Portaria ao indio Paulo Vieyra para ser sargento mor da aldeia de Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.34.

1785, março, 2. Ordem de prisão de alguns indios da aldeia de Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.39.

1785, março, 21. Portaria para o índio Joze Antonio, sargento mor da aldeia de Mboy, para ser capitão mor da mesma. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: 1961, vol. 85, p.40.

1790, outubro, 1. Portaria de nomeação para capitão mor da Aldeia de Carapicuíba o índio Victorino Barbosa e o Sargento Mor da Aldeia de Carapicuíba o índio José Pereira. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 88.

1792, julho, 17. Portaria de nomeação para diretor dos índios da aldeia de Imboy o alferes Salvador Leonardo de Moura Rolim. Do mesmo teor e data se passou outra para Bento Maciel para Diretor da aldeia de Itapecerica. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 173.

1792, agosto, 25. Portaria de nomeação para diretor da aldeia de Carapicuíba, Luiz Mariano de Camargo. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 178.

1794, outubro, 1. Ordem para recolhimento de uma índia da aldeia de Itapecerica que estava alugada em São Paulo. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 272.

1794, outubro, 14. Portaria de nomeação para diretor da aldeia de Carapicuíba, Antonio Vieyra de Brito. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 275.

1795, setembro, 15. Portaria de nomeação para diretor dos índios da aldeia de Itapecerica, Antonio Nunes Ribeiro. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.** São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Duprat & Comp., 1924, vol 46, p. 306.

1797 a 1804. Mapa dos rendimentos das aldeias e fazendas dos extintos jesuítas, incluindo Embu. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Editora UNESP, 1990, vol. 95, p.380-381.

1803. Plano que se propõe para o melhoramento das aldeias da capitania de São Paulo, elaborado por Joze Aroche de Toledo, diretor geral das aldeias. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Editora UNESP, 1990, vol. 95, p. 92-110.

1805, abril, 24. Mapa de varios rendimentos da caixa real fazenda, e dos extintos jesuítas. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.** São Paulo: Editora UNESP, 1990, vol. 95, p.390.

1822, maio, 22. Encaminhamento de pedido dos índios da aldeia de Itapecerica para o Juiz e Piloto das Medições das Sesmarias. In: **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**. São Paulo: Archivo do Estado de São Paulo, Typographia Andrade & Mello, 1902, vol 37.

1829, fevereiro, 4. Sobre o estabelecimento de colonos alemães nas aldeias de Itapecerica, Mboy, Carapicuíba e fazenda de Araçariguama. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 86, p.219-222.

1829, janeiro, 24. Sobre o estabelecimento de colonos alemães nas aldeias de itapecerica, mboy, Carapicuíba. In: **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: 1961, vol. 86, p.216-218.

C) CARTOGRAFIA

Brasil, São Paulo:

Arquivo do Estado de São Paulo:

Planta. Zona do Nucleo colonial de M'Boy. São Paulo, 14 de dezembro de 1901. Autor: Engenheiro Henrique Bocolini. Escala 1:40.000. Sindicato para colonização do Sul de S. Paulo. Cota: Brasil, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, nº 14.02.18.

Planta. Loteamento do Nucleo Colonial de M'Boy. Escala 1: 10.000. Cota: Brasil, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, nº 14.02.20.

Folha de S. Roque. Comissão geographica e Geologica de S. Paulo. Escala 1:100.000. Edição preliminar 1901. Cota: Brasil, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo.

D) PERIÓDICOS

ANDRADE, Mário de. Pintura Religiosa Paulista. In: **O Estado de São Paulo**, 4 de dezembro de 1938.

Madre Odette: sua vida sua obra (IX). In: **Tribuna do Embu**, julho de 1969.

Nota de falecimento de Madre Odette. In: **O Estado de São Paulo**, 30 de março de 1973.

Transformação de Monumento em Museu. In: **O Estado de São Paulo**. 05 de março de 1965.

F) OBRAS DE REFERÊNCIA

ANDRADE, Mário de. **Será o Benedito! – Artigos publicados no Suplemento em Rotogravura de O Estado de S. Paulo**. São Paulo: EDUC; Giordano; Ag. Estado, 1992.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Andrée Mansuy Diniz Silva (introdução e notas). São Paulo: Edusp, 2007.

BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravo**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 8 volumes.

CAEIRO S.J., José. **História da Expulsão da Companhia de Jesus das Províncias Ultramarinas da Assistência de Portugal**. (Séc. XVIII). Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 2005.

Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por nadado d’El-Rey D. Philippe I. 14^a Ed. segundo a primeira de 1603, e a nona de Coimba de 1824. Com notas de Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

Constituições da Companhia de Jesus anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. São Paulo: Tipographia 2 de Dezembro, 1853.

FONSECA SJ, Manoel. **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes SJ**. Lisboa: Publicado pela officina de Francisco da Silva, 1752. Reeditada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo: Cayeiras: Rio de Janeiro, 1932.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Duprat & Comp., 1905. 9 volumes.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. 3ª edição. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” LTDA.; Martins Editora, 1953, 3 volumes.

_____. A expulsão dos jesuítas em 1640. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo**. São Paulo: Typographia de “El Diário Español, volume III, 1898, p. 33-123.

_____. **A expulsão dos jesuítas do Collegio de S. Paulo**. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de S. Paulo; Rio de Janeiro: Cayeiras.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1954, 2 volumes.

PINHEIRO, Joaquim Gil. **Memórias de MBOY: Configuração, Ethnographia e Origem do lugar**. Apresentadas ao 2º Congresso Brasileiro de Geografia. São Paulo. Agosto de 1910. 1ª edição.

_____. **Os costumes da Roça ou as Memorias de Mboy: Etnographicas, Historicas e Etymologicas**. São Paulo: Empreza Graphica Moderna, 1911.

Ordenações do Senhor Rey D. Manuel. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, MDCCLXXXVII.

Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil. Cota: Lisboa, AHU, código 112, 17/12/1548. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3_Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf>. Acesso em julho de 2017.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001

SILVA, Antonio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações**. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

G) BIBLIOGRAFIA

A Companhia de Jesus e os índios. Eunícia Barros Barcelos Fernandes (Org.). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

A escrita da história: novas perspectivas. Peter Burke (Org.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

A Forma e a Imagem: arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. CARVALHO, Anna Maria F. M. de. (Org.) Editora da PUC-Rio, 1991.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7ª ed. rev., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguier. 1930.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

Antigos aldeamentos jesuíticos: a companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas. Gabriel Frade (Organizador) [et al.]. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

AMANTINO, Marcia. Auto de sequestro e inventário que Dor. João Cardozo de Azevedo Desembargador dos Aggravos da Rellação do Rio de Janeiro mandou fazer em virtude da ordem abaixo copiada da fazenda de Macaé que tem os pes. da Comp. Do Collegio da mesma cidade no caminho que vai para os lados denominados Campos dos Gaytacazes. **Clio, Revista de Pesquisa Histórica**, nº 27-2, 2009, p. 247-267.

_____. Os bens da Companhia: meios para a missão, In **Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014)**. Carla Galdeano; Larissa Maia Artoni; Silvia Maria Azevedo (orgs.). São Paulo: Loyola, 2014.

AMARAL, Araci A. **A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio**. São Paulo: Novel: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O Nariz torcido de Lucio Costa. **Sinopses 18**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Dezembro 1992.

_____. **Um Estado Completo que pode jamais ter existido**. Tese de Doutorado. FAU-USP. 1993.

Antigos aldeamentos jesuíticos: a companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas. Gabriel Frade (Organizador) [et al.]. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

ARGAN, Giulio Carlo. **Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARROYO, Leonardo. **Igrejas de São Paulo**. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1954.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens Divinos**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BAILEY, Gauvin A. Art on the Jesuit missions in Asia and Latin America, 1542-1773. Toronto: University of Toronto Press, 2001.

BEDIN, Andrea Gomes. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Embu das Artes-SP: arte e educação jesuíticas**. Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo, PUC/SP, 2014.

BEIER, José Rogério. De aldeias a freguesias e vilas: o processo de dissolução das aldeias indígenas na representação cartográfica do território de São Paulo (1765–1837), In **Anais Eletrônicos [do]** 6.

Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades. Salvador: EDUNEB, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1979.

BITENCOURT, Eron Matheus. **Cotidiano e mobiliário no aldeamento de Mboy.** Série Encontro Temático. Angélica Brito Silva (Org.). São Paulo: Pateo do Collegio, 2017.

_____. **A música nos aldeamentos jesuíticos.** Série Encontro Temático. Angélica Brito Silva (Org.). São Paulo: Pateo do Collegio, 2017.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721).** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia Mercantil: Negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765).** Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822).** Tese de Doutorado. FAU-USP, 2009.

_____. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.-dez. 2009.

CALÓGERAS, Pandiá. **As minas do Brasil e sua legislação.** 2ª edição atualizada e dirigida por Djalma Guimarães. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Juntas da Real Fazenda.** Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4304>> . Acesso em: Junho de 2017.

CAMPOS, Eudes. Mário de Andrade, Paulo Duarte e a Proteção dos bens Culturais Paulistas. In: **Informativo Arquivo Histórico Municipal**. São Paulo, setembro/outubro de 2006, ano 2, número 8. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info08/>>. Acesso em dezembro 2017.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem, *in* **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 183-264.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. **Resgate: História e Arte**. São Paulo: Impresso na Prol Gráfica, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A escrita da história**. 3 edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2006.

CORREA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica de fins do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1957.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, 1941, nº5.

COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivo, poder, memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN**. Campinas, SP: Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

COSTA, Mozart Alberto B. da. **A talha no Estado de São Paulo: determinações tridentinas na estética quinhentistas, suas projeções no barroco e a fusão com elementos da arte palaciana no rococó.** Tese de Doutorado. FAU-USP. São Paulo, 2014.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo (1765-1811).** São Paulo: Tese de Doutorado/FAUUSP, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DUARTE, Paulo. Contra o vandalismo e o extermínio. In: **O Estado de S. Paulo**, sexta-feira, 11 de junho de 1937.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Emenda de nº 12/2006 à lei orgânica da cidade de Embu das Artes. Criação do dia de Fundação da Aldeia de M'Boy - 18 de julho de 1554. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-embu-das-artes-sp>>. Acesso em maio de 2017.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **O engenho Sergipe do Conde (contar, constatar e questionar). Bahia (1622-1653).** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1980.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. **Futuros outros: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização na América portuguesa.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

FERREIRA, Maria Thereza C. da Rocha. **Os aldeamentos indígenas paulistas no fim do período colonial**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1990.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: **Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos**. ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

FRANCO, José Eduardo. **O mito dos jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente**. Portugal: Graviva, 2006.

FRADE, Gabriel dos Santos. **Arquitetura e liturgia: as contribuições do movimento litúrgico à arquitetura católica paulistana (1933-1962)**. Mestrado em Teologia. São Paulo: PUC-SP, 2012.

GUILHOTI, Ana Cristina; LIMA, Solange Ferraz; MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Às margens do Ipiranga: Um monumento-Museu, in **Às margens do Ipiranga: 1890-1990**. São Paulo: Museu Paulista - USP, 1990, 9-11.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. Tempo e Patrimônio. In: **VARIA HISTORIA**. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006.

_____. Michelet, a história e a “verdadeira vida”. In: **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 13-20, jan./jun. 2005.

HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime**. São Paulo: Alameda, 2012.

História de São Paulo Colonial. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.)... [et al.]. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

História dos índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista.** Organização Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. 4ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

_____. **Caminhos e fronteiras.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Capelas Antigas de São Paulo. In **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, 1941, nº5.

_____. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JORDÃO, Moacyr Faria de. **O Embu na história de São Paulo.** Publicação Patrocinada pela Prefeitura Municipal de Embu. 2ª edição revista e aumentada, 1964.

_____. **Embu: terra das artes e berço de tradições.** 1972 (1ª edição). São Paulo: Noovha América, 2004, 2ª edição.

Juntas da Real Fazenda. Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letraj_juntasreal.htm>.
Acesso em junho de 2017.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais Museu Paulista.** São Paulo , v. 17, n. 2, p. 39-61, Dec. 2009 . Grifo nosso.
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 abril de 2018.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, nº 30, 2002, p. 110-128.

KNECHT, Theodoro. **Ocorrências Minerais do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1950, Vol. I.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, João Carlos Santos. Resistências sagradas: Pátio do Colégio, secularização e reconstrução. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2016.

LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 10 volumes. Lisboa: Portugália. 1938-1950.

_____. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

_____. **Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Edições Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOYOLA, Inácio de. **Exercícios Espirituais**. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

MARAVALL, José Antônio. **A cultura do Barroco: Análise de uma estrutura histórica**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, Ivan Barbosa. **A formação do Embu no período colonial: Intersecção entre a ação evangelizadora dos jesuítas no âmbito da política colonial e as decorrências simbólicas e culturais do encontro de missionários e indígenas**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: PUC/SP, 2007.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Tintas da terra, tintas do reino: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2009.

_____. The Emblem Tradition in the Colonial Amazon Region: Books and Paintings in the Jesuit Mission of Grão-Pará. In: Pedro Germano Leal; Rubem Amaral Jr. (Org.). **Emblems in Colonial Ibero-America: To the New World on the Ship of Theseus**. 1ed. Glasgow: University of Glasgow / GES, Glasgow Emblem Studies, 2017, v. 18, p. 321-351.

_____. A Oficina dos Jesuítas do Colégio de Santo Alexandre no Grão-Pará e sua Difusão Regional na Amazônia. **Revista Bibliographica Americana: Revista Interdisciplinaria de Estudios Coloniales de la Biblioteca Nacional de la Republica Argentina**, v. VI, 2010.

_____. “La Compagnia sia, come un cielo”: O sol, a lua e as estrelas dos livros de emblemas para a decoração das igrejas das missões jesuíticas na América Portuguesa, séculos XVII–XVIII. **Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas** (1998) /Anuário de Historia de América Latina, v. 50, 2013, p. 81-102.

Mayumi, Lia. **Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo**. Tese de Doutorado. FAU-USP, 2005

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n.115, p.103-117, 1983.

_____. Comentário XII: Visões, visualizações e usos do passado. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.15. n.2. p. 117-123. jul.- dez. 2007.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

_____. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36 - 2003.

_____. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Revista Estudos Históricos**. V. 11, n. 21, 1998.

_____. O Campo do Patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012.

METCALF, Alida C. **Family and frontier in colonial Brazil: Santana de Parnaíba. 1580-1822**. University of California Press, 1992.

MONDONI, Danilo. **Os Expulsos Voltaram - Os Jesuítas Novamente No Brasil (1842-1874)**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Geraldo Dutra de. **A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura do Município, 1979.

MOREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

_____. **Um patrimônio em contendas: os Bens Jesuíticos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

O governo dos povos. Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado, Maria Fernando Bicalho (Org.). São Paulo: Alameda, 2009.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hicitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 8/9. p. 281-291 (2000-2001). Editado em 2003.

_____. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Vol. 4, p. 265-82, jan./dez/ 1996.

REIS, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitâneas do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. **Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo (1560-1765)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado DH-FFLCH/USP, 2010.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 5 ed. atualizada. São Paulo, Editora Nacional, INL, Brasília, 1978.

ROMAN, Tamara. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Residência Anexa. Embu, São Paulo**. Análise da Documentação do Restauro de 1939/1940. Dissertação de Mestrado. FAU-USP, 2003.

RUSSO, Silveli Maria de Toledo. **Espaço doméstico, devoção e arte: a construção histórica do acervo de oratórios brasileiros, séculos XVIII e XIX**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 2010, p. 87.

RUSSO, Mariagrazia e TRIGUEIROS, António Júlio Limpo. **Ricerca all'interno del "Progetto «Presenza e attività in Italia dei Gesuiti iberici esiliati (1759-1800): forme di impegno e**

produzione politica, letteraria, scientifica”. 2. Schedatura dei Gesuiti esiliati in Italia. Universidade de Padova.

RUIZ, Rafael. **São Paulo na monarquia hispânica**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull) 2004.

RUIZ, Rafael; ZERON, Carlos. A força do costume, de acordo com a Apologia pro Paulistis (1684). In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende. (Org.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo-Rio de Janeiro: Via Lettera-MAST, 2008, v. , p. 359-376.

SALVADOR, José Gonçalves. **Cristãos-Novos jesuítas e inquisição. (Aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul, 1530-1680)**. São Paulo: Livraria Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Te Deum Laudamus: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758- 1763)**. Dissertação de Mestrado. Salvador/BA: UFBA. 2002.

_____. A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 1(1), 2007.

_____. Aldeamentos Jesuítas e Política Colonial na Bahia, século XVIII. **Revista de História**, Vol. 156, 1º semestre de 2007, p. 107-128.

_____. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.

SILVA, Angélica Brito; BITENCOURT, Eron Matheus. Descobrir o museu, (re)descobrir a cidade. **ETD: Educação Temática Digital**, vol. 20, 2018, p. 586-603.

_____. **Embu e o patrimônio: teorias de restauro, práticas de preservação.** Série Encontro Temático. Angélica Brito Silva (Org.). São Paulo: Pateo do Collegio, 2017.

SILVA, Angélica Brito; ROSA, Júlia; BITENCOURT, Eron Matheus. **Descobrindo Embu no Museu: guia temático do professor.** São Paulo: Pateo do Collegio, 2014.

SILVA, Angélica Brito. Antecedentes e conflitos na implantação do aldeamento jesuítico de Mboy (1624-1663). In: **Encontro Internacional de História Colonial Cidade da Bahia: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades, 2017, Salvador. Anais Eletrônicos do 6.º Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades.** Salvador: Eduneb, 2017. v. 1.

SILVA, Antonio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762.** Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

SILVA, Janice Teodoro da. **São Paulo: 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial.** São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SILVA, Jorge Lúzio Matos. **Sagrado Marfim: O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações.** Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. **O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAUNAY, Affonso de E. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Typ. Ideal, Tomo I, 1924.

_____. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Typ. Ideal, Tomo II, 1925.

_____. **História Geral das Bandeiras Paulistas. 1651-1683.** São Paulo: Typ. Ideal, Tomo IV, 1928.

_____. **Historia Seiscentista da Vila de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Ideal, Tomo III, 1928.

_____. Entradas e saídas da cidade. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, 1935, Vol 9-10.

THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500-1640**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981.

TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda Geral dos Jesuítas e o monopólio da Passagem do Cubatão 1553-1748**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História Social-USP, 2008.

VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna: Um estudo de história do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VERAZANI, Katiane Soares. **Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri - sécs. XVI-XIX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

VELLOSO, Gustavo. **Ociosos e sedicionários: Populações indígenas e os tempos do trabalho nos Campos de Piratininga (século XVII)**. São Paulo: Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do império do Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)**. São Paulo. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

ZERON, Carlos Alberto da Moura. **Linha de Fé: A Companhia de Jesus e a Escravidão no Processo de Formação da Sociedade Colonial (Brasil, Século XVI e XVII)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **A construção de uma ordem colonial nas margens americanas do império português: discussões sobre o “bem comum” na disputa de moradores e jesuítas pela administração dos índios (XVI-XVIII)**. Tese de livre-docência. São Paulo: USP, 2009.

_____. Da farsa à tragédia: A guerra das facções que pôs fim às esperanças de Antônio Vieira por um Quinto Império e transformou o modo de atuação dos jesuítas do

Brasil. In: **Bicentenário da Restauração da Companhia de Jesus (1814-2014)**. Carla Galdeano; Larissa Maia Artoni; Silvia Maria Azevedo (orgs.). São Paulo: Loyola, 2014.

ZERON, Carlos; VELLOSO, Gustavo. Economia cristã e religiosa política: o “Memorial sobre o governo temporal do colégio de São Paulo”, de Luigi Vincenzo Mamiani. **História Unisinos**. 19 (2), Maio/Agosto 2015, p. 120-137.

ANEXOS

1. Cronologia

- 1607 – Fernão Dias Pais Leme adquire uma data de terras juntamente com seu irmão, Pedro Dias, abaixo das datas de Afonso Sardinha, próximo ao rio Pinheiros.
- 1623 – O capitão dos índios Fernão Dias Pais Leme realiza uma entrada no sertão da qual traz um grande número de indígenas.
- 1624 – Fernão Dias Pais Leme doa aos jesuítas do Colégio de Santo Inácio todos os índios que detinha sob seu poder e promete doar aos religiosos, após sua morte, todos os demais bens que possui: bens de raiz, móveis e imóveis.
- 1632 – Fernão Dias Pais Leme cancela a promessa de doação aos jesuítas realizada em 1624.
- 1633 – Os jesuítas são expulsos do aldeamento de Barueri.
- 1640 – Os jesuítas são expulsos da Capitania de São Vicente.
- 1641 – João Fernandez Saavedra, juiz ordinário da vila de São Paulo, concede a Fernão Dias Pais Leme a posse de uma sorte de terras na paragem do Rio Mboy.
- 1651 – Falece Fernão Dias. Antes de falecer, o doador faz um testamento onde promete aos padre da Ordem de Nossa Senhora do Carmo a entrega dos índios que havia em sua fazenda e uma légua de terras em Mboy, onde os religiosos deveriam construir uma igreja. Os demais herdeiros citados no documento eram sua esposa, Catarina Camacho, e a Confraria de Nossa Senhora do Rosário.
- 1653 – Em maio os jesuítas assinam um acordo que permite ao inacianos retornar à Capitania de São Vicente após o exílio de 13 anos. Em junho deste

mesmo ano, os Carmelitas solicitam a cópia do distrato da doação de 1632 e do testamento de 1651, ambos relativos ao espólio de Fernão Dias Pais Leme.

- 1655 – Catarina Camacho refaz seu testamento, colocando como seu herdeiro o Reitor do Colégio de Santo Inácio.
- 1662 – Catarina Camacho solicita carta de sesmaria e confirmação de suas terras sitas na paragem de Mboy.
- 1663 – Catarina Camacho intermedia um acordo entre Jesuítas e Carmelitas afim de dirimir dúvidas em relação a doação de terras de Mboy e o espólio de seu marido.
- 1668 – Aprovação do testamento de Catarina Camacho onde constava que em suas terras de Mboy havia uma igreja ricamente paramentada dedicada à Nossa Senhora do Rosário.
- 1672 – O padre Lourenço Craveiro solicita um pedido de excomunhão para localizar documentos desaparecidos referente às propriedades de Mboy e Itapecerica.
- 1673 – O padre Lourenço Craveiro realiza uma troca de terras com a moradora Domingas Ribeira, de umas terras na região do Pirajussara por outras em Mboy.
- 1678 – Vereação da Câmara menciona a retirada de índios do aldeamento de Mboy.
- 1695 – Vereação da Câmara proíbe o aluguel de índios do aldeamento de Mboy sem autorização prévia.
- 1699 – As terras do aldeamento de Itapecerica são invadidas por Antônio Rodrigues de Arzão.
- 1700 – Início da construção da atual igreja de Nossa Senhora do Rosário.

- 1722 – O reitor Rafael Machado realiza inventário dos índios do aldeamento de Mboy a pedido do Governador da Capitania Rodrigo César de Menezes.
- 1724 – Manoel Mendes de Almeida invade as terras do aldeamento de Mboy.
- 1759 – Os jesuítas são expulsos do Brasil e suas propriedades confiscadas pela Coroa.
- 1769 – Medição das terras dos aldeamentos de Mboy, Itapecerica e Carapicuíba a pedido do Morgado de Mateus, Capitão General da Província de São Paulo.
- 1909 – Visita Pastoral do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva à Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
- 1938 – Tombamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário pelo IPHAN.
- 1939 – Início do restauro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, ação concluída em 1940.

2. Transcrições

Nas transcrições manteve-se a ortografia original, desdobrando-se as abreviaturas e sublinhando-se em itálico as letras acrescentadas. As palavras interpretadas foram transcritas entre [], a palavra [sic] foi posta a seguir aos possíveis erros do escriba e serviu também para marcar construções de frases desconexas. As palavras que não foram compreendidas foram colocadas da seguinte maneira [?]. Foram separadas as palavras unidas e uniram-se as que estavam separadas. Introduziu-se o hífen nas conjugações reflexivas e nas conjugações verbais pronominais e manteve-se a grafia da forma verbal do futuro, mas com valor do presente do indicativo. A mudança de cada fôlio foi indicada da seguinte maneira // com dois traços oblíquos.

I) 1624, fevereiro, 5. Carta de doação que fez Fernão Dias Paes e Catarina Camacha em 24/01/1624, aos padres do Colégio de Santo Inácio, seguido de *Auto de posse* da doação em 05/02/1624. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, pasta Aldeamento 5. Há uma cópia do documento em: Arquivo do Estado de São Paulo, Seção de Manuscritos, Caixa I, Ordem 939.

Fl. 1

Saibaõ quantos este *publico* estromento de carta de d[o]assão virem que no ano do nassimento de nosso *senhor* *jesus christo* de mil [e] seis[se]ntos e vinte e quatro anos em os vinte e quatro dias do mes de *janeiro* do dito ano nesta vila de são paulo da capitania de Saõ Visente da Costa do brazil etc. nesta dita vila nas p[ousa]das de fernaõ dias aqui *morador* adonde eu *publico tabaliam* fui chamado estando ahi o *reverendo* padre Francisco de lemos da Companhia de *jesus* superior da [ca]za de santo ignaço desta dita villa e bem assi o dito fernaõ dias e sua molher caterina camacha e por elles ambos juntos marido e molher foj dito a mj *publico tabaliam* peramte as *testemunhas* que se acharaõ presentes abaxo nomeados que elles a *muitos* annos que determinavão em prol de suas almas dar toda sua fazenda a esta caza de santo inação da companhia de *jesus* como em efeito pelo teor desta doação entre vivos de prezemte fazem interrogavelmente por ser ahi esta suas livres e absoluta e derradeira vomtade depois de *muita* deliberação que ambos sobre esta materia tjveraõ | maj por quanto elle dito fernam dias tem de prezemte maj e auo que saõ herdeiros seus forçados e ella dita caterina camacha ter maj viua e *hum* filho seu legitimo chamado Francisco de Moraes religioso da companhia de *jesus* que tambem saõ seus forçados herdeiros na forma que dispoem o d[irei]to pelo que declaravão tanto declaraõ ambos uniformemente q[u]e não

pretendem por esta doação entre vivos de [seus] bens prejudicar as legítimas de seus legítimos herdeiros mas so disporem de suas terras vam declaram // que em caso que os ditos seus [h]erdeiros todos ou [a]lguns deles faleçam ficand[o] elles ditos fernão dias e a dita sua mulher caterina camacha vivos todo o que por este respeito e lhes f[i]car de sua fazenda que ao presente tem ou ao diante tiverem *querem* que seja compreendido nesta doação entre [vi]vos [p]orque tudo daõ e doação *livremente* a esta caza de santo ignação sem ser necessaria mais alguma outra doação que esta que de presente fazem e so em suas vidas reservaõ cada hum delles pera si os uzos e frutos que de toda esta fazenda lhes cabe p[ro]ratta | e por *quanto* elles ditos fernam dias e a dita sua mulher caterina camacha tem *muitos* jndios da terra que deseraõ do serto e per outras vias adquiriraõ e os tem e reconhesem a todos por livres e sem embargo disto se semtem com escrupulo de consciencia pelo modo com que os desseraõ e trataraõ por descargo de suas almas e consciencias e satisfação do que aos ditos jndios livres tem feito elles ambos e [e]special fazem logo livre e irrevocavel doação entre vivos de todos elles a dita caza de santo ignação e *querem* que os religiosos della os possuão logo e tome pose delles o que fazem como dito he por descarguo de suas consciencias por intenderem que em n[en]hum outra parte seraõ tambem tratados nem teraõ taõ acomodado o remedio corporal e espiritual de suas almas que he o premissal fim porque vieraõ do serto e tambem por intenderem que os mesmos jndios isso *querem* e dezejaõ o que assi declaraõ a fim que em n[en]hum tempo seu[s] [erdei]ros ou pessoa outra alguma possa pretender *direito* [n]os ditos jndios pois na realidade da verdade em *direito* o não podem ter por serem elles todos livres como dito he e declaraõ mais por fim e remate desta // doação que sua livre e deliberada vontade he que ela val[h]a no melhor modo que possa ser em *direito* ajnda que lhe [fa]ltem quaisquer solenidades de *direito* positivo requereitar por ser doação ad pias causas em que ellas senaõ *requerem* [?] ao *direito*

canônico que em todos os tribunais se guarda e por esta suas firmes vontades maldaraõ fazer este estromento e datta de doação neste meu livro de notas domde maldaraõ dar os treslados nessesarios estando por *testemunhas* aleixo leme e bras esteves ambos aqui moradores e por a dita caterina camacha não saber asinar rogou a pe[dro] dias seu cunhado asinase por ela e a seu rogo e por estar presente o *reverendo* padre Francisco de lemos superior desta caza por elle foi aseitada esta doação em nome dos mais religiosos na forma dela declarada que todos aqui asinaram eu simaõ borges cerqueira *tabaliam* do *publico* e judisial e notas nesta dita vila que o escrevj fernam dias asino por minha cunhada Caterina camacha pedro dias, bras esteves aleixo leme francisco de lemos o qual treslado de doação eu sobre dito *tabaliam* tirei na verdade de meu livro de nottas donde fica[?] e todos asinados em o primeiro dia do mes de fevereiro de mil e seissentos e vinte e quatro annos e asinei de meus sinaes *publico* e raso que tais sam

Simaõ Borges Cerqueira

Fl.2v

Auto de posse de todo o conteudo na doassaõ atras conteuda

Anno do nassimento de nosso *senhor* jesus c[rist]o de mil e seissentos e vinte e quatro annos em os sinquo dias do mes de fevereiro do dito ano nesta vila de são paulo da capitania de são Vicente da costa do brazil [?] no termo desta dita vila nas terras e fazenda de fernaõ dias aqui *morador* conteudo na doassaõ atras estando ahi o *reverendo* padre francisco de lemos superior da caza de santo ignassio desta dita vila da companhia de jesus loguo ahi pello dito fernaõ dias e sua molher caterina camacha ahj *publico* *tabaliam* foi dito perante as *testemunhas* que se acharaõ presentes ao diante asinados

que elles ambos juntos de boa conformidade na forma desta doassaõ em que declaram que *querem* e *sam* contentes que os *reverendos* padres posuaõ loguo todo o conteudo nesta doassaõ e por v[ertu]de do que dito he elles aviam por empossado ao [dito *reverendo*] padre superior francisco de lemos de toda sua fazenda de que a [escritura] fas mensaõ e por ella se declara assi [bens] moveis como de rais e assi dos jmdios e indias machos e femeas filhos e filhas grandes e pequenos machos e femeas de qualquer // sorte validade e condissaõ que sejam e que deste dia e ora e ano e mes [ell]es d[oa]d[o]res disseraõ que de tudo se aviaõ por dezempossados e abriaõ maõ de tudo e tudo trespassavaõ e aviam por empossado no dito *reverendo* padre superior em [nom]e dos religiosos da dita caza de santo Ignácio que de presente assistem e aos diante digo e aos que ao diante asestirem e de tudo elles doadores abriam [maõ] e tudo largavaõ toda a pose e senhorio e dominio autual e geral que em tudo tinhaõ e tudo trespassavaõ no dito padre superior de oje ate fim do mundo na forma da dita doassaõ e que de oje em diante tudo corresse por [conta] e risco dos ditos *reverendos* padres da companhia de jesus como cousa sua que de oje em diante são tudo asim contendo como na doassaõ faz menssaõ sem falta algua e o dito *reverendo* padre superior se deu por empossado de tudo aquilo que constar ser e se achou ser do dito fernam dias e da dita sua molher caterina camacha e por de tudo serem contentes maldaraõ ter f[eitos] este auto de pose estando por *testemunhas* francisco dias filho de mim *tabaliam* e joaõ de mando estante nesta vila e *morador* no rio de janeiro e [p]or ella doadora nam saber asinar rogava simaõ [borges o] mosso asinasse por ella eu simaõ borges *cerqueira* t[*abaliam*] [o escrevi];

fernão dias

asino por caterina camacha simaõ *borges* o moso

francisco de lemos

francisco dias

João Lobo do mando

Fl.3v [em branco]

Fl.4 [em branco]

Fl.4v

Doação e posse que fes Fernão dias [?], que depois se destratou

II) 1653. Treslado de uma carta de destrato feita por Fernão Dias Pais em 1632, revogando uma carta de doação que havia feito aos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1624. Cota: Museu de Arte Sacra de São Paulo, nº 1634-Mitra.

Fl. 1

Escritura de destrato de huma escritura de doação *que* Fernan dias e sua molher tinhaõ feito aos *padres* da Companhia de IESUS.

Saibaõ quantos esta publica escritura de destrato virem *que* no anno de naci[mento] de nosso S[enhor] IESU Christo de mil e seissentos e trinta e dous annos aos vinte e sinco dias do mes de Março da sobredita era nesta Villa de Sam Paulo da Capitania de Sam Vicente partes do Brazil etc. Nesta dita villa nas pouzadas do Capitam Fernam dias onde eu tabaliam fui chamado estando elle ahy e sua molher, [Ca]therina camacha ambos pessoas de mim tabaliam conhecidas, e sendo ahy logo por ambos iuntos marido e molher foi dito a mim publico tabaliam perante as testemunhas ao diante nomeadas que elles fizeraõ huma escritura de doação aos *padres* da companhia desta Villa de Sam Paulo no libro das notas do tabali[a]m Simaõ borges feita no anno de mil e seissentos e vinte e quatro, [em] [os] [vin]te e quatro dias do mes de janeiro do dito anno sendo

subprior o *padre* Francisco de [Lemos] *que* havia como da dita doação constava a qual escritura elles marido e molher não podiam fazer por não desfraudar a seus erdeiros e serem erdeiros forçados *que* são condiçoins *que* se não premitem em escrituras. Secundariamente os ditos *padres* uzaram com elles de ingratidão notoria e manifesta porquanto em sua vida elles doados os querem trazer em demandas illicitas e usurpar-lhe sua fazenda como se ve claramente *que* os tem mandado sitar *para* apr[ez]entação de hum libelo *para* lhes tirar suas terras, de *que* estão de pose por [escri]turas e cartas de datas, e compras, e posse Real e autual ha *muitos* annos. [A]lem diço fazem petiçoins de força contra elles dizendo *que* lhes tom[am] // seus índios chamando-lhes de inimigos [d]o collegio não sendo asim pellas [q]uais Rezoins [e]lles doadores Reclamaõ e am [p]or Recl[a]mada e destrutada a dita doação como de efeito pello teor desta publica escritura a am por Reclamada e quebrada e destrutada e frustada *para que* de hoie em diante a dita escritura de doação não tenha força nem huma nem [v]lgo[r] em iuizo nem fora della e da mesma maneira aviam por quebrada a posse *que* os ditos *padres* pella dita escritura foraõ tomar *porque* por esta aviam tudo por nemhum e nullo e de nemhum vigor por ser tudo feito com clauzulas cemdo fraude de erdeiros forçados *que* elles tem e *para* aver de se fazer este destrato elles doadores Requereram a iustiça de sua Magestade mandaçe noteficar ao *padre* R[ei]tor do collegio desta Villa Francisco Ferrei[ra] *para* que [diga] se tinha *que* alegar sobre esta escritura de destrato a qual noteficação eu tabaliam dou minha fé illa fazer ao dito *padre* Francisco Ferreira por mandado do iuis e a Requerimento delles doadores e me fora dado por Resposta do dito *padre* *que* se elles doadores achavaõ por onde a podesem desfazer a desfizesem: pello *que* elles doadores requerem a todas as iustiças de sua Magestade lhe guardem este destrato e não dem nemhum comprimento a dita doação por quanto por esta a am por quebrada e serem suas ultimas e deradeiras vontades, e *que* sendo nesçeçario alguma

solenidade neste destrato *para* efeito de ficar firme fixo e valiozo elles outorgantes aqui auiam tudo por suprido com o que se aqui fosse [ex]preço tudo e declarado e asim outorgarão e diço mandaraõ ser feita esta escritura de destrato neste meu livro de notas que eu tomei sendo presentes por testemunhas Gaspar Gomes que asinou pella outorgante Catherina camacha por não saber escrever ella, e como seu procurador bastante, e [S]imaõ borges Serqueira o velho, e Simão borges o mosso todos moradores ne[st]a villa pessoas de mi tabaliam reconhecidas que aqui assinaraõ com visto de Fernam Dias Ambrozio Pereira tabaliam o escrevi = Fernam Dias = asino por Catherina camacha Gaspar gomes= Simão borges Serqueira = Simão borges o mosso.

III) 1699, Maio, 19. *Processo* contra Antonio Rodrigues de Arzão. Cota: Secretaria do Patrimônio da União (SPU/SP), Setor de Incorporações, aldeamento pasta 3.

Fl.1

Autuamento de petição apresentado a mim *tabaliam* pello Reverendo *Padre* Reitor

Aleixo Morera da *Conpanhia* de Jezus

Anno do nasimento de noso senhor Jezu Cpxristo de mil e seissentos e noventa e nove annos aos onze dias do mes de Majo do dito anno nesta villa de sam Paulo da Capitania de sam visente partes do Brazil etc. Nesta ditta villa pello Reverendo *Padre* Reitor Aleixo Morera da *Conpanhia* de Jezus deste Collegio desta dita villa me foi oferesido a petição atras com hum despacho digo a petisam ao diante com hum despacho posto ao pe della do juis ordinario o Capitam Mor dom Simão de Tolledo Piza Requerendo-me o conprimeto della e eu por bem de meu *regimento* a tomei e autuei que tudo he tal como

della ao diante se vera de que de tudo fis este termo de autuamento Eu Francisco Fernandez Porto *tabaliam* o escrevj.

[Fl.1v]

Termo de acostamento

E llogo Em o mesmo dia mes e ano atras escrito e declarado. Ut Supra Eu *tabaliam* ao diante nomeado acostei a estes autos a petisam com sertidam de sitasam feita pello escrivão das varas Gregorio Fagundes. E mais a Emquirisam que tudo he tal como dela se vera de que fis este termo de acostamento. Eu Francisco Fernandez Porto. *Tabaliam* o escrevj.

[Fl.2]

O Padre Aleixo Morera da *Companhia* de Jezus, Reitor neste Collegio de Santo Ignacio da villa de São Paulo, e os mais Religiozos delle *que* o ditto Collegio tem e possue huma sorte de terras na parage chamada Jtapecirica termo desta *Villa* adiante de Bohi, as quais ouverão de Fernão Dias, e despois o Padre Francisco de Moraes Religiozo da mesma *Companhia* e por seu falecimento o ditto Collegio, as quais terras dagravão, e possuirão mansa, e passificamente assim os dittos possuhidores como elles supplicantes, tendo na ditta terra muinho, e toda a casta de lavouras, e hora Antonio Rodriguez de Arzão lhe foy rossadas, fazendo-lhe forssa, e violencia, com notavel esbulho, lhes he necessario a elles supplicantes mando de *Vossa Mercê* para ser sitado, *que* nas juras testemunhas, e de forssas a elles supplicantes na forma da *Ordenação: Livro 3 Titulo 48, o que* [?]

Pede Para vossa merce que atendendo ao referido seia servido mandar o que em sua petição pedem, e Recerberá Mercê

Pede mandado para qualquer Oficial de justica citar ao supplicado o citado inquirir o emqueredor, e sastisfeito torne para deferir

[assinatura] Tolledo

O Capitam Major Dom Simão de Tolledo Piza e juis ordinario. Este prezente anno nesta villa de Sam Paulo seu termo por bem da ordenasam de sua Magestade que Deus guarde etc. Por este meu mandado sendo por mim assignado seu comprimento della mando a qualquer ofi[ssi]al de justisa a quem for apresentado vam a // A Fazenda donde resida Antonio Rodriguez de Arzão ho sitem por [to]do e pera todo o conteudo na petisam atras dado cazo que o nao achem Em sua caza Se fasa deligencia com familiar de sua caza ou com vizinho mais chegado para que asim lhe venha a notisia da deligencia que se fizer se pase na sertidam ao pe desta para que a todo tenpo conste Cumpran-no asim huns he outros e al não fasam dada nesta villa sub meu signal somente em os dous dias do mes de majo de seissentos e nov[en]ta e nove annos. Eu Francisco Fernandez Porto *tabaliam* o escrevj

[assinatura] Tolledos

Gregorio Fagundes escrivão das varas desta villa de São Paulo e seu termo certefico em como he verdade que em comprimento do despacho e mandado atras e asima do juis ordinário o Capitam Maior Dom Simão de toledo piza fui a fazenda donde rezide Antonio Rodriguez de arzam e preguntando por ele me respomderam que não estava em sua caza e fiz a deligencia com seu cunhado estevão Lopes de Camargo pera que lho

fizese a sauer ao dito seu cunhado e pera que assim lhe viesse a notisa e le tomou a petição e o leo toda de verbo adverbium e sem embargo disto o que por sitado e por // assim pacar na verdade fis esta por feita e asinada oie sinco de maio de mil e seissentos e noventa e nove annos.

[Assinatura] Gregorio Fagundes

[Fl.3v] [Nada Consta]

[Fl.4]

Inquirisam de testemunhas tiradas por parte do justificante o Reverendo *Padre* Reitor,

Aleixo Morera

Aos onze dias do mes de Majo de mil e seissentos e noventa e nove annos nesta Villa de sam Paulo e nas moradas do enqueredor *Manoel* Cardozo de azevedo onde eu *tabaliam* ao diante nomeado est[ive] presente e emquirimos as testemunhas que nos foram apresentadas pello justificante e nos foram chegadas pello alcaide desta *Villa* Sebastião *Rodriguez* e seos ditos e testemunhos. Sam os que ao diante se seguem de que fiz este termo de Enquirisão em que assignou o dito Enqueredor Eu *Francisco Fernandez* Porto *Tabaliam* o escrevj

[assinatura] Manoel Cardozo de Azevedo

João Masiel Barboza morador nesta villa de idade que dise ser de corenta e oito annos a quem o Enqueredor deu juramento do santos evangelhos em que pos sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubese e pergunta // E perguntando-lhe foze e de costome dise nada.

E perguntando a elle testemunha pello conteudo na petisam atras que toda lhe foi lido e declarado pello dito Enqueredor dise elle testemunha que não sabia *sertamente* que as

terras sejam dos padres e que senpre vira morar o *Padre Francisco de Moraes* que des tem na dita terra e que fizerão merse a elle testemunha numa ocaziam *para* fazer huma seara na dita terra e que os ditos Padres sempre tiverão plantas moinho e moenda e toda a mais casta de lavouras dise mais elle testemunha que ouvira dizer que *Antonio Rodrigues de Arzão* fas Rosas nas ditas terras e que ouvira dizer que fes forsa nas ditas terras e al não a dise e se assignou com o dito enqueredor Eu *Francisco Fernandez Porto tabaliam* o escrevy.

[Assinaturas] João Maciel [assinatura] Azevedo

O Lesenseado *Salvador Garsia Pontes* morador nesta *villa* de idade que dise ser de vinte e oito annos a quem enqueredor de[u] juramento dos santos evange // gelhos em que pos sua [mão] direita prometeu dizer verdade do que soubese e perguntando-lhe foze e de costume dise nada.

E perguntado a elle testemunha pello conteudo na petisam atras que toda lhe foi lido e declarado pello dito juis digo pelo dito Enquered[or] dise elle testemunha dise que o *Padre Francisco de Moraes* que dê tem tivera na paragem chamada *Jtapesirica* sitio muinho vinha e mais lavouras e que dahi não foi espulso o dito *padre* e que ouvira dizer que *Antonio Rodriguez de Arzão* contra este os e rosa sem consentimento dos ditos padres. E al não dise e se assignou com o dito emqueredor eu *Francisco Fernandez Porto tabaliam* o escrevj

[assinatura] *Salvador Garcia Pontes*

[assinatura] Azevedo

João Machado Lleme morador nesta *villa* de idade que dise ser de trinta e oito anos a quem o enqueredor deu juramento dos santos evangelhos em que pos sua mão direita e

prometeu dizer verdade do que soubese e perguntado lhe foze // lhe fose [cos]tume dise nada.

E perguntado a elle testemunha pello conteudo na petisam atras que toda lhe foi lido e declarado. Pello dito Enqueredor dise elle testemunha que conhesera sempre o *Padre Francisco de Moraes* que des tem por posuidor das terras tendo nellas toda a casta de lavouras e moinho sem ninguem lhe ir a mau nunca. E dizia estar nas capueras de seu padraço Fernão dias e que não sabe de quem sam as ditas terras nas quois capueras esta *Antonio Rodriguez* de arção fazendo rosas. E al não dise e se assignou com o dito enqueredor Eu *Francisco Fernandez Porto* tabaliam o escrevj

[assinatura] João Machado Leme

[assinatura] Azevedo

O *Capitam Jorge Morera* morador nesta *villa* de idade que dis ser de setenta e tres annos a quem o enqueredor deu juramento do santos evangelhos. Em que pos sua mao direita e prometeu dizer verdade do que soubese e perguntando lhe fose do costume dise nada.

E perguntado a elle testemunha pello // pello conteudo na petisam atras [qu]e toda lhe foi lido e declarado pello dito enqueredor dise elle testemunha que sabia que fernão dias morara nesas terras donde teve lavouras e que por morte do defunto dito fernão dias entrara a lograr o *Padre Francisco de Moraes Religiozo da Conpanhia de Jesus* e que sabia que os ditos padres estiveram logrando a dita parage mansa e pacificamente sem contradisão de pesoa alguma e que ouvira dizer que os ditos padres tiveram na dita parage fazenda com vinhas arvoredos moinho e mais lavouras e que ouvira dizer aos mesmos justificantes que *Antonio Rodriguez* de arção esta rosando nesa parage di jtapesirica fazendo forsa nas ditas terras. Porem que não sabe que as ditas terras fosem

de fernão dias nem pertesam aos justificantes e como dise e se assignou com o dito enqueredor

Eu Francisco Frã Porto *Tabaliam* o escrevj

[assinatura] Azevedo

[assinatura] George *Morera*

[Fl.6v]

O Reverendo Padre J[oão] *Gonçalves* da costa morador nesta villa de idade que dise ser de trinta e seis annos a quem o enqueredir deu juramento dos santos evangelhos em que pos sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubese e perguntado lhe fose e do costume dise nada.

E perguntado a elle testemunha por todo o conteudo na petição atras que todo lhe foi lido e declarado pello dito enqueredor dise elle testemunha que en vida do padre Francisco de Moraes e de sua Mai o levou o dito Padre para a fazenda de Boi sendo de oito ou nove annos de idade elle dito testemunha e a vinda para esta villa pasou pella fazenda de itapesirica com os padres.

E se viu hum sitio com cazas e moinho e hum oratorio donde os padres disião missa lavrando toda a casta de lavouras e que toda a vida ouviu dizer que a dita fazenda hera da mai do dito Padre Francisco de Moraes e que por sua morte ficava aos ditos padres. e que nunca ouvira dizer que fose a dita fazenda de outrem senão dos ditos padres e como tal senpre estiverão gozando de pas pasifica. Sem contradisão alguma. e que ouviu dizer que Antonio Rodriguez de arção // De arção fas rosa nas [ditas] terras e q[eu] ouvira dizer aos mesmos padres que lhe fas forsa o dito Antonio Rodrigues de arção na dita terra e al não dise e se assignou como dito enqueredor eu Francisco Fernandez Porto *tabaliam* o escrevy.

[assinatura] Azevedo

[assinatura] Padre João Gonçalves da Costa

Pedro de Llima Perera morador nesta villa de idade que dise ser de corenta annos pouco mais ou menos a quem o enqueredor deu juramento dos santos evangelhos en que por sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubese e perguntado lhe fose de costume dise nada.

E perguntando a elle testemunha por todo o conteudo na petisam atras que toda lhe foi lido e declarado pello dito enqueredor dise elle teste[mu]nha que sabe serem as terras de jtapesirica dos padres da *Companhia* de Jezu por quanto a melhor de trinta annos que sabe assistiu o *Padre Francisco* de morais que des haja nas ditas terras de jtapesirica lavrando-as e cultivando-as sempre de paz pasifica sem contradisção // disão de pesoa alguma e que elle testemunha assistindo algumas vezes em vida do dito *Padre Francisco* de Moraes na dita fazenda de jtapesirica ouvira dizer ao dito *Padre* varias vezes que aquellas terras as ouvera por eransa de seus Pais e que pertensiam a este colejo da villa de Sam Paulo; dise mais que querendo *Maria* masiel dona viuva em algum tenpo semear trigo na dita terra pediu lisensa ao dito *Padre* e com sua lisensa se fes a seara e que sabe que nunca ninguem encontrou a posesam dos ditos padres e sempre cultivavão a dita terra sen Enpidimento algum pasificamente e que ouvira dizer que *Antonio Rodrigues* de Arzão estava rosando na dita terra fazendo nellas forsa aos Padres e al não dise e se assignou com o dito [en]queredor Eu francisco *Fernandez* Porto tabaliam o escrevj.

[assinatura] Azevedo

[assinatuta] Pedro de Lima Perera

O sargento mor *Manoel Bueno da Fonseca* morador nesta villa de idade que dise ser de corenta e sinco annos a quem o enqueredor deu juramento dos santos evangelhos em // em que pos sua mão direita e prometeu dizer verdade do que soubese e perguntado lhe fose e do costume dise nada.

E perguntando a elle testemunha pelo conteodo na petisan atras que toda lhe foi lido e declarado pello dito emqueredor dise elle testemunha que sabe em como as terras chamada jtapesirica sam dos padres da *companhia* de jezu por fernam dias por sua morte deixar aos ditos padres e que sempre estiveram os ditos padres logrando a dita terra mansa e pasificamente sem embargo nem contradisam de pessoa alguma tendo na dita parage fazenda e moinho e toda a casta de lavoura assistindo o *Padre Francisco de Moraes* que Deus tem sepre na dita fazenda que sabe elle testemunha que a poucos tempos. que tiraram a poucos tempos. Resto da gente tirarão os ditos Padres para pasarem Para Paraiba e sabe que de presente esta *Antonio Rodriguez de Arzam* rosando na dita terra e al não dise e se asignou com o dito enqueredor eu *Francisco Fernandez Porto* *tabaliam* o escrevj

[assinatura] *Manoel Bueno da Fonseca*

[assinatura] *Azevedo*

[Fl.8v]

Termo de Requerimento feito pello Reverendo *Padre* Reitor ao juis ordinario o *Capitam* mor Dom Simão de Tolledo Piza

Aos dezastis dias do mes de majo de mil e seissentos e noventa e nove annos nesta villa de sam Paulo nas moradas do juis ordinario o *Capitam* mor dom Simão de tolledo Piza

pareser o Reverendo *Padre* Reitor Aleixo Mor[er]a e por elle foi dito e Requerido ao dito juis em como tinha dado sua prova e que ouvese sua merse tudo por firme e valiozo e mandase fazer os autos concluzos pera nelles sentensear o que lhe pareser justisa de que de tudo fis este termo de Requerimento Eu Francisco *Fernandez* Porto *tabaliam* o escrevj

Termo de concluzão

E llogo e no mesmo dia asima escrito e declarado Ut *Supra* eu *tabaliam* ao diante nomeado e por mandado // E por mandado do juis ordinario o *Capitam* mor dom Simão de tolledo Piza lhe fis estes autos concluzos pera nelles sentensear o que lhe pareser justisa de que detendo fis este termo de concluzam eu Francisco *Fernandez* Porto *tabaliam* o escrevj

Vistos estes autos, petição do justificante o Reverendo *Padre* Reitor, e seus religiosos deste Collegio desta *Villa* de São Paulo; mostrasse por ella ter, e possuir o dito Collegio a terra em sua petição alegada, e aver muitos annos a logra sem empedimento nem contradicao alguma, avida de fernan dias, e por seu falecimento o Reverendo *Padre* Francisco de Moraes cujos bens os possuio o Collegio em vida do dito *padre* mostrasse outrossi pellos dittos das *testemunhas* estar Antonio Rodriguez de Arsão fasendo na dita terra rossada contra a vontade dos ditos justificantes fasendo lhes // força, o *que* visto, e examinado por mim julgo por força, e modo se as soube na forma da ord. Lº 3 ttº 48 e pague o dito Antonio Rodrigues de Arsão as custas destes autos em *que* tão bem o comdeno. São Paulo Majo 18 de 1699.

[assinatura] Dom Simão de Tolledo Piza

E llogo e no mesmo dia asisma escrito e declarado. Eu tabaliam ao diante nomeado fiz este termo de publicasam que pello juis ordinario o *Capitam* mor dom Simão de Tolledo Piza foi publicada sua sentensa atras e asignada foi publicada sua sentensa atras e asigma em suas pouzadas e manda se cump[rir] sua sentensa como nella se contar de que de tudo fis este termo de publicasam eu *Francisco Fernandez* Porto tabaliam escrevj Emportao as custas destes autos_____ 3[?]113

Sirva esta contage por mim contado abaixo asignado hoje 19 de majo de 1699 annos.

[assinatura] *Manoel* Cardozo de Azevedo

[Fl.10] [Nada consta]

[Fl. 10v]

Sentença contra *Antonio Rodriguez* de Arzão, por lavrar nas terras de Jtapicirica.

Nº 8.